

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016**

**Brasília – DF
2017**

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016**

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010; da Decisão Normativa TCU nº 154/2016, 156/2016; da Portaria TCU nº 59/2017 e da Portaria CGU nº 500/2016.

**Brasília – DF
2017**

LISTA DE ABREVIÇÕES E SIGLAS

ABCOMM	Associação Brasileira de Comércio Eletrônico
ABOL	Associação Brasileira de Operadores Logísticos
AC	Administração Central
ACR	Acre
ACT	Acordo Coletivo de Trabalho
AG	Assembleia Geral
AGC	Agência de Correios Comunitária
AGF	Agência Franquiada
AGO	Assembleia Geral Ordinária
AL	Alagoas
AM	Amazonas
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
AP	Amapá
APF	Administração Pública Federal
AR	Aviso de Recebimento
AUDIT	Auditoria Interna
BA	Bahia
BD	Plano de Benefício Definido
BPM	<i>Business Process Management</i>
BPMN	<i>Business Process Modeling Notation</i>
BSB	Brasília
BSC	<i>Balanced Scorecard</i>
CA	Conselho de Administração
CAC	Central de Atendimento dos Correios
CCD	Centros Corporativos de Dados
CDD	Centro de Distribuição Domiciliária
CDIP	Centro de Digitalização e Produção de Objetos Postais
CE	Ceará
CEBAS	Certificação de Entidade Beneficentes da Assistência Social
CECOM	Central de Compras
CEE	Centro de Entrega de Encomendas
CEGEP	Central de Gestão de Pessoas
CEINT	Centro de Tratamento do Correio Internacional
CEOFI	Central de Operações Financeiras
CEP	Código de Endereçamento Postal
CEREL	Central de Relacionamento com o Cliente
CESER	Central de Serviços Gerais
CESUP	Central de Suprimento
CET	Comissão de Ética da ECT
CF	Conselho Fiscal
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CGC	Cadastro Geral de Contribuintes
CGPAR	Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União
CGSI	Comitê de Gestão de Segurança da Informação e Comunicação
CGU	Controladoria-Geral da União
CGU	Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNPC	Conselho Nacional de Previdência Complementar
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

COAUD	Comitê de Auditoria
COBIT	<i>Control Objectives for Information and Related Technology</i>
CODIS	Comissão de Disciplina da ECT
COERI	Comitê de Estratégia e Riscos
COETI	Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação
COMEX	Comitê Executivo
COP	Conselhos de Administração e de Operações Postais
COREC	Coordenadoria Regional de Recursos Humanos
CORES	Comitê de Remuneração e Sucessão
COSO	<i>Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission</i>
COSUP	Coordenadoria Regional de Suporte
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas da Receita Federal
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
CTE	Centro de Tratamento de Encomendas
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DCOMP	Departamento de Compliance e Gestão de Riscos
DCORP	Departamento Jurídico Corporativo
DCT	Departamento dos Correios e Telégrafos
DCUST	Departamento de Custos
DEAPE	Departamento de Administração de Pessoal
DEAUT	Departamento de Automação e Tecnologia Operacional
DECIN	Departamento de Controles Internos
DECOD	Departamento de Controle Disciplinar
DECOE	Departamento de Comunicação Estratégica
DECOM	Departamento Comercial
DECON	Departamento de Contabilidade
DECOR	Departamento de Desenvolvimento de Sistemas Corporativos
DEFIN	Departamento Financeiro
DEGEC	Departamento de Gestão Cultural
DEGEM	Departamento de Gestão Estratégica de Marketing
DEGEP	Departamento de Serviços de Gestão de Pessoas
DEGOR	Departamento de Governança e Relacionamento de TIC
DEGSS	Departamento de Gestão da Cadeia de Suprimento e Serviços Gerais
DEINT	Departamento Internacional
DEJUR	Departamento Jurídico
DEMKT	Departamento de Marketing
DENEF	Departamento de Negócios Financeiros
DENGE	Departamento de Engenharia
DENIL	Departamento de Negócios Internacionais de Logística
DEOPE	Departamento de Operações
DEORC	Departamento de Orçamento e Custos
DEPAN	Departamento de Apoio ao Negócio
DEPEN	Departamento Estratégia do Negócio
DERIC	Departamento de Relações Institucionais e Comunicação
DERIN	Departamento de Relacionamento Institucional
DESAO	Departamento de Suporte ao Atendimento e Operação
DESAU	Departamento de Saúde
DEST	Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
DETRAN	Departamento de Trânsito
DETRI	Departamento de Tributos
DF	Distrito Federal
DGCOR	Departamento de Gestão e Prevenção Correcional

DHL	<i>Dalsey, Hillblom and Lynn</i>
DINPP	Departamento de Inovação, Projetos e Processos
DIPPE	Departamento de Imagem, Marcas, Patrocínio, Publicidade e Eventos
DIREX	Diretoria Executiva
DJCON	Departamento Jurídico Contencioso
DJEST	Departamento Jurídico Estratégico
DJTRA	Departamento Jurídico Trabalhista
DNE	Diretório Nacional de Endereços
DOU	Diário Oficial da União
DPLAN	Departamento de Planejamento Estratégico
DPROR	Departamento de Infraestrutura e Produção da Rede
DPVAT	Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres
DR	Diretoria Regional
DSEMP	Departamento de Segurança Empresarial
EAD	Educação a Distância
eCoa	Espaço virtual do conhecimento
EFI	Exporta Fácil Integrado
EFPC	Entidades Fechada de Previdência Complementar
EMS	Expresso Internacional dos Correios
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ERP	<i>Enterprise Resouce Planning</i> (Sistema Integrado de Gestão Empresarial)
ES	Espirito Santo
FAC	Franqueamento Autorizado de Correspondência
FEDEX	<i>Federal Express.</i>
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNQ	Fundação Nacional da Qualidade
G2016	Gerência de Operações dos Jogos Olímpicos Rio 2016
GACT	Gratificação do Acordo Coletivo de Trabalho 2015/2016
GAPRE	Gabinete da Presidência
GCEX	Gerência Corporativa de Execução
GCGP	Gerência Corporativa de Auditorias em Gestão de Pessoas
GCIC	Gestão da Carteira Imobiliária dos Correios
GCON	Gerência Corporativa de Auditorias em Contratos, Convênios, Acordos e Ajustes
GCPS	Gerência de Apuração de Custos de Produtos e Serviços
GCR	Gerenciamento de Competências e Resultados
GEAD	Gerência de Apurações Descentralizadas
GEFC	Gerência Corporativa de Auditorias Econômico-Financeiras e de Contas
GENEG	Gerência de Negócio
GENS	Gerência de Modelagem e Elaboração Acordos de Nível de Serviço
GERAT	Gerência de Atendimento
GETER	Gerência da Rede Terceirizada
GINP	Gerência de Investigação Preliminar
GIP	Gratificação de Incentivo à Produtividade
GJAD	Gerência de Juízo de Admissibilidade Disciplinar
GLIC	Gerência Corporativa de Auditorias em Licitações
GNAP	Gerência de Normas, Ajustamento de Conduta e Prevenção
GO	Goiás
GPAC	Sistema de Gerenciamento de Processos de Apuração Corporativo
GPAT	Gerência Corporativa de Auditorias em Gestão do Patrimônio
GPLA	Gerência de Planejamento Estratégico

GQP	Gratificação de Qualidade e Produtividade
GRAO	Gerência Corporativa de Auditorias na Rede de Atendimento e em Operações
GRET	Gerencia de Relações do Trabalho
GSIN	Gerência de Sindicância
GTIC	Gerência Corporativa de Auditorias em Tecnologia da Informação e Comunicação
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDSPR	Índice de Disponibilidade de Sistemas Prioritários e Relevantes
IFPR	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>
iGovTI	Índice de Governança de TI
IN	Instrução Normativa
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPS	<i>International Postal System</i>
IQC	Índice de Qualidade ao Cliente
ISP	Índice de Serviços Postais
LIES	Leitura, Impressão e Entrega Simultânea
LOA	Lei Orçamentária Anual
LTN	Linha de Transporte Nacional
LTR	Linha de Transporte Regional
LTU	Linha de Transporte Urbano
LUBRAPEX	Exposição Filatélica Luso-Brasileira
MA	Maranhão
MANAFI	Manual de Administração de Recursos, Operações e Controle Financeiro
MANCAT	Manual de Comercialização e Atendimento
MANCOD	Manual de Controle Disciplinar
MANENG	Manual de Engenharia
MANORG	Manual de Organização
MANPES	Manual de Pessoal
MANPLA	Manual de Planejamento
GUT	Gravidade, Urgência e Tendência
MC	Ministério das Comunicações
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MG	Minas Gerais
MOT	Mão de obra temporária
MP	Ministério do Planejamento
MPE	Micro e pequenas empresas
MRE	Matriz de Riscos Estratégicos
MS	Mato Grosso do Sul
MT	Mato Grosso
MTE	Ministério de Trabalho e Emprego
NA	Não aplicável
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
NO	Não ocorreu no período
OGU	Ouvidoria Geral da União
OS	Pontos Suspensos
OTT	Operador de Triagem e Transbordo
OUVID	Ouvidoria
PA	Pará
PAAC	Plano de Ações Ambientais Corporativas

PAC	Serviço de Encomenda não Expressa – Encomenda Econômica
PAEC	Plano Anual de Educação Corporativa
PAINT	Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PAs	Posições de Atendimento
PB	Paraíba
PBD	Plano de Benefício Definido
PCCS	Plano de Carreira Cargos e Salários
PDG	Programa de Dispêndios Globais
PDIA	Plano de Desligamento Incentivado para Aposentados
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PE	Pernambuco
PEI	Plano Estratégico Institucional
PETI	Plano Estratégico de Tecnologia da Informação
PGA	Programa de Gestão Administrativa
PGE	Pregão Eletrônico
PGFN	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PI	Piauí
PIB	Produto Interno Bruto
PIE	Plano de Implementação da Estratégia
PIP	Plano de Implantação do Processo
PJ	Pessoa Jurídica
PLS	Plano de Gestão de Logística Sustentável
POPULIS	Módulo de Gestão de Pessoas - ERP
POSTALIS	Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos
POSTALPREV	Plano de Benefícios e de Custeio do POSTALIS
PPA	Plano Plurianual
PPP	Plano de Providência Permanente
PPR	Processo de Promoção por Resultados
PR	Paraná
PRESI	Presidência
PREVIC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
PRT	Portaria
PVP	Preenchimento de vagas nas áreas finalísticas no prazo estabelecido
RAE	Relatório de Avaliação Empresarial
RAINT	Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna
RAIS	Relatório Anual de Informações Sociais
REDIR	Reunião de Diretoria
RFID	<i>Radio Frequency Identification</i>
RJ	Rio de Janeiro
RN	Rio Grande do Norte
RNTRC	Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga
RO	Rondônia
ROCA	Reunião Ordinária do Conselho de Administração
RPN	Rede Postal Aérea Noturna
RPS	Relatório de Prestação de Serviços
RS	Rio Grande do Sul
RVA	Remuneração Variável Anual
SAPPP	Sistema de Acompanhamento da Padronização do Processo Produtivo
SARA	Sistema de Automação da Rede de Atendimento
SC	Santa Catarina
SCOL	Sistema de Coleta
SDE	Sistema de Distritamento de encomendas

SE	Sergipe
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena Média Empresa
SEDEX	Serviço de Encomenda Expressa
SEGES	Superintendência de Gestão Estratégica
SEGOV	Secretaria de Governança Corporativa
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SEJUR	Superintendência Executiva Jurídica
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SERPRO	Serviço Federal de Processamento de Dados
SEST	Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
SFR	Sistema de Faturamento
SGAC	Sistema de Gestão Ambiental dos Correios
SGM	Sistema de Gerenciamento de Mensagens
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
SID	Solicitação de Defesa
SIGMA	Sistema Integrado de Gestão de Malotes
SIM	Programa Sensibilizar, Inserir e Mobilizar dos Correios
SL	Solucionado
SMS	<i>Short Message Service</i>
SOA	Service-oriented architecture (arquitetura orientada a serviços)
SP	São Paulo
SPE	Serviço Postal Eletrônico
SPI	São Paulo Interior
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPM	São Paulo Metropolitana
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
SRO	Sistema de Rastreamento de Objetos
STER	Sistema de Terceiros
SWOT	<i>Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats</i>
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TAM	TAM Linhas Aéreas
TC	Termo de Convênio
TCE	Tomada de Contas Especial
TCU	Tribunal de Contas da União
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TLT	Treinamento no Local de Trabalho
TMS	<i>Transport Management System</i>
TNT	<i>Thomas National Transport</i>
TO	Tocantins
UEN	Unidade Estratégica de Negócio
UniCorreios	Universidade Corporativa dos Correios
UPS	<i>United Parcel Service</i>
UPU	União Postal Universal
VDI	Virtualização de <i>Desktops</i>
VICOR	Vice-Presidência Corporativa
VIENC	Vice-Presidência de Encomendas
VIFIC	Vice-Presidência de Finanças e Controles Internos
VIGEP	Vice-Presidência de Gestão de Pessoas
VILOG	Vice-Presidência de Logística
VIPOS	Vice-Presidência do Negócio Postal
VIREV	Vice-Presidência da Rede de Agência e Varejo



VISER	Vice-Presidência de Serviço
VPN	<i>Virtual Private Network</i>
WEBCONT	Sistema WebCONT
WMS	<i>Warehouse Management System</i>

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Organograma Núcleo de Governança.....	28
Figura 2: Organograma Presidência (PRESI)	29
Figura 3: Organograma Presidência (PRESI) (continuação)	30
Figura 4: Organograma Vice-Presidência de Finanças e Controles Internos (VIFIC)	31
Figura 5: Organograma Vice-Presidência de Gestão de Pessoas (VIGEP)	32
Figura 6: Organograma Vice-Presidência Corporativa (VICOR).....	33
Figura 7: Organograma Vice-Presidência de Serviços (VISER)	34
Figura 8: Organograma Vice-Presidência da Rede de Agências e Varejo (VIREV).....	35
Figura 9: Organograma Vice-Presidência do Negócio Postal (VIPOS)	36
Figura 10: Organograma Vice-Presidência de Logística (VILOG)	37
Figura 11: Organograma Vice-Presidência de Encomendas (VIENC).....	38
Figura 12: % Participação por segmento.....	55
Figura 13: Índice de Qualidade Postal	56
Figura 14: índice de Qualidade de Encomenda.....	57
Figura 15: Índice de Qualidade de Logística Nacional	58
Figura 16: Índice de Qualidade Segmento Internacional	59
Figura 17: Mapa de governança	63
Figura 18: Macroprocesso do controle disciplinar	70
Figura 19: Principais causas de processos disciplinares	73
Figura 20: Mapa Estratégico de TIC	97
Figura 21: Quantitativo manifestações recebidas.....	106
Figura 22: Relação Denunciante	108
Figura 23: Distribuição Patrimônio Líquido - Fundos de investimentos – 2016.....	112
Figura 24: Modelo nacional de custos.....	113
Figura 25: Fonte da base de dados	114

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Principais Parceiros	25
Quadro 2: Detalhamento do macroprocesso finalístico “Prestar Serviços de Correios”	39
Quadro 3: Principais insumos, fornecedores e parceiros	40
Quadro 4: Investimentos permanentes em outras sociedades	40
Quadro 5: Quantitativo de distritos-alvo atendidos ao final de 2016.....	43
Quadro 6: Metas – Prestação do serviço de atendimento postal	43
Quadro 7: Regionalização da meta 2016.....	43
Quadro 8: Metas – Prestação do serviço de atendimento postal	44
Quadro 9: Qualidade dos serviços postais básicos.....	44
Quadro 10: Metas de qualidade dos serviços postais básicos	44
Quadro 11: Consolidação da transferência de recursos para AGC	46
Quadro 12: Acordos de Cooperação Técnica.....	47
Quadro 13: Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos.....	48
Quadro 14: Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas - Convênio	48
Quadro 15: Situação da análise das contas prestadas em 2016.....	49
Quadro 16: Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos	49
Quadro 17: Variação convênios	50
Quadro 18: Despesas por modalidade de contratação.....	50
Quadro 19: Despesas por grupo e elemento de despesa.....	51
Quadro 20: Indicadores estratégicos acompanhados em 2016.....	53
Quadro 21: Indicadores Estratégicos 2016.....	53
Quadro 22: Participação segmento Marketing	55
Quadro 23: Participação segmento Mensagem	55
Quadro 24: Participação segmento Encomenda.....	56
Quadro 25: Participação segmento Logística.....	57
Quadro 26: Participação segmento Internacional.....	58
Quadro 27: Participação segmento Conveniência.....	59
Quadro 28: Dirigentes e Colegiados – Composição e requisitos.	64
Quadro 29: Distribuição das equipes de Auditoria	67
Quadro 30: Classificação das constatações de auditoria.....	68
Quadro 31: Classificação dos relatórios de auditoria.....	69
Quadro 32: Atividades Relativas ao Tratamento de Denúncias no Fale Conosco - 2016	71
Quadro 33: Termo de Ajustamento de Conduta.....	72
Quadro 34: Modalidades de apuração e sindicância	72
Quadro 35: Natureza e quantidade de demissão por justa causa.....	72
Quadro 36: Remuneração da Diretoria Executiva.....	74
Quadro 37: Remuneração dos Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal	75
Quadro 38: Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal	75
Quadro 39: Síntese da Remuneração – Diretoria Executiva	76
Quadro 40: Síntese da Remuneração – Conselho de Administração	76
Quadro 41: Síntese da Remuneração – Conselho Fiscal.....	77
Quadro 42: Demonstrativo da remuneração variável dos administradores – Diretoria Executiva	77
Quadro 43: Força de trabalho.....	79
Quadro 44: Distribuição da Lotação Efetiva.....	79
Quadro 45: Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas.....	79
Quadro 46: Qualificação da força de trabalho quanto ao grau de escolaridade, especialização.....	81
Quadro 47: Força de trabalho quanto a idade	81
Quadro 48: Força de trabalho quanto ao tempo de serviço.....	82
Quadro 49: Indicadores gestão de pessoas	82
Quadro 50: Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos	83

Quadro 51: Cronograma de desmobilização de MOT nos Correios	84
Quadro 52: Despesa com pessoal	85
Quadro 53: Dados evolutivos de estagiários ativos – 2016	87
Quadro 54: Quantidade de servidores contemplados - Postalis	88
Quadro 55: Contribuições - Plano POSTALPREV	89
Quadro 56: Contribuições - Plano PBD Saldado	89
Quadro 57: Valores repassados que não sejam contribuições.....	89
Quadro 58: PBD – Plano de Custeio 2016	90
Quadro 59: Resultado – PBD – 31/12/2015	91
Quadro 60: Provisões matemáticas – POSTALPREV – 31/12/2014.....	91
Quadro 61: POSTALPREV – Fundos Previdenciais – 31/12/2015	91
Quadro 62: POSTALPREV – Plano de Custeio 2016	92
Quadro 63: Valores assumidos pelos Correios deduzidos do valor da locação	94
Quadro 64: Objetivos Estratégicos TIC x Plano Estratégico dos Correios.....	97
Quadro 65: Manifestação/Reclamação de clientes.....	105
Quadro 66: Motivos da Solicitação de Intervenção - 2016.....	107
Quadro 67: Motivos das denúncias - 2016.....	107
Quadro 68: Assuntos sugestões - Ouvidoria	108
Quadro 69: Fluxo de entradas e saídas	110
Quadro 70: Fluxo de caixa 2016	111
Quadro 71: Fundos de investimentos 2012-2016.....	112
Quadro 72: Fundos de investimentos 2016	112
Quadro 73: Julgamento das contas anuais de exercícios anteriores.....	116
Quadro 74: Recomendações CGU	117
Quadro 75: Detalhamento Recomendações CGU	118
Quadro 76: Classificação das recomendações	118
Quadro 77: Medidas adotadas em caso de dano ao erário em 2016	119
Quadro 78: Cronograma de pagamentos para os contratos assinados dos Correios	119
Quadro 79: Empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	120
Quadro 80: Despesas com publicidade	122
Quadro 81: Contratos firmados com agências de publicidades e propaganda.....	122

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1: Informações sobre Áreas/Subunidades Estratégicas	123
Anexo 2: Descrição das estruturas de governança	131
Anexo 3: Plano de Ação – Atendimento à Lei das Estatais	136
Anexo 4: Atendimento à Lei das Estatais – Dispositivos não aplicáveis e atendidos	141
Anexo 5: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos dos Correios ..	162
Anexo 6: Principais Sistemas de Informações	199
Anexo 7: Capacitação do Pessoal de TI – Relação dos Cursos realizados em 2016	202
Anexo 8: Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/76 e notas explicativas.....	206

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS.....	3
LISTA DE FIGURAS	10
LISTA DE QUADROS	11
LISTA DE ANEXOS.....	13
1 APRESENTAÇÃO	18
2 VISÃO GERAL DOS CORREIOS	20
2.1 Finalidades e competências	20
2.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento	20
2.3 Ambiente de atuação	21
2.3.1 Atuação dos Correios	21
2.3.2 Concorrentes e parceiros	24
2.3.2.1 Principais concorrentes.....	24
2.3.2.2 Principais parceiros.....	25
2.3.3 Expectativa da população e estrato da população quanto à atuação dos Correios.....	26
2.3.4 Ameaças e oportunidades	27
2.4 Organograma	28
2.5 Macroprocessos finalísticos.....	39
2.6 Participação em outras sociedades	40
2.7 Principais eventos societários ocorridos em 2016.....	40
3 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	41
3.1 Planejamento organizacional.....	41
3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício	41
3.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico	42
3.1.3 Vinculação dos planos dos Correios com as competências institucionais e outros planos	42
3.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos.....	45
3.3 Desempenho orçamentário	45
3.3.1 Execução descentralizada com transferência de recursos.....	46
3.3.1.1 Informações sobre transferências de recursos às Agências de Correios Comunitárias	46
3.3.1.2 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas	48
3.3.1.3 Visão gerencial dos instrumentos de transferência e dos montantes transferidos....	48
3.3.1.4 Visão gerencial da prestação de contas dos recursos pelos recebedores.....	48
3.3.1.5 Visão gerencial da análise das contas prestadas	49
3.3.1.6 Análise crítica sobre a gestão das transferências.....	49
3.3.2 Informações sobre a execução das despesas	50
3.3.2.1 Despesas totais por modalidade de contratação	50
3.3.2.2 Despesas por grupo e elemento de despesa	51

3.3.2.3	Análise crítica da execução da despesa	52
3.4	Desempenho operacional.....	53
3.4.1	Indicadores e resultados obtidos nas metas	53
3.4.2	Dificuldades e análise crítica	59
4	GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	63
4.1	Descrição das estruturas de governança	63
4.1.1	Atendimento à Lei das Estatais.....	64
4.2	Informações sobre dirigentes e colegiados.....	64
4.3	Atuação da unidade de auditoria interna	66
4.3.1	Demonstração dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de auditoria interna.....	66
4.3.2	Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas	66
4.3.3	Demonstração de como a área de auditoria interna está estruturada, de como é feita a escolha do titular, qual o posicionamento da unidade de auditoria na estrutura dos Correios ...	67
4.3.4	Informações sobre como se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementação de tais recomendações	68
4.3.5	Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria, quando houver, sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência.....	68
4.3.6	Eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da entidade, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes	69
4.4	Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos.....	70
4.5	Gestão de riscos e controles internos.....	73
4.6	Política de remuneração dos administradores e membros do colegiado	74
4.6.1	Demonstrativo da remuneração mensal de membros de conselhos.....	75
4.6.2	Demonstrativo sintético da remuneração de membros de diretoria e de conselhos	76
4.6.3	Demonstrativo da remuneração variável dos administradores	77
4.7	Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada	77
5	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	79
5.1	Gestão de pessoas	79
5.1.1	Estrutura de pessoal da unidade.....	79
5.1.1.1	Força de trabalho dos Correios.....	79
5.1.1.2	Distribuição da lotação efetiva	79
5.1.1.3	Detalhamento da estrutura de cargo em comissão e função gratificada dos Correios	79
5.1.1.4	Conclusões de eventuais estudos realizados para avaliar a distribuição do pessoal	80
5.1.1.5	Qualificação e capacitação da força de trabalho	80
5.1.1.6	Indicadores gerenciais sobre a gestão de pessoas.....	82
5.1.1.7	Ações adotadas para identificar irregularidades.....	83
5.1.1.8	Terceirização irregular de cargos	83
5.1.1.9	Análise crítica	84
5.1.2	Demonstrativos das despesa com pessoal.....	85
5.1.3	Gestão de riscos relacionados ao pessoal.....	86

5.1.4	Contratação de pessoal de apoio e estagiários	86
5.1.4.1	Contratos de prestação de serviços não abrangidas pelo plano de cargos dos Correios	86
5.1.4.2	Contratação de estagiários	86
5.1.5	Entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas	88
5.1.5.1	Identificação da entidade fechada de previdências.....	88
5.1.5.2	Visão gerencial dos valores envolvidos.....	88
5.1.5.2.1	Quantidade de servidores contemplados	88
5.1.5.2.2	Valores repassados no exercício a título de contribuições dos participantes e da patrocinadora	89
5.1.5.2.3	Valores repassados que não sejam contribuições e as razões desses repasses.....	89
5.1.5.2.4	Discriminação da razão ou motivo do repasse de recursos que não sejam contribuições.....	90
5.1.5.3	Síntese da manifestação da Secretaria de Previdência Complementar.....	90
5.1.5.4	Conclusões do relatório de auditoria independente	90
5.1.5.5	Conclusões do último estudo atuarial	90
5.1.5.5.1	Plano de Benefício Definido do Postalís – PBD	90
5.1.5.5.2	Plano de Benefícios e de Custeio do Postalís – Postalprev	91
5.1.5.6	Ações de fiscalização empreendidas no exercício com base no art. 25 da Lei Complementar 108/2001	92
5.2	Gestão do patrimônio e infraestrutura	93
5.2.1	Gestão do patrimônio imobiliário da União.....	93
5.2.2	Informações sobre os imóveis locados de terceiros.....	93
5.3	Gestão da tecnologia da informação.....	95
5.3.1	Principais sistemas de informações	95
5.3.2	Informações sobre o planejamento estratégico de tecnologia da informação (PETI) e sobre o plano diretor de tecnologia da informação (PDTI)	95
5.3.3	Comitê estratégico de TIC	99
5.3.4	Infraestrutura e projetos de tecnologia da informação.....	99
5.3.5	Pessoal de TI	101
5.3.6	Capacitação do pessoal de TI.....	102
5.4	Gestão ambiental e sustentabilidade.....	102
5.4.1	Visão geral da política de sustentabilidade ambiental adotada pelos Correios	102
5.4.2	Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)	102
5.4.3	Separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme o Decreto 5.940/2006.....	103
5.4.4	Contratações realizadas - Utilização de parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente.	103
5.4.5	Plano de gestão de logística sustentável (PLS) - Decreto 7.746/201.....	103
5.4.6	Análise crítica da atuação dos Correios	103
6	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	105
6.1	Canais de acesso do cidadão.....	105
6.2	Carta de serviços ao cidadão	109
6.3	Aferição dos produtos e serviços pelos cidadãos-usuários.....	109
6.4	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação dos Correios.....	109
7	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES	110

7.1	Desempenho financeiro do exercício	110
7.1.1	Fluxo financeiro	110
7.1.2	Aplicações Financeiras	111
7.2	Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens de patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.....	113
7.3	Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	113
7.3.1	Identificação da estrutura orgânica da unidade responsável pelo gerenciamento de custos 113	
7.3.2	Identificação das subunidades administrativas dos Correios das quais os custos são apurados	113
7.3.3	Sistema informatizado de apuração dos custos.....	114
7.3.4	Práticas de tratamento e alocação utilizadas no âmbito das subunidades ou unidades administrativas para geração de informações de custos	114
7.3.5	Impactos observados na atuação dos Correios, bem como no processo de tomada de decisões, que podem ser atribuídos à instituição do gerenciamento de custos.....	115
7.3.6	Relatórios utilizados pelos Correios para análise de custos e tomada de decisão	115
7.4	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/76 e notas explicativas.....	115
8	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	116
8.1	Tratamento de determinações e recomendações do TCU	116
8.1.1	Quantidade de determinações e recomendações recebidas do TCU no exercício	116
8.1.2	Determinações feitas em acórdãos do TCU decorrentes do julgamento de contas anuais de exercícios anteriores	116
8.2	Tratamento de recomendações do órgão de controle interno (CGU).....	117
8.3	Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário	118
8.4	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamento de obrigações com o disposto do art. 5º da Lei 8.666/1993	119
8.5	Informações sobre a revisão dos contratos vigentes com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento Reintegra – TIC e Transporte aéreo de carga.....	119
8.6	Informações sobre ações de publicidade e propaganda.....	121
9	ANEXOS E APÊNDICES	123

1 APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios) referente ao exercício de 2016 está estruturado conforme as normas e procedimentos vigentes na Instrução Normativa TCU n°. 63/2010, modificada pela Instrução Normativa TCU n° 72/2013 e nas Decisões Normativas TCU n° 154/2016 e 156/2016. Seguem, ainda, as orientações técnicas relativas a sua formalização emanadas da Portaria TCU n° 59/2017, da Portaria CGU n° 500/2016 e ao detalhamento dos itens de conteúdo atribuídos aos Correios no sistema e-Contas.

O presente relatório está estruturado da seguinte forma: visão geral dos Correios contendo finalidades e competências; normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento; ambiente de atuação; organograma; macroprocessos finalísticos; participação em outras sociedades; principais eventos societários ocorridos em 2016; planejamento organizacional e resultados contemplando planejamento organizacional; formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos; desempenho orçamentário e desempenho operacional; governança, gestão de riscos e controles internos abrangendo descrição das estruturas de governança; informações sobre dirigentes e colegiados; atuação da unidade de auditoria interna; atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos; gestão de riscos e controles internos; política de remuneração dos administradores e membros do colegiado e informações sobre a empresa de auditoria independente contratada; áreas especiais da gestão contendo gestão de pessoas; gestão do patrimônio e infraestrutura; gestão da tecnologia da informação e gestão ambiental e sustentabilidade; relacionamento com a sociedade incluindo canais de acesso do cidadão; carta de serviços ao cidadão; aferição dos produtos e serviços pelos cidadãos-usuários e mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação dos Correios; desempenho financeiro e informações abrangendo desempenho financeiro do exercício, tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens de patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos, sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade e demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/76 e notas explicativas; conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle contemplando tratamento de determinações e recomendações do TCU; tratamento de recomendações do órgão de controle interno (CGU); medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário; demonstração da conformidade do cronograma de pagamento de obrigações com o disposto do art. 5º da Lei 8.666/1993; informações sobre a revisão dos contratos vigentes com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento Reintegra – TIC e transporte aéreo de carga e informações sobre ações de publicidade e propaganda.

Principais realizações dos Correios:

- Atuação como operador logístico oficial dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, sendo o primeiro correio público no mundo a realizar a operação, com oportunidades de comunicação e novos negócios relacionados a encomenda, marketing direto, conveniência e mensagem.
- Implantação da metodologia dos Corredores de Negócios. Destaque-se a aplicação de critérios mercadológicos para a definição de prazos e preços de encomendas, considerando o potencial de mercado, concorrência, receita e distribuição de encomendas.
- Redimensionamento da rede de atendimento, contemplando 30.970 pontos, otimizando e realocando recursos materiais e tecnológicos, além do desenvolvimento de novos serviços.
- Atuação como representante do Brasil nos Conselhos de Administração e de Operações Postais (COP) da União Postal Universal (UPU). O Brasil ajudou a definir as estratégias do COP e coordenou as atividades relativas ao Programa de Comércio Eletrônico, possibilitando à UPU implementar uma solução mundial para a entrega de objetos postais oriundos do comércio eletrônico.
- Criação de mais de 37 mil Códigos de Endereçamento Postal (CEP) por logradouro, em 389 municípios de todo o país.

- Realização de testes de integração dos sistemas dos Correios e da Receita Federal do Brasil, que darão suporte ao novo modelo de importação pelo canal postal.
- Implementação do software integrado *Warehouse Management System* (WMS), de gerenciamento de armazéns para operadores logísticos. Nos jogos olímpicos, a solução foi utilizada desde a montagem dos armazéns, um ano antes do início dos jogos, até o desmonte total ao término dos jogos.
- Implantação do Modelo de Gestão do Conhecimento dos Correios e criação do Espaço do Conhecimento, página específica na intranet na qual foi divulgado o Modelo de Gestão do Conhecimento e o Banco de Práticas corporativas, acessível a todos os empregados.
- Criação do curso de pós-graduação Lato Sensu em Gestão de Negócios dos Correios, na modalidade de ensino à distância (EaD).
- Aquisição e instalação da Plataforma de Triagem Automática de Cartas para quatro centros: Cuiabá, Florianópolis, Fortaleza e Cidade Nova.
- Premiação no Seminário “Práticas de Gestão de Pessoas nas Empresas Estatais Federais – Ciclo 2016”, promovido pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais e Ministério do Planejamento. O trabalho de pesquisa de remuneração com base no Relatório Anual de Informações Sociais (Rais) foi escolhido como a melhor prática no grupo temático Política Salarial e será publicado no 2º Caderno de Práticas de Gestão de Pessoas das Empresas Estatais Federais, em 2017.
- Cooperação entre Correios e Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União por meio da assinatura do Acordo de Cooperação Técnica nº 78/2016. O acordo tem por objeto estabelecer a cooperação técnica entre as partes com vistas ao aprimoramento das respectivas atribuições institucionais, por meio de ações integradas, apoio mútuo e intercâmbio de experiências e informações.

Principais dificuldades:

A economia brasileira permaneceu em queda, encerrando 2016 com retração de 3,60% ante recuo de 3,81% em 2015. Esse resultado foi influenciado pela forte queda do consumo das famílias -4,2%, fruto da deterioração do mercado de trabalho, das restrições de crédito e dos investimentos -10,6%.

O setor postal mundial e nacional, como outros setores econômicos da sociedade, está sendo pressionado pelas novas mídias eletrônicas de comunicação e informação, pelos novos comportamentos da sociedade, pelo processo de globalização e pela proliferação de operadores de baixo custo, que exploram nichos do mercado postal, e pelas crises econômicas recorrentes, quando não locais e internacionais, as quais reverberam globalmente em função das interdependências, cada vez mais patentes, dos países.

O setor postal mundial continua sendo impactado pelas novas tecnologias de informação e comunicação, todavia, mesmo que ainda haja baixa popularidade das novas mídias em alguns países, esse é um movimento que não pode ser desconsiderado por nenhum correio que tenha a meta de operar com sustentabilidade financeira.

Outras informações sobre as dificuldades vivenciadas em 2016 encontram-se ao longo do relatório.

2 VISÃO GERAL DOS CORREIOS

2.1 Finalidades e competências

O Decreto nº. 8.016/13, de 17 de maio de 2013, instituiu como objeto social da empresa:

- a) Planejar, implantar e explorar o serviço postal e o serviço de telegrama;
- b) Explorar serviços postais de logística integrada, financeiros e eletrônicos;
- c) Explorar atividades correlatas; e
- d) Exercer outras atividades afins, autorizadas pelo Ministério das Comunicações.

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, doravante Correios, por meio do Programa Temático 2025 – Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia – constante do Plano Plurianual do Governo (PPA) 2016-2019, tem como objetivo expandir a infraestrutura e os serviços de comunicação social eletrônica, telecomunicações e serviços postais, promovendo o acesso pela população e buscando as melhores condições de preço, cobertura e qualidade.

A Portaria nº 6.206 do Ministério das Comunicações, publicada em 13 de novembro de 2015, estabeleceu as metas para a universalização e de qualidade dos serviços postais básicos a serem cumpridas pelos Correios e dispõe sobre a entrega de objetos destes serviços, visando assegurar a existência e disponibilidade de oferta de serviços postais básicos em todo território nacional em condições de qualidade adequada e a preços acessíveis, buscando ampliar o serviço de atendimento postal, por meio de sua rede de unidades, ou por outras formas de prestação de serviço, objetivando a ampliação do serviço de distribuição postal externa.

A Portaria nº 6.202 do Ministério das Comunicações, publicada em 13 de novembro de 2015, estabeleceu as diretrizes que deverão nortear a elaboração e a aprovação da estrutura organizacional dos Correios pelos competentes órgãos sociais, de acordo com o disposto em seu estatuto social e com o objetivo de padronização de sua rede de unidades de atendimento, de forma a melhorar a prestação do serviço de atendimento postal à população.

O Plano Estratégico Correios 2020 define objetivos estratégicos corporativos de longo prazo, de modo a estabelecer desafio mensurável em determinado horizonte de tempo, concebidos a partir do planejamento de longo prazo e com vistas a fornecer orientação clara e decisiva para os negócios da organização em relação a seu futuro. Os objetivos estabelecidos visam à diversificação dos serviços oferecidos pelos Correios, bem como o atendimento ao Programa Temático 2025.

2.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios), com sede e foro em Brasília - DF, é uma Empresa Pública de Direito Privado, da Administração Indireta, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de capital fechado, tendo seu capital social constituído integralmente pela União.

Os Correios foram criados pelo Decreto-Lei nº. 509, de 20 de março de 1969, em substituição ao antigo Departamento de Correios e Telégrafos (DCT), regendo-se pela legislação federal e por seu estatuto social. Em 2011, foi aprovada a Lei 12.490, de 16 de setembro de 2011, originada da Medida Provisória 532/2011, que amplia o âmbito de sua atuação, podendo operar no exterior, bem como, dentro das atividades compreendidas em seu objeto, constituir subsidiárias e adquirir o controle ou participação acionária em sociedades empresariais já estabelecidas, podendo ainda, obedecida a regulamentação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, firmar parcerias comerciais que agreguem valor à sua marca e proporcionem maior eficiência de sua infraestrutura, especialmente de sua rede de atendimento. A exploração dos serviços de logística integrada, financeiros e postais eletrônicos também passou a ser permitida. Em decorrência desta lei, foi realizada mudança no Estatuto dos Correios por meio do Decreto nº. 8.016, de 17 de maio de 2013, ficando revogado o Decreto nº. 7.483, de 16 de maio de 2011.

O entorno regulatório dos Correios (leis, decretos, instruções normativas, resoluções, portarias governamentais), demonstrado abaixo, veicula diretrizes que afetam a atuação da empresa.

- Lei 6.404/1976 - Dispõe sobre as Sociedades por Ações
- Lei 6.538/1978 - Dispõe sobre os Serviços Postais.
- Lei 12.353/2010 - Dispõe sobre a participação de empregados nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e dá outras providências.
 - Lei 12.490/2010 - Alterou Decreto-Lei n.º 509/1969 que dispõe sobre a transformação do Departamento dos Correios e Telégrafos em empresa pública;
 - Lei 12.527/2011 - Regula o acesso à informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal
 - Lei 12.846/2013 - Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.
 - Lei 13.303/2016 - Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
 - Decreto n.º 8.016/13 - Estatuto Social da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
 - Portaria n.º 6.202, de 13 de novembro de 2015 - Norma de Diretrizes para a Padronização da Rede de Unidades de Atendimento da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
 - Portaria n.º 6.206, de 13 de novembro de 2015 - Estabelece metas de universalização e qualidade dos serviços postais básicos prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Os documentos normativos se constituem nos manuais da empresa, que consolidam a descrição dos processos na empresa e da estrutura organizacional, com suas responsabilidades e competências.

2.3 Ambiente de atuação

2.3.1 Atuação dos Correios

De acordo com as últimas estimativas da União Postal Universal (UPU) ¹, o tráfego postal mundial de objetos de correspondência segue diminuindo – variou (-3,3%) em 2015. A maior queda ocorreu no fluxo internacional (-9%), o qual respondeu por 1% do tráfego total. Ainda, o número anual de objetos postados *per capita* foi de 43,8 objetos, variando -3,52% em 2015.

Em relação à segmentação das receitas dos correios no mundo, a UPU registrou que, na média, em 2005, 50,4% das receitas totais eram obtidas com o segmento de correspondência e, em 2015, essa participação caiu para 41,4% sinalizando uma diminuição da vulnerabilidade. Ainda, os segmentos de encomendas e de serviços de logística respondiam globalmente por 11,1% das receitas totais, em média, e, em 2015, passaram a responder por 20,5%. Já o segmento de serviços financeiros respondia em 2005 por 15,3% das receitas totais dos correios no mundo e, em 2015, passou a responder por 16,3%.

Dessa maneira, as sinalizações dos mercados são de que as atividades de encomendas, logística e serviços financeiros têm potencial para recompor as receitas dos correios perdidas com o segmento de correspondência, uma vez que são atividades em rede as quais podem gerar ganhos de escala e escopo.

¹ Até a presente data não foram divulgadas, pela UPU, as estimativas de 2016.

Diante deste contexto, os correios dos países industrializados e o brasileiro estão adotando as seguintes iniciativas: diversificação das atividades para compensar as perdas com o negócio correspondências; parcerias com outros setores econômicos; incorporação de tecnologias de ponta para simplificar e reduzir despesas em toda a cadeia produtiva postal e facilitar a vida dos consumidores; foco em atividades geradoras de receitas relevantes e estratégias para conquistar novos mercados e clientes, inclusive com a compra de empresas.

Ainda para se manterem rentáveis, relevantes e atenderem às novas demandas dos clientes, os correios mundiais têm incorporado novas tecnologias em todos os eventos da cadeia produtiva postal, desde a coleta/recebimento dos objetos até a entrega final, adotando a gestão rigorosa de despesas e a otimização dos custos. Além disso, a tônica dos principais correios no mundo tem sido o enxugamento das estruturas de apoio/suporte para que os empreendimentos se tornem ágeis, flexíveis e possam atender melhor às atividades-fins.

No Brasil, os principais segmentos de atuação dos Correios são: Logística, Encomendas, Conveniência, Serviços Financeiros, Mensagem, Malote, Marketing e Internacional.

A Logística dos Correios abrange soluções nacionais e internacionais. A Logística Nacional disponibiliza ao mercado soluções para gestão da cadeia de suprimentos, desde a coleta, consolidação, tratamento e transporte, até a armazenagem, transferência de carga, gestão de estoques, distribuição e logística reversa para bens diversos, incluindo soluções de importação e exportação, soluções para comércio eletrônico, rastreamento de objetos e serviços de pós-venda. Entre as diversas operações logísticas, destacam-se três durante o ano de 2016: entrega e coleta das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em todo o Brasil para 8,7 milhões de candidatos em cerca de 20,3 mil pontos de entrega; parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para distribuição de 145 milhões de livros didáticos, acondicionados em 17 milhões de encomendas, para atender cerca de 124 mil instituições de ensino; Jogos Rio 2016, cujo contrato previu macroprocessos da operação logística relacionados a armazenagem, transporte, logística nas vilas e *venues* de competição ou não competição, entrega de encomendas nacionais e internacionais, projetos Lespeciais – medalhas, antidoping, armas de fogo e munição, perdidos e achados e pontos de vendas de ingressos. Em números, o evento esportivo é considerado o maior do planeta. Os jogos tiveram mais de 30 milhões de itens movimentados para preparar e montar os palcos por onde passaram quase 15 mil atletas de 206 países na cidade do Rio de Janeiro, além das cinco cidades do futebol (São Paulo, Brasília, Belo Horizonte, Salvador e Manaus).

No segmento de Encomendas, nos últimos anos a empresa se vê diante de um mercado cada vez mais competitivo e que tem atraído diversos *players*, inclusive empresas multinacionais, principalmente para atuarem no mercado de entrega de encomendas fracionadas para o segmento de e-commerce, aquele que vem apresentando evolução, apesar do ambiente econômico ainda desfavorável. Empresas que atuam no comércio eletrônico vêm impulsionando os números dos Correios. Com crescimento nominal de 7,4% em relação a 2015, o e-commerce brasileiro movimentou R\$ 44,4 bilhões em 2016. A Black Friday de 2016 atingiu a marca de R\$ 1,9 bilhão em um único dia, 25 de novembro, alta de 17% ante 2015. Em relação ao que afeta diretamente os produtos e serviços dos Correios, a oferta de frete grátis caiu dois pontos percentuais e 61% das compras foram feitas com frete pago em 2016. Além disso, o tempo médio de entrega prometido pelas lojas registrou redução no referido ano, se comparado ao ano anterior.

Diante desse cenário, é fato que o consumidor está cada vez mais confiante nas vendas on-line e para esse mercado os Correios possuem uma ampla opção de serviços expressos e econômicos. Destacam-se: SEDEX, SEDEX Hoje, SEDEX 10, SEDEX 12, PAC, Logística Reversa.

O segmento Conveniência é constituído de uma variedade de produtos e serviços destinados ao atendimento de necessidades dos clientes, pessoas físicas, jurídicas, empreendedores autônomos, micro e pequenos empresários e instituições públicas em seus três níveis de governo: federal, estadual e municipal.

O portfólio de produtos e serviços disponibilizados por este segmento distingue as agências dos Correios como verdadeiros centros de conveniência, com diferencial de mercado, em razão da capilaridade da rede de atendimento, que permite aos Correios estar presente em todo o território nacional e, sobretudo, próximo aos cidadãos e clientes em geral, proporcionando facilidades no atendimento às suas demandas em um único local, com comodidade e economia de tempo.

Este segmento atua em três principais frentes - filatelia, produtos e serviços especiais - ampliando o potencial da rede física dos Correios, transformando-a em pontos de atendimento geradores de receitas, tornando mais rentáveis a estrutura instalada, os investimentos e a modernização contínua da empresa:

Filatelia: cumpre o papel de disseminar a cultura dos países emissores de selos, por meio da integração de pessoas do mundo inteiro, amparada pelos princípios da universalidade, inovação, comunicação e cooperação em torno da prática do colecionamento das emissões filatélicas. Registra os valores culturais das sociedades, preservando o legado histórico a ser transmitido às gerações futuras, dado o volume de informações que os selos veiculam. Com 25 emissões de selos postais comemorativos e especiais em 2016, a produção em quantidade de selos foi de 15,2 milhões, gerando uma receita de aproximadamente R\$ 54 milhões para o segmento. Destacam-se as emissões referentes aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, Lubrapex 2016 e as com temáticas ambientais, enfatizando a beleza das emissões Frutas do Cerrado, Borboletas Brasileiras e GeoPark Araripe. Ratificando a importância da filatelia no contexto dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, os Correios emitiram 2,4 milhões selos celebrando os jogos por meio das emissões: Selos Rio 2016, Celebração dos Jogos Olímpicos, Celebração dos Jogos Paralímpicos e Jogos Rio 2016 - Arenas Olímpicas e Paralímpicas, satisfazendo, com isso, as demandas nacionais e internacionais do colecionismo temático.

Produtos: representam itens de linhas convencionais, básicas e temáticas disponibilizados nas agências físicas e na loja virtual Correios On-line. São embalagens, personalizados (selos e demais produtos de valor para pessoas físicas e jurídicas), aerogramas de datas comemorativas e nacionais, cartões-postais, cartões comemorativos, entre outros. Destacam-se os produtos licenciados referentes aos jogos Rio 2016, disponibilizados para comercialização nas agências e loja virtual, por meio de consignação (copos, pins, bonés e pelúcias, entre outros).

Serviços: possibilitam o atendimento aos clientes, ampliando o conceito de comodidade e o posicionamento dos Correios como empresa focada no cidadão. Por meio de atendimento presencial, os clientes contam com os seguintes serviços: Certificação Digital; Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT); recarga virtual; recebimento de inscrições; cadastramento de CPF; Vale Postal Eletrônico; Caixa Postal; Achados e Perdidos. Com a evolução do Sistema de Terceiros (STER), que permite flexibilidade no desenvolvimento e integração de soluções junto aos convenientes de forma ágil e segura, foi possível a diversificação de serviços prestados nas agências, como por exemplo o desenvolvimento de soluções voltadas para o segmento de trânsito (Detran).

No segmento Financeiro, o Banco Postal opera em conjunto com o Banco do Brasil desde 2012 e constitui-se em uma grande rede de atendimento de serviços bancários disponibilizada à sociedade brasileira. Presente em 5.246 municípios e perfazendo uma cobertura de mais de 94% do total de localidades, o Banco Postal segue firme em sua missão de atuar como importante instrumento de inclusão financeira e agente participativo na promoção do desenvolvimento econômico e social do país.

O segmento de Mensagem propicia serviços para o envio de correspondências particulares, sociais e comerciais. Esse segmento é composto por vários produtos, sendo que os principais são carta e FAC.

Uma das características da carta é a possibilidade de envio de correspondência com até 500 gramas, embora a maior quantidade de cartas transitadas nos Correios pese até 20 gramas. Outro benefício para esse produto é que podem ser utilizados os serviços adicionais, agregadores de valor, quais sejam registro, aviso de recebimento e mão própria, entre outros.

O FAC atende a grandes corporações, mediante contrato. Sua principal característica é distribuir grandes volumes de objetos de forma prática e rápida. Além disso, também propicia serviços adicionais, inclusive devolução eletrônica, sem a necessidade de devolução física do objeto.

O segmento Malote consiste no serviço de coleta, transporte e entrega com regularidade e frequência definidas, em todo o território nacional, de remessa agrupada de objetos de mesma ou de diversas naturezas quando, pelo menos, um deles for sujeito ao regime de exclusividade.

Permite o trâmite de documentos/objetos entre unidades de um mesmo órgão e/ou de órgãos diferentes, agilizando e facilitando o fluxo de informações, documentos e objetos. O contratante escolhe os dias de frequência semanal de expedição dos malotes e os Correios coletam e entregam nos destinos conforme programação.

O segmento de Marketing é utilizado para o envio de publicações, bem como para a divulgação de produtos, serviços e marcas. Seus principais serviços são Mala Direta (endereçada e não endereçada), Entrega Direta, Resposta Comercial e Impressos.

No contexto internacional, os Correios atuam em consonância com a Convenção Postal Universal e demais regulamentos da União Postal Universal (UPU). Nesse contexto, o correio brasileiro forma, juntamente com os demais operadores designados de outros países, a maior rede logística do planeta. Com essa atuação global, a empresa oferece os serviços postais que chegam a mais de 200 países e, ao mesmo tempo, garante a entrega em todo o Brasil de remessas postais oriundas desses países. Essa extensa cobertura logística torna os Correios um parceiro fundamental para o desenvolvimento do e-commerce transfronteiriço. No Brasil, os Correios oferecem várias modalidades de serviços internacionais para o envio de documentos, correspondências, bens e mercadorias. Destacam-se os serviços Importa Fácil e o Exporta Fácil.

2.3.2 Concorrentes e parceiros

Os serviços postais no Brasil são regulados pela Lei nº. 6.538, de junho de 1978, que estabelece as diretrizes norteadoras da sua execução, e são prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, empresa pública federal, criada pelo Decreto-lei nº. 509, de 20 de março de 1969, a qual compete executar e controlar, em regime de exclusividade, os serviços postais em todo o território nacional.

No que tange aos serviços postais exclusivos, a Lei nº. 6.538/78, em seu artigo 9º, estabelece as atividades que são de prestação exclusiva dos Correios:

“Art. 9º - São exploradas pela União, em regime de monopólio, as seguintes atividades postais:

I - recebimento, transporte e entrega, no território nacional, e a expedição, para o exterior, de carta e cartão-postal;

II - recebimento, transporte e entrega, no território nacional, e a expedição, para o exterior, de correspondência agrupada;

III - fabricação, emissão de selos e de outras fórmulas de franqueamento postal.”

Para os serviços no segmento concorrencial, os principais produtos são: SEDEX; SEDEX 10; SEDEX 12; SEDEX Hoje; PAC; Disque Coleta; Logística Reversa; Pagamento na Entrega; Mala Direta e serviços de postagem e entrega internacional.

2.3.2.1 Principais concorrentes

O mercado de operadores logísticos no Brasil é composto atualmente por cerca de 160 empresas, com faturamento médio mensal estimado em R\$ 279 milhões por empresa, segundo dados da Associação Brasileira de Operadores Logísticos (Abol). Ressalte-se que, pela ausência de regulamentação no setor logístico brasileiro, outras empresas de transporte também concorrem com os Correios, levando este número para próximo de 770 mil concorrentes inscritos no Registro

Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga (RNTRC) da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

No segmento de encomendas, nos últimos anos, com o crescimento do e-commerce, a concorrência no serviço de entregas fracionadas cresceu exponencialmente. Além disso, com o amadurecimento do mercado, a oferta de serviços no segmento se tornou comoditizada, ou seja, os atributos prazo, informação e muitas vezes abrangência se tornaram equiparados, fazendo com o que o preço se tornasse um grande diferencial na escolha do prestador do serviço. Tal constatação acaba por pressionar as empresas a reduzirem suas margens, enxugando custos para oferecer preços ainda mais competitivos no mercado.

A concorrência no segmento de logística internacional, ao lado do setor das encomendas nacionais, é uma das mais acirradas para os Correios no Brasil. Nesse sentido, cita-se a atuação de empresas de courier (DHL, Fedex, TNT e UPS), operadores logísticos globais. No mercado de encomendas, citam-se as empresas nacionais concorrentes: Transfolha, Total Express, Direct, JadLog, TAM Cargo, Gollog e Braspress, dentre outras.

2.3.2.2 Principais parceiros

Quadro 1: Principais Parceiros

Principais Parceiros	Descrição
Associação Brasileira de Comércio Eletrônico (ABCOMM)	A associação reúne representantes de lojas virtuais e empresas nas áreas de tecnologia da informação, organização de eventos, portais de notícias e serviços de marketing para trocar experiências e abrir espaço para que micro e pequenas empresas tenham participação nas discussões sobre o mercado digital brasileiro. Os Correios são filiados à associação desde o seu início e participam da pesquisa de logística que acontece a cada dois anos, com um tópico específico.
Agências de Correios Comunitárias (AGC)	Parcerias formalizadas por meio de convênio com os entes públicos interessados, na sua maioria prefeituras municipais, a fim de viabilizar atendimento, no mínimo, da prestação de serviços básicos postais em pequenas localidades com população superior a 500 habitantes, bem como em áreas urbanas onde predomine o interesse social e a exploração econômica de serviços postais não se mostre viável.
Agência Franqueada (AGF)	Franquia postal criada pela Lei 11.668/2008, regulamentada pelo Decreto 6.639/2008 e pela Portaria nº 384/2011 do MC, por meio da qual é outorgada a uma pessoa jurídica de direito privado a execução de atividades de atendimento e auxiliares ao serviço postal. As atividades auxiliares ao serviço postal consistem na venda de produtos e serviços disponibilizados pelos Correios.
Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico (Câmara-e.net)	Há mais de 13 anos os Correios mantêm parceria com a Câmara-e.net, por meio de patrocínio ao Ciclo MPE.Net e integrando o conselho da associação. O Ciclo MPE.Net tem o objetivo de capacitar o microempreendedor em comércio eletrônico, com foco em infraestrutura, operação e marketing. Durante os ciclos, os Correios realizam palestras, oficinas e ações promocionais orientadas à logística do comércio eletrônico.
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)	Os Correios atuam em conjunto com o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e com a Receita Federal do Brasil na implementação do novo processo de exportação, realizado por meio de Declaração Única de Exportação (DU-E), que busca adequar o controle aduaneiro e administrativo ao processo logístico das exportações.
Banco do Brasil	Contrato de correspondente no País – Banco Postal, com vistas à prestação de serviços. O serviço é regulado pelo Banco Central do Brasil, nos termos das Resoluções 3954/2011, 3959/2011, 4035/2011 e 4042/2011 do Conselho Monetário Nacional, e pelo Ministério das Comunicações, nos termos da Portaria 588/2000.
Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)	Convênio de parceria para prestação de serviço de Certificação Digital como autoridade registradora.
Casa da Moeda	Contrato para produção de selos.
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)	O Sebrae atua com foco no fortalecimento do empreendedorismo e na aceleração do processo de formalização da economia por meio de parcerias com os setores público e privado, programas de capacitação, acesso ao crédito e à inovação, estímulo ao associativismo, feiras e rodadas de negócios. É parceiro dos Correios em grandes projetos como o Cartão Correios Fácil, Ciclos de Atendimento Permanente e o Movimento Compre do Pequeno. Vale destacar também o patrocínio dos Correios nas etapas da Feira do Empreendedor pelo Brasil.

Principais Parceiros	Descrição
Secretaria da Receita Federal	Convênio de parceria para prestação de serviço de CPF nas agências dos Correios. Desenvolvimento do Novo Modelo de Importação pelo Canal Postal, que tem como objetivo agilizar o processo de nacionalização das remessas postais, aliado à melhoria do controle aduaneiro dessas remessas. O novo modelo estabelece uma prevalência da fiscalização eletrônica em substituição à inspeção física das remessas postais, mantendo-se um regime especial de tributação para essas importações por via postal.
Polícia Federal	Os Correios possuem acordo de cooperação técnica com a Polícia Federal visando a coordenação e/ou execução de ações integradas, destinadas à prevenção e repressão a ilícitos penais, bem como ao planejamento de ações e desenvolvimento de projetos institucionais e de interesse comum, voltados para a área de recursos humanos, inteligência e tecnologia da informação, dentre outros.

Fonte: VIENC/VILOG/VIREV

2.3.3 Expectativa da população e estrato da população quanto à atuação dos Correios

Por ser um mercado onde os procedimentos envolvidos são bastante complexos, não basta entregar, é preciso atender às expectativas dos clientes. Por isso a necessidade dos operadores logísticos de se adaptarem a este mercado oferecendo prazos e preços adequados, Acordos de Nível de Serviço e informações de entrega, sempre preparados para atender as tendências para transporte, armazenagem e distribuição nesse setor, o que envolve conhecer as perspectivas de crescimento do mercado, principalmente com a entrada de consumidores da classe C e D, adequar preços dos produtos/serviços, possuir uma logística reversa eficaz e tecnologia aplicada à gestão operacional, incluindo ferramentas de visibilidade e softwares de gestão de armazéns (WMS) e gestão de transporte (TMS). O rastreamento (*tracking*) de todas as etapas do transporte é um diferencial, juntamente com a confirmação em tempo real da efetivação da entrega.

Os Correios atendem a todas as camadas sociais, níveis de renda ou educação, visto que a infraestrutura postal exerce relevante influência no crescimento e desenvolvimento do Brasil, ao tempo em que proporciona à população brasileira, distribuída nos 5.570 municípios do país, acesso aos serviços postais e aos serviços financeiros, oferecendo o encaminhamento e recebimento de objetos postais (cartas, telegramas e encomendas) e viabilizando ainda a prestação de serviços de transferências financeiras (pagamento de contas, recebimento de benefícios, remessas de numerários e serviços bancários básicos) por intermédio do Banco Postal.

Alinhados às metas de universalização postal estipuladas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), os Correios desenvolveram esforços com a finalidade de expandir os serviços de atendimento postal e distribuição postal aos distritos com população igual ou superior a 500 habitantes, conforme se segue:

Atendimento Postal - Ampliou-se o atendimento postal a 134 distritos, cuja população perfaz um total de 313.698 habitantes, conforme informações do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2010. Com isso, atingiu-se um percentual anual acumulado de 99,50% da meta de universalização dos serviços postais básicos.

Distribuição Postal - A entrega de objetos postais se ampliou a 207 distritos com população superior a 500 habitantes, possibilitando que 190.755.799 habitantes sejam favorecidos com a prestação serviços de distribuição postal com base nos últimos dados censitários. Assim, atingiu-se um percentual anual acumulado de 85,9%, superando a meta de universalização postal estabelecida de 85,83% para distribuição postal externa. Convém enfatizar que os Correios realizam distribuição domiciliária em 8.439 localidades com mais de 500 habitantes, considerando toda a sua rede.

A rede de atendimento dos serviços postais finalizou o exercício com 30.970 pontos, dos quais 13.105 são unidades de atendimento, sendo 6.495 agências próprias e 6.610 terceirizadas. Algumas agências hoje também realizam distribuição interna de objetos postais, em situações de impossibilidade da entrega externa em área com restrição de entrega; objetos a cobrar pelo destinatário e entrega de objetos internacionais quando há necessidade de pagamento de tributos.

2.3.4 Ameaças e oportunidades

Os Correios reavaliam a capacidade organizacional de aproveitar as oportunidades e de atenuar as vulnerabilidades e ameaças, por meio da matriz SWOT, que é uma ferramenta de avaliação do posicionamento estratégico das empresas no mercado e formulação de estratégias alternativas. Ainda, permite efetuar uma síntese das análises internas e externas, identificar elementos-chave para a gestão da empresa, estabelecer prioridades de atuação e ilustra como as oportunidades e ameaças externas com que a empresa se depara podem ser combinadas com as suas forças e fraquezas internas.

A matriz SWOT foi atualizada no Plano Estratégico Correios 2020 - Ciclo 2015/2018 em função da dinamicidade do mercado, visando identificar os fatores que afetam sua capacidade de manter-se sustentável e verificar a capacidade dos elementos do ambiente interno (forças e fraquezas) em otimizar ou neutralizar os elementos do ambiente externo (oportunidades e ameaças). Dentre as ameaças identificadas, destacam-se o crescimento da concorrência e o surgimento de produtos substitutos. As principais oportunidades identificadas são comércio eletrônico e políticas públicas.

Todavia, para atender à Lei de Responsabilidade das Estatais nº 13.303/2016, no que se refere ao inciso II § 1º do Artigo 23, e às recomendações do Conselho de Administração, foi necessário realizar nova avaliação do planejamento estratégico. Dessa maneira, no final do segundo semestre de 2016, iniciou-se o Programa de Transformação dos Correios, que apresenta como um dos seus objetivos a atualização da estratégia da empresa em conformidade com a referida lei.

O setor postal tem sido duramente desafiado ao longo dos últimos 20 anos pelas novas tecnologias de comunicação e informação. Assim, vários correios têm se revolucionado para continuarem cumprindo seus papéis seculares. Dentre as medidas que estão sendo tomadas pelos correios vanguardistas estão: foco nos clientes (remetentes e destinatários), adoção de modelos sustentáveis de negócio, incorporação de novas tecnologias de informação e comunicação, gestão de custos, diversificação de negócios, adoção de práticas de gerenciamento já consagradas pela iniciativa privada, revisão de todos os processos para melhorar a produtividade e a eficiência, aumento da automação, mudança da cultura organizacional orientada para o mercado, lançamento sistemático de serviços e produtos com possibilidades de customização, incorporação de novos atributos aos negócios com o objetivo de aumentar a competitividade, inovação em processos, produtos e serviços e definição de políticas claras em relação ao social e ao meio ambiente.

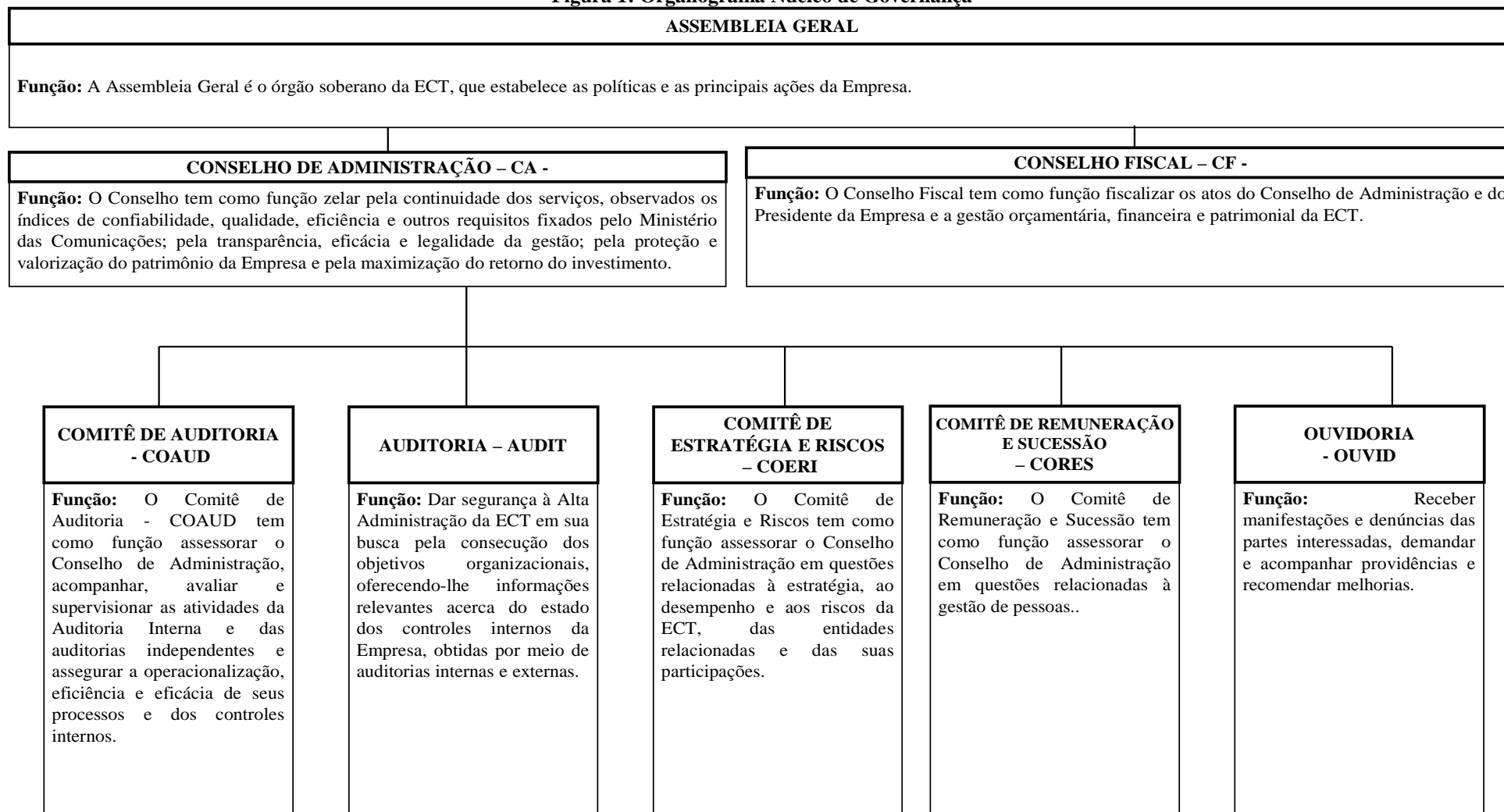
O ambiente social tem se transformado rapidamente nos últimos anos. O advento das redes sociais mudou a forma das pessoas interagirem umas com as outras e das empresas com os seus clientes, gerando novos negócios. Essa tendência se reverte em uma excelente oportunidade de negócio para o segmento de encomenda, já que haverá uma necessidade real de transporte de mercadorias. Exemplo concreto dessa nova realidade é o surgimento dos *marketplaces*, que reúnem várias lojas em um ambiente virtual único para comercialização de produtos.

Dentre as tecnologias que deverão ser amplamente aplicadas ao segmento de encomendas e logística destaca-se o *Radio Frequency Identification* – Identificação por Rádio Frequência (RFID), utilizada para identificar, rastrear e gerenciar produtos e documentos de forma mais efetiva do que a leitura de códigos de barras. Trata-se de uma oportunidade já identificada pelos Correios, com realização de projeto piloto em parceria com a UPU.

Outra tendência que tem ganhado destaque é a economia compartilhada, consistindo em uma ameaça para a empresa. O rápido crescimento do varejo on-line tem levado à busca de novas formas de entrega na “última milha”, com redução de custos, fomentando o surgimento de redes de entregas colaborativas, a exemplo do Shippify.

2.4 Organograma

Figura 1: Organograma Núcleo de Governança



Fonte: DPLAN

Figura 2: Organograma Presidência (PRESI)

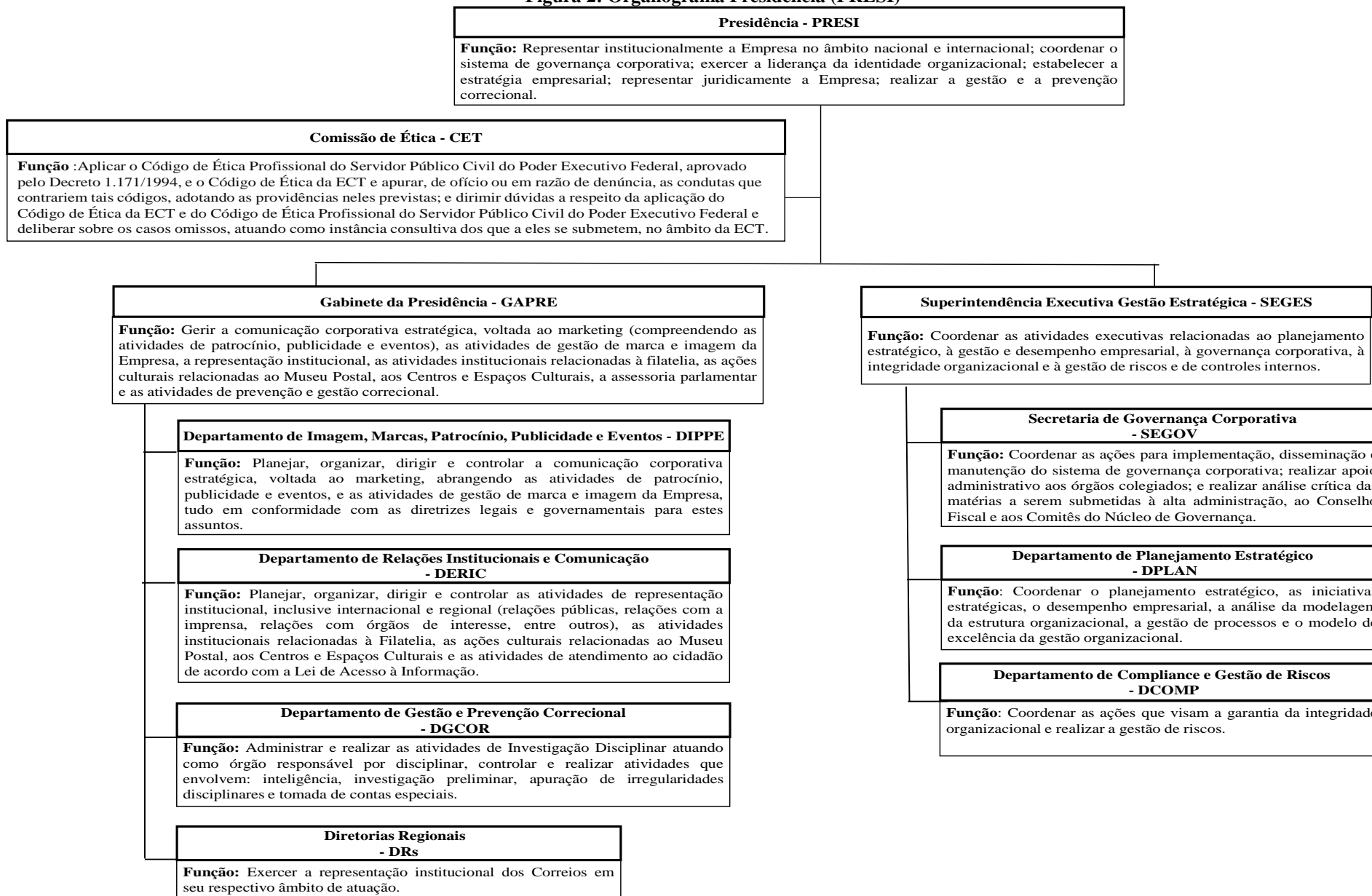
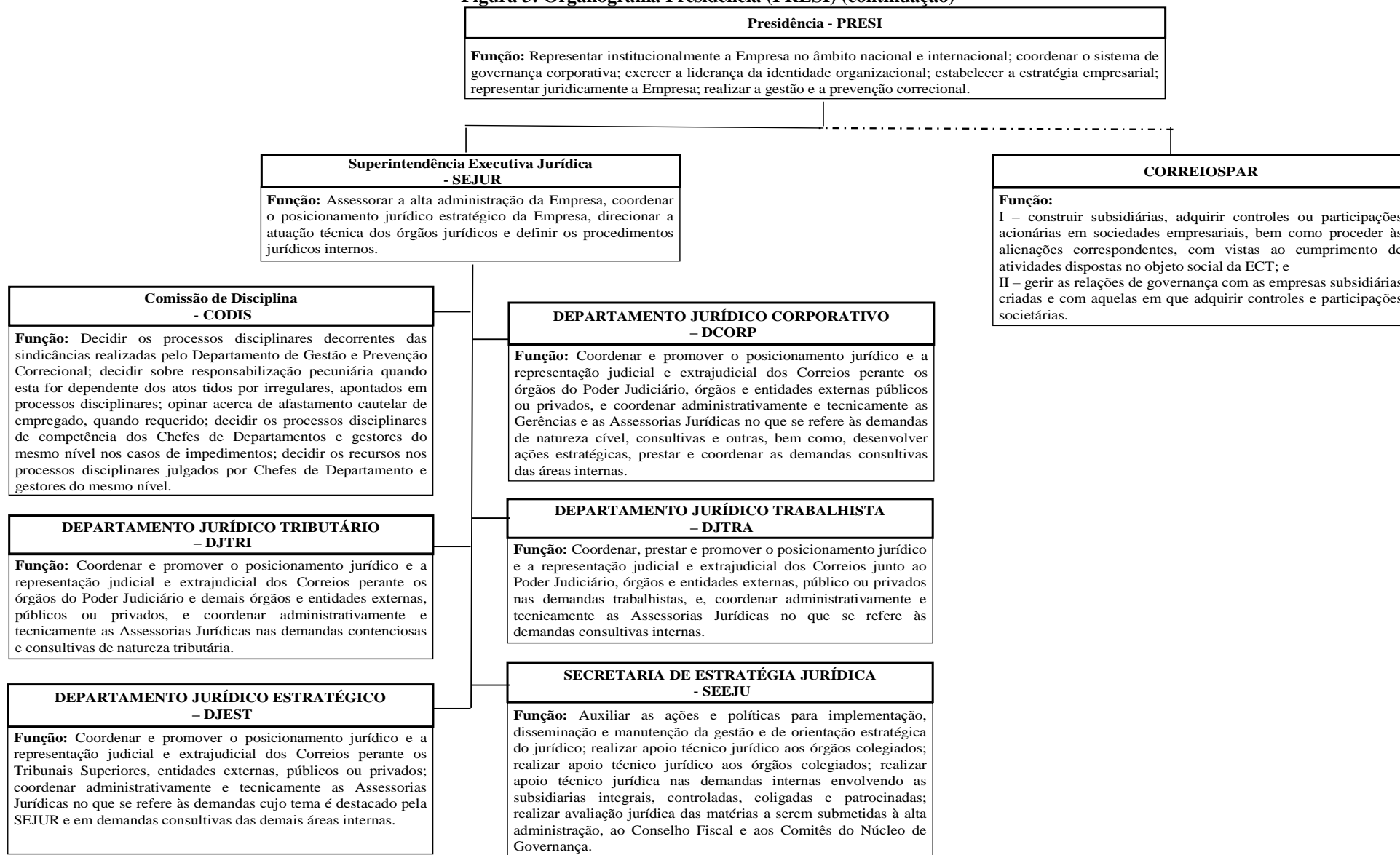
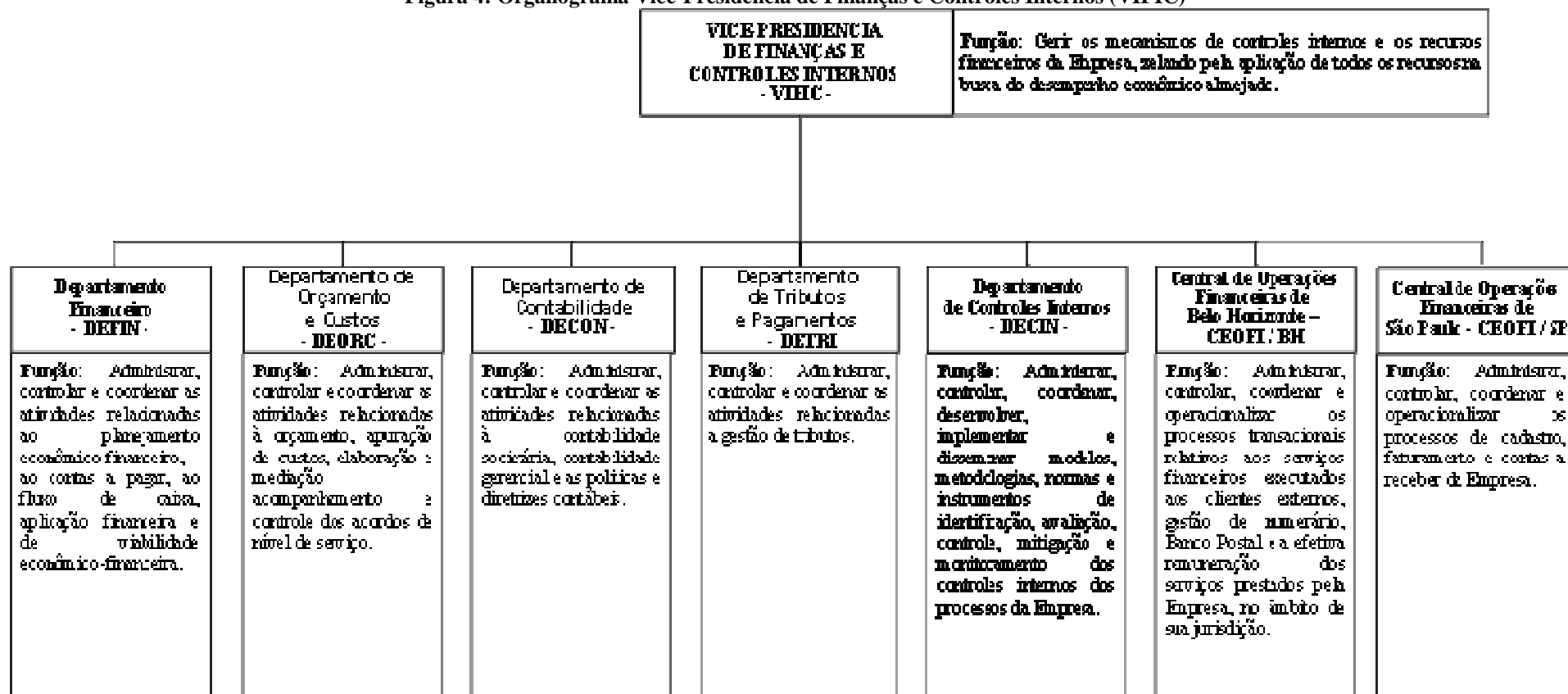


Figura 3: Organograma Presidência (PRESI) (continuação)



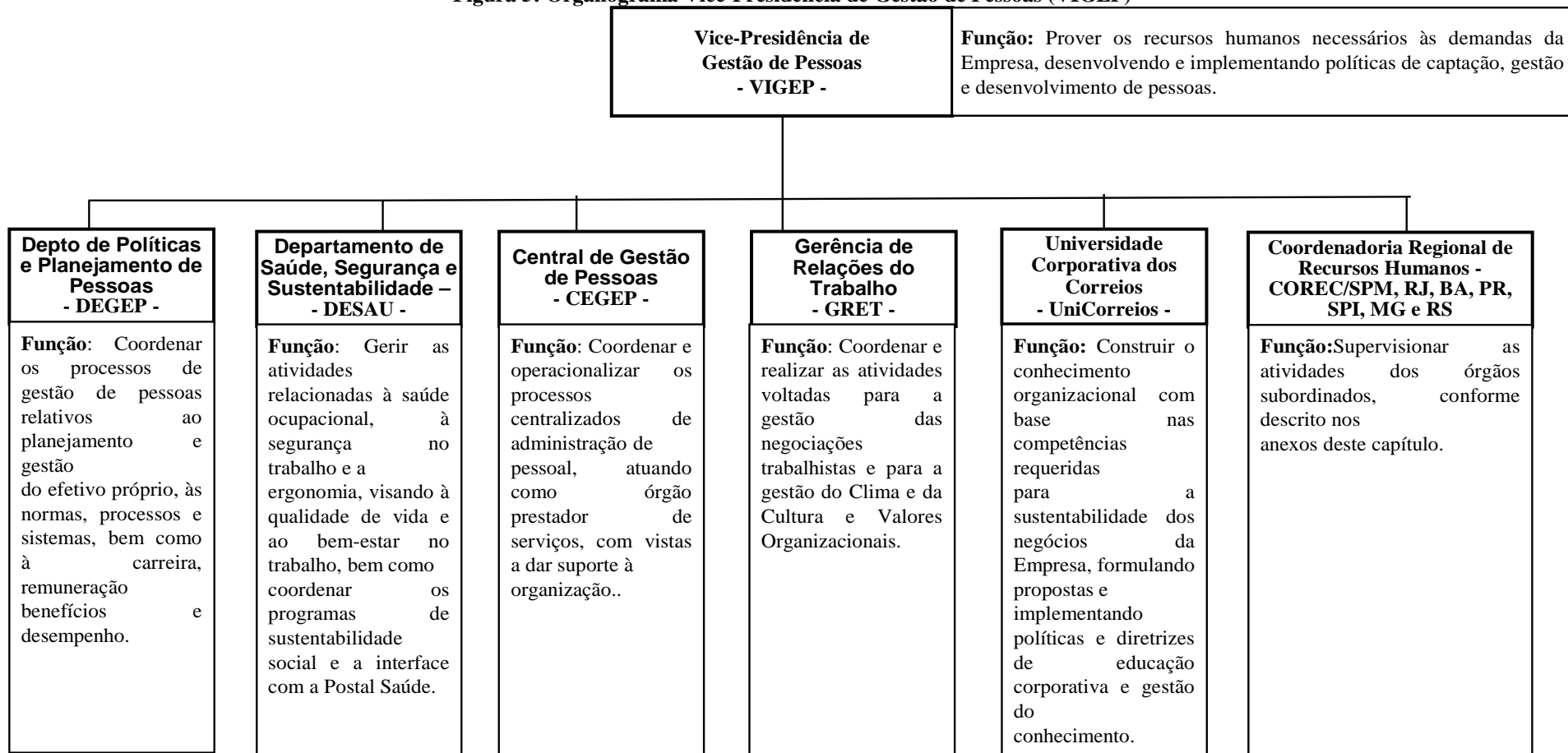
Fonte: DPLAN

Figura 4: Organograma Vice-Presidência de Finanças e Controles Internos (VIFIC)



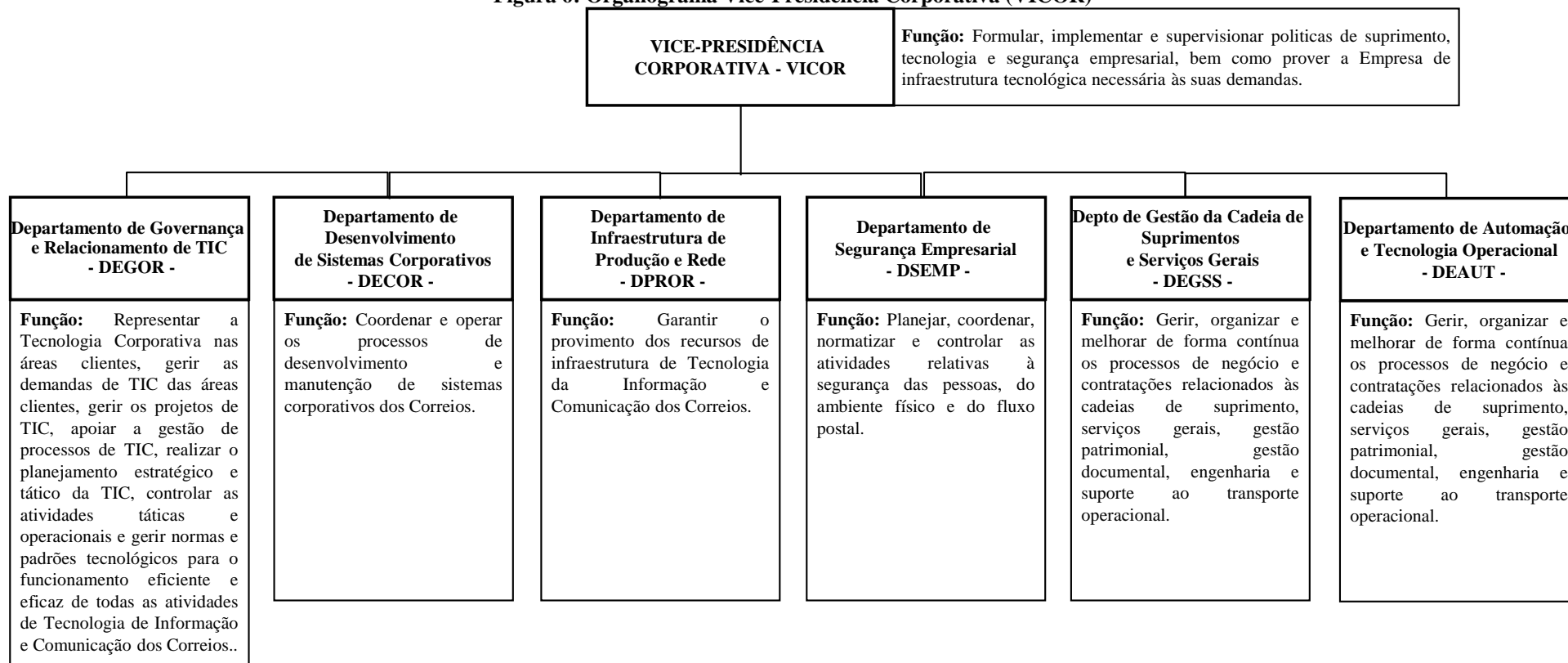
Fonte: DPLAN

Figura 5: Organograma Vice-Presidência de Gestão de Pessoas (VIGEP)



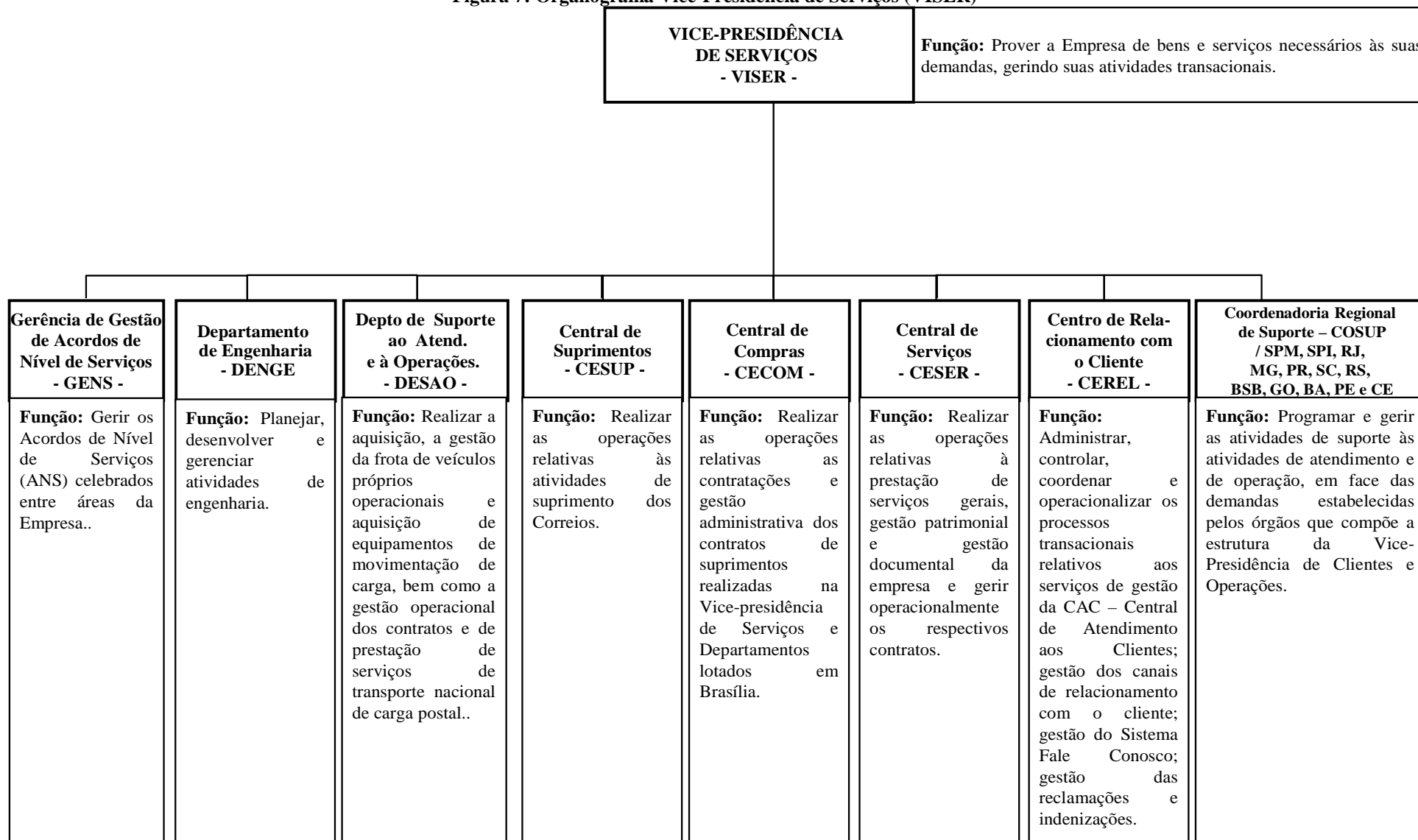
Fonte: DPLAN

Figura 6: Organograma Vice-Presidência Corporativa (VICOR)



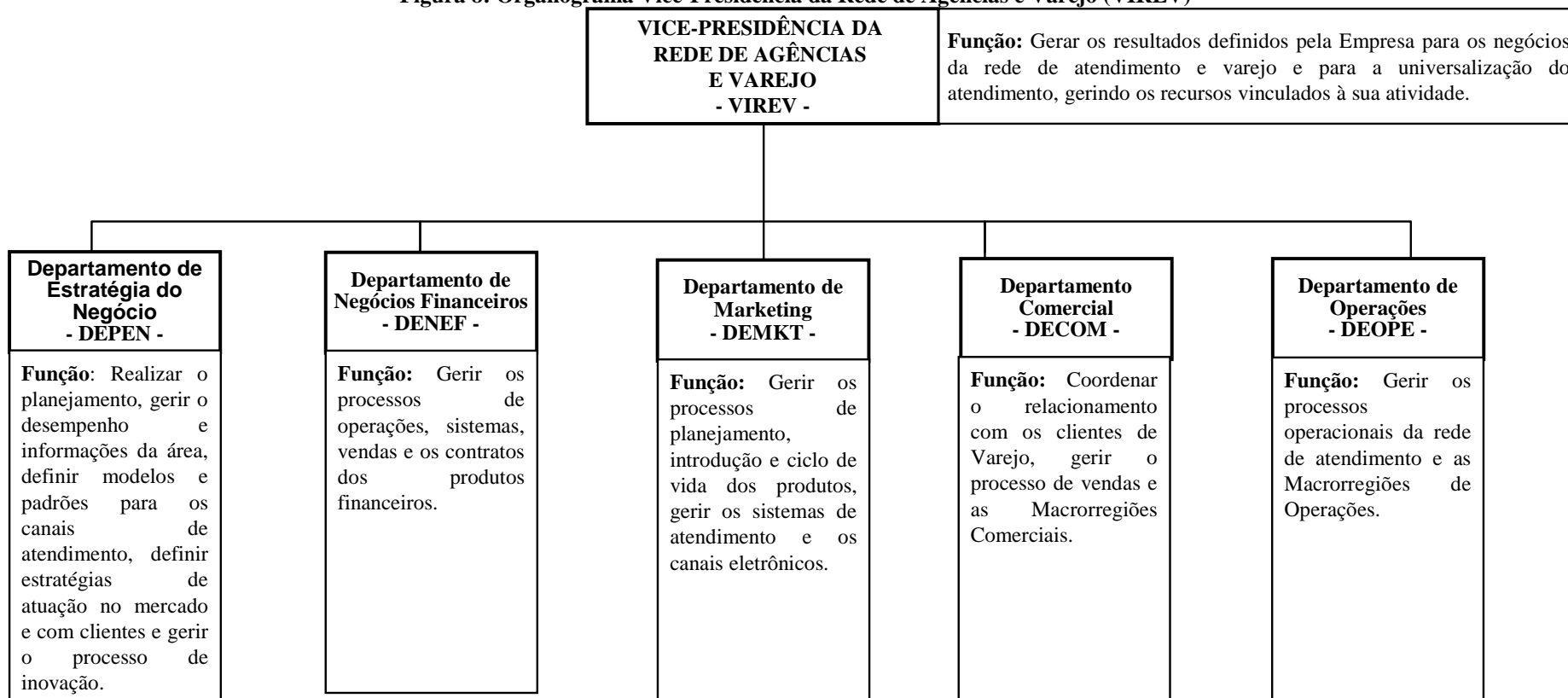
Fonte: DPLAN

Figura 7: Organograma Vice-Presidência de Serviços (VISER)



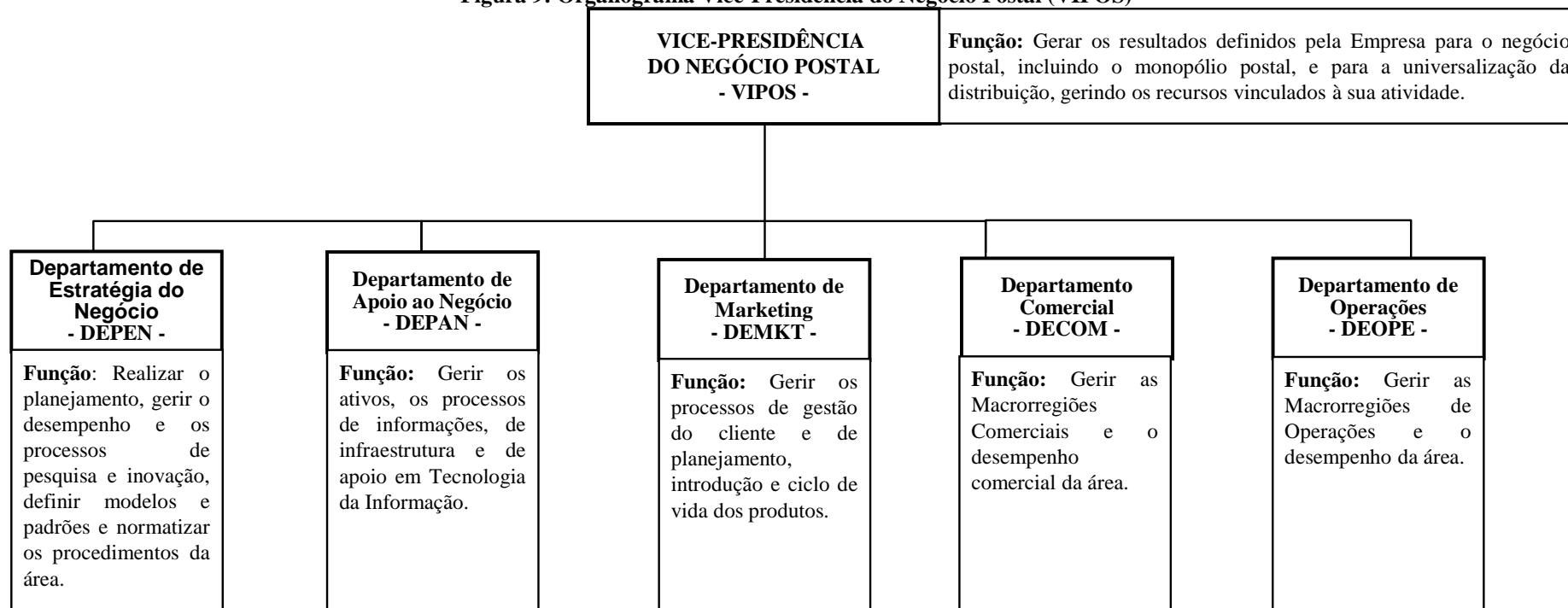
Fonte: DPLAN

Figura 8: Organograma Vice-Presidência da Rede de Agências e Varejo (VIREV)



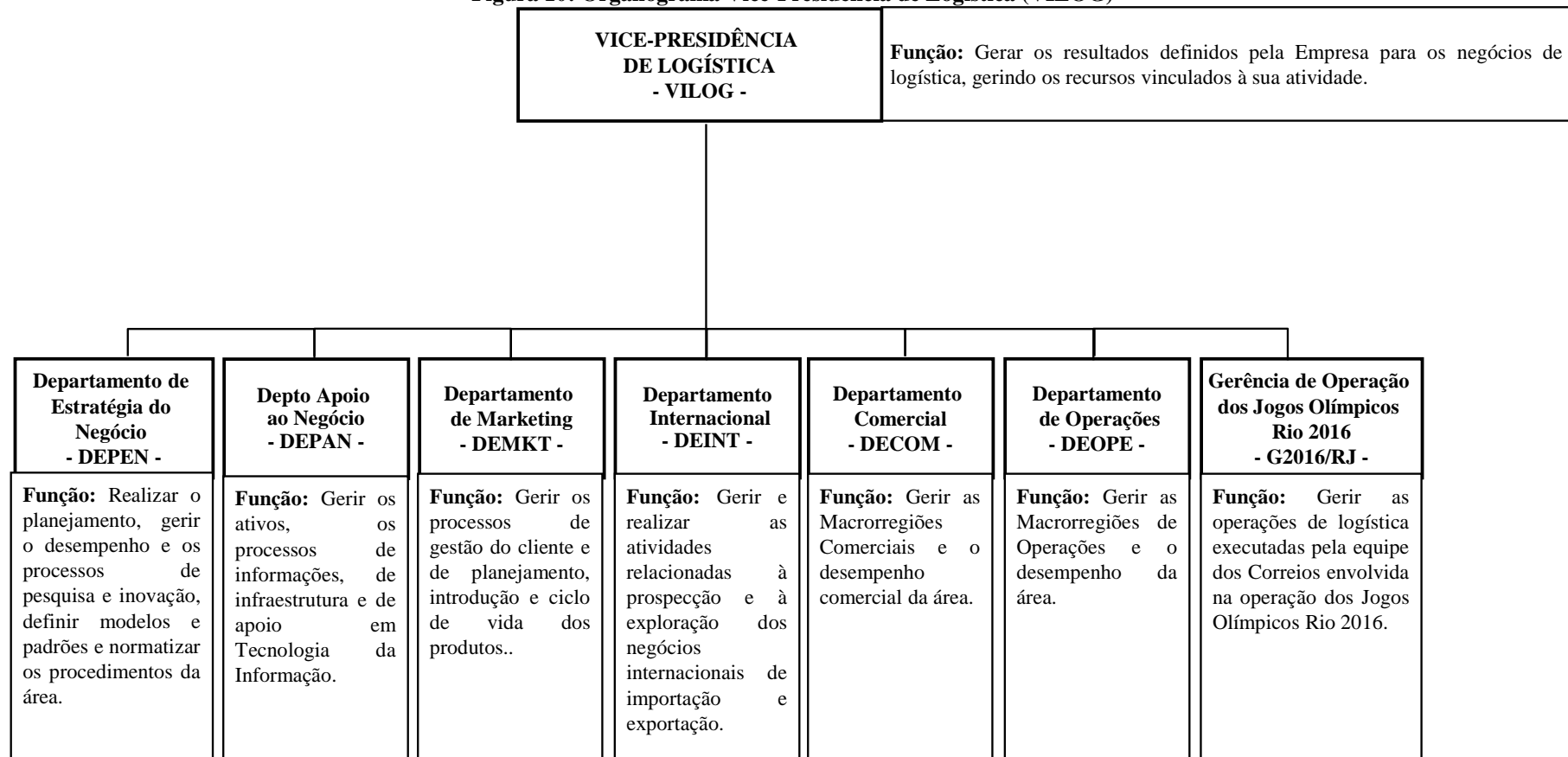
Fonte: DPLAN

Figura 9: Organograma Vice-Presidência do Negócio Postal (VIPOS)



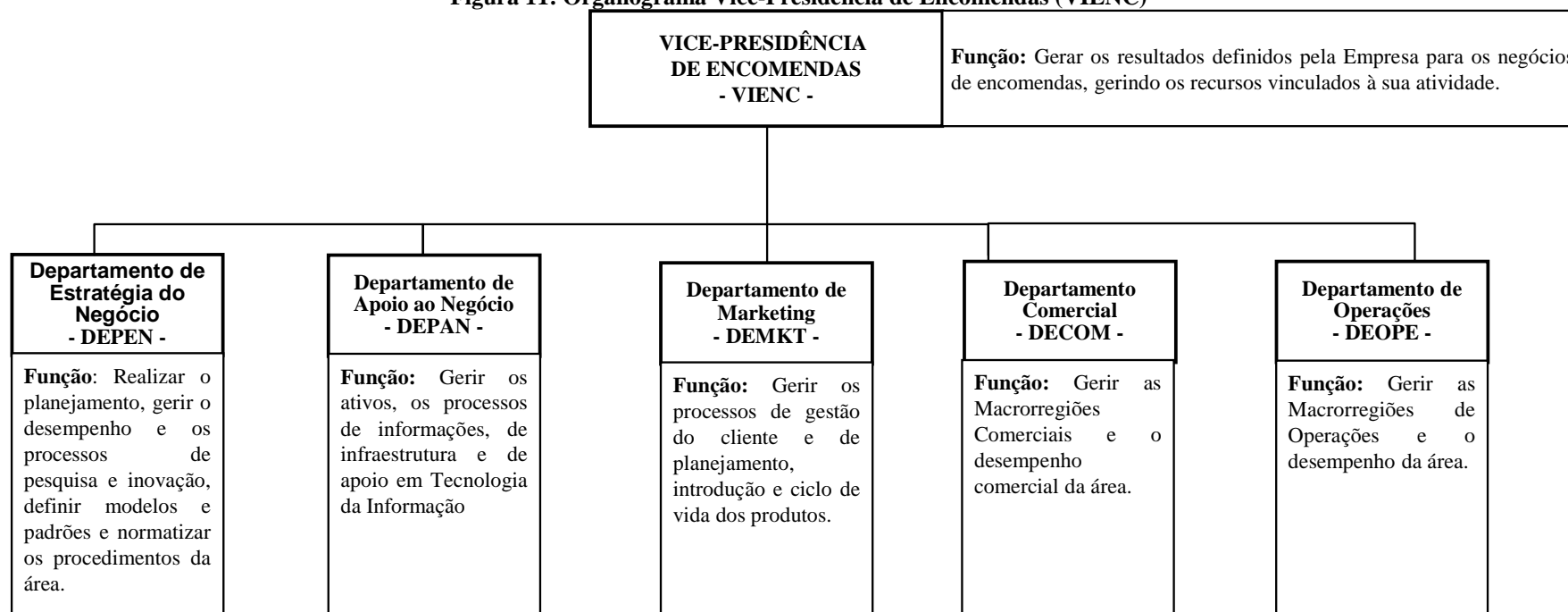
Fonte: DPLAN

Figura 10: Organograma Vice-Presidência de Logística (VILOG)



Fonte: DPLAN

Figura 11: Organograma Vice-Presidência de Encomendas (VIENC)



Fonte: DPLAN

O **anexo 1** traz informações sobre os titulares responsáveis pelas áreas/subunidades estratégicas com os respectivos períodos de atuação e cargos. As competências de cada subunidade estão descritas nos organogramas anteriores.

2.5 Macroprocessos finalísticos

No ano de 2016, concluiu-se a revisão da cadeia de valor da empresa. Assim, o macroprocesso finalístico “Prestar Serviços de Correios” passou a abarcar os processos de desenvolver produtos, comercializar produtos, realizar atendimento/captação, realizar tratamento, realizar transporte, realizar distribuição e realizar pós-venda. Estes processos produzem diferentes propostas de valor para diferentes segmentos de clientes de acordo com as respectivas Unidades Estratégicas de Negócio, conforme detalhamento no quadro abaixo.

Quadro 2: Detalhamento do macroprocesso finalístico “Prestar Serviços de Correios”

Processo	Descrição	Produtos e serviços	Principais clientes	Subunidades responsáveis
Prestar serviços de encomendas	O processo tem como objetivo a entrega de bens e informações com confiabilidade, efetividade e competitividade. Os principais processos são desenvolver produto, comercializar produto, realizar atendimento /captação, realizar tratamento, realizar transporte, realizar distribuição e realizar pós-venda.	Encomendas e Malotes	Comércio convencional, comércio eletrônico, indústria, serviços, operadores logísticos, Governo, varejo.	VIENC
Prestar serviços postais	O processo tem como objetivo a comunicação efetiva, acessível e econômica. Os principais processos são desenvolver produto, comercializar produto, realizar captação, realizar tratamento, produzir, realizar transporte, realizar distribuição e realizar pós-venda.	Mensagens e Marketing Direto	Governo, empresas, bancos, empresas de serviços de telecomunicações, pessoas físicas, entidades associativas	VIPOS
Prestar serviços com conveniência	O processo tem como objetivo prestar multisserviços com conveniência. Os principais processos são desenvolver produto, comercializar produtos, realizar atendimento e realizar pós-venda.	Serviços financeiros (Banco Postal), produtos e serviços de terceiros e produtos e serviços de correios.	Pessoa física, PJ – classificados como clientes G, contratantes dos canais de varejo	VIREV
Prestar serviços de logística integrada	O processo tem como objetivo prestar serviço de logística integrada. Os principais processos são desenvolver produto, comercializar produto, realizar captação, realizar tratamento, armazenar, realizar transporte, realizar distribuição e realizar pós-venda.	Logística integrada	Governo e empresas	VILOG

Fonte: DPLAN

No que se refere aos principais insumos e fornecedores que concorreram para execução dos processos, bem como aos principais parceiros externos aos Correios, que contribuíram para consecução dos resultados e serviços decorrentes de cada processo, o quadro a seguir resume os principais insumos, fornecedores e parceiros essenciais para cada negócio.

Quadro 3: Principais insumos, fornecedores e parceiros

Processo	Principais insumos	Principais fornecedores	Principais parceiros
Prestar serviços de encomendas	Recursos de transporte aéreo, rodoviário e urbano. Infraestrutura de comércio eletrônico.	Transportadoras e empresas de prestação de serviços.	Mercado Livre e fornecedores de soluções de comércio eletrônico. Agências Franqueadas.
Prestar serviços postais	Recursos de transporte aéreo, rodoviário e urbano. Infraestrutura de digitalização e impressão de documentos.	Transportadoras e empresas de prestação de serviços. Empresas prestadoras de serviços de digitalização e impressão de documentos.	Agências Franqueadas.
Prestar serviços com conveniência	Instalações, móveis e equipamentos. Infraestrutura de hardware, software e rede de comunicação.	Fornecedores de Instalações, móveis e equipamentos. Fornecedores de infraestrutura de hardware, software e rede de comunicação.	Agências Franqueadas. Banco do Brasil (Banco Postal).
Prestar serviços de logística integrada	Recursos de transporte aéreo, rodoviário e urbano. Infraestrutura e tecnologias de movimentação e armazenamento de cargas. Armazéns.	Transportadoras e empresas de prestação de serviços. Fornecedores de infraestrutura e tecnologias de movimentação e armazenamento de cargas.	-

Fonte: DPLAN

No ano de 2016, iniciou-se o Gerenciamento e Melhoria do Processo de Negócio “Prestar Serviços de Encomendas”, em uma visão ponta a ponta, e a modelagem de todos os seus processos finalísticos, com vistas à implantação de ações complementares para a sua transformação.

2.6 Participação em outras sociedades

Quadro 4: Investimentos permanentes em outras sociedades

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - Correios		
Ações Ordinárias (% de participação)	Posição em	
Empresa Investida	31/12/2016	31/12/2015
CORREIOS PARTICIPAÇÕES S/A – CORREIOSPAR	100%	100%
Ações Preferenciais (% de participação)	Posição em	
Empresa Investida	31/12/2016	31/12/2015
-	-	-

Fonte: VIFIC

Em que pese na Correiospar não ter havido a formalização de aquisição ou criação de subsidiárias, encontram-se em fase de estudos e planejamento projetos de constituição e aquisição de empresas nos segmentos de logística, transporte e financeiros dentre outros segmentos alinhados aos segmentos de atuação do controlador. Ressalte-se que o perfil das empresas constituídas ou adquiridas pela Correiospar estará, em todos os casos, aderente ao objeto social dos Correios. A Correiospar atua em iniciativas, juntamente com os Correios, em projetos que estão em desenvolvimento e outras que estão em estágio preliminar, mas que direcionam as ações da empresa na busca de apoio ao controlador na geração de receitas.

2.7 Principais eventos societários ocorridos em 2016

Os Correios, no exercício de 2016, não venderam ou adquiriram ações do capital social de empresas bem como não concretizaram participação em outras sociedades.

3 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

3.1 Planejamento organizacional

O Plano Estratégico dos Correios estabeleceu desafios, com vistas a se tornar uma empresa para fazer parte de um rol de organizações que se destacam pelas suas práticas e respectivos resultados, promovendo interna e externamente a reputação da excelência dos produtos e serviços que oferecem, contribuindo para a competitividade do país e, de alguma forma, para a melhoria da qualidade de vida da sociedade. Esses desafios foram desdobrados em três ciclos estratégicos (2011/2014; 2015/2018 e 2019/2020) com a função de balizarem a implementação da estratégia, com vistas a mantê-la alinhada às mudanças oriundas do mercado postal, às diretrizes governamentais, bem como com suas competências constitucionais e normativas.

Em 2016, o Planejamento Estratégico Correios 2020 encontrava-se no Ciclo 2015-2018, com desafios de médio e longo prazo para a organização, buscando, promover um melhor atendimento à sociedade. Para a modelagem do referido ciclo foram realizados estudos de prospecção ambiental que contemplaram os principais acontecimentos no Brasil e no mundo - megatendências, ambiente postal nacional e internacional – tendências e reações do setor, bem como o diagnóstico da gestão dos Correios, resultado da autoavaliação da gestão realizada por avaliadores da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ). Essas informações subsidiaram os ajustes ou modelagem dos objetivos estratégicos.

Ainda ao final de 2015, os indicadores estratégicos para o ano de 2016 foram definidos a partir da análise dos objetivos estratégicos definidos para o Ciclo 2015/2018 com vistas à sua mensuração, quantificando-os em metas. Tais metas foram propostas com base no levantamento do histórico de resultados obtidos pela empresa nos últimos anos, referenciais comparativos externos e estimativas. O Conselho de Administração aprovou os referidos indicadores e metas, 49 no total, no dia 16/12/2015, na reunião ordinária (Roca) 11/2015.

No início de 2016, em continuidade ao processo de monitoramento e avaliação da estratégia, o Conselho de Administração, na Roca 05/2016, aprovou a proposta de revisão dos indicadores e metas estratégicas dos Correios para o ano de 2016. Tal aprovação contemplou o estabelecimento de oito indicadores estratégicos e classificou os demais como indicadores setoriais a serem submetidos a um processo de revisão. Todavia, na Roca 11/2016, aquele colegiado deliberou pela manutenção dos respectivos indicadores e metas aprovados em 2015.

A consolidação do desdobramento do Plano Estratégico encontra-se no relatório Plano de Implementação da Estratégia (PIE) e é composto por objetivos, indicadores e metas, bem como pelas iniciativas estratégicas priorizadas pela empresa para cumprir a meta definida para cada objetivo estratégico.

Ressalta-se que, para atender à Lei de Responsabilidade das Estatais nº 13.303/2016, no que se refere ao inciso II § 1º do artigo 23, e às recomendações do Conselho de Administração, foi necessário realizar nova avaliação do planejamento estratégico. Dessa maneira, no final do segundo semestre de 2016, iniciou-se o Programa de Transformação dos Correios, que apresenta como um dos seus objetivos a atualização da estratégia da empresa em conformidade com a referida lei.

3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

O Plano Estratégico que orienta as ações dos Correios traz consigo os objetivos corporativos, os objetivos para as linhas de negócios Internacional, Encomenda, Logística, Comunicação, Financeiro e Rede de Atendimento, e os objetivos da linha de gestão.

Os objetivos corporativos estão vinculados à perenidade da empresa, caracterizados pela busca de uma lucratividade estável, crescimento sustentável, universalização dos serviços e manutenção de sua relevância para sociedade. O alcance dos resultados destes objetivos ocorre pelo atingimento dos objetivos de negócios e de gestão. Os objetivos de negócios têm por finalidade manter a empresa competitiva frente às oscilações do mercado e visam: redução de custos, liderança

de mercado, atuação internacional, proporcionar soluções de comunicação, prestação de serviços financeiros e melhorar a rede de atendimento. Os objetivos referentes à gestão focam na governança, produtividade e na excelência da gestão.

Para que os objetivos estratégicos traçados no Plano Estratégico Correios 2020 tenham êxito, foi realizado o desdobramento do plano, que resultou em iniciativas estratégicas (ações e projetos) que balizam a implementação da estratégia.

3.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

Os responsáveis pelas ações estratégicas elaboraram o plano de trabalho dessas ações, por meio de metodologia definida pelo Departamento de Planejamento Estratégico (DPLAN) e estabelecida nos normativos da empresa no Manual de Planejamento (MANPLA). Os planos de trabalho foram validados pelo Comitê Executivo (COMEX) e pela Superintendência Executiva de Gestão Estratégica (SEGES) e aprovados pela Diretoria Executiva (DIREX).

De acordo com as portarias e Relatório/PRESI – 029/2012, de 28/5/2012, bem como Decisão REDIR-036/2014, o COMEX era responsável por verificar a aderência dos planos de trabalho ao escopo definido para as ações estratégicas; acionar os meios para execução; informar, mensalmente, a Diretoria Executiva do andamento das ações e orientar a Diretoria Executiva quanto às propostas que necessitem de tomada de decisão para viabilizarem a execução das ações estratégicas.

Com a migração das atribuições relacionadas à Gestão de Projetos Estratégicos para a Gerência de Planejamento Estratégico GPLA/DPLAN, em setembro/2016 foi realizado um trabalho de realinhamento pelo DPLAN e aprovado pela DIREX, que consiste em classificar as iniciativas estratégicas em ações ou projetos, e a partir daí, dar continuidade ao acompanhamento de acordo com sua classificação.

O DPLAN encaminha mensalmente, para apreciação da Diretoria Executiva, o Relatório de Acompanhamento das Iniciativas Estratégicas, sendo que estas objetivam a implementação de novas tecnologias, a otimização de processos, o aumento da produtividade, a diversificação do portfólio de negócios, além de prover modelo empresarial moderno, com estrutura e governança alinhadas aos novos desafios do negócio postal.

O detalhamento das iniciativas estratégicas estão à disposição dos órgãos de controle para consultas e acompanhamentos.

3.1.3 Vinculação dos planos dos Correios com as competências institucionais e outros planos

Conforme mencionado no item 3.1, os Correios definiram uma proposta de planejamento com o horizonte de longo prazo denominado “Correios 2020”, desdobrada em Ciclos Estratégicos. A construção deste planejamento fundamentou-se na identidade corporativa e nos estudos realizados na modelagem do ciclo 2015/2018. Neste ciclo não foram identificadas necessidades de alteração da identidade da empresa. Dessa maneira, como não ocorreram mudanças que impulsionassem um imperativo de redirecionamento do negócio, o plano estratégico ciclo 2015/2018 continua alinhado a identidade corporativa dos Correios, que é composta de:

- Negócio: Soluções que aproximam.
- Missão: Fornecer soluções acessíveis e confiáveis para conectar pessoas, instituições e negócios, no Brasil e no mundo.
- Visão: Ser uma empresa de classe mundial.
- Valores: Ética, meritocracia, respeito às pessoas, compromisso com o cliente, sustentabilidade.

O Plano Plurianual (PPA) é o instrumento de planejamento governamental que reflete as diretrizes, objetivos e metas do governo para um período de quatro anos, conforme determinado pela Constituição Federal de 1988, em seu art. 165 e elaborado no primeiro ano de cada mandato,

com a inclusão de todos os investimentos e as despesas de caráter continuado que serão efetuadas no período. O PPA é a base para a elaboração dos orçamentos anuais e serve de referência para os demais planos nacionais e setoriais. Atualmente, o PPA vigente é o 2016-2019 – Lei nº 13.249, de 13/01/2016.

O plano estratégico dos Correios busca viabilizar o Programa Temático 2025 (Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia), com a ambição de tornar a empresa protagonista no cenário postal.

O referido programa, constante no PPA 2016 – 2019, possui três indicadores e três metas, detalhados a seguir:

Indicador 1

Distritos com população igual ou superior a 500 habitantes com prestação do serviço de atendimento postal.

Descrição da meta: Disponibilizar os serviços postais de atendimento a 100% dos distritos com população igual ou superior a 500 habitantes. (Metas do MCTIC – PPA 2016-2019 – Exercício 2016)

Realizado em 2016: Os Correios atenderam 3.947 distritos, o que corresponde a, aproximadamente, 99,5% da meta deste ano (3.947/3.967), abrangendo uma população de 33.480.667 habitantes.

Quadro 5: Quantitativo de distritos-alvo atendidos ao final de 2016

Região Geográfica	Meta 2016		Realizado 2016		Data
	%	Quantidade	%	Quantidade	
Sudeste	93,10	1.357	97,80	1.426	31/12/2016
Centro-Oeste	93,10	209	93,30	210	
Sul	93,10	909	93,20	910	
Norte	93,10	191	89,30	183	
Nordeste	93,10	1.301	87,20	1.218	
Total	93,10	3.967	92,60	3.947	

Fonte: VIREV/DEPEN

Quadro 6: Metas – Prestação do serviço de atendimento postal

Distritos com população igual ou superior a 500 habitantes, com prestação do serviço de atendimento postal, até o final de cada exercício (percentual e quantidade de distritos).										
Referencias Iniciais			Metas Físicas – Unidades de Atendimento							
Data	%	Qtd.	Dezembro 2015		Dezembro 2016		Dezembro 2017		Dezembro 2018	
			%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.
Dez/2014	86,25	3.675	89,67	3.821	93,10	3.967	96,55	4.114	100	4.261

Fonte: Portaria 6.206/2015- Ministério das Comunicações – Anexo I

Indicador 2

Distritos atendidos com entrega postal externa, com população igual ou maior do que 500 habitantes

Descrição da meta: Disponibilizar os serviços postais de distribuição postal externa a 97,5% dos distritos com população igual ou superior a 500 habitantes. (Metas do MCTIC – PPA 2016-2019 – Exercício 2016)

Realizado em 2016: Os Correios atenderam 8.439 distritos, o que corresponde a, aproximadamente, 100,09% da meta deste ano (8.439/8.432). Foi alcançado o resultado de 85,90% dos distritos atendidos pela distribuição externa, superando a meta de 85,83% estabelecida pelo então Ministério das Comunicações.

Quadro 7: Regionalização da meta 2016

Região Geográfica	Meta 2016		Realizado 2016		Data
	%	Quantidade	%	Quantidade	
Sudeste	85,83	2.683	93,47	2.922	31/12/2016
Centro-Oeste	85,83	1.302	74,16	1.297	
Sul	85,83	1.856	76,83	1.661	

Região Geográfica	Meta 2016		Realizado 2016		Data
	%	Quantidade	%	Quantidade	
Norte	85,83	561	85,50	485	
Nordeste	85,83	2.030	87,70	2.074	
Total	85,83	8.432	85,90	8.439	

Fonte: VIPOS/DEPAN

Quadro 8: Metas – Prestação do serviço de atendimento postal

Distritos a serem atendidos com a entrega postal externa, com a população igual ou maior do que 500 habitantes										
Referencias Iniciais			Metas Físicas – Unidades de Atendimento							
Data	%	Qtd.	Dezembro 2015		Dezembro 2016		Dezembro 2017		Dezembro 2018	
			%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.
Dez/2014	82	8.056	83,21	8.175	85,83	8.432	89,22	8.765	92,94	9.130

Fonte: Portaria 6.206/2015- Ministério das Comunicações – Anexo II

Indicador 3

Atendimento da população com qualidade na prestação dos serviços postais básicos.

Descrição da meta: Entregar objetos postais, dentro do prazo, em 92,5% das remessas. (Metas do MCTIC – PPA 2016-2019 – Exercício 2016)

Realizado em 2016: Em 2016 os Correios alcançaram os seguintes resultados, conforme a natureza do objeto: carta e cartão-postal simples (97,5%); carta e cartão-postal registrados (93,4%); impresso simples ou registrado (97,7%); e encomenda econômica (92,8%), conforme tabela abaixo:

Quadro 9: Qualidade dos serviços postais básicos

Natureza do Objeto	Percentual de entrega	Prazos a partir da efetiva dada de postagem ou hora de expedição	Quantidade de objetos		% PRT 6.206 ***
			Total *	PRT- 6.206 **	
			(a)	(c)	
Carta e Cartão Postal Simples	92,50%	Até 5 dias úteis ****	5.247.103.201	5.115.231.585	97,50%
Carta e Cartão Postal Registrados	92,50%		145.665.814	136.113.888	93,40%
Impresso Simples ou Registrados	92,50%	Até 10 dias úteis ****	1.606.910.720	1.569.460.283	97,70%
Encomenda Econômica	92,50%		93.033.198	86.338.112	92,80%

Fonte: VIPOS/DEPAN/GESI

* Quantidade total de objetos no período

** Quantidade de objetos entregues no prazo estabelecido na Portaria/MC nº 6.206/2015

*** Percentual de objetos entregues no prazo estabelecidos na Portaria/MC nº 6.206/2015 (d = c / a)

**** A contagem de dias úteis se dará de segunda a sexta-feira

Quadro 10: Metas de qualidade dos serviços postais básicos

Metas de qualidade para a prestação de serviços postais básicos		
Prazos de entrega de objetos postais.		
Natureza do Objeto	Prazos a partir da efetiva dada de postagem ou hora de expedição	Percentual de entrega dentro do prazo
Carta e Cartão Postal Simples	Até 5 dias úteis	92,50%
Carta e Cartão Postal Registrados		
Impresso Simples ou Registrados	Até 10 dias úteis	
Encomenda Econômica		

Fonte: Portaria 6.206/2015- Ministério das Comunicações – Anexo III

Com este trabalho, os Correios cumprem as determinações da portaria nº 6.206, de 13 de novembro de 2015, publicada pelo então Ministério das Comunicações. Essa portaria trouxe definições quanto às obrigações de atendimento postal e de entrega domiciliar, estabelecendo,

entre outros aspectos, níveis de qualidade e metas para ampliação do atendimento dos serviços postais básicos.

3.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

Em nível estratégico, os planos de ação estabelecidos para atingir os objetivos estratégicos são traduzidos pela execução das iniciativas estratégicas que compõem o Plano de Implementação da Estratégia (PIE) e pelo acompanhamento dos resultados dos Indicadores Estratégicos, ambos desdobrados dos Objetivos Estratégicos constantes do Plano Estratégico.

O monitoramento da execução das Iniciativas Estratégicas é realizado e avaliado periodicamente pela Diretoria Executiva, visando assegurar o cumprimento das atividades e resultados esperados estabelecidos em planos de trabalho.

A DIREX toma conhecimento do status da implementação dos Planos de Trabalho das Iniciativas Estratégicas por meio de apresentação de relatório, que é elaborado mensalmente pelo Departamento de Planejamento Estratégico.

Com base nas informações e recomendações desse relatório, a DIREX analisa os fatos relevantes, verifica os pontos de atenção e/ou atrasos, bem como toma conhecimento das recomendações propostas pelo DPLAN. Em se julgando necessário, a DIREX solicita que o coordenador responsável pela iniciativa realize apresentação sobre as dificuldades na implementação, medidas de mitigação, e atualização de prazos com vistas a esclarecimentos e tomadas de decisão pelo colegiado.

No que se refere aos Indicadores Estratégicos, mensalmente, quando todas as informações relacionadas a tais indicadores já se encontram disponíveis, o DPLAN apresenta o relatório de Acompanhamento dos Indicadores Estratégicos e o Relatório de Avaliação Empresarial (RAE) para a Diretoria Executiva. De posse das informações fornecidas por meio da apresentação, a direção da empresa tem a oportunidade de analisar o desempenho estratégico da organização. Ainda, após ciência da diretoria, o RAE é apresentado ao Conselho Administrativo.

3.3 Desempenho orçamentário

A metodologia adotada pelos Correios para alocação dos recursos orçamentários, de dispêndios correntes para 2016, na ordem de R\$ 21,1 bilhões, considerou:

- Histórico de execução do último período (executado até maio e projetado para os demais meses do ano);
- Aplicação de indicadores inflacionários projetados para o próximo período;
- Projeção da taxa de crescimento esperada para o exercício de 2016;
- Planejamento orçamentário realizado no sistema de planejamento dos Correios, que teve a aplicação da projeção dos respectivos indicadores vinculados ao segmento, além de algumas novas demandas em grupos de despesas que estão acima da média do histórico de execução;
- Para o grupo pessoal e encargos, os valores informados pela área de gestão de pessoas.

Para 2016, quanto aos dispêndios de capital, o PPA 2016–2019, aprovado pela Lei 13.249, de 13 de janeiro de 2016, previu R\$ 800 milhões de investimentos para os Correios.

Em 3 de outubro de 2016, os Correios adotaram um Plano Extraordinário de Contingenciamento de Despesas de Custeio e de Investimento com o objetivo buscar a recomposição das reservas financeiras necessárias à sustentabilidade da empresa.

Em 2016, foram investidos R\$ 309,5 milhões, representando 39% do valor planejado para o ano, sendo inferior em 37% ao valor executado no ano anterior. Adicionando as contratações realizadas e as em andamento ao valor realizado, houve um comprometimento de R\$ 504 milhões, ou seja, 63% do valor planejado para o ano.

Do valor realizado, 88% está enquadrado no Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura das Empresas Estatais Federais, que envolve a manutenção e adequação da infraestrutura dos Correios, compreendendo a reforma de unidades e a aquisição de bens móveis, máquinas, equipamentos, ativos de informática e veículos.

Composição dos investimentos realizados pelos Correios em 2016:

- Máquinas de triagem: R\$ 121 milhões;
- Tecnologia da informação: R\$ 80 milhões;
- Bens, máquinas e equipamentos: R\$ 59 milhões;
- Obras: R\$ 48 milhões e
- Veículos: R\$ 1 milhão.

O programa temático “Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia”, que representa o plano de Governo em que os Correios estão inseridos, possui execução de R\$ 36 milhões, resultando na instalação de sete agências de Correios próprias no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Todos os municípios contemplados com instalação de agência de Correios passaram a contar com a primeira unidade de atendimento própria, atendendo a uma população de 15.822 habitantes.

Os valores investidos no programa temático representam 12% do valor planejado para o ano. Apesar da adoção de medidas corretivas, com intuito de sanar pendências, as principais dificuldades permanecem sendo as concentradas em etapas que envolvem terceiros, tais como a identificação de imóveis para locação que atendam às exigências de localização e infraestrutura, desistência por parte dos proprietários de imóveis e a falta de êxito em processos licitatórios.

3.3.1 Execução descentralizada com transferência de recursos

3.3.1.1 Informações sobre transferências de recursos às Agências de Correios Comunitárias

A meta de universalização dos serviços postais, estipulada pelo então Ministério das Comunicações, define que os Correios devem suprir com atendimento postal básico os distritos com população superior a 500 habitantes, conforme a base de dados do IBGE.

Para atender a meta ministerial são firmadas parcerias, por meio da celebração de convênios entre os Correios e o ente público municipal, para a instalação e operacionalização de Agências de Correios Comunitárias (AGCs), que passam a ser geridas pela entidade.

A vigência do termo de convênio (TC) é de 60 meses e seu cadastro é realizado no ERP, onde são registrados os dados do órgão público e valor de repasse estipulado.

O TC dispõe que a AGC deve, a partir da sua abertura, executar atividades e prestar serviços postais sob a supervisão do ente público municipal. Em contrapartida, os Correios realizarão repasse financeiro mensalmente à prefeitura em parcela fixa para cada AGC vinculada ao município, mediante encaminhamento aos Correios de formulário específico que relata a prestação dos serviços contratados.

Em 2016 não houve reajuste no valor da remuneração, mantendo-se o valor aplicado em 2015 (de R\$ 1.420,29).

Quadro 11: Consolidação da transferência de recursos para AGC

DR	Quantidade de instrumentos vigentes em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015*	2014*
	ACR	1	1	1	14.203,00	21.054,48
AL	30	36	42	576.521,00	673.260,33	431.846,00
AM	13	14	12	196.000,00	213.795,71	184.569,00
AP	9	9	9	89.478,00	148.380,84	109.634,00
BA	276	320	296	5.126.742,00	5.389.247,18	4.151.478,52
BSB	23	23	25	386.414,00	431.612,10	385.412,53

DR	Quantidade de instrumentos vigentes em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015*	2014*
CE	611	594	583	9.431.132,00	9.673.402,82	7.179.205,03
ES	222	230	229	3.706.896,00	4.179.567,58	3.504.190,69
GO	52	59	60	952.261,00	844.488,15	866.953,80
MA	24	23	30	327.519,00	524.167,30	364.894,36
MG	846	849	908	15.938.506,00	15.518.645,89	12.154.714,40
MS	72	73	70	1.267.513,00	1.353.216,10	1.108.061,05
MT	122	132	149	1.937.718,00	2.449.563,54	2.011.740,43
PA	14	12	9	274.487,00	165.014,85	11.854,73
PB	116	126	128	2.076.259,00	2.267.746,99	1.479.859,50
PE	256	259	186	3.976.019,00	4.600.351,30	2.310.149,21
PI	48	48	50	777.277,00	941.457,35	774.002,80
PR	392	468	478	6.697.779,00	8.126.970,51	7.114.661,93
RJ	274	280	361	3.704.356,00	4.255.755,39	3.991.615,85
RN	101	111	116	1.662.270,00	1.900.638,13	1.848.740,35
RO	23	22	29	257.192,00	456.881,72	304.167,40
RR	1	1	1	0,00	0,00	0,00
RS	438	461	507	7.322.350,00	8.125.735,36	6.778.867,60
SC	162	166	178	2.650.504,00	2.963.320,23	2.413.193,31
SE	22	22	21	306.342,00	388.239,38	302.527,14
SPI	267	285	380	4.306.901,00	5.365.593,18	4.037.807,78
SPM	27	29	37	452.220,00	530.198,48	449.321,13
TO	13	16	17	201.681,00	286.164,64	215.257,00
Total	4455	4.669	4.912	74.616.540,00	81.794.469,53	64.492.615,57

Fonte: Relatório do Sistema ERP.

* Valores repassados dos exercícios de 2015 e 2014 foram retificados, os quais foram validados com as informações contábeis.

As despesas decorrentes do objeto dos Termos de Convênios ocorreram por meio da classificação orçamentária: Projeto Metas de Universalização de Serviços de Atendimento, Conta 44406.010010 e descrição da conta remuneração Fixa – Agências Comunitárias

Face às eleições municipais no ano de 2016, algumas prefeituras enfrentaram dificuldades para operacionalizar os convênios AGCs, deixando de apresentar o Relatório de Prestação de Serviços (RPS), que comprova a prestação dos serviços postais básicos. Sem a apresentação do RPS, não há como os Correios efetuarem os repasses devidos no mês subsequente à prestação do serviço. Os valores correspondentes são provisionados e ficam aguardando a apresentação por parte da prefeitura do RPS, objetivando a quitação dos valores, que podem ocorrer no mesmo exercício ou no exercício seguinte.

Em 2016, foi criado o instrumento de Acordo de Cooperação Técnica para a localidades fora da meta de universalização com interesse da municipalidade em sua manutenção, cujo custeio passou a ser assumido pelas prefeituras municipais. Os Correios disponibilizam o apoio técnico operacional necessário para a execução dos serviços pela AGC nessas localidades.

No período foram assinados 107 Acordos de Cooperação Técnica em oito diferentes Unidades da Federação – UF.

Quadro 12: Acordos de Cooperação Técnica

UF	Número de Acordos de Cooperação Técnica.
AP	1
ES	3
GO	1
MG	23
MT	2
PR	66
RJ	6
RS	5
TOTAL	107

Fonte: GGRT/DEOPE/VIREV

3.3.1.2 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

O Departamento de Operações da Vice-Presidência da Rede de Agências e Varejo é o órgão responsável pela orientação corporativa às estruturas operacionais vinculadas ao Departamento sobre Agências de Correios Comunitárias. No âmbito regional, os gestores da rede (Gerências de Atendimento, da Rede Terceirizada e de Negócios - GERAT, GETER e GENEG) realizam a gestão e o controle da prestação dos serviços de forma a garantir que:

- a) Os termos de convênios sejam assinados por pessoas devidamente autorizadas (legalmente constituídas);
- b) Seja realizado o devido cadastro das AGCs no ERP, bem como processadas as alterações pertinentes;
- c) Os formulários de prestação de contas sejam recebidos e analisados para que se processe o repasse;
- d) Seja informada, formalmente, à área financeira (GCOP/DEFIN/VIFIC) antes do encerramento de cada mês, a relação das AGCs que permanecem ativas e em efetivo funcionamento, assim como das AGCs que porventura tenham sido desativadas para que se realize a atualização e o processamento da sistemática de pagamento correspondente aos repasses previstos dos Correios.

A agência vinculadora do município (unidade própria de atendimento – AC) é responsável pela fiscalização da AGC, cabendo-lhe comunicar mensalmente à área de atendimento o adequado funcionamento da unidade, o cumprimento das exigências previstas no termo de convênio, a conferência da prestação de contas e do recebimento do atesto de execução das atividades, bem como, o encaminhamento das informações à Gerência de Contas a Pagar do Departamento Financeiro da Vice-Presidência de Finanças para adoção das ações afetas ao repasse financeiro à prefeitura.

3.3.1.3 Visão gerencial dos instrumentos de transferência e dos montantes transferidos

O quadro abaixo contempla a quantidade de instrumentos por modalidade de transferência e os respectivos valores repassados nos últimos três exercícios, sendo que os valores referem-se à totalidade e não somente aos instrumentos celebrados em cada exercício.

Quadro 13: Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos					
CNPJ	34.028.316/0001-03					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio	4.455	4.669	4.912	74.616.540,00	81.794.469,53	64.492.615,57
Contrato de repasse	-	-	-	-	-	-
Totais	4.455	4.669	4.912	74.616.540,00	81.794.469,53	64.492.615,57

Fonte: Relatório do Sistema ERP

* Valores de 2015 e 2014 foram retificados, os quais foram validados com as informações contábeis.

** Quantidades de convênios relativas a 2015 foram retificadas, excluindo 13 convênios com instituições financeiras, alusivos à consignações descontados em folha de pagamento, pois os convênios não são instrumentos de que trata o Decreto 6.170/2007 exigido neste item. Não haviam sido registrados valores de repasse para tais convênios, uma vez que não houve despesa aos Correios e os repasses realizados referiam-se aos descontos de empréstimos processados em folha e oriundos de obrigações devidas às instituições diretamente pelos empregados dos Correios

3.3.1.4 Visão gerencial da prestação de contas dos recursos pelos recebedores

Quadro 14: Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas - Convênio

Unidade Concedente
Nome: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos. (Quantidade e Montante Repassado) Valores em R\$ 1,00	
			Convênios	Contratos de repasse
Exercício do relatório de gestão - 2016	Contas Prestadas	Quantidade	4.455	0
		Montante Repassado	R\$74.616.540,00	0
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0
		Montante Repassado	0	0
Exercícios anteriores (2015)	Contas Prestadas	Quantidade	4.669	0
		Montante Repassado	R\$ 81.794.469,53	0

Fonte: Relatório do Sistema ERP - VIENC

* Valores de 2015 e 2014 foram retificados, os quais foram validados com as informações contábeis.

** Quantidades de convênios relativas a 2015 foram retificadas, excluindo 13 convênios com instituições financeiras, alusivos à consignações descontados em folha de pagamento, pois os convênios não são instrumentos de que trata o Decreto 6.170/2007 exigido neste item. Não haviam sido registrados valores de repasse para tais convênios, uma vez que não houve despesa aos Correios e os repasses realizados referiam-se aos descontos de empréstimos processados em folha e oriundos de obrigações devidas às instituições diretamente pelos empregados dos Correios.

3.3.1.5 Visão gerencial da análise das contas prestadas

Quadro 15: Situação da análise das contas prestadas em 2016

Unidade Concedente ou Contratante			
Nome: Correios			
UG/GESTÃO: Correios			
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos	
		Convênios (Valores em R\$ 1,00)	Contratos de repasse
Contas analisadas	Quantidade aprovada	4.455	0
	Quantidade reprovada	0	0
	Quantidade de TCE instauradas	0	0
	Montante repassado (R\$)	R\$ 74.616.540,00	0
Contas NÃO analisadas	Quantidade	0	0
	Montante repassado (R\$)	0	0

Fonte: Relatório do Sistema ERP - VIENC

* Valores de 2015 e 2014 foram retificados, os quais foram validados com as informações contábeis.

** Quantidades de convênios relativas a 2015 foram retificadas, excluindo 13 convênios com instituições financeiras, alusivos à consignações descontados em folha de pagamento, pois os convênios não são instrumentos de que trata o Decreto 6.170/2007 exigido neste item. Não haviam sido registrados valores de repasse para tais convênios, uma vez que não houve despesa aos Correios e os repasses realizados referiam-se aos descontos de empréstimos processados em folha e oriundos de obrigações devidas às instituições diretamente pelos empregados dos Correios.

Quadro 16: Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Correios					
UG/GESTÃO: Correios					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	0	0	0	0	0
Contratos de repasse	0	0	0	0	0

Fonte: VIENC

3.3.1.6 Análise crítica sobre a gestão das transferências

Por meio do processo de padronização e melhoria de agências, que usa o Sistema de Acompanhamento da Padronização do Processo Produtivo (SAPPP), há a supervisão na AGC, que ocorre pelo menos uma vez por ano. Os fiscais de convênios, chefes das agências de Correios próprias as quais as AGCs estão vinculadas, buscam identificar e minimizar pontos de inconformidades aferidas no Relatório de Prestação de Serviço.

A área de atendimento estabelece, por meio de cronograma, ao menos uma visita anual a cada AGC, programada de janeiro a novembro, concentrada no primeiro semestre (60% das

visitas), por meio da qual é elaborado relatório circunstanciado, que apresenta a situação geral das AGCs supervisionadas durante o ano.

A localização de AGC em áreas distantes e de difícil acesso representa o principal motivo para o atraso do envio do Relatório de Prestação de Serviços, o que explica as oscilações mensais na quantidade e no volume de transferência de recursos repassados. Quanto às oscilações de valores transferidos nos últimos exercícios, atribui-se notadamente às alterações ocorridas nos valores de repasses aos convenientes de AGC, sendo a última ocorrida em janeiro de 2015.

É exigida da conveniente a comprovação de regularidade fiscal (Certidão Negativa de Débitos do INSS, Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) se for o caso, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Certidão Conjunta de Regularidade com a Fazenda Federal a cada pagamento.

O acompanhamento da efetividade das transferências é feito de forma sistemática, por meio do ERP, pelo gestor regional.

Quadro 17: Variação convênios

2014*		2015*		2016	
Quantidade convênios	Valor total – R\$	Quantidade convênios	Valor total – R\$	Quantidade convênios	Valor total – R\$
4.912	64.492.615,57	4.669	81.794.469,53	4.455	74.616.540,00
-	-	Variação(2014)	Variação(2014)	Variação(2015)	Variação(2015)
-	-	- 4,94% (2014)	+26,82%(2014)	-4,58% (2015)	-8,79% (2015)

Fonte: Relatório do Sistema ERP

* Valores de 2015 e 2014 foram retificados, os quais foram validados com as informações contábeis.

Para cada convênio, há um fiscal e um suplente que realizam o acompanhamento de forma a coibir possíveis irregularidades na execução do convênio, visando a regularidade, eficiência e eficácia dos processos.

A descentralização das ações de gestão e fiscalização dos convênios está aderente aos procedimentos adotados na empresa e diretrizes previstas em normativo interno afetas ao acompanhamento dos instrumentos firmados pelos Correios. A respectiva transferência de recursos para as AGCs ocorre após a prestação dos serviços mediante apresentação de documento válido, devidamente atestado pela agência vinculadora, que é a responsável pelo controle do processo. O processamento do repasse ocorre na área financeira dos Correios. Todo o processo de controle está descrito no Manual de Comercialização e Atendimento (MANCAT-22/1, anexo 3) e demais normativos aplicáveis subsidiariamente ao processo.

As informações referentes aos convênios celebrados pelos Correios com prefeituras municipais para prestação de serviços postais básicos (agências comunitárias) e os respectivos repasses estão disponibilizados no sitio dos Correios: <http://www.correios.com.br/sobre-correios/para-fornecedores/contratos/convenios/prestacao-de-servicos-postais-basicos-agencias-comunitarias>

3.3.2 Informações sobre a execução das despesas

3.3.2.1 Despesas totais por modalidade de contratação

Quadro 18: Despesas por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015*	%	2016	%	2015*	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	4.392.548.173	21,7	4.812.178.440	24,3	4.386.289.119	22,8	5.105.665.418	27,6
a) Convite	171.914	0,0	362.294	0,0	171.914	0,0	399.262	0,0
b) Tomada de Preços	11.640.194	0,3	21.754.942	0,5	11.640.194	0,3	23.973.211	0,5

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015*	%	2016	%	2015*	%
c) Concorrência	151.627.959	3,5	181.364.741	3,8	151.627.959	3,5	210.900.920	4,1
d) Pregão	4.229.108.106	96,3	4.608.696.463	95,8	4.222.849.053	96,3	4.870.392.027	95,4
e) Concurso	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
f) Consulta	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
g) Regime Diferenciado de Contrat. Públicas	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
2. Contratações Diretas (h+i)	686.825.436	3,4	807.619.765	4,1	685.952.496	3,6	858.780.962	4,6
h) Dispensa	508.703.550	74,1	517.994.815	64,1	507.847.229	74,0	562.362.073	65,5
i) Inexigibilidade	178.121.886	25,9	289.624.950	35,9	178.105.266	26,0	296.418.889	34,5
3. Regime de Execução Especial	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
j) Suprimento de Fundos	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	10.731.992.241	52,9	10.206.540.858	51,6	10.225.946.697	53,2	9.674.889.427	52,3
k) Pagamento em Folha	10.720.932.861	99,9	10.188.047.515	99,8	10.215.364.124	99,9	9.657.359.587	99,8
l) Diárias	11.059.380	0,1	18.493.343	0,2	10.582.573	0,1	17.529.840	0,2
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	15.811.365.850	78,0	15.826.339.063	80,1	15.298.188.312	79,6	15.639.335.808	84,5
6. Total das Despesas da UPC	20.277.156.359	100	19.767.678.292	100	19.206.812.176	100	18.512.469.759	100

Fonte: VIFIC e VISER

* Valores de 2015 foram retificados conforme PDG-2015.

3.3.2.2 Despesas por grupo e elemento de despesa

O quadro a seguir apresenta informações sobre a execução dos dispêndios correntes e de capital, na perspectiva de comparar os valores realizados e pagos do biênio 2015/2016.

Quadro 19: Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES				
Grupos de Despesa	Liquidada		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015
1. Pessoal				
Salário Base	2.802.377.344	2.612.221.827	2.670.236.867	2.476.153.056
Horas-extras	142.530.035	189.478.484	135.809.317	179.608.685
Comissões por função	628.013.864	650.232.296	598.401.131	616.362.160
Demais elementos do grupo	7.159.070.998	6.754.608.251	6.821.499.380	6.402.765.527
2. Juros e Encargos da Dívida	2016	2015	2016	2015
Operações Internas	254.697.392	337.761.382	0	0
Operações Externas	16.293	108.893	16.293	108.893
Demais elementos do grupo	2.210.058	1.575.712	130.294.274	176.917.858
3. Outras Despesas Correntes	2016	2015	2016	2015
Materiais e produtos	292.409.630	243.598.510	180.494.081	143.324.102
Serviços de terceiros	6.536.528.297	6.523.510.514	6.856.934.466	6.656.368.052
Tributos e encargos parafiscais	872.268.142	881.959.272	539.309.037	426.277.944
Demais elementos do grupo	1.262.548.749	1.082.224.749	1.129.565.648	1.032.079.884
DESPESAS DE CAPITAL				

Grupos de Despesa	Liquidada		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015
4. Investimentos				
Aquisição e manutenção de equipamentos de TI	45.996.334	74.604.760	19.209.632	61.176.545
Aquisição e manutenção de softwares de processamento de dados	34.124.375	89.723.998	14.251.498	73.574.450
Demais elementos do grupo	229.364.848	323.999.039	95.790.552	265.681.998
5. Inversões Financeiras				
Participação em Sociedade Controlada	0	0	0	0
6. Amortização da Dívida				
Operações Externas	15.000.000	2.070.605	15.000.000	2.070.605

Fonte: VIFIC/DEORC

* Alguns valores de 2015 foram retificados conforme PDG-2015.

3.3.2.3 Análise crítica da execução da despesa

Em relação aos dispêndios correntes, destacam-se a seguir os principais fatores que impactaram a execução de R\$ 20,2 bilhões em 2016:

Nas contas de pessoal, a execução de R\$ 10,8 bilhões em 2016 foi 2% menor (R\$ 177 milhões) em relação ao aprovado e superior em R\$ 6% em relação ao executado em 2015.

Relativo às contas de pessoal, o aumento de 2015 para 2016 foi motivado principalmente pelo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), assinado em 20 de setembro de 2016, que concedeu reajuste salarial de 6% a partir de 1º de agosto de 2016, aliado à incorporação do valor remanescente da Gratificação de Incentivo à Produtividade (GIP), prevista no ACT 2015/2016, em 1º de agosto de 2016, e da incorporação de R\$ 100,00 da Gratificação concedida pelo ACT 2015/2016 em 1º de janeiro de 2016 e R\$ 50,00 em 1º de agosto de 2016. Dessa forma a despesa com ordenados e salários e vantagens fixas teve um crescimento médio de 9,8%.

Ainda sobre a matéria, e relativamente aos benefícios concedidos por força do ACT 2016/2017, salienta-se que no mesmo acordo foi mantido o percentual de compartilhamento do vale-refeição/alimentação, variando de 0,5% a 10%, diminuindo consideravelmente os valores de retorno para a empresa e aumentando os valores de despesa com estes benefícios. Tem-se que a inflação médica durante o ano de 2016 foi superior à inflação, onde os preços da saúde subiram, em média, 11,05% ante uma inflação de 6,29%.

Ressalta-se ainda que as despesas de pessoal são diretamente impactadas pelas promoções por mérito e antiguidade em consonância com o Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) 2008 e pelo aniversário do anuênio. Assim, tais impactos, aliados aos mecanismos do ACT, promovem um crescimento anual de 3,51% para os cargos de nível médio e 5,67% para os de nível superior.

Cumprir sinalizar que a política remuneratória dos Correios é basicamente orientada por dois dispositivos: o PCCS (Cargos e Funções) e o Acordo Coletivo de Trabalho. Em síntese, os principais itens remuneratórios constantes desses normativos, que se atrelam ao corpo da remuneração direta (desconsiderando os benefícios), são: salário-base; diferencial de mercado; adicionais de atividades; gratificação de função; anuênios; I-GQP; despesas extraordinárias; gratificação de férias e adicionais de transferência.

O valor aprovado para a rubrica do Programa de Dispêndios Globais (PDG) - Serviços de Terceiros foi de R\$ 7,5 bilhões. A execução de R\$ 6,6 bilhões representou economia de R\$ 0,9 bilhão em relação ao programado, representando um aumento de apenas 1% em relação ao exercício anterior.

Quanto à rubrica Materiais e Produtos, houve uma redução de 27% em relação ao realizado em 2015, ou seja, inferior em R\$ 65 milhões. Essas ocorrências foram motivadas principalmente pela adoção de medidas extraordinárias de contingenciamento de despesas no decorrer do exercício.

Com relação às Despesas de Capital, foi programado o valor de R\$ 300 milhões a título de inversões financeiras para adquirir o controle ou a participação acionária em empresas já

estabelecidas, além da constituição de subsidiárias, sendo os principais projetos planejados: Corretora, Serviço Postal Eletrônico (SPE) e Logística. Considerando que esses projetos não foram realizados em 2016 foi proposto o planejamento de R\$ 270 milhões para 2017, sendo aprovado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) o montante de R\$ 30 milhões.

Para investimentos no ativo imobilizado foi programado para 2016, primeiro ano do Plano Plurianual 2016-2019, o valor de R\$ 800 milhões, sendo R\$ 100 milhões para atender ao programa temático do Governo Federal “Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia”. O Plano de Medidas Extraordinárias de Contingenciamento de Despesas resultou na redução deste orçamento para R\$ 400 milhões, sendo que a execução total foi na ordem de R\$ 309,5 milhões. Tal medida foi necessária para buscar a recomposição das reservas financeiras necessárias à sustentabilidade da empresa.

3.4 Desempenho operacional

3.4.1 Indicadores e resultados obtidos nas metas

Conforme descrito no subitem 3.1, os 8 indicadores estratégicos acompanhados em 2016 e seus respectivos resultados estão demonstrados no quadro a seguir:

Quadro 20: Indicadores estratégicos acompanhados em 2016

Indicadores	Índice Previsto	Índice Observado
Retorno sobre Patrimônio Líquido	-133%	-102%
Ebitda (R\$ Milhões)	-1.500	-587,32
Ebitda Ajustado (R\$ Milhões)	50	620,77
Distritos com população igual ou superior a 500 habitantes com prestação do serviço de atendimento postal	93,1%	92,63%
Distritos atendidos com entrega postal externa, com população igual ou maior do que 500 habitantes	85,83%	85,90%
Índice de Qualidade ao Cliente - Correios	95,6%	93,49%
Pontuação MEG	515	458
Imagem Institucional	90,4%	*

Fonte: DPLAN

* Indicador não mensurado no ano de 2016. A elaboração e divulgação dos resultados da pesquisa de Imagem Institucional deverão ocorrer em 2017.

Em função da deliberação do Conselho de Administração pela manutenção dos indicadores e metas estratégicas aprovados em 2015 – Roca 11/2016, ocorrida no dia 23 de novembro, não houve, para todos os indicadores, acompanhamento mensal de suas metas. O quadro a seguir apresenta a relação dos indicadores e metas aprovados em 2015 e seus respectivos resultados:

Quadro 21: Indicadores Estratégicos 2016

Indicadores Estratégicos	Índice Previsto	Índice Observado
Número de Parcerias Ativadas	2	0
Imagem Institucional	90,4%	*
Índice de Redução das Reclamações	50%	- 14,52%
Distritos com população igual ou superior a 500 habitantes com prestação do serviço de atendimento postal	93,1%	92,63%
Distritos atendidos com entrega postal externa, com população igual ou maior do que 500 habitantes	85,83%	85,90%
Número de Países com Presença dos Correios	2	0
Pontuação MEG - Critério 1.2 Governança	20	19,5
Índice de Execução do PAINT	100%	17,14%
Prazo de Resposta de Manifestações de Ouvidoria, em até 30 dias	70%	85,83%
Redução de Emissão de Carbono	1,7%	10,59%

Indicadores Estratégicos	Índice Previsto	Índice Observado
Índice de Desempenho Estratégico **	100%	78,79%
Pontuação MEG - Em pontos	515	458
Índice de Reposição de Vagas, em até 30 dias	85%	(*)
Índice de Qualidade ao Cliente - VIPOS	95,63%	95,67%
Índice de Qualidade ao Cliente - VILOG	96,62%	94,38%
Índice de Qualidade ao Cliente - VIENC	94,48%	89,55%
Participação da Receita Total do Conglomerado no PIB	0,313%	0,310%
Retorno sobre Patrimônio Líquido	33,35%	-101,84%
Valor Econômico Agregado – R\$ Milhões	R\$ 88,15	R\$ -2.706,74
Desempenho Financeiro – VIREV – R\$ Mil	- R\$ 2.297.558,54	R\$ -3.759.746,72
Desempenho Financeiro - VIPOS – R\$ Mil	R\$ 3.136.087,19	R\$ 1.612.255,88
Desempenho Financeiro - VILOG – R\$ Mil	R\$ 449.221,74	R\$ 303.005,98
Desempenho Financeiro - VIENC – R\$ Mil	R\$ 2.456.811,62	R\$ 1.998.035,13
Índice de Adequação de Despesa - PRESI	- 11,73%	-5,1%
Índice de Adequação de Despesa - VIGEP	- 8,45%	3,0%
Índice de Adequação de Despesa - VIFIC	- 8,94%	-3,3%
Índice de Adequação de Despesa - VICOR	6,62%	8,7%
Índice de Adequação de Despesa - VISER	- 8,8%	9,2%
Taxa de Crescimento do Segmento Internacional	11,17%	- 4,32%
Taxa de Crescimento do Segmento Comunicação	8,25%	4,81%
Taxa de Crescimento dos Serviços Digital e Híbrido	16%	18,35%
Taxa de Crescimento do Segmento Financeiro	7,56%	1,20%
Taxa de Crescimento do Segmento Encomendas	9,14%	9,36%
Taxa de Crescimento do Segmento Logística Integrada	34,43%	18,50%
Taxa de Crescimento do Segmento Conveniência	5,69%	11,15%
Taxa de municípios, sem agência bancária, com prestação de serviços do Banco Postal	86,50%	87,18%
Lucro por Empregado	R\$ 1.272,12	R\$ -12.899,61
Índice de Adequação de Despesa - Postal Saúde	-19,99%	0,3%
Índice de Qualidade dos Serviços - Postal Saúde		
Índice de Satisfação do Cliente Interno - VIGEP		
Índice de Satisfação do Cliente Interno - VIFIC		
Índice de Satisfação do Cliente Interno - VICOR		
Índice de Satisfação do Cliente Interno - VISER		
Índice de Satisfação do Cliente Externo - VIREV		
Índice de Satisfação do Cliente Externo - VIPOS		
Índice de Satisfação do Cliente Externo - VILOG		
Índice de Satisfação do Cliente Externo - VIENC		
Índice de Solvência Atuarial - Postalis		
CorreiosPar		

Fonte: DPLAN

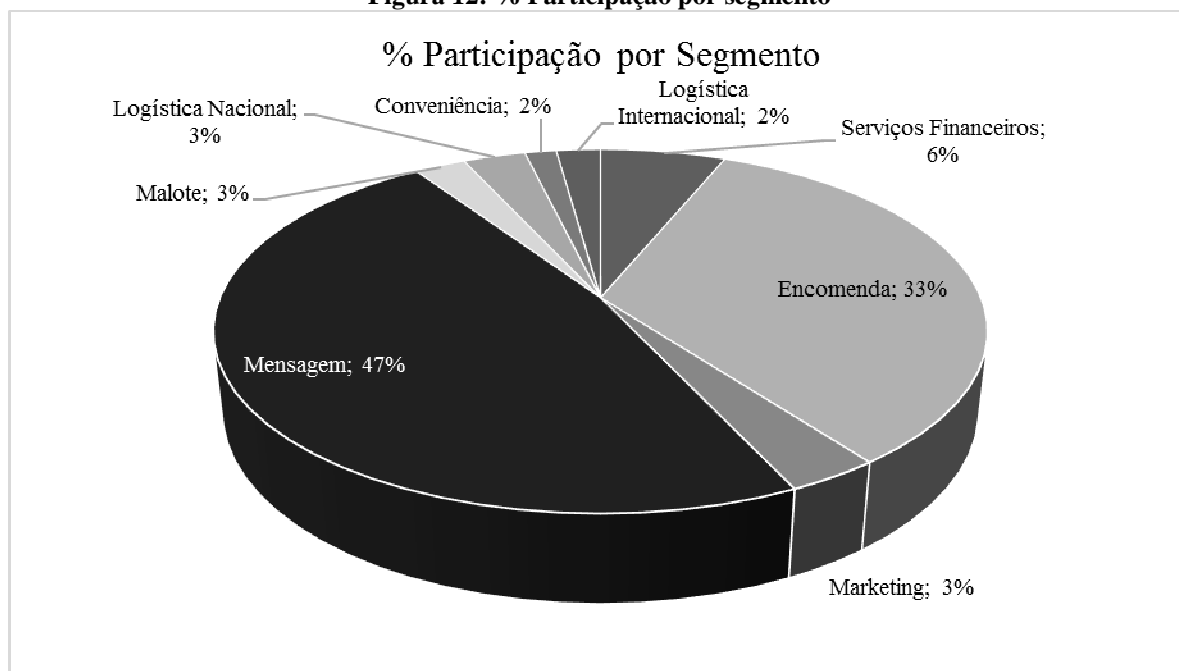
* Indicador não mensurado no ano de 2016. Com relação ao Indicador Imagem Institucional, a elaboração e divulgação dos resultados da pesquisa deverão ocorrer em 2017.

** Indicador calculado pela média da realização da metas dos indicadores estratégicos mensurados em 2016. Ainda, o seu resultado sofrerá alteração caso ocorra alguma mudança nos resultados dos demais indicadores estratégicos.

A seguir, são abordados os resultados comerciais, com o detalhamento por segmento de negócios.

Os Correios classificam seus clientes nos segmentos: Atacado, Governo, Micro e Pequenas Empresas (MPE) e Varejo. As Unidades Estratégicas de Negócios (UENs) são responsáveis pela gestão dos produtos e serviços dos Correios que estão divididos em oito segmentos de negócio: Marketing, Mensagem, Encomendas, Financeiro, Malote, Logística Nacional, Logística Internacional e Conveniência

A participação por segmento de negócio está demonstrada na figura a seguir:

Figura 12: % Participação por segmento


Fonte: Razão contábil

Segmento Marketing

O segmento marketing respondeu em 2016 por 3,31% do total da receita de vendas. Os principais serviços que compõe o segmento de marketing estão assim representados:

Quadro 22: Participação segmento Marketing

Marketing	% Participação
Mala Direta Postal	79,11%
Entrega Direta	11,92%
Outras Marketing	1,06%
Impresso	4,56%
Mala Direta Domiciliária	2,69%
Resposta Comercial	0,66%

Fonte: WEBCONT

Segmento Mensagem

O segmento de mensagem representou em 2016, 47,48% do total da receita de vendas. No quadro a seguir estão representados os desempenhos dos principais produtos que compõem esse segmento.

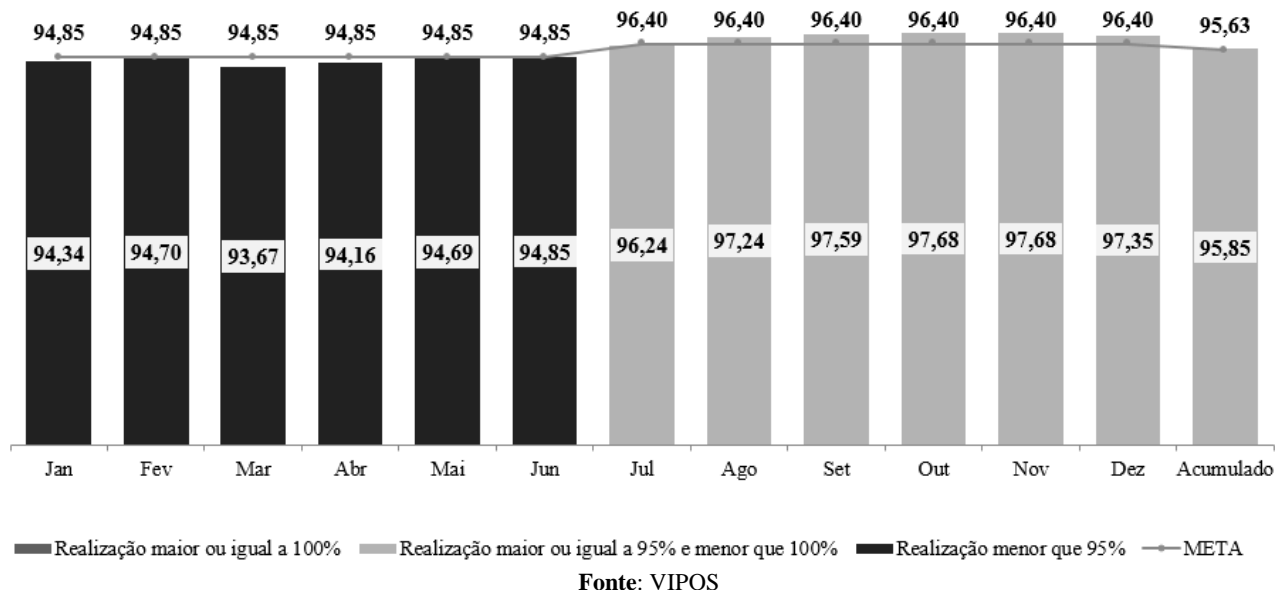
Quadro 23: Participação segmento Mensagem

Mensagem	% Participação
FAC	60,71%
Carta	30,11%
Remessa Expressa	3,24%
Selo Ordinário	3,00%
Correio Híbrido Telemático	1,23%
Distribuição de Contas Água/Luz/Gás e LIES	1,06%
Correio Híbrido Postal e Reverso	0,65%

Fonte: WEBCONT

Os segmentos marketing e mensagem apresentaram índices de qualidade conforme imagem a seguir:

Figura 13: Índice de Qualidade Postal
IQC_VIPOS_ECT-2016



Segmento Encomendas

O segmento de encomendas representou 33,42% do total da receita de vendas dos Correios. No quadro a seguir está demonstrada a composição do segmento.

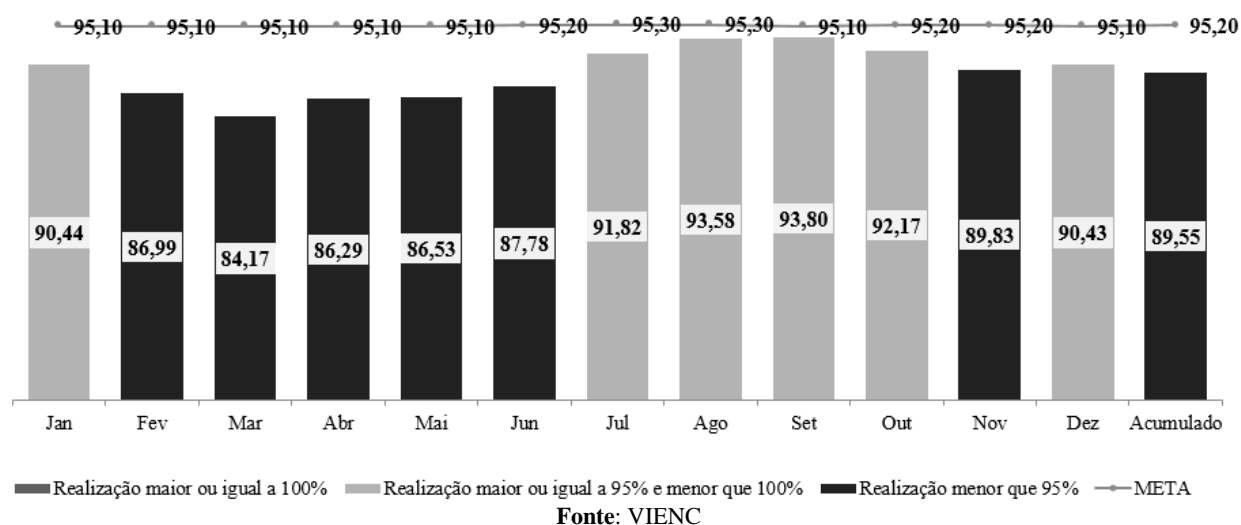
Quadro 24: Participação segmento Encomenda

Encomenda	% Participação
SEDEX	47,83%
Encomenda PAC	31,37%
e-SEDEX	10,98%
SEDEX 10	3,87%
Logística Reversa	4,10%
Serviço de Protocolo Postal	0,79%
Sedex 12	0,71%
Coleta	0,17%
Outras Encomendas	0,14%
SEDEX Hoje	0,01%
Transporte de Jornais	0,03%

Fonte: WEBCONT

Este segmento apresentou os seguintes índices de qualidade operacional:

Figura 14: índice de Qualidade de Encomenda
Encomendas – ECT - IQC-Enc – Realizado x Meta – 2016 (mensal)



Segmento Financeiro

O segmento financeiro representou 6,24% do total da receita de vendas dos Correios, totalizando R\$ 1,18 bilhão em 2016. O Banco Postal é o principal serviço do segmento financeiro e apresentou em 2016 um crescimento de 1,19% em relação ao ano anterior. O volume de crédito concedido por meio do Banco Postal apresentou evolução de 46,9% em comparação ao mesmo período no ano anterior, consequência de um conjunto de ações que incentivaram o aumento de oferta do crédito na rede de atendimento. Em 2016, constatou-se também a consolidação da oferta do produto financeiro PostalCap, sendo que a rede ampliou as vendas em 293,25% em comparação a 2015, ano do seu lançamento.

Em 2016, o Banco Postal alcançou a receita de 1,2 bilhão com a marca de 15,4 milhões de contas correntes abertas desde o início das atividades de correspondente, há 15 anos. Neste período foram realizadas mais de 2,3 bilhões de transações.

O ano foi marcado também pelo aumento da contratação de crédito de cerca de 47% em relação a 2015. Foram concedidos mais de R\$ 450 milhões em volume de crédito por meio da rede de agências dos Correios que operam os serviços de correspondente, contribuindo assim para democratização do crédito, principalmente nas localidades desassistidas de atendimento bancário convencional.

Em 2016 foi firmado um novo contrato de correspondente Banco Postal, em parceria com o Banco do Brasil, no qual foram repactuadas as remunerações a serem recebidas pelos Correios para a prestação dos serviços de correspondente. Este novo contrato possui prazo de vigência de 36 meses e modelo prevendo uma remuneração fixa de R\$ 5 milhões e outra variável baseada em operações realizadas, de acordo com a tarifa correspondente a cada operação.

Segmento Malote

O segmento de malote representou, em 2016, 2,55% do total da receita de vendas dos Correios.

Segmento Logística Nacional

O segmento de logística integrada correspondeu a 3,10% do total da receita de vendas. No quadro a seguir estão representados os desempenhos dos principais produtos que compõem esse segmento:

Quadro 25: Participação segmento Logística

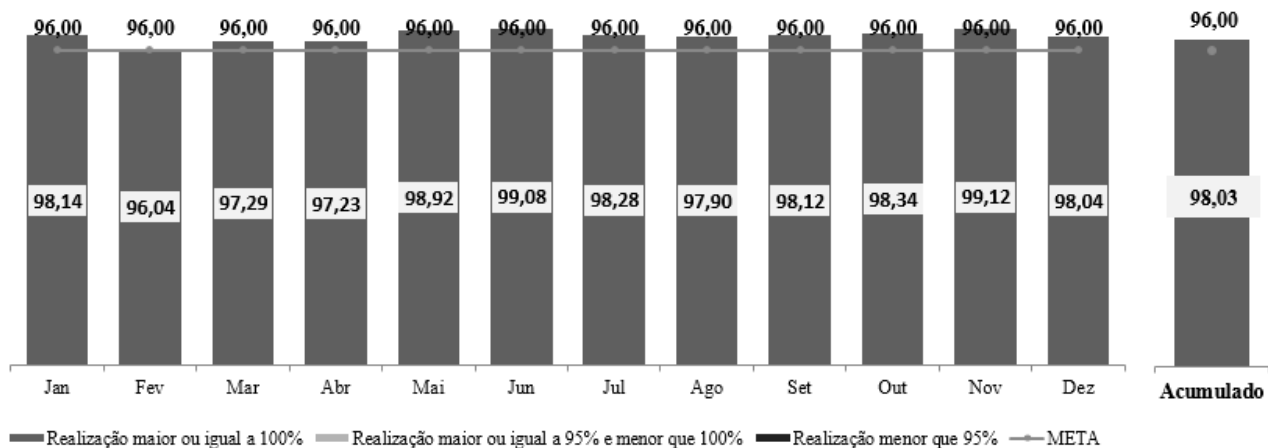
Logística	% Participação
Logística Integrada	60,43%
FNDE	38,27%

Logística	% Participação
Pré-postagem e manuseio	1,30%

Fonte: WEBCONT

A qualidade do desempenho do segmento logística nacional visualiza-se pelos indicadores a seguir:

Figura 15: Índice de Qualidade de Logística Nacional
Logística – ECT - IQC_Log_Nac – Realizado x Meta – 2016 (mensal)



Fonte: SILOG

Segmento Logística Internacional

O segmento internacional respondeu, em 2016, por 2,20% do total da receita de vendas dos Correios. No quadro a seguir estão representadas as participações dos principais produtos que compõem esse segmento:

Quadro 26: Participação segmento Internacional

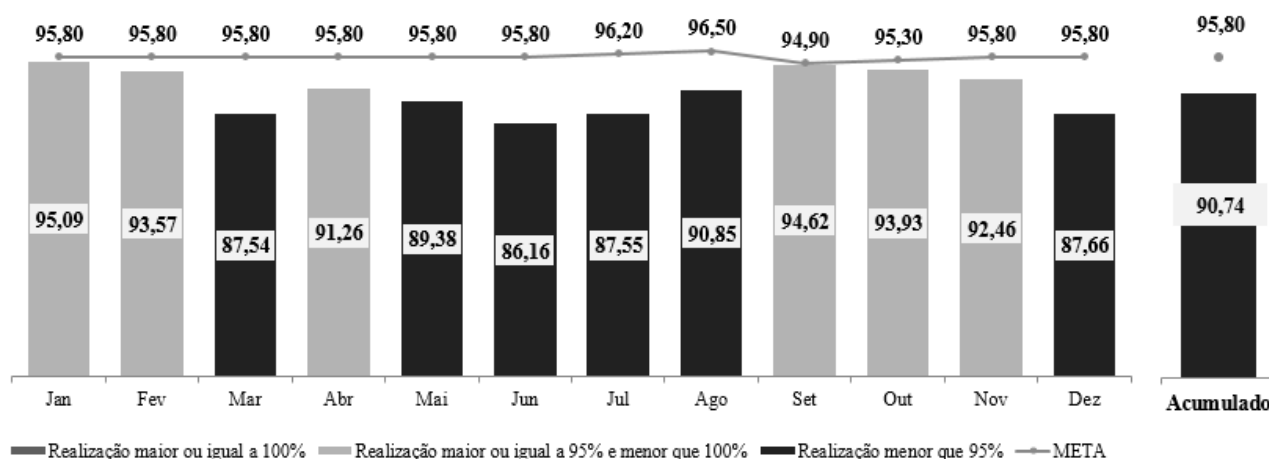
Internacional	% Participação
Serviço de Distribuição	60,27%
EMS Mercadoria	11,93%
Mercadoria Econômica	8,39%
Documento Prioritário	7,42%
EMS Documento	6,84%
Leve Internacional	2,63%
Documento Econômico	1,09%
Sedex Mundi	0,03%
Outras Receitas Internacionais	0,58%
Correio Híbrido Internacional	0,03%

Fonte: WEBCONT

A qualidade do desempenho do segmento internacional pode ser visualizado pelos indicadores a seguir:

Figura 16: Índice de Qualidade Segmento Internacional

Logística – ECT – IQC_Log_Int – Realizado x Meta – 2016 (mensal)



Fonte: IPS e DENIL

Segmento Conveniência

O segmento conveniência respondeu em 2016 por 1,57% do total da receita de vendas, R\$ 297,1 milhões. No quadro a seguir estão representados os desempenhos dos principais produtos que compõem esse segmento:

Quadro 27: Participação segmento Conveniência

Conveniência	% Participação
Embalagem e Acessórios	26,32%
Filatelia	18,50%
Receita Federal	17,38%
Transferência de Numerário	7,82%
Outras Receitas de Conveniência	7,12%
Caixa Postal	7,05%
Certificação Digital	6,90%
Título de Capitalização	6,20%
Mensagem Social	1,86%
Recebimento de Conta	0,84%
Recebimento de Inscrição	0,01%

Fonte: WEBCONT

3.4.2 Dificuldades e análise crítica

Complementando as dificuldades mencionadas no item 1 (apresentação), discorre-se a seguir sobre outros fatores relevantes.

Com a evolução digital, a comunicação via carta, mesmo para pessoas jurídicas, vem reduzindo a cada ano, colocando como o principal serviço postal do futuro a entrega de encomendas. Com o grande crescimento do mercado de comércio eletrônico no Brasil, o número de empresas atuando com a entrega fracionada de encomendas cresceu exponencialmente. São dezenas de operadores e novos surgem a cada ano. Atualmente o mercado de encomendas exige altos níveis de serviço, oferecidos de forma agressiva pela concorrência, tanto que é possível observar perda de mercado dos Correios em diversos *players* do e-commerce. Assim, o grande desafio, principalmente como instituição pública, é equilibrar as variáveis de custos, preços e qualidade dos serviços para retomar o mercado.

Os serviços de encomendas são impactados pelos movimentos grevistas, que levam o cliente a utilizar os serviços da concorrência.

O serviço de malote é monopolizado, assim os impactos negativos nesse segmento, advém, principalmente, da digitalização da comunicação.

Quanto à qualidade dos serviços prestados pela empresa, mensurada por meio do Índice de Qualidade ao Cliente (IQC), na análise por segmento de negócio, observou-se que o IQC-Encomendas e o IQC-Logística Internacional contribuíram para o não atingimento da meta. Destaca-se que o segmento encomenda foi o que mais cresceu com relação à receita, contudo, o índice de qualidade ao cliente não acompanhou o desempenho financeiro. Ainda, a queda em indicadores de qualidade pode acarretar risco para as atividades da empresa, como: redução dos níveis de satisfação de clientes, perda de *market share* e de receitas, reflexos negativos para a imagem e marca, entre outras.

A seguir serão abordados aspectos específicos de cada segmento de negócios dos Correios, dentro de cada Unidade Estratégica de Negócios dos Correios (UENs).

Segmento Mensagem e Segmento de Marketing – UEN Postal

Ao comparar o desempenho de receita de 2016 em relação a 2015 dos segmentos de mensagem e marketing, deve-se ressaltar que em 2016 o segmento de bancos e teles – o mais representativo dos Correios - intensificou esforços para trocar os envios físicos pelo digital (virtualização das faturas); envio de correspondências diversas por e-mail e *Short Message Service* (SMS) - teles; corte de faturas com gasto até R\$ 800,00/mês e retração do mercado devido à crise econômica nacional (bancos). Em função disso, o Franqueamento Autorizado de Cartas (FAC) demonstrou um desvio de 2,6, % em relação à meta para o produto. Entre os fatores que impactaram no desempenho de vendas do segmento de marketing destaca-se que o mercado editorial está em retração desde 2014, além disso, grandes editoras, como a Abril, reduziram parte dos envios físicos para atender demanda de mercado por plataformas para leitura de revistas em tablets e celulares. Referente ao momento econômico atual, as empresas estão cortando gastos, dessa forma, ações que se repetiam mensalmente e/ou sazonalmente deixaram de ocorrer em 2016. O destaque do ano no segmento de marketing direto ficou com o varejo, cujo resultado positivo foi alavancado pelas eleições 2016, sendo que apenas no mês de setembro foi registrada evolução de 228% na receita.

Dessa forma, houve diminuição nas vendas desses dois segmentos em 2016. Em termos de receita o segmento de marketing apresentou redução de 9,37% em relação a 2015 e o segmento de mensagens obteve crescimento de 5,96%, impulsionado pelos aumentos de tarifas ocorridos em dez/15 (8,89%) e em jun/2016 (10,64%).

Em 2016, o segmento de mensagens demonstrou um desvio de 0,05% e em relação às metas definidas para o Índice de Qualidade ao Cliente definido para a UEN-Postal, tendo seu atingimento em 95,67% no seu resultado médio acumulado, enquanto em dezembro de 2015 o IQC foi de 90,90% para uma meta de 95,90%, apontando um desvio de -5%.

Segmento Encomenda e Segmento Malote – UEN Encomenda

Em 2016, o desempenho do segmento encomenda em relação à meta foi de 100,07%. A evolução nominal foi de 9,37% em relação a 2015. Considerando o impacto médio dos reajustes (7,8%), o desempenho obtido indica crescimento real, com índice de 0,9%. O aumento no tráfego faturado foi de 7,0%. Foram 15,8 milhões a mais de pacotes na comparação com 2015.

Apesar do crescimento no volume postado, os resultados demonstram a necessidade de foco maior em segmentos prioritários e com grande destaque no mercado, caso do comércio eletrônico, cenário em que a empresa precisa estar preparada para atuar nos mesmos níveis de seus concorrentes.

Em 2016, o Índice de Qualidade de Encomendas atingiu 89,55%, com um desvio de 5,65% em relação à meta de 95,2%. Assim, o nível de realização da meta alcançou 94,07%. Os principais fatores que impactaram negativamente os resultados foram:

- Cancelamentos diários de linhas sob responsabilidade das companhias aéreas;
- Falta de aeronaves cargueiras no Brasil, dificultando novas contratações;
- Restrição da capacidade produtiva dos Centros de Tratamento de Encomendas (CTEs) por carência de efetivo;

- Intervenção nas máquinas de triagem de encomendas devido ao processo de atualização tecnológica nos CTEs de Porto Alegre, Curitiba, Vila Maria, Saúde e Campinas;
- 4.464 ocorrências de assaltos a carteiros com veículos no ano de 2016, restringindo a capacidade produtiva e alterando os processos operacionais das unidades;
- Elevado índice de absenteísmo. Em 2016, o absenteísmo nos Centros de Entrega de Encomendas (CEEs) ficou em torno de 9%, bem acima da meta de 4% sobre a qual se dimensiona o efetivo reserva;
- Não implantação de novos distritamentos dimensionados pelo sistema de distritamento de encomendas (SDE) em vários CEEs, devido à dificuldade de aumento de efetivo e de veículos;
- Recebimento de carga acumulada, superior à capacidade produtiva dos CEEs, causando restos de encomendas a distribuir, impactando no IQC;
- *Layout* inadequado por falta de espaço físico do imóvel, provocando perda de produtividade e restos de encomendas a distribuir, e
- Falta de equipamentos – principalmente coletores/leitores sem fio e equipamentos de movimentação de carga – em quantidade suficiente para obter a produtividade planejada em CTEs e CEEs.

Durante 2016 foram realizadas ações, em conjunto com os macrorregiões operacionais de encomendas, com o objetivo de minimizar os impactos gerados pelos fatores críticos que prejudicaram os resultados operacionais, quais sejam:

- Início da revisão da malha aérea, de forma contingencial;
- Reforço da malha de Linha de Transporte Nacional (LTN) com novas contratações, visando suprir a demanda de carga migrada da Rede Postal Aérea Noturna (RPN);
- Os CEEs com gestão inadequada estão sendo acompanhados e recebendo apoio de equipe de especialistas para melhorar os processos de gerenciamento. Além disso, foi implantado o Processo de Promoção por Resultados (PPR), com mecanismos de dispensa e designação de gestores operacionais com base na meritocracia.

O segmento de malote, em 2016, apresentou desempenho de 93,40% em relação à meta definida, com evolução de 0,8%, porém sem crescimento real, considerando que houve aumento de tarifa correspondente a 8,9% em dez/2015 e 10,6% em junho/2016. A redução no tráfego foi de 10,3%.

Segmento Financeiro e Segmento Conveniência – UEN Rede de Agências e Varejo

No cenário macroeconômico, o indicador de mercado Serasa Experian de Atividade do Comércio, publicado em 9/1/2017, indicou que houve queda de 6,6% no movimento dos consumidores nas lojas durante o ano de 2016 (na comparação com 2015). O resultado comercial total dos segmentos financeiro e conveniência em 2016 foi de, aproximadamente, R\$ 830 milhões, representando um crescimento de 17% em relação ao ano anterior, perfazendo 85% da meta comercial desses segmentos para 2016, em que se destaca a superação da meta de conveniência em R\$ 5 milhões e concentração do desvio negativo no segmento financeiro, de R\$ 147 milhões.

Segmento Logística Nacional e Logística Internacional – UEN Logística

A logística nacional apurou um aumento de 18,5% na receita de 2015 para 2016. O cenário econômico conturbado em 2015 e 2016, com redução de investimentos em várias áreas e retração nas projeções do PIB, se refletiu nos gastos privados e públicos, o que ocasionou uma dificuldade no atingimento das metas de receita em 2016. O segmento de logística nacional atingiu 89,41% da meta de receita em 2016.

A logística internacional teve, em 2016, uma redução na receita de 4,32% em relação a 2015. Esta queda se deve, principalmente, à redução no tráfego de objetos postais oriundos do *e-commerce* transfronteiriço, em consequência da desvalorização do real e da situação econômica do país, fatos que afetaram o poder de compra do brasileiro. Por outro lado, a valorização do dólar favoreceu os negócios de exportação.

Analisando o desempenho dos negócios internacionais ao longo de 2016, observa-se que houve duas grandes quedas na qualidade, entre março e agosto e entre novembro e dezembro. O



principal motivo foi a falta de efetivo nas unidades nacionais de tratamento e distribuição dos objetos, resultando em dificuldades no atendimento da demanda nos prazos acordados entre as Unidades de Negócio. Embora os centros internacionais (CEINTs) tenham implantado mudanças em sua operação, como a expedição direta dos objetos internacionais para os principais centralizadores nacionais, o resultado ainda permaneceu ruim.

4 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4.1 Descrição das estruturas de governança

O sistema de governança corporativa nos Correios é constituído pela Assembleia Geral, Conselho de Administração, Diretoria Executiva (presidente e vice-presidentes), Conselho Fiscal, Auditoria (interna e independente), Ouvidoria e Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração (Comitê de Auditoria, Comitê de Estratégia e Riscos e Comitê de Remuneração e Sucessão); e, como componentes da estrutura de gestão dos processos da empresa – a Presidência e as Vice-Presidências. O sistema de governança dos Correios está representado no mapa a seguir:

Figura 17: Mapa de governança



Fonte: SEGOV

Como elementos necessários à sustentabilidade institucional da empresa são identificados os regulamentos externos veiculando diretrizes que integram o entorno regulatório dos Correios – leis, decretos, instruções normativas, resoluções, portarias governamentais, e as peças geradas internamente que norteiam a atuação estratégica dos agentes de gestão – Modelo Empresarial, Modelo de Gestão, Plano Estratégico, Código de Ética, Acordos de Nível de Serviço e Documentos Normativos.

No Manual de Organização (Manorg), módulo 2, estão reunidos os regimentos internos dos órgãos componentes do Núcleo de Governança dos Correios. A função e as principais atribuições desses órgãos estão apresentados no **anexo 2**.

4.1.1 Atendimento à Lei das Estatais

Considerando o escopo da Lei 13.303/2016, em 18/7/2016, por meio PRT/PRESI – 150/2016, foi constituído pela presidência dos Correios grupo de trabalho que teve por objetivo a análise da referida lei e a apresentação das providências necessárias ao seu integral cumprimento no âmbito dos Correios. Os trabalhos do grupo foram encerrados em 30/9/2016, com a apresentação de plano de ação **anexo 3**, contendo:

- Definição de 129 ações a serem executadas para implementação da lei na empresa
- Identificação das respectivas áreas responsáveis;
- Prazos

A previsão de finalização das ações é 30/6/2018, porém, diante da regulamentação da lei, ocorrida por meio do Decreto 8.945/2016, oportunamente será avaliado no intuito de identificar eventual necessidade de revisão do plano de ação proposto inicialmente.

No **anexo 4** disponibiliza-se a listagem dos dispositivos que não se aplicam e os que já são atendidos pelos Correios, bem como as referências do respectivo atendimento.

4.2 Informações sobre dirigentes e colegiados

A Lei nº 13.303, publicada no Diário Oficial da União em 1/7/2016, diante de um cenário atual de aumento das práticas de controle e de conformidade, de fomento à transparência, à eficiência da gestão e ao controle social, fixou as bases da governança corporativa para as empresas estatais, sociedades de economia mista e suas subsidiárias, remetendo ao atual arcabouço legal que trata a temática de governança e transparência, a exemplo da Lei nº 6.404/76 (Lei das S/A) e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e também recepcionando as boas práticas de governança corporativa.

A lei, em seu capítulo relacionado ao regime societário, traça os requisitos a serem observados pelo acionista controlador, relativo a, dentre outros, restrição à indicação de administradores, composição dos órgãos estatutários, requisitos de transparência, requisitos para administradores, contratualização de metas e resultados, capacitação de administradores e de empregados, atribuições e composição do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria.

O Manual de Organização (Manorg), em seu módulo 2, reúne os regimentos internos dos órgãos componentes do Núcleo de Governança dos Correios. As normas de funcionamento de cada órgão colegiado, disciplinadas nesses regimentos, contemplam a periodicidade e o local das reuniões, o rito para submissão de assuntos aos colegiados, a fase preparatória para reuniões, o seu funcionamento e a fase posterior, que inclui deliberação e atas.

A composição e os requisitos para assunção aos cargos desses órgãos estão apresentados a seguir:

Quadro 28: Dirigentes e Colegiados – Composição e requisitos.

Órgãos	Composição	Requisitos
Assembleia Geral	Por ser uma empresa pública com 100% de seu capital da União, o acionista é representado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)	
Conselho de Administração	O Conselho de Administração é composto por sete membros, eleitos pela Assembleia Geral, sendo: a) quatro indicados pelo Ministro de Estado das Comunicações, dentre os quais o presidente e o vice-presidente do conselho;	Conforme previsto no art. 17 da Lei nº13.303/2016, os requisitos mínimos para a nomeação de administradores (membros do Conselho de Administração e da Diretoria) incluem experiência profissional de 10 anos na área de atuação da empresa ou em cargos específicos apresentados na lei e formação acadêmica compatível com o cargo a ser exercido.

Órgãos	Composição	Requisitos
	b) o presidente dos Correios; c) um indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão; e d) um representante dos empregados, na forma da Lei nº 12.353, de 28 de dezembro de 2010, e sua regulamentação.	É vedada a indicação, para o Conselho de Administração e para a Diretoria, dentre outros, de ministro de Estado, de secretário municipal, de dirigente estatutário ou participante de estrutura decisória de partido político e de pessoa que exerça cargo em organização sindical. No caso de indicação de empregado da empresa para cargo de administrador ou como membro de comitê, a lei determina que sejam atendidos os seguintes quesitos mínimos:
Diretoria Executiva	A Diretoria Executiva é composta por nove membros: a) o presidente dos Correios, nomeado pelo presidente da República, por indicação do Ministro de Estado das Comunicações, e demissível a qualquer tempo; e b) os oito vice-presidentes.	- que o empregado tenha ingressado na empresa por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos; - que o empregado tenha mais de dez anos de trabalho efetivo na empresa; - que o empregado tenha ocupado cargo na gestão superior da empresa, comprovando sua capacidade para assumir as responsabilidades do cargo. A Lei nº 13.303/16, ao dispor sobre a composição do Conselho de Administração, reservou a presença de membro representante dos empregados e membro independente representante dos acionistas minoritários, além de caracterizar o perfil adequado de um membro independente.
Conselho Fiscal	O Conselho Fiscal dos Correios é composto por três membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos anualmente pela Assembleia Geral para o exercício de suas atribuições, sendo: a) dois membros titulares e respectivos suplentes, indicados pelo Ministro de Estado das Comunicações; e b) um membro titular e respectivo suplente, indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda, como representantes do Tesouro Nacional.	Conforme disposto no art. 26 da Lei nº 13.303, poderão ser eleitos para o Conselho Fiscal as pessoas naturais, residentes no país, com formação acadêmica compatível com o exercício da função e que tenham exercido por prazo mínimo de três anos, cargo de direção ou assessoramento na administração pública, administrador de empresa ou de conselheiro fiscal. Além disso, não podem ser eleitos para o Conselho Fiscal, além das pessoas enumeradas nos parágrafos do art. 147 da Lei nº 6.404, de 1976, membros de órgãos de administração e empregados dos Correios e o cônjuge ou parente, até terceiro grau, de administrador da empresa, e pessoas que tenham conflito de interesses com os negócios dos Correios.
Comitê de Auditoria (provisório)	O Coaud é composto por três membros, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração, com mandato de um ano, renováveis até o limite de cinco anos.	A Lei nº 13.303/2016 prevê, em seu artigo 25, os requisitos e vedações para integrar o Comitê de Auditoria Estatutário.
Comitê de Estratégia e Riscos (criado, mas não ativado)	O Comitê de Estratégia e Riscos (ainda não ativo) é composto por três membros, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração, com mandato de um ano, renováveis até o limite de cinco anos.	a) possuir comprovado conhecimento em gestão empresarial; b) possuir comprovado conhecimento na identificação e controle de riscos; c) é desejável que ao menos um membro do Comitê de Estratégia e Riscos tenha comprovado conhecimento no serviço postal; d) é vedada a participação no Comitê de Estratégia e Riscos aos cônjuges, ou parentes em linha reta, em linha colateral, ou por afinidade de membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal ou da Diretoria Executiva, dos Correios, das entidades relacionadas e das suas participações.
Comitê de Remuneração e Sucessão (criado, mas não ativado)	O Comitê de Remuneração e Sucessão é composto por três membros, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração, com mandato de um ano, renováveis até o limite de cinco anos.	a) possuir comprovado conhecimento em gestão de pessoas; b) possuir comprovado conhecimento em remuneração; c) é desejável que ao menos um membro do Comitê de Remuneração e Sucessão tenha comprovado conhecimento no serviço postal; d) é vedada a participação no Comitê de Remuneração e Sucessão aos cônjuges, ou parentes em linha reta, em linha colateral, ou por afinidade de membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal ou da Diretoria

Órgãos	Composição	Requisitos
		Executiva, dos Correios, das entidades relacionadas e das suas participações.

4.3 Atuação da unidade de auditoria interna

Em 12/1/1970, por meio da Resolução 004/70, o Conselho de Administração dos Correios criou a Auditoria Interna. A Auditoria Interna dos Correios é vinculada ao Conselho de Administração, conforme previsão estatutária, art. 19, do Decreto 8.016/2013.

O Manual de Organização dos Correios, módulo 2, trata da estrutura organizacional do núcleo de governança e o capítulo 6 descreve a Auditoria Interna com sua estrutura e macroatividades.

4.3.1 Demonstração dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de auditoria interna

Segundo o § 5º do decreto 3.591/2000, a nomeação, designação, exoneração ou dispensa do titular de unidade de auditoria interna será submetida, pelo dirigente máximo da entidade, à aprovação do conselho de administração ou órgão equivalente, quando for o caso, e, após, à aprovação da Controladoria-Geral da União. Em consonância com o citado decreto, o inciso IV, do art. 20º, do Estatuto dos Correios, estabelece a competência do Conselho de Administração de aprovar, ao menos uma vez no ano, sem a presença do presidente da empresa, o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (Paint) e o Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna (Raint). O inciso V, do mesmo artigo, descreve que cabe ao colegiado monitorar periodicamente a execução do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna e as ações corretivas referentes às oportunidades de aprimoramento, identificadas nas auditorias.

Acrescente-se que, conforme Regimento Interno do Conselho de Administração, Manorg 2/4, subitem 5.1.3, a aprovação das normas que regem a Auditoria Interna e os seus relatórios dar-se-á pelo Conselho de Administração, conforme descrito nas alíneas “x” e “y” do normativo.

4.3.2 Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas

A Auditoria Interna conta com oito gerências corporativas, a saber: Gerência Corporativa de Execução (GCEX), Gerência Corporativa de Auditorias Econômico-Financeiras e de Contas (GEFC), Gerência Corporativa de Auditorias em Gestão de Pessoas (GCGP), Gerência Corporativa de Auditorias em Licitações (GLIC), Gerência Corporativa de Auditorias em Contratos, Convênios, Acordos e Ajustes (GCON), Gerência Corporativa de Auditorias em Tecnologia da Informação e Comunicação (GTIC), Gerência Corporativa de Auditorias em Gestão do Patrimônio (GPAT) e Gerência Corporativa de Auditorias na Rede de Atendimento e em Operações (GRAO).

As principais macroatividades da área são:

- Realizar auditorias nos processos e órgãos da empresa, de acordo com as normas vigentes, constantes do Plano de Anual de Atividades de Auditoria (Paint) e nas demais demandas apresentadas pelos clientes externos e internos, aprovadas pelo Conselho de Administração;
- Avaliar o funcionamento e adequabilidade dos controles internos, nas 1ª e 2ª linhas de defesa;
- Apoiar ações que visem ao aprimoramento dos controles internos e gestão de riscos da empresa.

Nas diretorias regionais estão localizados empregados que integram a equipe de auditoria, os quais se encontram agrupados em 14 núcleos cujas áreas de abrangência estão definidas, conforme a seguir:

Quadro 29: Distribuição das equipes de Auditoria

Diretoria Regional	Cidade de Localização	Diretorias Auditadas
Amazonas	Manaus	Amazônia, Roraima, Rondônia e Acre
Bahia	Salvador	Bahia, Alagoas e Sergipe
Ceará	Fortaleza	Ceará, Piauí e Maranhão
Espírito Santo	Vitória	Espírito Santo
Goiás	Goiânia	Goiânia, Brasília e Tocantins
Minas Gerais	Belo Horizonte	Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso
Pará	Belém	Pará e Amapá
Paraná	Curitiba	Paraná
Pernambuco	Recife	Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Rio Grande do Sul
Santa Catarina	Florianópolis	Santa Catarina
São Paulo Interior	Bauru	São Paulo Interior
São Paulo Metropolitana	São Paulo	São Paulo Metropolitana

Fonte: AUDIT

Para definição das unidades a serem auditadas realiza-se avaliação prévia de risco, a fim de alocar os recursos de auditoria para os segmentos organizacionais que apresentem maior probabilidade e impacto de ocorrências desfavoráveis relevantes que podem dificultar a consecução dos objetivos estabelecidos pela organização.

4.3.3 Demonstração de como a área de auditoria interna está estruturada, de como é feita a escolha do titular, qual o posicionamento da unidade de auditoria na estrutura dos Correios

A Auditoria Interna dos Correios está vinculada ao Conselho de Administração, conforme previsto no art. 19, do Decreto 8016/2013. Em cumprimento à diretriz da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), conforme estabelecido na Resolução nº 3, de 31/12/2010, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 28/3/2011, o Conselho de Administração decidiu, durante a 9ª Reunião Ordinária de 2012, pela criação do Comitê de Auditoria, buscando fortalecimento da imagem e importância da AUDIT.

A Lei 13.303, de 30/6/2016, em seu artigo 9º, inciso III, estabeleceu que as empresas públicas e sociedades de economia mista adotarão Comitê de Auditoria Estatutário e a Seção VII da Lei prevê as competências e a condições de implantação. No entanto, até a efetiva implantação, com alteração do Estatuto dos Correios, por meio de decreto, a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) orientou a implantação de Comissão Provisória de Auditoria. Dessa forma, conforme registrado na ata da 10ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração de 2016, foi aprovada a conversão do Comitê de Auditoria, vigente à época, em Comissão Provisória de Auditoria.

A elaboração de proposta de alteração do estatuto encontra-se em andamento. Assim que concluído, o documento será encaminhado para apreciação dos seguintes órgãos: Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Assembleia Geral Ordinária, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Sest, Ministério do Planejamento e, finalmente, Casa Civil.

A função da Auditoria Interna está prevista no Manorg 2/6, item 1: “Dar segurança à alta administração dos Correios em sua busca pela consecução dos objetivos organizacionais, oferecendo-lhe informações relevantes acerca do estado dos controles internos da empresa, obtidas por meio de auditorias internas e externas”.

A Auditoria Interna dos Correios está estruturada com: uma chefia de auditoria; oito gerências corporativas, conforme a seguir: Gerência Corporativa de Execução (GCEX) (apoio); Gerência Corporativa de Auditorias Econômico-financeiras e de Contas (GEFC); Gerência Corporativa de Auditorias em Gestão de Pessoas (GCGP); Gerência Corporativa de Auditorias em

Licitações (GLIC); Gerência Corporativa de Auditorias em Contratos, Convênios, Acordos e Ajustes (GCON); Gerência Corporativa de Auditorias em Tecnologia da Informação e Comunicação (GTIC); Gerência Corporativa de Auditorias em Gestão do Patrimônio (GPAT) e Gerência Corporativa de Auditorias na Rede de Atendimento e em Operações (GRAO). Conta ainda com 221 empregados, incluindo uma coordenadoria administrativa e analistas VII, IX e X (auditores); analistas II, IV, VI e XI e quatro empregados sem função.

Compete ao Conselho de Administração, conforme inciso III, alínea “q”, art. 20 do Estatuto dos Correios (Decreto 8.016/2013, de 17/5/2013), a aprovação e a destituição do titular da auditoria, o qual é selecionado a partir de uma lista tríplice de candidatos propostos pela Diretoria Executiva (alínea “k”, inciso III, art.23 do estatuto).

4.3.4 Informações sobre como se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementação de tais recomendações

A Auditoria Interna encaminha os seus relatórios emitidos ao Comitê de Auditoria (Comissão Provisória de Auditoria), para que sejam submetidos à apreciação e aprovação do Conselho de Administração.

Após aprovação do relatório de auditoria pelo Conselho de Administração, são adotadas as seguintes providências:

- Envio de cópia à presidência da empresa, para distribuição às vice-presidências, de modo a que, no âmbito de suas competências, deem cumprimento ao art. 24, inciso I, do estatuto da empresa, encaminhando, conforme o caso, cópia do relatório aos departamentos, às centrais e órgãos correlatos de mesmo nível a elas subordinados, bem como às unidades federativas auditadas;
- Envio de cópia ao Conselho Fiscal, para cumprimento do art. 30, incisos I e VI, do Estatuto dos Correios.

Em relação à assunção de riscos, informa-se que foi incluída na documentação descritiva do processo “Acompanhar Recomendações e Determinações” a possibilidade de o gestor, caso não concorde com a implementação de recomendação de auditoria, preencher e assinar o Termo Assunção de Risco. As atividades relacionadas a esse processo estão sendo normatizadas para que seja realizada a sua implementação

4.3.5 Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria, quando houver, sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência

Até o momento, não foi adotada comunicação sistemática à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre os riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna, quando for o caso.

Não obstante a ausência da referida comunicação sistemática, a AUDIT realizou estudos para classificação de riscos e em 2016 emitiu a Nota Técnica AUDIT 874/2016: Classificação de Constatações e de Relatórios de Auditoria². O nível de prioridade foi definido com base na Matriz GUT, que é uma técnica de priorização que emprega as seguintes variáveis: gravidade, urgência e tendência.

Dessa forma, para as constatações de auditoria foram definidas as seguintes classificações:

Quadro 30: Classificação das constatações de auditoria

Prioridade	Código	Prazo
Muito Alta	MA	Ação Imediata.

² Processo nº 53180.000019/2016-17. Interessado: Auditoria, Conselho Fiscal, Conselho de Administração. Nota Técnica AUDIT-874/2016: Classificação de constatações e de relatórios de auditoria. Elaborada por Silas Roberto de Souza com subsídio em trabalho apresentado por Milvon Lopes dos Santos, Gerente da GEFC e José Portela Sobrinho, Gerente da GTIC.

Alta	A	Solução em até 60 dias.
Média	M	Solução em até 120 dias.
Média Baixa	MB	Solução em até 180 dias.
Baixa	B	Solução até o final do exercício seguinte.

Fonte: AUDIT

A classificação dos relatórios de auditoria seguiu o mesmo raciocínio, sendo classificados, conforme segue:

Quadro 31: Classificação dos relatórios de auditoria

Classificação das Constatações	Classificação da Opinião	Alerta/Cor do Relatório de Auditoria
Há pelo menos uma constatação de prioridade Muito Alta.	Controles Ineficazes.	Vermelho
Há pelo menos uma constatação de prioridade Alta e nenhuma Muito Alta.	Controles Pouco Eficazes.	Laranja
Há pelo menos uma constatação de prioridade Média e nenhuma Muito Alta ou Alta.	Controles Eficazes que necessitam de aprimoramento de prioridade média.	Amarelo
Há pelo menos uma constatação de prioridade Média Baixa e nenhuma Muito Alta, Alta ou Média.	Controles Eficazes que necessitam de aprimoramento de prioridade média baixa.	Azul
Todas as constatações tem prioridade baixa.	Controles Eficazes.	Verde

Fonte: AUDIT

4.3.6 Eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da entidade, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes

Não houve adequações ou reposicionamento na estrutura organizacional da Auditoria Interna no exercício de 2016.

Contudo, a AUDIT busca manter sua estrutura em consonância com suas atividades, levando em consideração a estrutura organizacional dos Correios. Neste sentido, encontra-se em andamento, no âmbito da AUDIT, estudo para proposta de adequação da sua estrutura.

Considerando que a partir de 15 de julho de 2015 os Correios implementaram processo de reestruturação, estima-se que até o final de 2017 a proposta de reestruturação da Auditoria Interna esteja adequada ao novo modelo organizacional da empresa e também possa ser encaminhada para aprovação dos órgãos competentes.

Nesse contexto, alinhado à reestruturação, e como forma de otimizar os processos relacionados à auditoria, ressalta-se que foram concluídos os trabalhos de modelagem dos processos Acompanhar Recomendações e Determinações e Planejar Auditoria, que foram desenvolvidos com base na metodologia de gerenciamento de processos de negócios, que nos Correios é realizado por meio da metodologia BPM (*Business Process Management*), conforme detalhado no Manpla, módulo 6, que estabelece as cinco fases que devem ser observadas para a modelagem dos processos:

- Planejar Projeto de Melhoria do Processo;
- Analisar Processo;
- Desenhar Processo;
- Implantar Processo e
- Monitorar Processo.

O projeto de melhoria do processo Acompanhar Recomendações e Determinações, que contempla os seguintes produtos: Relatório de Acompanhamento; Extrato das Recomendações e Determinações; Relatório Mensal de Atividades de Acompanhamento, foi conduzido pelo grupo de trabalho designado pelo chefe da Auditoria por meio das portarias PRT/AUDIT – 0252/2015 e 064/2016. O objetivo desse projeto foi o aprimoramento do processo, a redução de seu tempo, a mitigação de seus riscos e o aumento de sua confiabilidade. Esse trabalho foi concluído em julho de

2016 e o resultado final foi consolidado no Plano de Implantação do Processo (PIP), que contém as ações de melhorias necessárias para o aprimoramento do processo de Acompanhamento das Recomendações e Determinações.

O projeto de melhoria do processo Planejar Auditoria, que contempla os seguintes produtos: Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT); Plano de Auditoria; Programa de Auditoria; Relatório Mensal de Atividades de Planejamento, foi conduzido por grupo de trabalho designado pelo Chefe da Auditoria por meio da portaria PRT/AUDIT – 0096/2016. O objetivo desse projeto foi elaborar o seu plano de implantação, visando aprimorá-lo de modo que todas as auditorias estabelecidas pelo Conselho de Administração sejam executadas tempestivamente e com risco de auditoria mantido em níveis aceitáveis, empregando para tanto os recursos da AUDIT eficientemente. Esse trabalho foi concluído em janeiro de 2017 e está em fase de aprovação pelo chefe da Auditoria para sua implantação. O resultado está consolidado no PIP, que contém as ações de melhorias necessárias para o aprimoramento do processo em questão.

Em relação ao ganho decorrente da modelagem dos dois macroprocessos citados, indica-se a organização do trabalho da auditoria. Em síntese, a organização consiste em uma das estratégias para a melhoria da produtividade.

4.4 Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos

Desde 2009, os Correios possuem em sua estrutura o órgão Gestor de Controle Disciplinar, atualmente denominado Departamento de Gestão e Prevenção Correcional - DGCOR, com subordinação ao Gabinete da Presidência.

A estrutura do Departamento de Gestão e Prevenção Correcional está definida no Módulo 3, Capítulo 5, do Manorg.

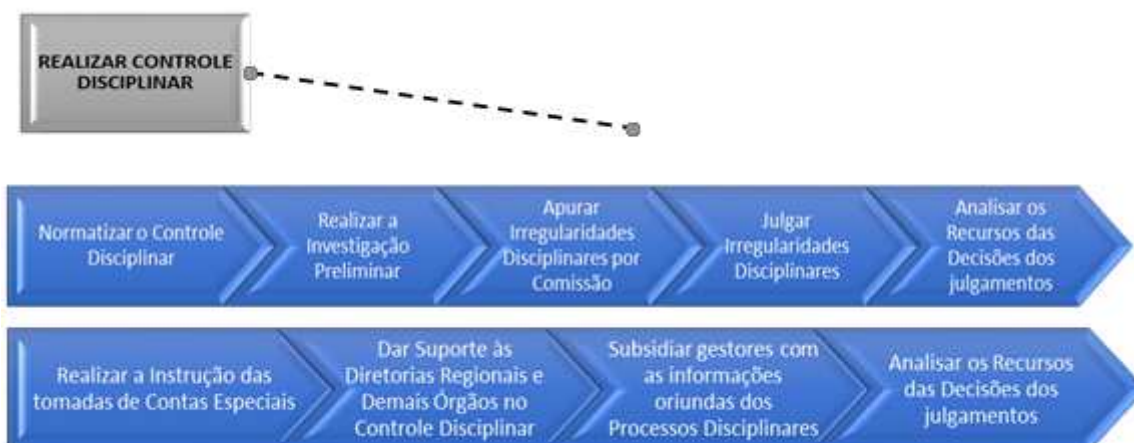
O órgão dispõe de cinco gerências corporativas, a saber: Gerência de Juízo de Admissibilidade Disciplinar (GJAD), Gerência de Investigação Preliminar (GINP), Gerência de Sindicância (GSIN), Gerência de Apurações Descentralizadas (GEAD) e Gerência de Normas, Ajustamento de Conduta e Prevenção (GNAP).

O departamento conta com o efetivo de 98 empregados, com pelo menos um representante do órgão correcional em cada Unidade da Federação.

O DGCOR tem suas atribuições disciplinadas no normativo dos Correios (Manorg 3/5), com a função de “Administrar e realizar as atividades de Investigação Disciplinar, atuando como órgão responsável por disciplinar, controlar e realizar atividades que envolvem: Inteligência, Investigação Preliminar, Apuração de Irregularidades Disciplinares e Tomada de Contas Especiais”.

Na figura abaixo, apresenta-se o macroprocesso de controle disciplinar, sob a incumbência do DGCOR:

Figura 18: Macroprocesso do controle disciplinar



Fonte: DGCOR

Para a atividade de julgamento das sindicâncias por comissão, os Correios dispõem do Comitê de Disciplina, composto por cinco empregados, do quadro permanente, sem dedicação exclusiva, ocupantes, ao tempo da escolha, da função de chefe de departamento, Analista XII ou superior, assim indicados: três pela Presidência dos Correios, um pela Vice-Presidência de Finanças e Controles Internos (VIFIC) e um pela Vice-Presidência de Gestão de Pessoas. As atribuições do Comitê de Disciplina estão descritas no Módulo 3, Capítulo 10, do Manorg.

O normativo que regula o processo disciplinar nos Correios é o Manual de Controle Disciplinar (Mancod) cuja vigência teve início em 3/9/2012. Essa norma teve sua atualização aprovada em 18/12/2014 pela Diretoria Executiva, passando a vigorar em 2/2/2015. Em decorrência da nova estrutura organizacional dos Correios, a norma disciplinar foi ajustada novamente em 11/1/2016 e 11/11/2016, para contemplar as alterações promovidas nas competências e procedimentos.

O Manual de Controle Disciplinar dos Correios está disponível no sítio da CGU - <http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/atividade-disciplinar/normativos-de-outros-orgaos>.

Em consonância com os preceitos contidos nos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União (CGU), os processos disciplinares dos Correios instaurados sob a modalidade de Sindicância por Comissão são cadastrados e gerenciados pelo Sistema CGU-PAD.

No decorrer do ano, a GJAD tratou 4.766 denúncias recebidas pelo sistema Fale Conosco, sendo a origem destas as mais variadas. Todas as manifestações foram avaliadas para fins de admissibilidade e prosseguimento de apurações no âmbito do DGCOR ou outras indicações de tratamento junto aos órgãos pertinentes.

Quadro 32: Atividades Relativas ao Tratamento de Denúncias no Fale Conosco - 2016

Mês	Responder	Enviar e-mail	Redirecionar	Informar Situação	Ocorrência	Devolver	Reativar	Reenvio de resposta	Retorno do e-mail Consulta Técnica	Alterar Dados do Cliente	Baixa da Manifestação	Total
Jan.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fev.	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	16	19
Mar.	0	0	0	0	10	0	0	0	0	3	22	35
Abr.	0	1	74	0	7	14	0	0	0	6	35	137
Mai.	0	8	39	0	39	8	0	0	0	43	52	189
Jun.	1	23	123	0	62	22	35	0	1	139	74	480
Jul.	0	12	132	17	62	19	26	0	2	58	60	388
Ago.	1	27	113	1	64	27	23	0	5	47	41	349
Set.	2	36	309	1	128	41	24	0	2	111	94	748
Out.	2	28	225	2	136	31	46	0	4	105	98	677
Nov.	1	25	272	0	262	23	56	2	4	119	110	874
Dez.	1	21	277	0	241	17	58	2	4	141	108	870
Total	8	181	1.565	21	1.012	202	268	4	22	773	710	4.766

Fonte: DGCOR

Objetivando racionalizar a quantidade de processos administrativos disciplinares para os casos envolvendo condutas de baixo potencial ofensivo, resultantes em infrações disciplinares de penalidade de advertência, em 7/11/2016 foi implementado, por iniciativa do DGCOR, a operacionalização do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) nos Correios, com previsão normativa no ManpesS 46/2 – 4.5.

Sobre este novo instrumento, a partir de 7/11/2016, data de implantação do TAC, a 31/12/2016, foram registradas 60 consultas de aceitação prévias e ofertas de Termo de Ajustamento de Conduta, que refletiram, em nível de sindicância disciplinar e apuração direta, economia processual para a empresa:

Quadro 33: Termo de Ajustamento de Conduta

Regional	Quantidade de TAC
Administração Central	1
Bahia	7
Goiás	2
Minas Gerais	14
Mato Grosso	1
Paraná	3
Rio de Janeiro	3
Rio Grande do Norte	1
Rondônia	3
Rio Grande do Sul	10
Santa Catarina	2
Sergipe	1
São Paulo – Interior	12
Total	60

Fonte: DGCOR

No exercício de 2016, foram instaurados 10.781) processos apuratórios de natureza disciplinar. Deste quantitativo, 98,7 % foram instruídos pelo gestor imediato ou apurador designado, na modalidade de apuração direta, 0,8 % por sindicantes sumários e 0,5 % por comissões de sindicância.

Quadro 34: Modalidades de apuração e sindicância

Modalidade	Total de processos em 2016	Representação (%)
Apuração Direta	10.640	98,7
Sindicância Sumária	91	0,8
Sindicância por Comissão	50	0,5
Total	10.781	100

Fonte: GPA-C em 24/03/2017 e GSIN

Após o devido processo legal, os julgamentos dos processos ensejaram a demissão por justa causa de 219 empregados, ocorrendo a reintegração de dois empregados no decorrer de 2016. No quadro abaixo, são apresentadas as principais irregularidades apuradas e que resultaram na aplicação da pena de demissão por justa causa, incluindo aqueles que foram reintegrados.

Quadro 35: Natureza e quantidade de demissão por justa causa

Enquadramento CLT art. 482	Quantidade demitidos em 2016
a) ato de improbidade;	98
b) incontinência de conduta ou mau procedimento	42
c) desídia no desempenho das respectivas funções	39
d) abandono de emprego	27
e) outros	13
Total	219

Fonte: pesquisa DEAPE/VIGEP e GEAD/DGCOR

Registre-se que o órgão correcional realiza a retroalimentação às áreas gestoras, visando a avaliação quanto à adoção de ações que minimizem ou até mesmo eliminem as causas de processos disciplinares, privilegiando a prevenção e o aprendizado.

Neste sentido, as principais causas de processos disciplinares nos Correios foram mapeadas e constituem importante insumo para ações preventivas junto aos gestores. Abaixo quadro com o demonstrativo das 13 principais causas de processos disciplinares que representam 88% das 73 irregularidades registradas em um universo de 10.731 apurações diretas e sindicâncias sumárias:

Figura 19: Principais causas de processos disciplinares



Fonte: GPA-C em 24/01/2017

4.5 Gestão de riscos e controles internos

O novo modelo de governança adotado nos Correios, foi construído com base nas boas práticas recomendadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Na atuação como segunda linha de defesa, foram criados os Departamentos de Controles Internos (DECIN) e de Compliance e Gestão de Riscos (DCOMP), agregando, assim, a responsabilidade pela gestão dos mecanismos de controles internos.

O DECIN tem por objetivo aprimorar, padronizar e identificar necessidade de controles nos processos da organização, tendo sido aprovadas, pela Diretoria Executiva em 2016, as Políticas e Diretrizes de Controles Internos para os Correios. O DCOMP tem o papel de coordenar as atividades relacionadas à conformidade e ao gerenciamento de riscos

Em 2016 foi realizada a revisão da Matriz de Riscos Estratégicos (MRE). Na oportunidade, o grupo responsável pelo trabalho analisou e consolidou os riscos estratégicos oriundos do desdobramento do PE_2020 - Ciclo2015/2018, bem como identificou os fatores relacionados a cada risco estratégico, avaliou probabilidade e impacto, o que permitiu que se chegasse ao objetivo final do trabalho: a Matriz de Riscos Estratégicos revisada e atualizada. Tal matriz foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração (fonte: boletim técnico 169/2016).

Ainda com relação à gestão de riscos, após *benchmarking* interno realizado no período de julho a setembro/2016, foram identificados 299 riscos classificados em 20 categorias. Além disso, foi identificado que 87% das normas internas fazem menção ao tema riscos, o que permite inferir que existe a preocupação com o tema, mas ainda não foi incorporado de forma sistemática e coordenada no cotidiano da empresa.

Alinhado a isso, constatou-se que as áreas não seguem um padrão quanto à utilização de metodologia de riscos. Para tanto, estão previstas ações para implementação da gestão de riscos nos Correios de forma corporativa, conforme a sequência dos trabalhos: - aprovação da Política de Gestão de Riscos; - apresentação do portfólio dos riscos a que as áreas estão expostas; proposição de método de Gerenciamento de Riscos (método) e proposta de plano de Implementação de Gestão Corporativa de Riscos nos Correios.

No que tange ao Departamento de Controles Internos, em 2016, mesmo sem a estruturação ideal de pessoas e recursos, foi aprovado e executado o plano de trabalho, sendo realizadas as seguintes macroatividades: Definição de manual, criação/aprovação de políticas, normas, procedimentos de controle interno; Desenvolvimento de metodologias de avaliação de processos, autoavaliação, avaliação do sistema de controle interno e avaliação de TI e de priorização de processos; Avaliação de subprocessos de gerir pagamentos, folha de pagamento, COSO na Contabilidade, retenções tributárias de órgãos públicos; desenvolvimento e elaboração da matriz de priorização de processos e Estruturação de disseminação de cultura (treinamentos e

divulgações). Ressalte-se que as metodologias de avaliação de controles utilizam a abordagem em riscos, ou seja, recomendações técnicas de controle são emitidas após identificação dos riscos residuais de cada processo.

Dentre as políticas aprovadas, cabe mencionar a de execução dos controles internos em três linhas de defesa e de utilização dos direcionadores *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO) 2013 e *Control Objectives for Information and Related Technology* (COBIT) 5.0 como principais norteadores dos trabalhos.

Ademais, em 22/12/2016 foi constituído grupo de trabalho por meio da PRT/VIFIC-200/2016, cujo escopo é "modelar o Sistema de Controles Internos dos Correios, de forma a que sejam identificados os objetivos, as atividades inerentes e as responsabilidades dos órgãos envolvidos, abrangendo, inclusive, a governança em relação às entidades patrocinadas, mantidas e controladas, de maneira que os órgãos atualmente participantes nas atividades relacionadas ao tema tenham suas responsabilidades fixadas e os processos internos descritos, de forma que não existam sobreposições de atribuições". O grupo tem as seguintes missões:

- Efetuar levantamento das responsabilidades dos órgãos atualmente envolvidos nas atividades relacionadas e/ou correlatas ao Sistema de Controles Internos nos Correios, detalhando essas atividades;
- Efetuar levantamento das recomendações existentes (TCU, CGU e normativos legais) sobre a necessidade de melhoria no processo de governança, inclusive das entidades patrocinadas, mantidas e controladas da empresa;
- Elaborar proposta de ajustes na estrutura organizacional do Sistema de Controles Internos da empresa, detalhando as atividades e responsáveis pela sua execução;
- Detalhar os ajustes de recursos humanos necessários para a execução das atividades que envolvem o Sistema de Controles Internos modeladas, especificando como deverá ocorrer a adequação dos recursos humanos hoje existentes.

A conclusão dos trabalhos está prevista para 17/5/2017.

4.6 Política de remuneração dos administradores e membros do colegiado

A prática de remuneração de membros estatutários dos Correios tem como base normativa os Decretos 8.016/2013 e 8.945/2016, somados às orientações da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) encaminhadas por meio do Ofício Circular 30/2016-MP, de 26/01/2016. A referida prática tem como objetivo ser instrumento executivo de gestão alinhada à especificidade da empresa.

Conforme o referido Ofício Circular 30/2016-MP, a orientação daquela secretaria foi de não haver correção nos valores do programa de remuneração para o ciclo 2016/2017 em relação aos valores praticados do ciclo anterior.

A composição do programa de remuneração dos administradores e conselheiros de administração e fiscal é demonstrada nos quadros a seguir:

Quadro 36: Remuneração da Diretoria Executiva

Elementos	Objetivos / Proporções	Metodologia De Cálculo / Reajuste
Honorário mensal	Visa remunerar mensalmente pela contraprestação do exercício das atividades. A remuneração fixa mensal não se vincula diretamente aos indicadores de desempenho. O honorário global dos dirigentes representa 43,19% do valor total do programa de remuneração global dos membros estatutários.	Parcela fixa. A referência histórica para elaboração dos programas de remuneração global atendeu originariamente o Decreto-Lei nº 2.355/87, art. 3º; e para os ciclos posteriores foram atendidas as orientações do Ministério do Planejamento, atualmente, Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST. No ciclo 2016/2017, não ocorreu ajuste nos valores por orientação da SEST/MP.
Gratificação natalina	Destina-se à contraprestação análoga ao décimo-terceiro salário (décimo-terceiro honorário).	Parcela fixa relativa ao valor do honorário de dezembro do ano do pagamento, tendo sido

Elementos	Objetivos / Proporções	Metodologia De Cálculo / Reajuste
	Representa 3,60% do valor total do programa de remuneração global dos membros estatutários.	pago 50% em novembro e 50% em dezembro.
Adicional de férias	Parcela análoga ao adicional de férias prevista na Constituição Federal. Representa 1,20% do valor total do programa de remuneração global dos membros estatutários.	Relativo a 1/3 do honorário vigente, pagamento mensal.
Auxílio alimentação	Destina-se à complementação para alimentação. Benefício não vinculado ao Programa de Alimentação ao Trabalhador e ao Acordo Coletivo de Trabalho. Representa 0,73% do valor total do programa de remuneração global dos membros estatutários.	Valor, pago em pecúnia desde abril de 2015. Para o ciclo 2016/2017, não ocorreu ajuste nos valores por orientação da SEST/MP.
Auxílio moradia	Parcela prevista para reembolso na forma definida pelo Decreto nº 3.255 de 19/11/1999 Representa 1,88% do valor total do programa de remuneração global dos membros estatutários.	Valor previsto em decreto.
Previdência privada	Plano de previdência complementar nos mesmos moldes aplicado aos empregados dos Correios Representa 5,61% do valor total do programa de remuneração global dos membros estatutários.	Aplicado conforme opção do participante, podendo variar de 1% a 12% sobre o salário de participação.
Auxílio saúde	Plano de saúde nos moldes de coparticipação. Representa 0,78% do valor total do programa de remuneração global dos membros estatutários.	Aplicado conforme opção do participante e pago somente quando houver utilização.
Quarentena	Destina-se a atender a Lei 12.813/2013. Representa 21,59% do valor total do programa de remuneração global dos membros estatutários.	Valor equivalente a seis honorários.
Encargos sociais	FGTS e Previdência Social Representam 3,84% e 9,60%, respectivamente, do valor total do programa de remuneração global dos membros estatutários.	Decreto nº 99.684/90 - FGTS
RVA	Parcela prevista no estatuto da empresa. A modelagem do programa deriva de diretrizes estabelecidas pelo DEST. Conforme NT 6780/2016-MP, a partir dos resultados da empresa as parcelas foram diferidas. O Programa referente ao ciclo 2016 não foi apresentado para manifestação da SEST.	Cálculo baseado nos indicadores de desempenho e proporcionalidade do honorário mensal, conforme diretivas do SEST-MP.

Fonte: VIGEP/DEGEP

Quadro 37: Remuneração dos Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal

Elementos	Objetivos / Proporções	Metodologia De Cálculo / Reajuste
Honorário Conselho de Administração e Fiscal	Parcela fixa que visa remunerar mensalmente pela contraprestação do exercício das atividades	Corresponde a 10% da média da remuneração (incluindo somente honorário mensal e gratificação natalina) dos dirigentes, conforme Lei 9.292/1996.

Fonte: VIGEP

4.6.1 Demonstrativo da remuneração mensal de membros de conselhos

Quadro 38: Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Conselho de Administração - Remuneração - valores em R\$ 1,00				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração - valores em R\$ 1,00	
	Início	Fim	Média mensal	Total 2016
Leonor da Costa	-	24/04/16	3.351,26	12.734,79
Giovanni Correa Queiroz	-	11/05/16	3.351,26	15.045,97
Andre Peixoto Figueiredo Lima	-	11/05/16	3.351,26	15.045,97
Luiz Antonio Alves de Azevedo	-	12/05/16	3.351,26	15.195,14
Cristiano Rocha Heckert	-	29/08/16	4.100,59	31.306,08
Adroaldo da Cunha Portal	-	31/08/16	4.100,59	31.306,08
Marcos Cesar Alves Silva	-	-	4.100,59	49.207,12
Waleska Rosa Vasconcellos	-	-	4.475,26	36.248,91

Heli Siqueira de Azevedo	12/05/16	08/06/16	4.475,26	4.027,73
Guilherme Campos Junior	09/06/16	-	4.475,26	30.133,42
Ruy do Rego Barros Rocha	03/08/16	-	4.475,26	22.077,95
David Braga Fernandes	31/08/16	29/11/16	4.475,26	13.574,96
Inaldo Rocha Leitao	31/08/16	-	4.475,26	18.050,22
Fernando Antonio Ribeiro Soares	31/08/16	-	4.475,26	18.050,22
Conselho Fiscal - Remuneração - valores em R\$ 1,00				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração - valores em R\$ 1,00	
	Início	Fim	Média mensal	Total 2016
Célia Romeiro de Sousa	-	19/05/16	3.351,26	16.239,37
Francisco José Pontes Ibiapina	-	-	4.100,59	49.207,12
Manoel Joaquim Carvalho Filho	-	-	4.100,59	49.207,12
Cleberton Luiz Martins (S)	01/04/16	-	4.475,26	39.153,34

Fonte: VIGEP

4.6.2 Demonstrativo sintético da remuneração de membros de diretoria e de conselhos

Quadro 39: Síntese da Remuneração – Diretoria Executiva

Identificação do Órgão		
Órgão: Diretoria Estatutária		
Remuneração dos Membros (valores em R\$ 1,00)	Exercício	
	2016	2015
Número de membros:	16	14
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	4.360.633,14	5.709.163,75
a) salário ou pró-labore	4.178.583,26	3.769.227,49
b) benefícios diretos e indiretos	182.049,88	1.939.936,26
c) remuneração por participação em comitês	-	-
d) outros	-	-
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	-	-
e) bônus	-	-
f) participação nos resultados	-	322.516,57
g) remuneração por participação em reuniões	-	-
h) comissões	-	-
i) outros	-	-
III – Total da Remuneração (I + II)	4.360.633,14	6.031.680,12
IV – Benefícios pós-emprego	-	-
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	1.642.441,51	-
VI – Remuneração baseada em ações	-	-

Fonte: VIGEP

Quadro 40: Síntese da Remuneração – Conselho de Administração

Identificação do Órgão		
Órgão: Conselho de Administração		
Remuneração dos Membros (valores em R\$ 1,00)	Exercício	
	2016	2015
Número de membros:	14	15
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	312.004,56	342.659,61
a) salário ou pró-labore	312.004,56	342.659,61
b) benefícios diretos e indiretos	-	-
c) remuneração por participação em comitês	-	-
d) outros	-	-
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	-	-
e) bônus	-	-
f) participação nos resultados	-	-
g) remuneração por participação em reuniões	-	-
h) comissões	-	-
i) outros	-	-
III – Total da Remuneração (I + II)	312.004,56	342.659,61
IV – Benefícios pós-emprego	-	-

V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-
VI – Remuneração baseada em ações	-	-

Fonte: VIGEP

Quadro 41: Síntese da Remuneração – Conselho Fiscal

Identificação do Órgão		
Órgão: Conselho Fiscal		
Remuneração dos Membros (valores em R\$ 1,00)	Exercício	
	2016	2015
Número de membros:	4	8
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	153.806,95	157.797,47
a) salário ou pró-labore	153.806,95	157.797,47
b) benefícios diretos e indiretos	-	-
c) remuneração por participação em comitês	-	-
d) outros	-	-
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	-	-
e) bônus	-	-
f) participação nos resultados	-	-
g) remuneração por participação em reuniões	-	-
h) comissões	-	-
i) outros	-	-
III – Total da Remuneração (I + II)	153.806,95	157.797,47
IV – Benefícios pós-emprego	-	-
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-
VI – Remuneração baseada em ações	-	-

Fonte: VIGEP

4.6.3 Demonstrativo da remuneração variável dos administradores

Quadro 42: Demonstrativo da remuneração variável dos administradores – Diretoria Executiva

Identificação do Órgão		
Órgão: Diretoria Executiva		
Reconhecimento de Bônus e Participação de Resultados (valores em R\$ 1,00)	Exercício	
	2016	2015
I – Bônus (a+b+c+d)	-	-
a) valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-
b) valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-
c) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-
d) valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-
II – Participação no Resultado (e+f+g+h)	-	322.516,57
e) valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-
f) valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-
g) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas (1)	-	322.516,57
h) valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-
III – Total (I + II)	-	322.516,57

Fonte: VIGEP

(1) Referente ao pagamento da primeira parcela do programa de RVA 2013 ocorrido somente em janeiro de 2015.

4.7 Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

Os Correios realizaram pregão eletrônico, sob nº PGE 16000170/2016, com objeto de contratação de serviços especializados de auditoria sobre as demonstrações financeiras dos Correios e sua subsidiária, CorreiosPar, referentes ao exercício financeiro de 2016, a serem realizados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas internacionais de contabilidade - *International Financial Reporting Standards* (IFRS). O pregão foi homologado por meio do

Relatório de Homologação CPL/CECOM-00337/2017, de 25/04/2017, sendo adjudicado à empresa BDO RCS Auditores Independentes – Sociedade Simples, inscrita no CGC/MF sob nº 54.276.936/0001-79, pelo valor global de R\$ 258.000,00, e assinatura do contrato nº 066/2017.

Por meio do Relatório de Auditoria Independente, a BDO RCS Auditores Independentes - CRC 2 SP 013846/O-1 – S – DF, emitiu sua opinião sobre as demonstrações financeiras dos Correios, conforme transcrito a seguir: *Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos assuntos mencionados na seção intitulada como “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.* A íntegra do parecer encontra-se na aba Relatórios, Pareceres e Declarações.

5 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1 Gestão de pessoas

5.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

5.1.1.1 Força de trabalho dos Correios

Quadro 43: Força de trabalho

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	63.281	60.164	178	1.771
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	63.281	60.164	178	1.771
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	63.281	60.164	178	1.771
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	63.281	60.164	178	1.771

Fonte: Relatório Sistema POPULIS (31/12/16)

* Valores são referentes aos empregados que não possuem função.

5.1.1.2 Distribuição da lotação efetiva

Quadro 44: Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	16.171	99.327
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	16.171	99.327
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	16.142	99.327
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	29	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	16.171	99.327

Fonte: Relatório Sistema POPULIS (31/12/16)

5.1.1.3 Detalhamento da estrutura de cargo em comissão e função gratificada dos Correios

Quadro 45: Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	13	13	11	20
1.1. Cargos Natureza Especial	13	13	11	20
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	55.321	55.321	9	1.122

2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	55.305	55.305	0	1.101
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	16	16	9	21
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	55.334	55.334	20	1.142

Fonte: Relatório Sistema POPULIS (31/12/16)

5.1.1.4 Conclusões de eventuais estudos realizados para avaliar a distribuição do pessoal

Observa-se a tendência, no segmento postal mundial, de redução da quantidade de empregados das empresas de serviços postais (Correios), que se deve a vários fatores, tais como: adoção de novas tecnologias que ajudam a racionalizar o processo produtivo postal; máquinas de triar que ordenam a correspondência de acordo com os percursos dos carteiros e adequação dos meios produtivos às quantidades de objetos a serem entregues. O declínio atual na demanda postal é efeito da substituição dos meios tradicionais (correspondências) por novas tecnologias de comunicação e informação.

Diante deste cenário os correios brasileiros estão passando por uma reestruturação organizacional, com a otimização da sua rede de unidades de atendimento e distribuição, pela ampliação do parque tecnológico de máquinas de triagem de correspondências e encomendas, entre outras inovações no processo produtivo, com reflexos no seu dimensionamento de efetivo.

Portanto, somente após a conclusão do processo de reestruturação ora em andamento será possível realizar estudos para identificar os eventuais déficits de pessoal e as necessidades de novas contratações por concurso público.

5.1.1.5 Qualificação e capacitação da força de trabalho

A Universidade Corporativa dos Correios (UniCorreios) finalizou o ano de 2016 com resultados que demonstram o seu empenho na construção de melhores condições para que os Correios alcancem o nível de maturidade de uma empresa de classe mundial. Foram realizadas mais de 5 milhões de horas de treinamento, com aplicação de recursos na ordem de R\$ 10 milhões.

Dentre as ações de capacitação ofertadas, destaca-se a criação do curso de pós-graduação *lato sensu* em Gestão de Negócios dos Correios com carga horária de 496 horas na modalidade à distância - EaD. O diferencial da especialização é que todos os recursos de infraestrutura e o corpo docente são próprios dos Correios.

Na modalidade semipresencial, a UniCorreios, em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR), disponibilizou o curso técnico de nível médio em Logística. Ainda nessa modalidade, os Correios desenvolveram o Programa de Desenvolvimento de Lideranças (Líder 2020), que oferece perspectivas e ferramentas aos líderes da empresa. O programa baseia-se na premissa de que os líderes são os elos que articulam processos e pessoas no alcance de metas estratégicas.

Outra parceria firmada, no ano de 2016, foi com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) com o desenvolvimento do curso SEI Usar, na modalidade EaD, destinado, não somente aos empregados dos Correios, mas também a todos os interessados na nova ferramenta de gestão de documentos na administração pública. A iniciativa contou ainda com apoio dos ministérios da Justiça e Cidadania e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. O referido curso foi organizado em dois módulos, básico e avançado, e registrou mais de 18,7 mil empregados capacitados.

Pautada na abertura de cursos para a comunidade, a UniCorreios disponibilizou em novembro de 2016 um novo ambiente de estudo destinado ao público externo, à Rede de Agências Franqueadas e às instituições parceiras da empresa. O espaço “UniCorreios EaD” é ofertado na versão 3.1+ da plataforma *Moodle*, assim como o ambiente destinado aos empregados. Até dezembro, foram registrados mais de 10,6 mil sessões de acesso, sendo 85% dessas por *smartphones*.

A UniCorreios encerrou as ações³ de educação de 2016 com a participação de 19.829 empregados no curso de capacitação da Rede de Atendimento Terceirizada; participaram das ações de educação *in company* 3.257 empregados; 3.473 participações em eventos externos; 96.234 participações em ações de educação à distância e 692.107 em ações de educação presenciais.

Ainda, registrou-se a concessão de 380 bolsas de estudo para cursos de idiomas, graduações e pós-graduações. Ademais, foram ofertados internamente 119 cursos na modalidade à distância e 1.489 mil ações presenciais, resultando na capacitação de aproximadamente 100 mil empregados (85,31% do efetivo total), sendo em sua maioria lotados em unidades de negócio.

Dentre as ações de capacitação ofertadas destacam-se, pela importância ao negócio da empresa, as que compõem a formação dos carteiros, atendentes comerciais, gerentes de agência e gestores das unidades operacionais. No ano de 2016, mais de 19 mil empregados foram capacitados nos seguintes cursos: Sistema de Postagem Correios Internacional; PostalCAP; Sistema SARA; Libras como segunda língua; Diversidade; Ergonomia Novo Imobiliário e Etiqueta Empresarial. As capacitações têm o intuito de promover o desenvolvimento e atualização dos empregados, fornecendo subsídios para o exercício das atividades com excelência e foco na sustentabilidade da organização e na melhoria na produtividade.

Isto posto, demonstra-se nos quadros a seguir a estratificação da força de trabalho pelo grau de escolaridade, especialização, idade e tempo de serviço.

Quadro 46: Qualificação da força de trabalho quanto ao grau de escolaridade, especialização

Grau de instrução	Quantidade
Até 5º ano do Fundamental	49
5º ano completo Fundamental	85
Ensino Fundamental incompleto	871
Ensino Fundamental completo (1º Grau)	1.735
Ensino Médio incompleto	574
Ensino Médio completo (2º Grau)	80.138
Superior incompleto	1.933
Superior completo	26.465
Pós-graduação completa	2.805
Pós-graduação/Especialização	663
Mestrado completo	142
Doutorado completo	8
99 – Inexistente	1
Total	115.469

Fonte: Banco de Dados de Dezembro/2016 (CAD122016) - VIGEP

Quadro 47: Força de trabalho quanto a idade

Idade	Quantidade
20-24	1.368
25-29	8.525
30-34	15.670
35-39	20.345
40-44	17.986
45-49	15.869
50-54	16.969
55-59	11.768
60-64	5.515
65-69	1.161
70-74	238
75-79	42
80-84	12

³ O mesmo empregado pode ter participado de mais de uma ação de educação durante o ano.

Idade	Quantidade
85-89	1
Total	115.469

Fonte: Banco de Dados de Dezembro/2016 (CAD122016) - VIGEP

Quadro 48: Força de trabalho quanto ao tempo de serviço

Idade	Tempo de Serviço											
	0-5	6-11	12-17	18-23	24-29	30-35	36-41	42-47	48-53	54-59	60-65	TOTAL
20-24	1.368											1.368
25-29	6.930	1.595										8.525
30-34	6.914	5.472	3.284									15.670
35-39	4.333	4.902	9.381	1.729								20.345
40-44	2.185	2.849	7.044	5.594	314							17.986
45-49	1.066	1.357	4.377	5.717	2.853	499						15.869
50-54	457	695	2.816	3.926	3.605	5.454	16					16.969
55-59	228	287	1.302	1.827	1.487	4.178	2.442	17				11.768
60-64	118	149	414	542	363	912	2.391	588	38			5.515
65-69	37	33	69	101	58	93	496	243	25	6		1.161
70-74	8	7	13	18	5	9	70	56	10	42		238
75-79	3	5	2	1			5	7	5	12	2	42
80-84				1			2		1	7	1	12
85-89									1			1
Total	23.647	17.351	28.702	19.456	8.685	11.145	5.422	911	80	67	3	115.469

Fonte: Banco de Dados de Dezembro/2016 (CAD122016) - VIGEP

Ressalta-se que o quadro 48 não representa o tempo para aposentadoria dos empregados, uma vez que tal informação necessita de dados específicos da Previdência Social em relação ao tempo total de contribuição do empregado (considerando demais vínculos empregatícios e/ou contribuições como autônomo), dados que esta empresa não possui controle.

5.1.1.6 Indicadores gerenciais sobre a gestão de pessoas

A Vice-Presidência de Gestão de Pessoas estabeleceu, para 2016, os seguintes indicadores:

Quadro 49: Indicadores gestão de pessoas

Indicador	Meta	Resultado	Descrição do indicador
Preenchimento de vagas nas áreas finalísticas no prazo estabelecido – PVP		Não houve medição	Corresponde ao atendimento das demandas de vagas das áreas finalísticas, na modalidade de concurso público, em até 30 dias corridos, sem considerar o período de capacitação. Entretanto o indicador não foi mensurado durante o ano de 2016 por não ter havido concursos públicos.
Índice de rotatividade (<i>turnover</i>)	-	1,16	Mede o giro de entradas e saídas de pessoal
Índice de Absenteísmo	7,17	8,10	Avalia o total de ausência dos empregados ao trabalho de acordo com a cesta de fatores de afastamento.
Educação e Desenvolvimento Profissional – resultado da Pesquisa de Clima Organizacional	-	61,10% (1)	Percepção do empregado sobre as oportunidades de treinamento e desenvolvimento profissional oferecidos pela empresa e sobre a contribuição do treinamento para o desempenho
Índice de Favorabilidade da Pesquisa de Clima Organizacional	72,3%	66,00% (1)	O clima organizacional é a atmosfera coletiva do ambiente de trabalho, decorrente das percepções, das atitudes e dinâmicas que afetam o comportamento dos empregados durante a realização de suas atividades.
Atuação da Chefia – resultado da Pesquisa de Clima Organizacional	-	74,30% (1)	Percepção do empregado sobre sua chefia, no tocante à gestão da equipe e dos processos de trabalho, à comunicação, ao relacionamento com o colaborador,

Indicador	Meta	Resultado	Descrição do indicador
			à abertura a críticas, estímulo ao autodesenvolvimento do colaborador, competência profissional e confiança do colaborador.
Comunicação – resultado da Pesquisa de Clima Organizacional	-	62,40% (1)	Avaliação do empregado sobre a rapidez e eficácia dos meios de comunicação, sobre a confiança nas informações comunicadas e a influência da comunicação no relacionamento da empresa com o empregado.
Remuneração – resultado da Pesquisa de Clima Organizacional	-	50,50% (1)	Percepção e avaliação do empregado sobre a sua remuneração e sobre a compatibilidade entre o que se pratica na empresa e no mercado.
Ambiente Físico e Condições de Trabalho – resultado da Pesquisa de Clima Organizacional	-	60,20% (1)	Percepção do empregado sobre as suas condições de trabalho, em relação aos móveis e equipamentos, disponibilidade de recursos materiais, segurança física e condições gerais do ambiente, espaço, iluminação, ventilação, bem como a realização pessoal com o trabalho.
Equipe de Trabalho – resultado da Pesquisa de Clima Organizacional	-	68,90% (1)	Percepção e avaliação do empregado sobre a equipe de trabalho, no tocante ao compartilhamento de informações, integração, relacionamento, comprometimento com resultados, respeito e confiança entre os membros, bem como a maneira como percebem o clima de trabalho em sua unidade.
Imagem Institucional – resultado da Pesquisa de Clima Organizacional	-	76,10% (1)	Percepção e avaliação do empregado sobre a imagem e credibilidade da empresa junto a clientes, familiares, comunidade e pessoas do seu relacionamento, e sua visão dos Correios como um bom local para trabalhar.
Qualidade de vida – resultado da Pesquisa de Clima Organizacional	-	61,40% (1)	Percepção e avaliação do empregado sobre a influência das atividades socioculturais e esportivas na melhoria da qualidade do ambiente interno, sobre a atuação do Serviço Social e sobre as ações de promoção à saúde.
Benefícios – resultado da Pesquisa de Clima Organizacional	-	69,50% (1)	Avaliação do empregado sobre a assistência médico-hospitalar, odontológica e demais benefícios oferecidos pela empresa.

Fonte: VIGEP

(1) Indicador bianual com última medição em 2015.

5.1.1.7 Ações adotadas para identificar irregularidades

A identificação sobre a acumulação de cargos públicos ocorre na fase de contratação do empregado, momento em que este preenche Termo de Responsabilidade afirmando que não acumula cargos públicos, comprometendo-se a comunicar quaisquer alterações dessa situação, ou, preenche a Declaração de Acumulação Lícita, quando acumula cargos constitucionalmente previstos. Em 2016, perante as diretorias regionais e Administração Central, foram apurados 704 casos destas ocorrências, cujo trabalho de análise e notificação aos empregados envolvidos resultou na apresentação de comprovação da licitude dos acúmulos ou de que estes não mais ocorriam, ou, quando ratificada a ilicitude do acúmulo de cargos, a opção pela permanência em apenas um dos empregos públicos.

5.1.1.8 Terceirização irregular de cargos

Quadro 50: Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados.	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos 2016	Egressos 2016
	2016	2015	2014		
Agente de Correios	2.481	2.107	3.824	374	

Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão

Os Correios empregam esses recursos em casos de necessidade transitória de substituição de seu pessoal regular e permanente no cargo de Agente de Correios, atuando nas atividades de carteiro e operador de triagem e transbordo, ou de acréscimo extraordinário de serviços, garantindo, desse modo, a manutenção dos serviços postais, em estrita obediência aos ditames legais e normativos internos. Os procedimentos de contratação adotados, além de atender aos preceitos legais, observam também o normativo interno que estabelece normas sobre a instrução dos processos e operacionalização dos certames.

Fonte: Diretorias Regionais/ERP - VIPOS

Os Correios ratificam seu entendimento de que não há contratos de terceirização irregular de cargos, conforme informação prestada anteriormente constante no 17º parágrafo do Acórdão 2303/2012 – TCU/Plenário. As contratações realizadas em suas diretorias regionais estão fundamentadas nos seguintes dispositivos:

1. Lei nº 6.019, de 3/1/1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas, e dá outras providências;
2. Decreto nº 73.841, de 13/3/1974, que regulamenta a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário;
3. Instrução Normativa nº 114/2014, de 5/11/2014, da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que estabelece diretrizes e disciplina a fiscalização do trabalho temporário regido pela Lei 6.019, de 3 de janeiro de 1974, pelo Decreto n.º 73.841, de 13 de março de 1974, e pela Portaria n.º 789, de 2 de junho de 2014;
4. Portaria n.º 789, de 2/6/2014, que estabelece instruções para o Contrato de Trabalho Temporário e o Fornecimento de Dados Relacionados ao Estudo do Mercado de Trabalho;
5. Manual de Pessoal da empresa, Mod. 01, Cap. 02, anexo 37.

Destaca-se que, em cumprimento ao Acórdão nº 2305/2013 do Tribunal de Contas da União, os Correios, juntamente com o então Ministério das Comunicações e o Ministério do Planejamento, encaminharam ao TCU o Plano de Avaliação do Quadro de Pessoal do Correios, por meio do Ofício Conjunto nº 720/DEST-MP/MC/ECT, em 29/4/ 2014.

No referido documento consignou-se que a desmobilização da Mão de Obra Terceirizada (MOT) ocorreria em até cinco anos, prazo estimado para a implantação de projetos de modernização do processo produtivo que possibilitarão um aumento de produtividade capaz de manter a qualidade na prestação dos serviços à sociedade, entretanto, em 2016, o cronograma, quadro a seguir, restou prejudicado considerando a magnitude do projeto Olimpíadas Rio 2016, onde os Correios foram o principal operador logístico do evento.

Quadro 51: Cronograma de desmobilização de MOT nos Correios

Período	Até dez./2015	De jan. a	De jan. a	De jan. a	De jan. a dez/
Quantidade anual	249	857	1.633	2.423	3.226

Fonte: VIGEP.

5.1.1.9 Análise crítica

O ano de 2016 encerrou com 115.469 empregados em efetivo exercício, significando uma redução de 2,33% em relação ao exercício de 2015, motivada, principalmente pelo Plano de Desligamento Incentivado para Aposentados (PDIA) e pelos desligamentos a pedido. Do total do efetivo, tem-se que aproximadamente 80% está lotado nas unidades operacionais e áreas de negócios, distribuição essa alinhada ao foco de fortalecimento do negócio constante no Planejamento Estratégico e ao novo modelo de Governança Corporativa da empresa. Ainda, ressalta-se que, considerando a especificidade da atividade finalística dos Correios, é possível verificar que a distribuição da força de trabalho foi efetuada principalmente na área fim, tendo a área meio o quantitativo necessário para a execução dos processos de suporte ao negócio.

Outro ponto a ressaltar são os 69,07% do total de empregados que se encontram na faixa etária entre 20 e 50 anos e os 77,21% contando com até 23 anos de serviço. Tendo como base

tais dados, entende-se que os possíveis impactos da aposentaria sobre a força de trabalho disponível ainda estão afastados.

Ainda, baseando-se nas informações cadastrais de dezembro 2016, registram-se 6.048 afastamentos (entre licença para tratamento de saúde, acidente de trabalho, suspensão de contrato, afastamento para mandato eletivo, licença maternidade, entre outros motivos), sendo 90% dos empregados da área operacional, o que colabora para a sobrecarga de trabalho em unidades menores ou de grande volume de carga a ser tratada e distribuída. Para estes casos, além de todo o trabalho realizado com vistas a minimizar as licenças, é possível o remanejamento de efetivo entre unidades ou a utilização de mão de obra temporária conforme dispositivos legais e normas internas que regem o assunto de forma a evitar prejuízos à continuidade dos processos produtivos da empresa.

5.1.2 Demonstrativos das despesa com pessoal

Quadro 52: Despesa com pessoal

E x	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Total
		Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais/ Previdenc.	Demais Desp. Variáveis	
Membros de poder e agentes políticos							
1 6	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1 5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1 4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade							
1 6	2.750.981.805	1.192.364.269	932.777.515	302.033.329	5.562.898.745	1.644.426.505	12.385.482.168
1 5	2.571.144.837	1.074.076.965	895.513.273	81.360.190	5.636.321.982	1.480.610.424	11.739.027.671
1 4	2.740.471.153	1.028.269.235	2.015.175.128	254.177.540	4.770.127.159	190.476.751	10.998.696.966
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade							
1 6	692.630	300.208	234.850	76.045	1.400.601	414.026	3.118.360
1 5	828.628	346.153	288.606	26.221	1.816.472	477.170	3.783.250
1 4	935.299	350.939	687.762	86.748	1.628.003	65.008	3.753.759
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)							
1 6	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1 5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1 4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores cedidos com ônus							
1 6	6.854.646	2.971.024	2.324.210	752.579	13.861.124	4.097.432	30.861.015
1 5	6.759.858	2.823.882	2.354.415	213.906	14.818.589	3.892.708	30.863.358
1 4	7.505.203	2.816.074	5.518.868	696.104	13.063.728	521.650	30.121.627
Servidores com contrato temporário							
1 6	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1 5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

4						
---	--	--	--	--	--	--

Fonte: VIGEP

* Os valores de 2014 e 2015 foram retificados.

5.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

O ano de 2016 foi impactado por alterações da alta gestão da empresa e definições relacionadas à implementação do Novo Modelo de Governança Corporativa e da Estrutura Organizacional dos Correios, que motivou a alteração da cadeia de valor da área e construção de objetivo principal como orientador dos processos.

Para tanto, a VIGEP definiu como objetivo de seus processos a promoção do desenvolvimento organizacional e das pessoas por meio de aplicação de políticas de gestão e a busca pelo reconhecimento da excelência na área em que atua com base nos fundamentos do Modelo de Excelência da Gestão adotado pelos Correios.

Os riscos relacionados aos objetivos supracitados, principalmente no que diz respeito à estratégia de desenvolvimento e implantação do modelo de gestão do conhecimento para os Correios, desenvolvimento e sucessão da liderança, aprimoramento do desenvolvimento da carreira, implantação do modelo de gestão de pessoas por competências bem como o modelo de valorização por meritocracia foram:

- Falta de conhecimento das áreas de gestão de pessoas nas regionais quanto ao processo de mudança;
- Falta de comunicação com os empregados;
- Descontinuidade dos processos operacionais e decisórios;
- Falta de visão sistêmica dos processos da área de gestão de pessoas e as interfaces com os demais processos da empresa;
- Perda do protagonismo na execução dos processos.

Com vistas à mitigação dos riscos envolvidos, a Vice-Presidência de Gestão de Pessoas adotou várias ações, dentre elas:

- Videoconferências com os representantes das estruturas regionais de gestão de pessoas informando quanto ao novo modelo e orientando procedimentos para a mudança do modelo;
- Criação do espaço virtual do conhecimento (eCoa) na intranet;
- Realização do programa de *coach* para a liderança;
- Definição de cadeia de valor da área alinhada ao modelo de negócio dos Correios com valor agregado ao desenvolvimento organizacional.
- Definição de estrutura da área de gestão de pessoas e elaboração dos respectivos manuais.
- Permanência da subordinação técnica e administrativa à VIGEP da Central de Gestão de Pessoas – CEGEP, atual Departamento de Administração de Pessoal (DEAPE).

5.1.4 Contratação de pessoal de apoio e estagiários

5.1.4.1 Contratos de prestação de serviços não abrangidas pelo plano de cargos dos Correios

A relação dos contratos de locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos e salários encontra-se relacionada no **anexo 5**.

5.1.4.2 Contratação de estagiários

O programa de estágio dos Correios, desenvolvido em âmbito nacional, é regido pela

Lei nº 11.788/2008. Internamente, é normatizado pelo Manual de Pessoal (Manpes), módulo 11. Visa implementar ações dirigidas à inserção de estudantes no mercado de trabalho, contribuindo para sua escolarização, para a redução da exclusão social e diminuindo a evasão escolar, no momento em que condiciona o estágio à matrícula e frequência de estudantes em instituições de ensino de nível médio e de nível superior.

O estágio oferecido nos Correios tem caráter facultativo e abrange as pessoas externas que estejam matriculadas regularmente e frequentando o ensino de nível superior, de nível médio, de educação profissional, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

O processo seletivo é realizado por meio de nota de abertura publicada no site dos Correios, de maneira individualizada em cada órgão de operacionalização do programa de estágio (regional e órgão central). Podem participar das seleções, os alunos das instituições conveniadas com os Correios.

Atualmente, em razão das medidas de contenção de custos adotadas para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos Correios, houve redução no quadro de estagiários de nível superior, bem como suspensão das vagas de nível médio.

Quadro 54: Quantitativo de estagiários ativos – 2016

Modalidade	Área	Ativo	Desligado	Total Geral
Nível médio	Meio	-	197	197
	Fim	1	126	127
	Geral	1	323	324
Nível superior	Meio	19	202	221
	Fim	127	467	594
	Geral	146	669	815
Total		147	992	1.139

Fonte: VIGEP

Quadro 53: Dados evolutivos de estagiários ativos – 2016

Ano	Quantidade	Despesas* (R\$)
2014	2.651	9.744.318,35
2015	2.126	7.397.793,20
2016	1.139	2.496.000,64

Fonte: Quantidade - Relatórios do POPWEB (MP100137C) e Despesas - Balanço Patrimonial da empresa (VIFIC/DECON).

*Nas despesas não foram considerados valores relativos a VA/VR.

Programas de Diversidade e Inclusão Social

O Programa Jovem Aprendiz dos Correios, desenvolvido em âmbito nacional, é regido pela Lei nº. 10.097/2000, regulamentado pelo Decreto nº. 5.598/2005, em consonância com a Portaria MTE nº 723/2012, atualizada pela Portaria MTE nº 1.005/2013, e demais dispositivos legais.

Tem por objetivo a formação técnico-profissional metódica em assistente administrativo, preparar o jovem aprendiz para o mercado de trabalho e a prática da cidadania e de valores éticos. Em 2016, 8.609 aprendizes participaram do programa nas 28 regionais e na Administração Central.

No ano de 2016, os Correios executaram, iniciado em novembro/2015, o Projeto Piloto – Aprendizagem Técnico Profissional – modalidade EaD em cinco Estados (Amazonas, Ceará, Goiás, Santa Catarina e São Paulo). A validação deste projeto está prevista para maio/2017, o que permitirá ampliação gradativa aos demais Estados da federação, permitindo que a empresa atenda jovens de localidades em que não há estrutura educacional adequada e/ou número de aprendizes não justificar a formação de turma presencial. Nessa modalidade os Correios já atenderam 455 jovens aprendizes.

O processo seletivo é realizado por meio de edital público. Admite jovens entre 14 e 22 anos, que assinam um contrato de trabalho especial, pelo período determinado de 12 meses. Para o aprendiz deficiente, não há limitação de idade para ingresso no programa.

O Programa Sensibilizar, Inserir e Mobilizar dos Correios (SIM) – Pessoas com Deficiência, desenvolvido em âmbito nacional, é regido em consonância com o Estatuto da Pessoa com Deficiência e o Decreto 2.398, de 1999, que dispõe sobre a Política Nacional de Integração da Pessoa com Deficiência. Internamente, é normatizado pelo Manual de Pessoal (Manpes), módulo 12, capítulo 04.

Objetiva dar oportunidade de experiência de trabalho e promover o treinamento profissional dos participantes, contribuindo para o seu ingresso ou reingresso no mercado de trabalho. Em 2016, participaram do programa 671 pessoas com deficiência, em 10 entidades federativas.

Os contratos de prestação de serviços com instituições sem fins lucrativos de assistência às pessoas com deficiência ocorrem em conformidade com o artigo 24, inciso XX da lei 8.666/1993 e demais legislações pertinentes. As instituições devem dispor de Certificação de Entidade Beneficentes da Assistência Social (CEBAS) em vigor, conforme Lei nº 12.101/2009 e Decreto 8.242/2014.

O programa Começar de Novo nos Correios objetiva proporcionar ao reeducando do sistema prisional, em regime aberto ou semiaberto, oportunidade de reinserção social e experiência profissional, e foi desenvolvido em três entidades federativas dos Correios (BA, PA e PI). Em 2016, participaram 48 reeducandos, em consonância com a Lei de Execução Penal nº 7.210/1984, alterada pela Lei nº 12.433, de 29 de junho de 2011,

Em razão da necessidade de se adotar medidas de contenção de despesas, com vistas a manter o equilíbrio econômico-financeiro da empresa, em fevereiro de 2016 foram suspensas todas as renovações de convênios dos Programas SIM e Começar de Novo nos Correios, conforme memorando circular VIGEP-252/2016, reduzindo-se o número de participantes em relação aos demais anos.

5.1.5 Entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas

A partir do dia 23 de março de 2015, as Entidades Fechada de Previdência Complementar (EFPC) passaram a ser classificadas conforme determina a Instrução nº 20, de 20 de março de 2015, de acordo com o “o porte, complexidade e riscos inerentes aos planos de benefícios por elas administrados”. O Postalís está classificado no perfil I. E ainda, de acordo com a Instrução nº 21, de 23 de março de 2015, no seu Art. 4º “Os prazos para envio das demonstrações contábeis, pareceres e Manifestação do Conselho Deliberativo à PREVIC” é até 31 de julho do exercício social subsequente ao ano de referência para as EFPC classificadas pela PREVIC no perfil I.

5.1.5.1 Identificação da entidade fechada de previdências

A entidade fechada de previdência complementar patrocinada pelos Correios, denominada Postalís, possui direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, qualificada como multipatrocinada e com multiplano, é registrada no cadastro nacional de pessoas jurídicas sob o nº 00.627.638/0001-57 e razão social: Postalís - Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos.

5.1.5.2 Visão gerencial dos valores envolvidos

5.1.5.2.1 Quantidade de servidores contemplados

Quadro 54: Quantidade de servidores contemplados - Postalís

Quantidade de servidores contemplados	
Participantes Ativos do Plano BD	72.136

Quantidade de servidores contemplados	
Participantes Ativos do Plano Postalprev	107.576
Total de participantes Ativos dos Planos	179.712
Aposentados do Plano BD	18.099
Aposentados do Plano Postalprev	2.240
Total de Aposentados dos Planos	
Pensionistas do Plano BD	6.699
Pensionistas do Plano Postalprev	1.101
Total de Pensionistas dos Planos	7.800
Participantes em Auxílio doença do Plano BD	82
Participantes em Auxílio doença do Plano Postalprev	1.897
Total Participantes em Auxílio doença dos Planos	1.979

Fonte: RAI 2015 - Postalis

5.1.5.2.2 Valores repassados no exercício a título de contribuições dos participantes e da patrocinadora

Quadro 55: Contribuições - Plano POSTALPREV

Descrição	Valor (R\$)
Participantes Básica	215.688.998,36
Participantes Específica	62.621.702,75
Participantes Voluntária	6.437.781,72
Participantes Extraordinária	85.460,00
Participantes Normal – Assistidos (BAD)	5.352.245,25
Subtotal Participantes	290.186.188,08
Patrocinadoras Regular	212.780.288,27
Patrocinadoras	61.966.458,10
Patrocinadoras	5.671.529,96
Subtotal Patrocinadoras	280.418.276,33
Total Geral	570.604.464,41

Fonte: RAI 2015 - Postalis

Quadro 56: Contribuições - Plano PBD Saldado

Descrição	Valor (R\$)
Participantes (Liminar)	1.151.410,08
Ativos Equacionamento	23.311.659,95
Assistidos	30.129.196,08
Assistidos Equacionamento	16.275.718,85
Subtotal Participantes	70.867.984,96
Normal Patrocinadoras	368.406,37
Especial Patrocinadoras	1.127,71
Assistidos Patrocinadoras	32.158.724,28
Especial Postalis	747.263,16
Equacionamento Patrocinadoras	40.751.372,35
Subtotal Patrocinadoras	74.026.893,87
Total Geral	144.894.878,83

Fonte: RAI 2015 – Postalis

5.1.5.2.3 Valores repassados que não sejam contribuições e as razões desses repasses

Quadro 57: Valores repassados que não sejam contribuições

Descrição	Valor (R\$)
Consignações de empréstimo Plano PBD Benefício Definido	211.333.644,30
Consignações de empréstimo Plano POSTALPREV	143.590.556,86
Consignações no ano com Plano de Saúde (Central Nacional Unimed)	271.312,88
Consignações no ano com o Seguro de Vida em Grupo e Funeral Agregado	17.897.854,94

Fonte: DAF/GCN Postalis

5.1.5.2.4 Discriminação da razão ou motivo do repasse de recursos que não sejam contribuições

Empréstimos: Os Correios descontam os valores dos empréstimos concedidos na forma de operação com participantes, consignados na folha de pagamento, e efetua mensalmente o repasse ao Postalís.

Seguro de Vida e Funeral: Os Correios descontam os valores dos prêmios na folha de pagamento de seus empregados e efetua mensalmente o repasse ao Postalís (estipulante) para pagamento à seguradora.

Central Nacional Unimed: Os Correios descontam os valores da mensalidade do plano de saúde na folha de pagamento de seus empregados e efetua mensalmente o repasse ao Postalís (estipulante) para pagamento à Unimed.

5.1.5.3 Síntese da manifestação da Secretaria de Previdência Complementar

Em 2016, não houve manifestação da Superintendência de Previdência Complementar (PREVIC).

5.1.5.4 Conclusões do relatório de auditoria independente

Apresenta-se a opinião emitida em relação ao exercício de 2015, conforme a seguir transcrita: “*Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos que poderiam advir dos assuntos descritos no parágrafo Base para opinião com ressalvas, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do POSTALIS – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2015 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.*” (Baker Tilly Brasil - MG Auditores Independentes)

5.1.5.5 Conclusões do último estudo atuarial

As avaliações atuariais do Plano de Benefício Definido do Postalís (PBD) e do plano de Benefícios e de Custeio do Postalís - Postalprev relativas ao encerramento do exercício 2015 foram realizada pela empresa Globalprev considerando os dados cadastrais dos participantes ativos e dos assistidos e demais dados contábeis posicionados em 31/12/2015.

5.1.5.5.1 Plano de Benefício Definido do Postalís – PBD

O Plano de Custeio para 2016, a ser aplicado entre abril/2016 e março/2017, apresenta as seguintes taxas:

Quadro 58: PBD – Plano de Custeio 2016

Participantes/Patrocinadores	Contribuição	Taxa (%)
Participantes Ativos Patrocinados	Extraordinária (1) - 04/2016 a 03/2017	3,94%
	Extraordinária (1) - 05/2016 a 03/2017 – Taxa Adicional	13,98%
Participantes Autopatrocinados e em BPD	Extraordinária (1) - 04/2016 a 03/2017	7,88%
	Extraordinária (1) - 05/2016 a 03/2017 – Taxa Adicional	27,96%
Assistidos	Normal (2)	9,00%
	Extraordinária [1] (2) - 04/2016 a 03/2017 [1] (2)	3,94%
	Extraordinária [1] (2) - 05/2016 a 03/2017 – Taxa Adicional	13,98%
Patrocinadores (em relação aos Participantes Ativos Patrocinados)	Extraordinária (3) - 04/2016 a 03/2017	3,94%
	Extraordinária (3) - 05/2016 a 03/2017 – Taxa Adicional	13,98%
Patrocinadores (em relação aos	Normal (4)	9,00%

Participantes/Patrocinadores	Contribuição	Taxa (%)
Assistidos)	Extraordinária (4) - 04/2016 a 03/2017 [1]	3,94%
	Extraordinária (4) - 05/2016 a 03/2017 – Taxa Adicional	13,98%
(1)	Incidentes sobre os benefícios proporcionais saldados	
(2)	Incidentes sobre os benefícios concedidos	
(3)	Incidente sobre a folha dos benefícios proporcionais saldados dos assistidos vinculados ao patrocinador.	
(4)	Incidente sobre a folha dos benefícios concedidos aos assistidos vinculados ao patrocinador.	
[1] aos aposentados e pensionistas		

Fonte: Parecer Atuarial 31/12/2015 Plano PBD - CNPB Nº 1981.0004-29

O custeio administrativo será realizado de forma mista (incidindo sobre as contribuições normais e, mensalmente, sobre o montante de recursos garantidores), deverá ser praticado com base nos seguintes percentuais:

- ✓ 10% das contribuições normais vertidas ao plano pelos patrocinadores e assistidos;
- ✓ 0,072% sobre os recursos garantidores.

Considerando o fluxo de encargos dimensionados, aplicado o plano de equacionamento do déficit 2014 e o plano de custeio em 31/12/2015, o PBD apresentou a seguinte situação econômica-atuarial:

Quadro 59: Resultado – PBD – 31/12/2015

PBD – 31/12/2015	
Patrimônio de Cobertura do Plano	5.062.650.250,81
Provisões Matemáticas	10.489.372.009,32
Benefícios Concedidos	6.070.195.795,28
Benefícios a Conceder	5.762.968.232,16
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	-5.253.253.765,39
Déficit 2012 Equacionado	-1.155.012.267,61
Déficit 2014 Equacionado	-4.098.241.497,78
Resultado	-1.517.260.011,24

Fonte: Parecer Atuarial 31/12/2015 Plano PBD - CNPB Nº 1981.0004-29

Os resultados da Avaliação Atuarial 2015 refletem fidedignamente a situação econômico-atuarial do PBD, posicionada em 31/12/2015.

Fonte: Parecer Atuarial 31/12/2015 Plano PBD - CNPB Nº 1981.0004-29

5.1.5.5.2 Plano de Benefícios e de Custeio do Postalís – Postalprev

O pequeno resultado superavitário verificado decorre de oscilações decorrentes das necessárias alterações da metodologia atuarial, do desligamento de participantes ativos e de possíveis flutuações derivadas dos critérios atuais de cálculo das cotas:

Quadro 60: Provisões matemáticas – POSTALPREV – 31/12/2014

POSTALPREV – Provisões matemáticas – 31/12/2014	
Patrimônio de Cobertura do Plano	2.741.771.380,58
Provisões Matemáticas	2.678.674.175,57
Benefícios Concedidos	155.893.460,07
Benefícios a Conceder	2.522.780.715,50
Superávit Técnico Acumulado	63.097.205,01

Fonte: Parecer Atuarial 31/12/2015 Plano POSTALPREV - CNPB Nº 2002.0047-65.

Quadro 61: POSTALPREV – Fundos Previdenciais – 31/12/2015

Fundos Previdenciais – 31/12/2015	
Fundos Previdenciais	174.874.447,61
Reversão de Saldo por Exigências Regulamentar	138.058.774,43
Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial	36.815.673,18

Fonte: Parecer Atuarial 31/12/2015 Plano POSTALPREV - CNPB Nº 2002.0047-65.

O Plano de Custeio 2016, a ser aplicado entre abril/2016 e março/2017, apresenta as seguintes taxas:

Quadro 62: POSTALPREV – Plano de Custeio 2016

Participantes/Patrocinadores	Contribuição	Taxa (%)
Participantes Patrocinados	Básica Específica – Risco Específica – Administrativa	% Escolhido 0,955 7,00
Participantes Autopatrocinados	Básica Específica – Risco Específica – Administrativa	% Escolhido 1,91 7,00
Participantes Vinculados (em BPD)	Específica – Administrativa	0,768
Assistidos	Específica – Administrativa	0,384
Patrocinadores (em relação aos Participantes Patrocinados)	Regulares Específica – Risco Específica – Administrativa	Igual Básica 0,955 7,00
Patrocinadores (em relação aos Assistidos)	Específica – Administrativa	0,384

Fonte: Parecer Atuarial 31/12/2015 Plano POSTALPREV - CNPB Nº 2002.0047-65.

Os resultados da Avaliação Atuarial 2015 refletem fidedignamente a situação econômico-atuarial do Postalprev, existente em 31/12/2015.

Fonte: Parecer Atuarial 31/12/2015 Plano POSTALPREV - CNPB Nº 2002.0047-65.

5.1.5.6 Ações de fiscalização empreendidas no exercício com base no art. 25 da Lei Complementar 108/2001

A fiscalização dos Correios sobre o Postalis tem se dado por meio dos Conselheiros Deliberativos e Fiscais indicados pela empresa para compor os colegiados correspondentes, conforme artigos 11 e 15 da Lei Complementar 108/2001. Além disso, a Auditoria dos Correios realiza o acompanhamento da implementação das recomendações formuladas por todas as auditorias realizadas no Postalis: auditoria interna dos Correios, auditorias independentes e Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

Os Correios, por meio de sua auditoria interna, têm fiscalizado regularmente o Instituto de Seguridade Social dos Correios (Postalis), CNPJ 00.627.638/0001-57. A última fiscalização realizada pela auditoria interna dos Correios naquele instituto e, em cumprimento ao PAINT/2016, página 81, apêndice 2, número de ordem 11, aprovado pelo Conselho de Administração dos Correios em 16/12/2015, foi realizada, no período de 6/6/2016 a 30/9/2016 (NUP 53101.006739.2016-29).

Foram considerados, para efeito de delimitação da extensão da auditoria, os atos e fatos relativos ao objeto a ser auditado ocorridos no período de 1/9/2014 a 31/5/2016. Excepcionalmente, períodos diferentes podem ter sido considerados, se necessário, para a eficácia e completude dos exames a serem realizados à consecução dos objetivos indicados, a partir da qual foram definidos os seguintes objetivos de auditoria:

- Somente participantes regularmente habilitados constam do cadastro dos planos administrados pelo Postalis;
- Os benefícios pagos pelos planos administrados pelo Postalis têm sido matematicamente corretos e aderentes às normas pertinentes;
- As reservas matemáticas relativas aos benefícios são revisadas periodicamente por pessoal para tanto habilitado e se os desvios eventualmente detectados são objeto de ações preventivas e corretivas tempestivamente adotadas;
- A fiscalização e supervisão de competência da patrocinadora tem sido realizada de modo aderente às normas internas e externas;
- Os controles internos administrativos são capazes de identificar, evitar e corrigir falhas e irregularidades, bem como de minimizar riscos;

- As recomendações da Auditoria Independente, da Auditoria Interna dos Correios e determinações e recomendações da Previc, assim como as decisões e recomendações dos Conselhos de Administração e Fiscal da patrocinadora são cumpridas;
- Os recursos garantidores do Postalís foram investidos, geridos e acompanhados de modo regular e conforme legislação pertinente;
- A contratação e a gestão de contratos, a administração de pessoal, a tecnologia da informação, o programa assistencial e os demais processos relativos ao Plano de Gestão Administrativa (PGA) vêm sendo executados de acordo com as normas pertinentes.

5.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura

5.2.1 Gestão do patrimônio imobiliário da União

Atualmente os Correios utilizam-se de 44 imóveis da União, distribuídos geograficamente nos seguintes Estados: Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Santa Catarina e São Paulo.

Há cessão de espaço físico em imóvel da União sob responsabilidade dos Correios, mas não há imóveis funcionais da União cedidos aos Correios.

A gestão dos imóveis da União, nos Correios, é realizada pela mesma estrutura de pessoal e normativos dedicados à gestão dos imóveis de terceiros nas unidades regionais da empresa. Ou seja, utiliza-se o sistema de gestão corporativa ERP para registro contábil e patrimonial dos dados dos imóveis, bem como gestão e controle, uma vez que o acesso ao Sistema de Gestão da União (SPIUnet) ainda não foi implementado.

Os Correios trabalham em conjunto com a Secretaria do Patrimônio da União (SPU), na construção de orientação especificamente voltada para imóveis da União, de forma a adotar o normativo de capítulo específico para este fim e totalmente aderente às práticas impostas pela SPU.

Os registros contábeis dos imóveis pertencentes à União estão devidamente atualizados nos sistema de gestão dos Correios (ERP), e recebendo o tratamento contábil adequado ao seu controle. O valor atual total desses imóveis é R\$ 628.814.212,80.

Em que pese ainda não utilizarmos o SPIUnet como ferramenta de apoio à administração dos imóveis da União utilizados pelos Correios, as ações de gestão e mitigação de riscos estão presentes, uma vez que se realiza a gestão dos imóveis por meio de sistema interno que garante acompanhamento da vigência e das obrigações dos instrumentos de outorga celebrados, tratamento contábil adequado, bem como acompanhamento do uso dos imóveis pelas unidades regionais dos Correios. Ademais, os Correios estão implementando o sistema Gestão da Carteira Imobiliária dos Correios (GCIC), que permitirá o aprimoramento do referido controle.

Em 2016, o valor despendido pelos Correios com os imóveis da União foi de R\$ 126.540,92 relativamente à manutenção.

5.2.2 Informações sobre os imóveis locados de terceiros

A finalidade de cada imóvel locado: conforme estabelece o inciso I do artigo 2º do Decreto Lei nº 509/1969, aos Correios compete executar e controlar, em regime de monopólio, os serviços postais em todo o território nacional. Para tanto, são utilizados imóveis de terceiros na forma de locação na maioria dos municípios. Os 4.618 imóveis locados se destinam, em geral, para as atividades de atendimento, de tratamento e de distribuição.

Os custos – apurados no exercício pelo razão contábil, foram:

Locação de imóveis – contas 44404.010001 e 44404.010002: R\$ 441.745.362,16; e

Manutenção dos imóveis – contas 44403.050003, 44403.050004 e 12401.060001: R\$ 35.446.708,55.

O quadro apresentado abaixo apresenta informações quanto aos imóveis locados, com os valores gastos referentes a reformas, assumidos pelos Correios e deduzidos do valor dos respectivos contratos de locação.

Quadro 63: Valores assumidos pelos Correios deduzidos do valor da locação

Objeto	DR	Município/ Estado	Valor do Gasto que seria do Proprietário R\$	Quantidade Parcelas	Valor Parcelas R\$	Quantidade Parcelas Descontadas Até 31/12/2016
Locação de imóvel para abrigar a Agência de Correios PORTO WALTER	ACR	Porto Walter /AC	3.941,95	60	86,50	24
Locação de imóvel para abrigar a Agência de Correios PLÁCIDO DE CASTRO	ACR	Plácido de Castro/AC	12.177,11	60	202,95	60
Locação de imóvel para abrigar a Agência de Correios EPITACIOLÂNDIA	ACR	Epitaciolândia/AC	7.725,12	60	128,75	60
Locação de imóvel para abrigar a Agência de Correios ASSIS BRASIL	ACR	Assis Brasil/AC	7.317,20	60	121,95	18
Locação de Imóvel para funcionamento da Agência de Correios PADRE BERNARDO-GO	BSB	Padre Bernardo/G O	12.229,87	38	317,04	17
					182,35	Última parcela vencimento em outubro de 2018.
Locação de Imóvel para funcionamento do CDD SENADOR CANEDO	GO	Senador Canedo/GO	21.037,12	43	618,69	13
Locação de Imóvel para funcionamento do Centro de Distribuição COLÔNIA	SPI	Jundiaí/SP	118.500,00	120	1.174,89	49
1 Locação de Imóvel para funcionamento da Agência de Correios PARI	SPM	São Paulo/SP	29.985,00	2	14.992,50	2
1 Locação de Imóvel para funcionamento do Centro de Distribuição Domiciliar PARQUE DO LAGO	SPM	São Paulo/SP	1.050,00	1	1.050,00	1
Locação de Imóvel para funcionamento da Agência de Correios AC CAMPINA GRANDE DO SUL	PR	Campina Grande do Sul/PR	4.969,65	36	195,69	23
Locação de Imóvel para funcionamento da Agência de Correios AC PEABIRU	PR	Peabiru/PR	2.862,84	4	715,71	4
Locação de Imóvel para funcionamento da Agência IMIGRANTE	RS	Imigrante/R S	19.255,20	20	962,76	20
Locação de Imóvel para funcionamento da Agência de Correios LONTRA	TO	Araguaína/ TO	13.647,87	36	379,11	28

Fonte: VISER/CESER

1 Desconto ocorrerá após o recebimento das chaves dos imóveis pelos Correios.

5.3 Gestão da tecnologia da informação

5.3.1 Principais sistemas de informações

A relação constante no **anexo 6** apresenta os principais sistemas dos Correios voltados à realização da missão organizacional, bem como as respectivas informações de maior relevância, sigla, nome, objetivo e áreas gestoras funcionais e de negócio envolvidas. Importante mencionar que estão relacionados apenas em produção e abarcam praticamente todas as principais ações de realização da missão organizacional.

Em 2016, a manutenção dos sistemas foi realizada pelas equipes internas (próprias) e também, a partir do segundo semestre, com recursos terceirizados, viabilizados por meio da contratação de duas fábricas de *software* externas.

O desembolso dos serviços prestados pelas fábricas externas em 2016 está sendo realizado em 2017. A previsão orçamentária de 2017 para as duas fábricas é de R\$ 2.755.845,25. No entanto, tal previsão diz respeito à execução contratual como um todo, abrangendo não só a manutenção de sistemas como também o desenvolvimento de novos sistemas.

O ambiente de produção dos Correios é bastante resiliente. Os centros de produção localizados na Administração Central (AC) em Brasília e na sede da regional de São Paulo Metropolitana (DR/SPM) incorporam todas as facilidades de salas cofres, com completos mecanismos de sustentação (energia, grupo gerador, refrigeração etc.).

No que tange aos servidores, a grande maioria dos sistemas, notadamente os principais, operam em arquiteturas clusterizadas localmente, com vários nós, minimizando o impacto de falhas pontuais. Estruturas de rede também são replicadas. O *backup* é realizado sistematicamente e o cofreamento direcionado a instalação física em outro endereço, para segurança.

Algumas bases de dados são replicadas entre as instalações da AC e da DR/SPM, garantido a continuidade em situações ainda mais críticas para algumas situações de falha e alguns serviços pontuais.

Existe projeção de médio prazo para melhoria dessa contingência. Além disso, a longo prazo (horizonte mínimo de cinco anos), existe projeto de novo Centro de Dados, quando serão revistos e aprimoradas todos os requisitos de contingenciamento.

5.3.2 Informações sobre o planejamento estratégico de tecnologia da informação (PETI) e sobre o plano diretor de tecnologia da informação (PDTI)

O Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETI) é o instrumento utilizado pela área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para nortear suas ações de forma planejada e alinhada às estratégias da empresa. Visa, portanto, atender às necessidades tecnológicas da organização, possibilitando a definição de objetivos e metas específicas de TIC para os Correios.

O ciclo do Planejamento Estratégico de TIC foi alterado com a revisão das Diretrizes de Tecnologia da Informação e Comunicação. O ciclo passou a ser de quatro anos, em alinhamento ao ciclo do Planejamento Estratégico dos Correios.

Em 2016, o PETI foi elaborado para um ciclo de três anos, em alinhamento ao Plano Estratégico Institucional (PEI), tendo em vista o anúncio da empresa de que o PEI seria revisado e o próximo ciclo desse documento seria 2017/2019, com foco na sobrevivência e reequilíbrio financeiro dos Correios.

A elaboração do PETI – Ciclo 2017/2019 utilizou como insumos:

- **Plano Estratégico Correios – Ciclo 2015/2018:** análise do PEI vigente dos Planos Táticos da Presidência e demais Vice-Presidências, tendo como diretriz a sobrevivência e reequilíbrio financeiro da empresa, de forma a elaborar o PETI como desdobramento direto do Plano Institucional;
- **Pesquisa de Clientes Internos:** análise do resultado da Pesquisa de Satisfação

dos Clientes Internos em relação aos serviços prestados pelos órgãos de TIC. Coordenada pelo antigo Departamento de Gestão Estratégica de Marketing (DEGEM), essa pesquisa teve seus resultados divulgados em agosto/2016 pelo Departamento de Planejamento (DPLAN);

- **Pesquisa de Satisfação e Insatisfação dos Clientes Externos:** foram considerados os resultados da Pesquisa de Satisfação e Insatisfação dos Clientes com Contrato – 2015, para os sistemas de informação, atributos operacional e tecnológico;

- **Fale Conosco:** canal de relacionamento com o cliente, via web, que visa receber e tratar reclamações, críticas, sugestões, dúvidas e elogios dos serviços prestados pelos Correios. Foram analisadas as informações relativas aos Órgãos de TIC como área responsável ou participante;

- **Ouvidoria:** realizada a análise dos principais problemas de TIC identificados pela Ouvidoria, a partir da apreciação das manifestações registrados pelos clientes;

- **Pesquisa do Clima Organizacional:** foram analisados os resultados para os Órgãos de TIC, da Pesquisa de Clima Organizacional – 7º Ciclo Nacional, que corresponde ao período de avaliação realizado em julho-agosto de 2014 e resultado divulgado em 2015;

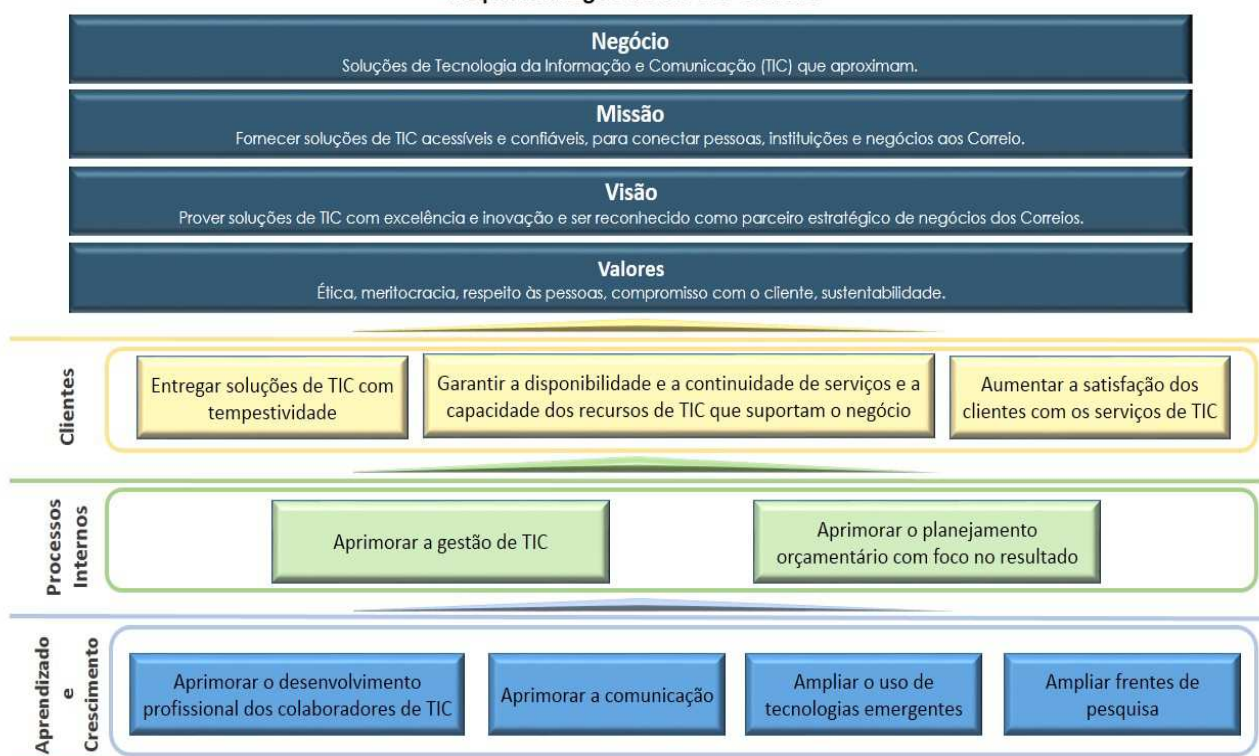
- **Tendências Tecnológicas:** as tendências tecnológicas são fatores que possuem potencial de influenciar e impactar significativamente as organizações em um horizonte, em função da sua elevada possibilidade de interferência nos negócios, nos clientes externos e internos da TIC ou na própria TIC. Para a definição dos direcionadores estratégicos de TIC sobre esse insumo, usou-se como base as tendências tecnológicas definidas no Plano Estratégico dos Correios – Ciclo 2015/2018 e o levantamento realizado junto aos principais *players* de mercado (Gartner, IDC e Forrester). Em 2016 essa avaliação contou com a participação das Vice-Presidências de Negócios dos Correios;

- **Índice de Governança de TI (iGovTI):** avaliação dos resultados dos Correios em relação ao iGovTI, métrica de Governança de TI estabelecida pelo Tribunal de Contas da União para todos os órgãos da Administração Pública Federal – APF em 2010 por meio do Acórdão 2.308/2010-TCU-Plenário. O principal propósito do iGovTI é o de orientar as instituições públicas em seu esforço de melhoria de governança e gestão de TIC e de avaliação de riscos.

Resultados do PETI e PDTI relativos a 2016.

O PETI Ciclo 2017/2019 foi aprovado pelo Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (COETI) na 4ª Reunião Ordinária de 2016, ocorrida em 1º/12/2016.

O Mapa Estratégico de TIC ilustra os objetivos estratégicos de TIC para o Ciclo 2017/2019, por meio da relação de causa e efeito nas perspectivas *Balanced Scorecard* (BSC), interconectando os objetivos com o intuito de dar clareza e foco na estratégia definida e na visão a ser alcançada.

Figura 20: Mapa Estratégico de TIC
Mapa Estratégico de TIC dos Correios


Fonte: VICOR

Os objetivos estratégicos de TIC definidos no PETI são compostos de indicadores e metas, que são desdobrados em ações estratégicas de TIC. Todos os objetivos estratégicos de TIC possuem alinhamento ao plano estratégico dos Correios. Esse alinhamento está apresentado no quadro abaixo:

Quadro 64: Objetivos Estratégicos TIC x Plano Estratégico dos Correios

Perspectiva	Objetivo Estratégico de TIC	Alinhamento ao Plano Estratégico dos Correios 2020
CLIENTES	Entregar soluções de TIC com tempestividade	“17. Alcançar o nível de maturidade de uma empresa de classe mundial” “20. Assegurar o cumprimento dos acordos de níveis de serviço estabelecidos junto aos clientes”
	Aumentar a satisfação dos clientes com os serviços de TIC	“5. Ser a instituição pública com a melhor avaliação de confiança” “17. Alcançar o nível de maturidade de uma empresa de classe mundial” “20. Assegurar o cumprimento dos acordos de níveis de serviço estabelecidos junto aos clientes”
	Garantir a disponibilidade e a continuidade de serviços e a capacidade dos recursos de TIC que suportam o negócio	“1. Ser conglomerado empresarial, com negócios diversificados e sustentáveis, compatível com empresas de classe mundial” “17. Alcançar o nível de maturidade de uma empresa de classe mundial” “20. Assegurar o cumprimento dos acordos de níveis de serviço estabelecidos junto aos clientes”
PROCESSOS INTERNOS	Aprimorar a gestão de TIC	“16. Adotar governança corporativa compatível com o modelo empresarial adotado” “17. Alcançar o nível de maturidade de uma empresa de classe mundial” “18. Alcançar níveis de produtividade crescentes e convergentes para a média dos correios de alto desempenho”
	Aprimorar o planejamento orçamentário com foco no resultado	“16. Adotar governança corporativa compatível com o modelo empresarial adotado” “18. Alcançar níveis de produtividade crescentes e convergentes

Perspectiva	Objetivo Estratégico de TIC	Alinhamento ao Plano Estratégico dos Correios 2020
		para a média dos correios de alto desempenho”
APRENDIZADO E CRESCIMENTO	Aprimorar o desenvolvimento profissional dos colaboradores de TIC	“17. Alcançar o nível de maturidade de uma empresa de classe mundial” “18. Alcançar níveis de produtividade crescentes e convergentes para a média dos correios de alto desempenho”
	Aprimorar a Comunicação	“17. Alcançar o nível de maturidade de uma empresa de classe mundial”
	Ampliar o uso de tecnologias emergentes	“1. Ser conglomerado empresarial, com negócios diversificados e sustentáveis, compatível com empresas de classe mundial” “17. Alcançar o nível de maturidade de uma empresa de classe mundial” “18. Alcançar níveis de produtividade crescentes e convergentes para a média dos correios de alto desempenho”
	Ampliar frentes de pesquisa	“1. Ser conglomerado empresarial, com negócios diversificados e sustentáveis, compatível com empresas de classe mundial” “17. Alcançar o nível de maturidade de uma empresa de classe mundial” “18. Alcançar níveis de produtividade crescentes e convergentes para a média dos correios de alto desempenho”

Fonte: VICOR

Alinhado ao PETI - Ciclo 2017/2019, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTI) - 2017 foi aprovado pelo COETI na 4ª Reunião Ordinária, realizada em 1º/12/2016.

O PDTI apresenta os planos e as ações táticas, bem como as informações da estrutura organizacional da TIC e os recursos de infraestrutura de rede e produção – *hardware* e *software* instalados nos Centros Corporativos de Dados que dão o suporte técnico e a garantia de disponibilidade necessária aos negócios da Empresa.

Estão presentes no PDTI 2017 os seguintes planos e ações táticas:

- **Plano Anual de Contratação (PAC/TIC):** resultado do levantamento de necessidades de TIC apresenta as necessidades de contratação de TIC dos Correios, obtidas junto aos órgãos da empresa durante o período de planejamento do ano corrente, para aquisição no próximo ano;
 - **Plano Tático de Orçamento de TIC:** compõe o plano de investimento e custeio para área de TI que é encaminhado por meio do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA);
 - **Acordo Bilateral:** contém as demandas que serão atendidas pela área técnica, no que diz respeito às entregas de soluções de tecnologia da informação;
 - **Planos de Tratamento de Riscos de TIC:** com o objetivo de identificar e implementar medidas de proteção visando minimizar, eliminar, aceitar ou transferir os riscos a que estão sujeitos os ativos, processos, projetos e serviços;
 - **Plano Anual de Educação Corporativa (PAEC/TIC):** conjunto de esforços para promover o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos colaboradores de TIC;
 - **Plano de Indicadores de TIC:** planejamento do monitoramento dos indicadores estratégicos de TIC definidos no PETI, relativo ao ano de 2017;
 - **Plano das Ações Estratégicas de TIC:** planejamento do monitoramento das ações estratégicas de TIC definidos no PETI, relativo ao ano de 2017;
 - **Ações Táticas de Planejamento de Contratações de Soluções de TIC:** envolve as portarias de contratações de soluções de TIC previstas para 2017;
 - **Ações Táticas de Desenvolvimento de Sistemas Corporativos:** atividades relacionadas ao atendimento de ações que envolvem os sistemas corporativos, como: migração, implantação, arquitetura, atualizações, entre outras;
 - **Ações Táticas de Infraestrutura de Rede e Produção:** trata das ações táticas em 2017 da produção, rede, serviços de rede, segurança da informação, microinformática e telefonia;

darão continuidade ao processo de modernização de toda infraestrutura de tecnologia que suporta os processos de negócios dos Correios, de forma a garantir alto desempenho, confiabilidade, resiliência e segurança

5.3.3 Comitê estratégico de TIC

O COETI dos Correios é coordenado pelo Vice-Presidente Corporativo (VICOR) e é composto pelos vice-presidentes dos Correios (representante de todas as áreas da empresa) e um membro da presidência, indicado pelo presidente. São competências do COETI:

- Aprovar as políticas e diretrizes de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- Aprovar a metodologia de priorização de demandas de sistemas, e respectivas alterações, bem como determinar as prioridades dessas demandas, quando necessário, em alinhamento aos direcionamentos definidos no Planejamento Estratégico dos Correios;
- Avaliar e aprovar o Plano Estratégico de TI (PETI) e o Plano Diretor de TI (PDTI);
- Avaliar e aprovar as demandas de TI para contratação e determinar prioridades, se necessário, em alinhamento com o Planejamento Estratégico dos Correios e os acordos bilaterais assinados com a VICOR;
- Aprovar indicadores de desempenho de TIC, em consonância com os acordos bilaterais assinados com a VICOR e com as necessidades de negócio dos Correios, acompanhar as aferições e sugerir melhorias, se necessário e
- Assegurar que a Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação, como parte da Governança Corporativa, esteja adequadamente alinhada, em plena sintonia com o Plano Estratégico.

As reuniões ordinárias desse Comitê Estratégico de TIC ocorrem trimestralmente (preferencialmente nos meses de fevereiro, maio, agosto e dezembro). Em 2016, ocorreram quatro reuniões ordinárias do COETI e as principais deliberações do Comitê foram:

- Aprovação do Plano Estratégico de TIC - PETI - Ciclo 2017/2019
- Aprovação dos Indicadores e Metas Estratégicos de TIC, presentes no PETI
- Aprovação do Plano Diretor de TIC - PDTI 2017
- Aprovação das demandas de TIC para Contratação – Previstas para inclusão no Plano Anual de Contratação (PAC) / 2017
- Criação das Diretrizes para Desenvolvimento de Aplicativos Setoriais
- Atualização da revisão geral ocorrida nas Diretrizes de Tecnologia da Informação e Comunicação dos Correios
- Acompanhamento e direcionamento das demandas de TIC pelos Acordos Bilaterais

5.3.4 Infraestrutura e projetos de tecnologia da informação

O ano de 2016 foi de continuidade na modernização e garantia dos recursos de infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação dos Correios, com investimento de cerca de R\$ 81 milhões, focando os principais macroprocessos da tecnologia: produção, sistemas, rede, serviços de rede, segurança da informação, microinformática e telefonia. A seguir os principais destaques:

Produção:

Garanti-se 100% de atualização (obsolescência 0%) nos recursos de tecnologia hospedados nos *Data Centers* dos Correios. Ou seja, a plataforma de servidores, camadas de aplicação, Nuvem Privada, Banco de Dados, *Storage*, *Backup*, Recursos de Segurança da Informação, Serviços de Rede, Redes Locais, Balanceadores de Tráfego e Plataforma de gerenciamento estão plenamente atualizados.

O Índice de Disponibilidade dos Sistemas Prioritários e Relevantes (IDSPR) em 2016, que mensura a disponibilidade média mensal no horário comercial, foi de 99,23%. Lembrando que a meta estabelecida no PETI é de 98%.

Mais um salto de modernização dos recursos de infraestrutura de servidores hospedados nos *Data Centers* dos Correios: foram implantados os servidores X86 de alto desempenho. Os servidores de alto desempenho representam uma evolução na plataforma de servidores X86 dos Correios, uma vez que irá entregar capacidade computacional (processamento e memória) equivalente a plataforma de servidores RISC. Com isso, pode-se atender ainda mais sistemas que hoje residem em X86, como também portar sistemas de maior porte hospedados em RISC para essa nova plataforma, inclusive banco de dados *Oracle* rodando em Sistema Operacional Linux.

A equipe de banco de dados *Oracle* executou o *upgrade* de versão de os bancos de dados *Oracle*, relativamente aos componentes *Database* e *Grid*, da versão 11gR2 para a 12cR1, que suportam os sistemas corporativos

Também de forma inédita foi implantada a solução *archiving*, a qual garante mais segurança para o serviço de correio eletrônico e servidores de arquivos.

A nova plataforma de robô de *backup* corporativa foi implantada.

As novas ferramentas da plataforma de gerência foram implantadas e estão em uso, fornecendo maior capacidade de gestão no monitoramento dos recursos de tecnologia.

Rede Coporativa:

Assinatura do contrato nº 027/2016, que tem por objeto o provimento de conectividade corporativa a todas as unidades dos Correios. Serão mais de 7.400 pontos de conexão aos *datacenters* dos Correios. Ao final de 2016, 46,08% da rede está implantada e aceita no novo contrato. A conclusão da implantação será no primeiro semestre de 2017.

Serviços de rede:

Os trabalhos para modernização da mensageria (correio eletrônico) foram iniciados, também foram executadas melhorias nos serviços de domínio e acesso à internet.

No ambiente de resolução de nomes, a segurança foi aprimorada com a finalização do planejamento para a migração do DNS para DNSsec.

No ano de 2016 o *Software Lync* foi migrado para a nova versão agora denominada *SKYPE for Business*. Além da migração, foi realizada configuração para que a conferência possa ocorrer com clientes externos, sem a necessidade de estarem dentro da rede dos Correios.

Segurança da Informação:

Implantado com sucesso, também de forma inédita, a solução de Anti-DDOS na proteção dos *links* internets.

Todos os canais de comunicação VPN (*Virtual Private Network*) que conectam as AGFs foram migradas para os novos equipamentos de segurança.

A especificação técnica de antimalware para servidores e estações de trabalho (físicos e virtuais) foi finalizada e encaminha para contratação. Esta contratação substituirá o contrato 200/09 atualmente em vigor e que suporta os serviços antimalware ativos nos Correios (antimalware de estações, servidores, e-mail e internet).

A quantidade de tentativas de ataques de vírus verificadas em 2016 foi 37% menor que em 2015.

Microinformática:

Nova Central *Help Desk*: em 15/7/2016 foi assinado o contrato 183/2016. Com esse novo contrato o *Help Desk* irá aumentar sua capacidade de absorver demandas no primeiro nível, desonerando as equipes técnicas da AC e das regionais. No de 2016 foram registradas 83.479 interações via *Help Desk*.

Virtualização de Desktops (VDI): também de forma inédita, a tecnologia VDI foi implantada. O primeiro semestre foi concentrado na montagem da infraestrutura, que envolveu a criação e configuração do ambiente instalado no Centros Corporativos de Dados (CCD) - máquinas físicas e servidores de aplicação - e ainda dos *desktops* virtuais e das imagens dos microcomputadores para acesso ao ambiente virtual. No segundo semestre foram realizados ajustes

finos, baseados nas experiências obtidas com a implantação nas unidades de teste. De setembro a dezembro, foram migradas oito agências, sendo cinco na DR/BSB e uma nas DRs GO, PE e SPM.

Portal Corporativo de Softwares: em junho/2016 o DPROR/VICOR disponibilizou o Portal de Software Corporativo, que consiste numa página *web* semelhante às lojas de aplicativos para celulares e tablets (App Store, Google Play, Windows Store), onde o usuário final tem à disposição uma lista de *softwares* diversos, para que ele selecione e providencie a instalação. A distribuição e instalação dos aplicativos é feita de forma automática, sem a necessidade da atuação de técnicos de suporte ou de privilégios administrativos no microcomputador. Atualmente, o portal dispõe de 11 softwares para instalação, com 1.450 instalações realizadas.

Modernização do Parque de Microinformática: o DPROR/VICOR manteve as ações com o intuito de melhorar o nível de atualização dos equipamentos de microinformática do parque computacional dos Correios e ajustar seu tamanho à real necessidade da empresa. Dentre elas, destaca-se o provimento de 44.349 equipamentos, dentre os quais destacam-se:

- ✓ 14.379 impressoras térmicas de cupons (2015 e 2016);
- ✓ 15.545 terminais PINPAD;
- ✓ 1200 notebooks;
- ✓ 6.378 leitores de códigos de barras sem fio;
- ✓ 6.707 scanners com AAD (2016 e 2017);
- ✓ 140 coletores de dados.

A política de gestão de energia é uma ação que tem por objetivos principais a redução do consumo de energia elétrica e da emissão de CO₂ na atmosfera, duas diretrizes estratégicas do Sistema de Gestão Ambiental dos Correios (SGAC). Ela consiste na aplicação de configuração que coloca os micros num estado de “semidesligamento”, denominado hibernação. Por meio dessa ação, os micros administrativos são configurados para hibernar a partir das 20h. Já os operacionais e de atendimento, hibernam durante seis horas por dia, sendo que metade hiberna das 20h às 2h e as demais das 2h às 8h, de forma a permitir a atualização dos sistemas e *softwares* nos enlaces de menor capacidade. A iniciativa obteve reconhecimento nível internacional, tendo sido publicada com destaque na revista na edição nº4 (jan/fev 2015) da Revista Correios e na publicação “Market Flash”, da *Internacional Post Corporation* (IPC) como uma boa prática mundial. Em 2016, a substituição dos microcomputadores obsoletos na rede de atendimento e a otimização da ferramenta de gestão (SCCM) permitiram aumentar a abrangência da gestão de energia em quase 30%. Levando-se em conta ainda o aumento do custo da energia elétrica em todo o país, a aplicação dessa política obteve resultados bastante significativos. Em 2016, foi contabilizada uma economia R\$ 3.176.861,10 nos gastos com energia elétrica, o que representa quase dobro da observada em 2015. Em relação à emissão de gás carbônico (CO₂), a redução foi de 4,4 milhões de toneladas, também quase o dobro do observado em 2015.

Telefonia:

A Tecnologia VoIP já está em utilização na Administração Central (AC), em São Paulo Interior (SPI) e em algumas unidades de São Paulo Metropolitana (SPM). Objetiva-se implantar telefonia VoIP em todas as sedes regionais e nas principais unidades, criando uma verdadeira Rede de Telefonia Integrada.

A ampliação da Telefonia Corporativa VoIP integrando Voz e Dados em mais de 15 mil ramais em 24 regionais foi contratada e será implantada ao longo de 2017.

Smartphone para carteiros: A VICOR designou Grupo de Trabalho PRT/VICOR – 53/2015, para conduzir a contratação de uma plataforma de telefonia móvel destinada, inicialmente, à baixa na entrega dos objetos registrados, por meio do aplicativo SRO Móvel. Está na fase de contratação.

5.3.5 Pessoal de TI

Os Correios possuem 1.389 empregados lotados em sua área de TI sendo 955 empregados efetivos da carreira de TI e 434 empregados de outras carreiras.

5.3.6 Capacitação do pessoal de TI

A relação constante no **anexo 7** apresenta todos os cursos e eventos realizados no período de 2016, bem como a respectiva quantidade de empregados participantes. Ao todo foram 168 cursos e eventos realizados no período e 2.616 empregados participantes.

5.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

5.4.1 Visão geral da política de sustentabilidade ambiental adotada pelos Correios

A Diretoria Executiva da empresa aprovou, em dezembro de 2013, o Sistema de Gestão Ambiental dos Correios (SGAC), que tem como objetivo levar a empresa a atingir um desempenho ambiental correto, por meio do gerenciamento dos seus impactos ambientais significativos, assumindo o compromisso, junto à sociedade, no combate à poluição, na redução de consumo de recursos naturais e na promoção da imagem institucional dos Correios como empresa cidadã, que respeita o meio ambiente.

Para tanto, foi elaborado, também, o Plano de Ações Ambientais Corporativas (PAAC), que contempla as ações propostas pela presidência e vice-presidências, priorizando os objetivos e metas ambientais a serem implantadas pela empresa, tendo como base a legislação ambiental vigente e os impactos ambientais identificados como significativos e gerados para a execução de atividades postais.

Os Correios, diante de suas responsabilidades sociais e empresariais, promovem, continuamente, medidas e ações voltadas ao aprimoramento de seu desempenho ambiental, observando os princípios de desenvolvimento sustentável e de proteção ao meio ambiente. A Política Ambiental dos Correios, aprovada pela Diretoria Executiva e publicada na manual de planejamento da empresa, possui os seguintes princípios ambientais:

Comprometimento: promover na empresa, atividades educacionais e culturais de forma a contribuir para a formação e desenvolvimento de uma mentalidade de preservação, valorização e uso adequado dos recursos naturais do país.

Legalidade: garantir o atendimento à legislação vigente e às normas emanadas por organizações nacionais e internacionais credenciadas para a prática de medidas e ações de preservação do meio ambiente.

Proatividade: aportar tecnologias, métodos e processos modernos e adequados para a empresa, assim como considerados limpos, seguros e economicamente viáveis, de modo a minimizar os impactos ambientais decorrentes de suas atividades e a contribuir para a melhoria da saúde e da qualidade de vida dos empregados dos Correios.

Parceria: assegurar-se de que os fornecedores, parceiros e prestadores de serviços adotem padrões compatíveis com aqueles utilizados pela empresa para a preservação do meio ambiente.

Sensibilização: estimular o desenvolvimento de ações dirigidas à comunidade com o intuito de disseminar a cultura de preservação ambiental em parceria ou com o apoio de órgãos públicos, escolares, organizações não governamentais, fundações e entidades de classe.

Cooperação: interagir com a União Postal Universal, outros operadores postais e organizações públicas/privadas visando a permuta e o desenvolvimento de ações conjuntas, bem como o repasse de conhecimento e de experiências bem sucedidas na área de preservação ambiental.

5.4.2 Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)

Os Correios não aderiram formalmente à A3P, porém, de forma aderente ao recomendado na A3P, e, como desdobramento do SGAC, foi elaborado o Plano de Ações

Ambientais Corporativas (PAAC), contemplando as ações propostas pela empresa, priorizando os objetivos e metas ambientais a serem implantadas, tendo como base a legislação ambiental e os aspectos e impactos ambientais gerados pela empresa identificados como significativos, de acordo com as seguintes intenções:

- Racionalizar o consumo de recursos naturais renováveis e não renováveis: ações para reduzir e otimizar o consumo de papel, energias elétrica e água, inserção gradativa de critérios ambientais para aquisição material de consumo (ex.: papel reciclado, combustível etanol) e equipamentos eletroeletrônicos;
- Reduzir, mitigar e/ou compensar a emissão de gases de efeito estufa;
- Realizar a gestão adequada dos resíduos sólidos recicláveis (ex.: Coleta Seletiva Solidária) e resíduos perigosos (ex.: lâmpadas fluorescentes, pneus, óleo lubrificante, baterias de veículos e resíduos de saúde).
- Desenvolver e comercializar produtos e serviços ecoeficientes, de forma a assegurar aos clientes e consumidores o comprometimento da empresa com uma gestão ambiental demonstrável;
- Desenvolver, junto aos empregados e terceirizados, a conscientização para as boas práticas ambientais no trabalho, na família e na comunidade.

5.4.3 Separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme o Decreto 5.940/2006.

Devido ao tamanho da empresa, que está presente em todos os municípios brasileiros, a falta de entidades habilitadas para coletar tais resíduos e a dificuldade de muitas cidades de atender ao previsto na Lei 12.305/2010, que instituiu a Política de Resíduos Sólidos, a Coleta Seletiva Solidária está sendo implantada de forma gradativa nas dependências da empresa. Em 2016, foram assinados 71 termos de compromisso com associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

5.4.4 Contratações realizadas - Utilização de parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente.

Não obstante o Decreto 7.746/2012 não abranger os Correios, as compras realizadas pela empresa, sempre que possível, contemplam critérios de sustentabilidade conforme parâmetros recomendados no referido dispositivo legal. Em 2016, dos 6.333 itens adquiridos e/ou contratados, 1.129 (17,83%) adotaram práticas e critérios de sustentabilidade nas especificações técnicas do item ou do Projeto Básico.

5.4.5 Plano de gestão de logística sustentável (PLS) - Decreto 7.746/2012.

Ressalta-se que não há obrigatoriedade legal para que os Correios elaborem e implantem o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS), haja vista que o artigo 16 do Decreto 7.746/2012 abrange as estatais dependentes. No entanto, o PAAC dos Correios engloba todas as ações de sustentabilidade exigidas no Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, referente à elaboração de Plano de Gestão de Logística Sustentável, bem como as regras estabelecidas na Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

5.4.6 Análise crítica da atuação dos Correios

De acordo com o previsto no plano estratégico, o desafio dos Correios é estar entre as organizações que são as melhores do mundo em gestão organizacional. Destacam-se práticas e resultados, promovendo interna e externamente a reputação da excelência dos produtos e serviços.

O desafio contempla, ainda, que seus produtos e serviços possam contribuir para a competitividade do país e, de alguma forma, para a melhoria da qualidade de vida da sociedade

As ações ambientais corporativas contempladas no PAAC permitem realizar mobilização interna em torno da redução do consumo de recursos naturais; a exemplo do consumo de energia elétrica, água e papel; redução da emissão de gás carbônico e do combate ao desperdício por meio de uma abordagem inédita nos Correios. Ainda, os Correios mantêm ações ambientais corporativas já implementadas e ampliam ações que focam os aspectos econômicos (redução de custo e de melhoria do resultado financeiro), sem negligenciar as ações instituídas pela legislação vigente.

6 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1 Canais de acesso do cidadão

Os Correios asseguram os seguintes canais de acesso do cidadão: Blog do Correios, Central de Atendimento dos Correios (CAC), Fale com os Correios, Facebook, Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e Ouvidoria.

a) Blog dos Correios: a criação deste blog reflete o momento de modernização por que passa a empresa. Essa ferramenta abriu um canal de comunicação entre os Correios e a sociedade brasileira. É um espaço aberto para compartilhamento de informações e opiniões com o objetivo de fortalecer a transparência da gestão corporativa da empresa. Os temas tratados se referem aos assuntos institucionais das diversas áreas dos Correios e os posts publicados podem ser comentados pelos leitores. O blog teve 3.651.401 acessos, 235 posts, 359 comentários e 73 respostas publicadas ao longo do ano de 2016.

b) Central de Atendimento dos Correios (CAC): por meio dos números 0800 725 0100 e 3003 0100 / 0800 725 7282, o cliente pode acessar a CAC de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, e aos sábados, das 8h às 14h, para obter informações sobre produtos, serviços e órgãos; registrar reclamação, crítica, elogio e denúncia; emitir telegrama; solicitar coleta domiciliar; entre outros.

c) Fale com os Correios: por meio de acesso à página dos Correios o cliente pode registrar reclamações e outras manifestações no endereço: <http://www.correios.com.br/serviços/falecomoscorreios/default.cfm>. As manifestações possuem duas características: Pedido de Informação (PI), quando o assunto se relacionar às informações e reclamações sobre objetos postados nacionais e internacionais sob registro e Manifestação Genérica (MG), quando o assunto se relacionar a elogios, críticas, dúvidas ou sugestões sobre produtos e serviços da empresa, desde que não se refira a objetos registrados.

No último quadriênio, foram registradas as seguintes manifestações no Fale com os Correios:

Quadro 65: Manifestação/Reclamação de clientes

Manifestação/Reclamação de clientes	2013		2014		2015		2016	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Crítica	27.694	0,55%	132.313	1,60%	224.831	1,65%	239.117	1,56%
Denúncia	21.682	0,43%	23.522	0,28%	12.062	0,09%	9.577	0,06%
Dúvida	278.722	5,56%	601.103	7,26%	477.035	3,51%	324.060	2,11%
Elogio	7.644	0,15%	8.062	0,10%	6.603	0,05%	5.466	0,04%
Outros	3.484	0,07%	2.133	0,03%		0,00%	6.079	0,04%
Reclamação Genérica	270.148	5,39%	138.655	1,67%	8.612	0,06%	4.689	0,03%
Reclamação Objeto Postado Internacional	127.585	2,55%	324.248	3,92%	266.971	1,96%	165.197	1,08%
Reclamação Objeto Postado Nacional	4.259.578	84,98%	7.015.413	84,73%	12.570.342	92,39%	14.535.901	94,83%
Solicitação de visita ou atendimento comercial	758	0,02%	15.909	0,19%	22.994	0,17%	25.901	0,17%
Sugestão	15.111	0,30%	18.798	0,23%	15.698	0,12%	13.058	0,09%
Total Geral	5.012.406	100%	8.280.156	100%	13.605.148	100%	15.329.045	100%

Fonte: VISER

Sobre o registro de manifestações, percebe-se que as manifestações registradas anualmente no sistema Fale Conosco passaram de 5.012.406 em 2013 para 15.329.045 em 2016, representando crescimento de 205%.

d) Facebook: neste canal, em 2016, foram publicados 653 posts, com 2.483.145 curtidas, 122.148 compartilhamentos, 468.761.491 visualizações e 185.843 comentários. O canal encerrou o ano com 625.424 fãs. As manifestações foram respondidas, no prazo médio de duas horas, quando ocorridas no horário comercial.

e) Serviço de Informação ao Cidadão (SIC): recebe pedidos de informações públicas de interesse coletivo para o cidadão, produzidas ou custodiadas pelos Correios. Atendimento via web: www.correios.com.br/acessoainformacao. Os Correios receberam, via Serviço de Informações ao Cidadão, 1.612 pedidos de informação nos termos da Lei 12.527 (Lei de Acesso à Informação).

O registro de dados gerenciais e estatísticos sobre a quantidade de solicitações de informação recebidas e sobre o atendimento/encaminhamento das demandas estão disponibilizados no link:

<http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/Relatorios/Anual/RelatorioAnualPedidos.aspx>.

f) Ouvidoria: órgão subordinado ao Conselho de Administração, recebe dois tipos de manifestação: solicitações de intervenção (para reclamações não atendidas satisfatoriamente pelo Fale Conosco) e denúncias.

O endereço eletrônico para acesso à página da Ouvidoria na internet é www.correios.com.br/ouvidoria. As manifestações para o órgão também podem ser apresentadas por meio dos telefones da Central de Atendimento dos Correios (0800 7257282).

As reclamações e denúncias são encaminhadas para os órgãos responsáveis pela apuração e adoção de providências. A Ouvidoria analisa as manifestações e denúncias registradas nos canais de atendimento e as recebidas diretamente pelo órgão, além de consultar outras fontes de informação de modo a identificar problemas, deficiências e riscos existentes. Com base no resultado das análises, a Ouvidoria solicita planos de providências para as áreas da empresa e elabora recomendações de melhoria, visando à solução dos problemas.

Informações gerenciais e estatísticas da Ouvidoria

Manifestações: o gráfico a seguir apresenta o quantitativo de manifestações recebidas pela Ouvidoria nos últimos três anos:



Fonte: Ouvidoria/Sistema Fale Conosco

Em 2016 a quantidade de manifestações recebidas pela Ouvidoria foi 43% inferior a 2015. A redução se deve a mudanças implementadas no processo de atendimento dos canais de primeiro nível. A Instrução Normativa nº. 001/2014 da Ouvidoria Geral da União (OGU) prevê o prazo de 20 dias, prorrogáveis por mais 10, para que a Ouvidoria forneça a resposta conclusiva. No início de 2016 havia 3.821 manifestações pendentes de resposta na Ouvidoria. No ano, foram recebidas 41.001 novas demandas e respondidas 43.622, das quais 86% em até 30 dias. O prazo médio de resposta foi de 10 dias, e, 19,3% das manifestações foram respondidas no mesmo dia. O ano foi finalizado com 1.200 manifestações pendentes, destas, 75% estavam dentro do prazo de resposta de 30 dias.

Reclamações de objetos: do total de manifestações recebidas pela Ouvidoria em 2016, 60% foram referentes a reclamações de objetos registrados, enquanto em 2015 os objetos registrados representaram 68%. Principais motivos que levaram os clientes a solicitar intervenção da Ouvidoria:

Quadro 66: Motivos da Solicitação de Intervenção - 2016

Motivo da Solicitação de Intervenção	%
Destinatário alega que não recebeu objeto	29%
Solicita indenização à Ouvidoria	12%
Não recebeu a indenização	11%
Reclamação distribuição (genérica)	8%
Informação sobre o objeto	6%
Solicita informação/orientação/esclarecimentos	5%
Reclamação do canal de atendimento	4%
Objeto entregue/devolvido indevidamente	3%
Falha/contestação de lançamento no SRO	3%
Aviso de Recebimento	3%
Atendimento em agência	3%
Solicita dados do recebedor	2%
Objeto entregue com atraso	2%
Conteúdo avariado	2%
Objeto - Devolução	1%
Resgate de objeto em devolução	1%
Lançamento destinatário ausente	1%
Área com restrição para entrega	1%
Objeto violado	1%
Revisão de tributo	0%
Contesta valor da indenização	0%
Outros	4%
Total	100%

Fonte: Ouvidoria

Denúncias: em 2016, a Ouvidoria recebeu 1.731 denúncias, enquanto em 2015 o total foi de 960. O aumento se deu, principalmente pela definição da Ouvidoria como canal único de denúncias, em consonância com recomendação contida no Relatório de Auditoria/CGU n.º 201503942 (avaliação da integridade), com a Instrução Normativa n.º 001/2014 – OGU/CGU e com o novo modelo empresarial dos Correios. Outro motivo foi o aumento de casos de anotações de carteiro relativas a “destinatário ausente” contestadas pelos clientes. Tais anotações, que eram consideradas reclamações, passaram a ser tratadas como denúncias de conduta de caráter disciplinar (falsidade declaratória ou documental).

Os principais motivos das denúncias, em 2016, foram os seguintes:

Quadro 67: Motivos das denúncias - 2016

Assunto	%
Mau atendimento na entrega de correspondência	9%
Falsidade declaratória ou documental	8%
Assédio moral	8%
Condução inadequada de veículo da empresa	8%
Ofensa (física, verbal, moral, ao pudor)	6%
Fraudes diversas	6%
Irregularidades na gestão de unidades ou órgãos	5%
Favorecimento	4%
Mau atendimento em agência	3%
Objetos postais (furto, desvio, roubo, etc.)	3%
Uso indevido de recursos	2%
Agressão física ou verbal	2%
Conflito de interesses	2%
Dano ao bem público	2%

Assunto	%
Licitações e contratos	1%
Discriminação e/ou preconceito	1%
Assédio Sexual	1%
Cobrança indevida de valores	1%
Outros	27%
Total	100%

Fonte: Ouvidoria.

A informação sobre a relação do denunciante com os Correios está disponível na figura abaixo:

Figura 22: Relação Denunciante



Fonte: Ouvidoria/Sistema Fale Conosco

Sugestões: a Ouvidoria realiza a análise e triagem de todas as sugestões registradas no canal Fale Conosco, utilizadas na elaboração de recomendações de melhoria, cadastradas no banco de dados da Ouvidoria e disponibilizadas aos órgãos responsáveis pelos respectivos assuntos para que avaliem a viabilidade de sua implementação. O quadro a seguir apresenta o quantitativo de sugestões catalogadas em 2016, agrupadas por assunto.

Quadro 68: Assuntos sugestões - Ouvidoria

Assunto	Qtd.	%
Atendimento	137	18%
Comunicação	55	7%
Correio Internacional	46	6%
Pessoas	26	3%
Produto/Serviço	88	11%
Rastreamento	82	11%
Transporte	4	1%
Distribuição	276	36%
Venda/Pós-venda	56	7%
Total	770	100%

Fonte: Ouvidoria.

Em 2016, 93 recomendações de melhoria foram encaminhadas às áreas para solução das questões apresentadas pelos clientes e cidadãos, as quais estão divididas nos seguintes temas: aviso de recebimento (AR), remessa agrupada, caixa postal, distribuição de objetos, elogios, serviço adicional de mão própria, áreas com restrição para entrega, serviço adicional de valor declarado, canais de relacionamento com o cliente, serviços internacionais de importação e gestão de fila nas agências.

6.2 Carta de serviços ao cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão está publicada no sítio eletrônico dos Correios, no endereço <http://www.correios.com.br/sobre-correios/a-empresa/carta-de-servicos-ao-cidadao>. Ao final da carta há o link com todos os serviços prestados pelos Correios, de A a Z, e com o canal Fale com os Correios.

6.3 Aferição dos produtos e serviços pelos cidadãos-usuários

Em atendimento ao Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, os Correios realizam a Pesquisa de Imagem e Satisfação com o objetivo de avaliar a satisfação da população brasileira em relação aos serviços de atendimento e distribuição prestados pelos Correios, bem como a imagem institucional. A pesquisa é realizada por instituto contratado e a coleta ocorre por meio de entrevistas pessoais (face a face). O público-alvo são os clientes dos Correios que buscam atendimento nas agências e os cidadãos em seus domicílios, com idades iguais ou superiores a 16 anos. A abrangência é nacional e os resultados são divulgados para os gestores e demais partes interessadas, para apoiar a análise e melhoria dos processos da cadeia de valor e revisão do portfólio. A última pesquisa foi realizada em 2014 e as informações estão disponíveis no site dos Correios: <http://www.correios.com.br/sobre-correios/a-empresa/pesquisa-de-imagem-institucional>. O próximo ciclo da pesquisa deverá ocorrer em 2017.

6.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação dos Correios

As informações consideradas úteis à sociedade e que contribuem para a transparência da gestão estão divulgadas no sítio eletrônico dos Correios, no endereço: <http://www.correios.com.br/sobre-correios/a-empresa/publicacoes>. Neste endereço, podem ser encontrados, entre outros, os relatórios da administração, processo de contas anuais, demonstrações financeiras, bem como atas de reunião de diretoria, do conselho de administração, do conselho fiscal e da assembleia geral ordinária.

O Processo Anual de Contas encontra-se disponível no endereço: <http://www.correios.com.br/sobre-correios/a-empresa/publicacoes/processos-de-contas-anuais>, contendo: relatórios de gestão; relatórios de auditoria da gestão, realizada pela Controladoria Geral da União (CGU), bem como pareceres desta, o posicionamento ministerial e acórdãos do TCU concernentes às contas.

Ações relacionadas aos resultados das práticas de responsabilidade socioambiental, bem como documentos orientadores; parcerias com o Governo Federal e outros organismos nacionais e internacionais e publicações encontram-se no endereço: www.correios.com.br/sobre-correios/sustentabilidade.

Os processos de contratação e os contratos estão disponíveis no portal dos Correios no endereço <http://www.correios.com.br/sobre-correios/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos>, para controle e transparência pública dos procedimentos.

7 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES

7.1 Desempenho financeiro do exercício

Os Correios apresentaram um incremento em seus negócios de 6,29% na receita nominal de vendas, passando de R\$ 17,1 bilhões em 2015 para R\$ 18,8 bilhões em 2016. A receita total cresceu em 6,27%, passando de R\$ 17,8 bilhões para R\$ 18,9 bilhões.

Foi autorizado, pelo MCTIC, o reajuste médio de 10,64% nas tarifas de serviços postais e telégrafos nacionais e internacionais, correspondendo à variação do Índice de Serviços Postais (ISP) entre janeiro e dezembro de 2015, descontado o Fator de Produtividade (5%). O ISP, que reajusta os serviços de monopólio dos Correios, avançou 7,17% em 2016, ante 11,2% em 2015.

O reajuste tarifário de 10,64% (aplicado somente sobre os serviços de monopólio), foi inferior ao ganho salarial dos empregados dos Correios, considerando a incorporação da Gratificação do Acordo Coletivo de Trabalho 2015/2016 (GACT) e da Gratificação de Incentivo à Produtividade (GIP), acrescido do reajuste salarial de 9% (concedido nos percentuais de 6% em agosto de 2016 e 3% em fevereiro de 2017), tomando como referência salarial a categoria NM-01, onde o acréscimo salarial estimado foi de 11,87%, e categoria NM-20, com acréscimo estimado de 12,23%.

Os segmentos mensagem e encomendas foram os que mais impactaram o desempenho positivo das receitas de vendas. O crescimento da receita da empresa foi, basicamente, impulsionado pelo desempenho do segmento de mensagem (Franqueamento Autorizado de Cartas e Carta), o qual representa 47,48% da receita de vendas e teve crescimento de 5,96%, alcançando um montante de R\$ 8,9 bilhões.

A despesa total cresceu, de 2015 para 2016, 6,58%, passando de 21 bilhões para R\$ 22,3 bilhões, impactada representativamente pelo benefício pós-emprego (saúde e trabalhista), com R\$ 1,6 bilhão, gastos com saúde de R\$ 1,5 bilhão e transporte de malas e malotes, com R\$ 1,5 bilhão.

O resultado dos Correios foi R\$ 1,4 bilhão de prejuízo. Os ativos somaram R\$ 14,5 bilhões, apresentando uma redução de 6,58% em 12 meses. O Patrimônio Líquido é de R\$ 286 milhões, redução de 80,45% nos 12 meses.

Em decorrência dos resultados deficitários do fluxo de caixa da empresa, ao longo dos últimos anos, aliados às expectativas futuras que mantêm essa tendência de déficit de caixa, durante o ano 2016, os Correios promoveram as seguintes ações:

- Realização de operação de crédito no valor de R\$ 750 milhões, na modalidade de Capital de Giro, com carência de amortização do principal de 12 meses e prazo total da operação de 60 meses.
- Renegociação do pagamento da 3ª parcela do distrato do contrato de correspondente Banco Postal, a vencer no dia 2/1/2017, no valor de R\$ 846 milhões (posição em 2/12/2016), para pagamento do principal corrigido pela taxa Selic em 36 meses.

7.1.1 Fluxo financeiro

O resultado do fluxo de caixa da empresa tem sido negativo nos últimos anos, decorrente, em grande parte, das entradas de recursos terem apresentado valores inferiores aos desembolsos e permanece com esse comportamento no ano 2016, conforme a quadro a seguir:

Quadro 69: Fluxo de entradas e saídas

Em R\$ milhões

Ano	2012	2013	2014	2015	2016
Entradas	13.742	14.549	16.008	16.938	19.283
Saídas	14.692	16.186	17.472	18.708	19.299
Resultado	-950	-1.637	-1.464	-1.770	-16

Fonte: VIFIC/DEFIN

No resultado do fluxo de caixa de 2016, está contemplada a realização de operação de crédito na modalidade de Capital de Giro, no valor de R\$ 750 milhões, com prazo de vencimento de 60 meses, pagamento de juros mensais e carência da amortização do principal de 12 meses.

A realização dessa operação tem como objetivo principal a recomposição das reservas financeiras para mitigar o risco de *default* técnico dos Correios.

Em relação ao detalhamento das entradas de caixa, verifica-se que o faturamento corresponde com 74,7% das entradas totais, as agências próprias e franqueadas 9,0% e 9,6%, respectivamente. O restante das entradas, de 3,9% e 2,8%, é referente ao empréstimo bancário supracitado e outras entradas de caixa, conforme a ordem.

As principais saídas de caixa estão relacionadas com remuneração e encargos de 43,91%, fornecedores/terceiros de 28,02% e o restante das saídas de caixa corresponde a 28,07%, distribuídos conforme tabela a seguir.

Portanto, considerando os valores das entradas e saídas de caixa de 2016, o resultado do fluxo de caixa é negativo em R\$ 16 milhões, ressaltando-se que esse resultado, excluída a operação de crédito, é negativo em R\$ 737 milhões.

Quadro 70: Fluxo de caixa 2016

Em R\$ milhões

Entradas	Total	%
Faturamento	14.397	74,66%
Arrecadação Ag. Própria	1.745	9,05%
Arrecadação Ag. Franqueada	1.853	9,61%
Empréstimo Bancário	750	3,89%
Outras Entradas	538	2,79%
Total	19.283	100%
Saídas	Total	%
Remuneração e Encargos	8.473	43,91%
Fornecedores/ Terc. Diversos	5.408	28,02%
Postal Saúde	1.752	9,08%
Vale Alimentação/Refeição	1.418	7,34%
Distrato Banco Postal	750	3,89%
Dividendos	-	-
Tributos	539	2,79%
Investimentos	129	0,67%
Outras Saídas	135	0,70%
Repasse a Terceiros	104	0,54%
Repasse de Retenções	573	2,97%
Amortizações, juros e comissões	15	0,08%
Despesas Financeiras	1	0,01%
Total	19.299	100%

Fonte: VIFIC/DEFIN

7.1.2 Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras dos Correios são em fundo de investimento extramercado exclusivo no Banco do Brasil S/A (BB) e Caixa Econômica Federal (CEF), conforme determinam as resoluções emitidas pelo Banco Central do Brasil 3.284/2005 e 4.034/2011. O patrimônio líquido dos fundos de investimentos dos Correios tem diminuído a cada ano, conforme se observa no quadro a seguir, reflexo do déficit do fluxo de caixa dos últimos anos. No ano de 2016, destaca-se a realização da operação de crédito supracitada para a recomposição das reservas financeiras.

Quadro 71: Fundos de investimentos 2012-2016
R\$ milhões

Ano	2012	2013	2014	2015	2016*
Patrimônio Líquido	5.992	4.544	3.435	1.955	2.039
Rendimento	1.072	237	444	359	144

Fonte: VIFIC/DEFIN

Os Correios possuem aplicações financeiras em fundos de renda fixa e cambial, sendo este último instrumento de *hedge* para a proteção das dívidas em moedas estrangeiras (dólar).

No ano de 2016, a rentabilidade média dos fundos de renda fixa foi de 14,3%, o que corresponde a 102,2% da taxa Selic e, no fundo cambial, observa-se leve descolamento do indicador de referência, em relação à variação da cotação do dólar americano, o que favoreceu o desempenho do fundo, visto que a rentabilidade em questão foi negativa no ano de 2016.

Quadro 72: Fundos de investimentos 2016
R\$ milhões

Fundos de Investimentos Extramercado	Instituição Financeira	Classificação	PL	Rendimento	Rentabilidade	Referência	%
			a	b	c	d	e = c/d
13A	BB	Renda Fixa	895	93	14%	14%*	100%
13B	BB		893	50	14,50%		103,40%
X	CEF		108	20	15,50%		110,60%
Total			1.896	163	14,30%		102,20%
13C**	BB	Cambial	143	-19	-12,30%	-19%***	64,70%
Total Geral			2.039	144	-		

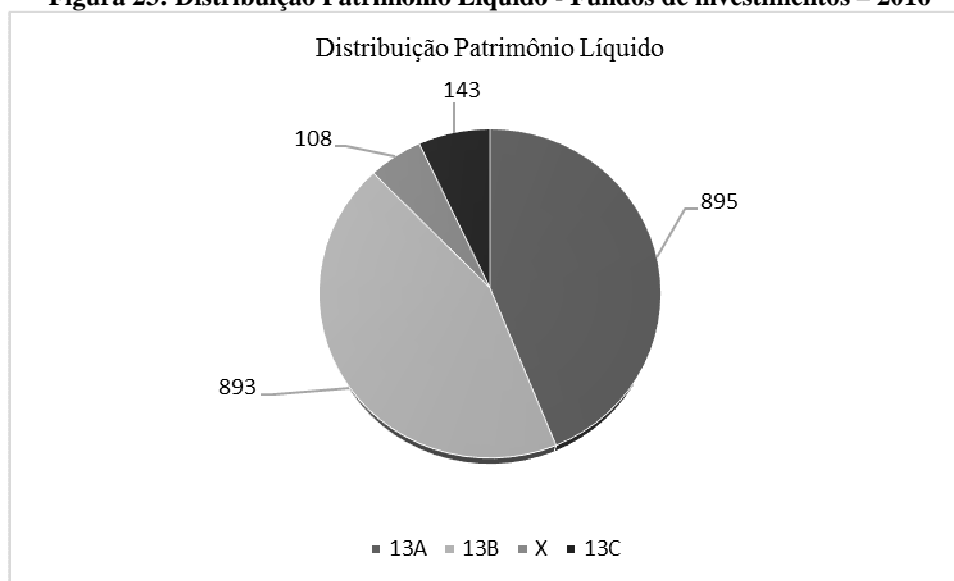
Fonte: VIFIC/DEFIN

* Taxa Selic em 2016

** Edge das dívidas cambiais dos Correios

*** Variação da cotação do dólar PTAX em 2016

A distribuição do patrimônio líquido dos fundos de investimento corresponde ao disposto no gráfico a seguir.

Figura 23: Distribuição Patrimônio Líquido - Fundos de investimentos – 2016

Fonte: VIFIC/DEFIN

7.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens de patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Os Correios são uma empresa pública sujeita às regras da Lei 6.404/1976, conforme previsto no estatuto, e não está sujeita às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10, publicadas pelas resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.136/2008 e 1.137/2008.

7.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

7.3.1 Identificação da estrutura orgânica da unidade responsável pelo gerenciamento de custos

O Departamento de Orçamento e Custos (DEORC), vinculado à Vice-Presidência de Finanças e Controles Internos (VIFIC), é responsável pela apuração centralizada dos custos e possui duas gerências que realizam essa atividade:

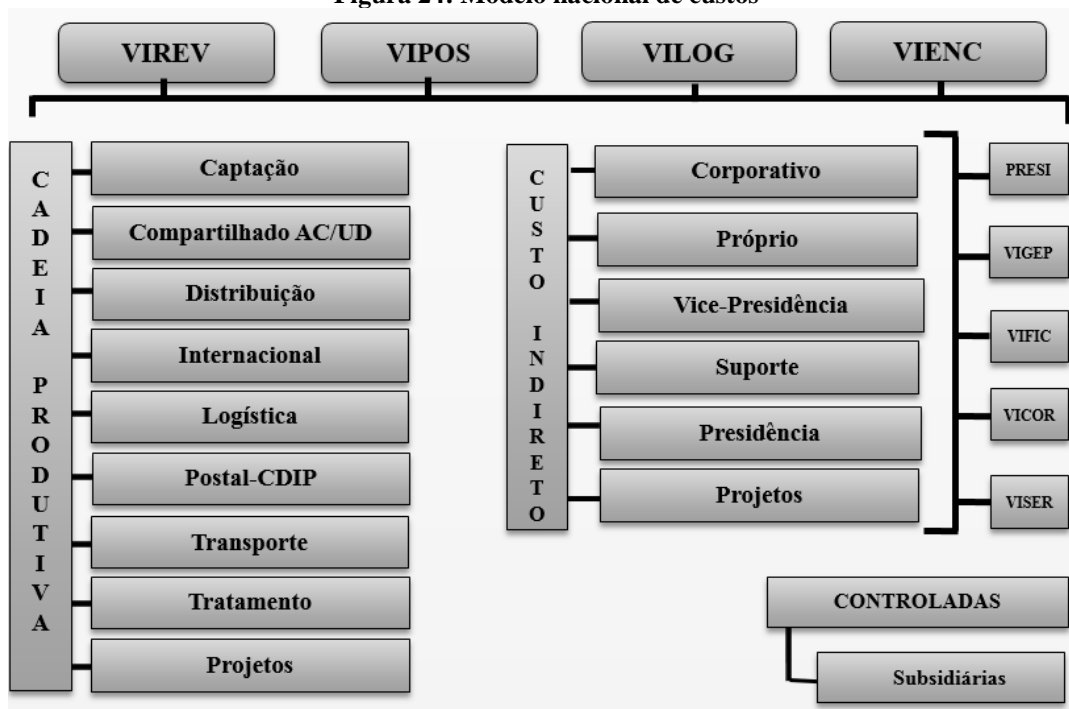
- Gerência de Controle de Custos (GCOC): realiza a apuração dos custos por unidade;
- Gerência de Custos de Produtos e Serviços (GCPS): realiza a apuração dos custos dos produtos e serviços.

As atribuições previstas para o Departamento de Orçamento e Custos têm como escopo o fornecimento de informações para os tomadores de decisões

7.3.2 Identificação das subunidades administrativas dos Correios das quais os custos são apurados

Os custos são apurados por centros de custos e objetivando demonstrar os dispêndios da empresa de forma segregada. Os centros de custos foram estruturados em grupamentos que se denominam “Modelo Nacional de Custos”, conforme apresentação a seguir.

Figura 24: Modelo nacional de custos

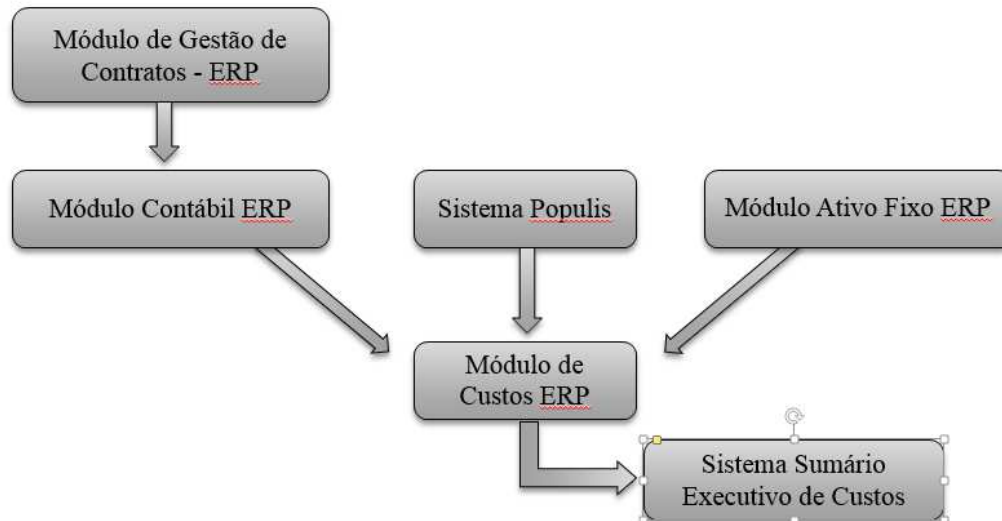


Fonte: DEORC

7.3.3 Sistema informatizado de apuração dos custos

Módulo de Custos-ERP é o sistema corporativo que consolida as despesas dos Correios por conta contábil e centro de custo, cuja base de dados é alimentada mensalmente, oriunda de várias fontes, conforme apresentado a seguir:

Figura 25: Fonte da base de dados



Fonte: VIFIC/DEORC

O Módulo Contábil do ERP contém as despesas gerais, especialmente as originadas por contratação; o Módulo de Ativo Fixo do ERP contém as despesas com depreciação e amortização por centro de custo e o Populis contém as despesas com pessoal por centro de custo.

Os dados do módulo contábil são inseridos no módulo de custos, por meio de uma rotina de fechamento, em aproximadamente dois dias úteis após o fechamento contábil; os dados provenientes do Populis e do módulo de ativo fixo são inseridos por interface automática no módulo de custos.

Após o fechamento mensal do módulo de custos, as informações por centro de custos são disponibilizadas por meio do Sistema Sumário Executivo de Custos (SE_CUSTOS), o qual foi desenvolvido internamente pelos Correios na linguagem *Personal Home Page* (PHP), está alocado na infraestrutura corporativa de dados, utiliza plataforma web e banco de dados *Microsoft Structured Query Language* (SQL) Server.

Este sistema possibilita a visualização de informações por centro de custos, por área funcional (vice-presidência afeta ao órgão), diretoria regional, unidade subordinadora, tipo de órgão, entre outras classificações relacionadas ao Modelo Nacional de Custos (atividade, grupo de atividade e segmento produtivo).

As informações fornecidas neste sistema, especificamente no formato “por atividade”, são as que alimentam a apuração de custo de produtos e serviços, que utilizam a metodologia ABC.

7.3.4 Práticas de tratamento e alocação utilizadas no âmbito das subunidades ou unidades administrativas para geração de informações de custos

As despesas das unidades de suporte, quando possível a alocação direta, são consideradas nos respectivos centros de custos; as de unidades compartilhadas (custos indiretos de estruturas prediais que compartilham entre diversos órgãos a sua despesa) sofrem rateio automático no ERP, a partir de critério definido para cada tipo de despesa, como: energia, água, vigilância, limpeza, etc.

O Departamento de Orçamento e Custos acompanha se as despesas decorrentes de contratos estão sendo distribuídas aos centros de custos consumidores de recursos. Por meio de

sistema informatizado, verifica se existem custos sem indicação do código do centro de custos e informa às partes interessadas as alocações que demandam soluções, especialmente fiscais e gestores de contrato. O departamento encaminha periodicamente aos respectivos lançadores, quando são identificados possíveis falhas na alocação de custos por unidade, planilha contendo lançamentos detalhados, para análise e indicação do correto centro de custos para ajuste da alocação de custos no sistema ERP.

7.3.5 Impactos observados na atuação dos Correios, bem como no processo de tomada de decisões, que podem ser atribuídos à instituição do gerenciamento de custos

O Departamento de Orçamento e Custos atua como provedor de informações para os tomadores de decisões. Está em curso na empresa a implementação do programa Dez em 1, que busca, dentre outros objetivos, intensificar a utilização da base de custos no planejamento e gestão orçamentária da empresa, pela aplicação da metodologia Orçamento Base Zero (OBZ).

7.3.6 Relatórios utilizados pelos Correios para análise de custos e tomada de decisão

Os relatórios de custos disponíveis para tomada de decisões são: relatório de custos por centro de custo, por atividade, por diretoria regional, por macrorregião, por vice-presidência, custos de produtos e serviços, entre outros.

7.4 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/76 e notas explicativas

As demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas encontram-se consignadas no **anexo 8**. Ressalta-se que as Demonstrações Financeiras de 2016 não foram deliberadas em Assembleia Geral conforme estabelece o Decreto nº 8.016/2013 - Estatuto dos Correios e Lei 6.404/1976, que prevê, na possibilidade de ressalva, a republicação das Demonstrações Financeiras.

8 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

As recomendações e determinações oriundas de acórdãos exarados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) são recebidas nos Correios, pela Superintendência Executiva Jurídica e, encaminhadas à Auditoria Interna para acompanhamento.

O acompanhamento pela auditoria dá-se preponderantemente de forma indireta mediante cadastramento dos relatórios em sistema próprio, gerido pela auditoria, que tem em sua estrutura uma equipe dedicada para o trabalho de gestão e análise do sistema de acompanhamento - *Follow-up*.

Foi implementado em 15/7/2015 novo sistema para o *Follow-up*, cuja interação com as áreas gestoras (responsáveis) pela implementação das recomendações se dá de modo on-line, ou seja, inserindo manifestações e anexando arquivos diretamente no sistema.

Após o recebimento das manifestações dos órgãos dos Correios, o sistema de acompanhamento com as informações prestadas altera o status do ponto para “Resposta do órgão” ou “Em análise”, com vistas a que a equipe de auditoria analise tais informações e opine quanto à sua pertinência e suficiência ao atendimento das recomendações. No caso de opinião favorável, pela AUDIT, o respectivo apontamento é considerado solucionado (SL), caso contrário, continua em andamento (EA) com pedido de prorrogação de prazo ou é considerado não solucionado (NS), se já transcorrido o prazo para solução.

8.1.1 Quantidade de determinações e recomendações recebidas do TCU no exercício

No exercício de 2016 foram exarados 91 acórdãos, nos quais estão registrados 94 determinações.

Informa-se que 85 determinações são para que a empresa, por meio de suas regionais, acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0001035-92-2013-5-10-0015, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região, que trata da prorrogação de validade do concurso público dos Correios. Assim, as referidas determinações permanecem suspensas até a conclusão na esfera judicial.

8.1.2 Determinações feitas em acórdãos do TCU decorrentes do julgamento de contas anuais de exercícios anteriores

O quadro a seguir demonstra os julgamentos das contas anuais dos exercícios anteriores, a partir de 1993:

Quadro 73: Julgamento das contas anuais de exercícios anteriores

Ex.	Processo	Julgamento ¹	Acórdão	Qtd. de Pontos	Solucionados	Suspensos	Pendentes
1993	014.489/1994-5	15/05/1998	Relação nº 32/1998	6	6	0	0
1994	008.938/1995-4	17/10/1997	Relação nº 87/1997	12	10	2	0
1995	008.081/1996-4	17/03/1998	Relação nº 02/1998	4	4	0	0
1996	007.308/1997-3	20/08/1998	Relação nº 40/1998	0	0	0	0
1997	004.318/1998-6	14/02/2006	Acórdão 0156/2006	0	0	0	0
1998	007.856/1999-7	20/03/2003	Acórdão 0287/2003	7	5	2	0
1999	008.592/2000-6	13/04/2005	Acórdão 0558/2005	13	10	3	0
2000	009.145/2001-7	01/04/2008	Acórdão 0739/2008	1	0	1	0
2001	009.118/2002-8	09/11/2011 ²	Acórdão 1412/2004 Acórdão 2922/2011	7	3	4	0
2002	010.810/2003-9	²	-	-	-	-	-
2003	009.860/2004-6	²	-	-	-	-	-

Ex.	Processo	Julgamento ¹	Acórdão	Qtd. de Pontos	Solucionados	Suspensos	Pendentes
2004	020.585/2005-3	³	-	-	-	-	-
2005	020.571/2006-6	³	-	-	-	-	-
2006	019.196/2007-9	18/09/2009	Acórdão 4786/2009	6	0	6	0
2007	020.457/2008-8	13/05/2010	Acórdão 1956/2010	8	1	7	0
2008	015.056/2009-6	26/02/2013	Acórdão 586/2013	6	0	6	0
2009	029.252/2010-5	³	-	-	-	-	-
2010	032.419/2011-2	20/08/2014	Acórdão 4083/2014	0	0	0	0
2011	046.636/2012-9	³	-	-	-	-	-
2012	029.458/2013-7	³	-	-	-	-	-
2013	026.639/2014-9	⁴	-	-	-	-	-
2014	033.660/2015-8	³	-	-	-	-	-
2015	001.916/2017-3	³	-	-	-	-	-
Total				70	39	31	0

Fonte: AUDIT

1 Foram consideradas como datas de julgamento os seguintes eventos: a data do encerramento do processo pelo TCU (exercícios de 1993, 1994 e 1995), a data da sessão de julgamento (exercício de 1996) e a data da publicação no DOU (exercícios de 1997, 1998, 1999, 2001, 2006, 2007, 2008 e 2010).

2 Por meio do Acórdão 313/2008 as contas de 2001 a 2003 haviam sido sobrestadas até o julgamento do mérito do TC-019.141/2006-2. Os autos encontram-se em poder da 1ª SECEX. Em 9/11/2011, relativamente às contas de 2001, por meio do Acórdão 2922/2011, o recurso interposto foi considerado improcedente e as contas julgadas regulares com ressalva.

3 Contas ainda não julgadas pelo TCU.

4 Por meio do Acórdão 2384/2015 - TCU - Plenário as contas relativas ao exercício de 2013 foram sobrestadas até o trânsito em julgado da ação que o Postalís promoveu contra a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - processo nº 6949-35.2015.4.01.3400, que tramita na 14ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal.

Os pontos suspensos (PS) foram considerados, pela Auditoria, como solucionados e sua baixa final dar-se-á após análise da Controladoria Geral da União ou pelo Tribunal de Contas da União. Adicionalmente, observa-se que tal análise deixou de constar nas normas relativas a prestação de contas e assim, permanecem com o status até novas resoluções ou instruções da corte de contas.

Face ao exposto acima, informa-se que não há recomendações e/ou determinações decorrentes do julgamento de contas anuais de exercícios anteriores dos Correios que estejam pendentes de atendimento e portanto, deixa-se de apresentar o quadro relativo a "Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento".

8.2 Tratamento de recomendações do órgão de controle interno (CGU)

As recomendações exaradas nos relatórios da Controladoria Geral da União (CGU) são acompanhadas pela auditoria por meio de consulta no sistema monitor de administração daquela Controladoria. Os Correios, por meio de assessoria do presidente, realiza reunião mensal com um grupo composto por representantes das vice-presidências com vistas ao tratamento das recomendações registradas nos relatórios de auditoria da CGU, sendo todas as manifestações e plano de providências revisadas por esses e validadas pelo assessor para inserção no sistema monitor.

No exercício de 2016 foram distribuídos seis relatórios da CGU e a Nota Técnica 2840/2016, cujo assunto refere-se ao Paint 2017. Esses documentos apresentaram 53 recomendações aos Correios, conforme quadro abaixo:

Quadro 74: Recomendações CGU

Relatório nº.	Data do Envio	Quantidade de Recomendações
201504951	31/05/2016	7
201600459	22/06/2016	3
201504932	22/07/2016	13
201505658	08/09/2016	3
201602673	10/11/2016	11
Nota Técnica 2840 2016 / CGCOM	22/11/2016	1
201602617	30/11/2016	10
201601938	21/12/2016	5
Total de Recomendações		53

Fonte: Consulta ao Sistema Monitor em 30/03/2017

Sendo assim, foram 53 recomendações enviadas aos Correios, durante o exercício de 2016, as quais não foram atendidas, conforme informação gerencial obtida por meio de geração do Plano de Providência Permanente (PPP) restrito ao período de 1/1/2016 a 31/12/2016. Quanto à classe das recomendações emitidas pela controladoria, o arquivo indica que 40 recomendações foram classificadas como “estruturantes” e 13 recomendações foram classificadas como “outras”. Para os números citados, verificam-se os percentuais de 75% e 25%, respectivamente.

De uma forma mais abrangente, em consulta ao PPP gerado com os parâmetros do período mencionados acima, verificou-se a situação das 230 recomendações em monitoramento ao final do período de referência, inclusive as que foram emitidas em exercícios anteriores, mas que estavam sendo monitoradas no ano de 2016, conforme quadro abaixo:

Quadro 75: Detalhamento Recomendações CGU

Recomendações Atendidas	Recomendações em Monitoramento			Recomendações providências do Gestor			
	Canceladas	Em monitoramento	Outras situações	Em análise pela CGU	Para providências do Gestor	No Prazo	Prazo Expirado
3	27	230	0	124	106	27	203

Fonte: Consulta ao Sistema Monitor em 30/03/2017.

No período referenciado, a pesquisa retornou com as seguintes informações: houve atendimento às recomendações 19384, 72882 e 135638, as quais foram enviadas aos Correios em 13/12/2010, 13/2/2014 e 25/3/2014, respectivamente. Quanto às classificações das recomendações que estavam sendo tratadas pelos Correios no exercício de 2016, foram extraídos da planilha os seguintes registros:

Quadro 76: Classificação das recomendações

Classe	Quantidade	Percentual
Apuração de responsabilidade	11	4,8%
Atuação junto a outros Órgãos	1	0,4%
Estruturantes	77	33,5%
Outras	140	60,9%
Reposição de valores/bens	1	0,4%
Total	230	100%

Fonte: Consulta ao Sistema Monitor em 30/03/2017.

8.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Nos Correios, há sistema disciplinar implantado, que prevê três modalidades de apuração, a saber:

a) Apuração Direta: forma simplificada de apuração, que deverá ser iniciada quando houver indícios suficientes da existência de irregularidade e de sua autoria e a responsabilidade estiver exclusivamente no âmbito de competência de um mesmo órgão. Tem natureza processual-disciplinar e deve, obrigatoriamente, observar a correta aplicação do contraditório e da ampla defesa, a partir da Solicitação de Defesa (SID);

b) Sindicância Disciplinar Sumária: procedimento jurídico-disciplinar de competência de instauração do erente de Apurações Descentralizadas (GEAD/DGCOR), que visa à apuração de irregularidade de conduta funcional, nos casos em que os critérios para caracterização da Apuração Direta não estiverem presentes ou quando a conclusão das providências preliminares depender de ações que extrapolem o âmbito de competência do órgão onde foi detectada a potencial existência de irregularidade; e

c) Sindicância Disciplinar por Comissão: procedimento jurídico-disciplinar de apuração de irregularidade de conduta funcional, aplicável nos casos de competência de apuração pelo DGCOR.

Por ocasião dos apuratórios, em se constatando dano ao erário igual a R\$ 75.000,00, há a previsão normativa de instauração da Tomada de Contas Especial (TCE), que é um processo

devidamente formalizado, com rito próprio, para apurar responsabilidade por ocorrência de dano à Administração Pública Federal e obtenção do respectivo ressarcimento. Para os casos de valores inferiores a R\$ 75.000,00, a norma estabelece o desconto em folha de pagamento, no caso de empregados, ou ajuizamento de ação judicial, em se tratando de ex-empregado.

Em relação às medidas adotadas, no caso de dano ao erário em 2016, vigente a Instrução Normativa TCU 71/2012, foram obtidos os seguintes dados:

Quadro 77: Medidas adotadas em caso de dano ao erário em 2016

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração**	Remetidas ao TCU
				Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000		
155	123	0	11	0	0	0	0	21

Fonte: Sistema de Controle de TCE.

(*) Dois processos com pendências na documentação de instrução, três processos em análise para instauração de TCE, dois processos devolvidos às regionais por falta de comprovação do dano para a instauração de TCE, dois processos administrativos arquivados no âmbito do DGCOR, sendo um em razão das ações judiciais ter afastado o débito e o segundo mediante justificativas apresentadas na Nota Técnica Nº 1296/2016 - GSIN/DECOD, de 4/7/2016 e dois processos com procedimento de recuperação do dano.

8.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamento de obrigações com o disposto do art. 5º da Lei 8.666/1993

Conforme Manual Financeiro (Manafi) Módulo 2, capítulo 2, anexo 2, os Correios possuem cronograma de pagamento pré-estabelecido para as obrigações contraídas em decorrência da contratação de bens, locações, realização de obras e prestação de serviço. O cronograma está registrado no Sistema de Gestão e Pagamento, fazendo com que o processo de disponibilização se torne automático, conforme os parâmetros cadastrados, tendo uma fiscalização mais rígida e em conformidade aos preceitos determinados pela empresa e não havendo intervenção manual dos usuários envolvidos no processo.

Quadro 78: Cronograma de pagamentos para os contratos assinados dos Correios

Ciclo do Atesto	Vencimento
Dia 1 a 5 do mês	Dia 30 do mês
Dia 6 a 10 do mês	Dia 4 do mês+1
Dia 11 a 17 do mês	Dia 9 do mês+1
Dia 18 a 25 do mês	Dia 16 do mês+1
Dia 26 a 31 do mês	Dia 24 do mês+1

Fonte: MANAFI

8.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento Reintegra – TIC e Transporte aéreo de carga

As medidas adotadas para revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento foram as emissões dos memorandos 1606/2014-GGCS/CECOM, 6735/2014 e 12209/2014-GAB/CECOM, contendo orientações quanto aos procedimentos para operacionalização da desoneração.

Quanto à obtenção administrativa do ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano), em relação aos contratos já encerrados, cujo objeto é o transporte aéreo de carga, eles foram identificados e refeitos os seus valores desde 1/1/2013. Quanto aos contratos de transporte rodoviário de carga, foram igualmente identificados e os valores refeitos desde 1/1/2014.

Por se tratar de contratos encerrados, após a conclusão do levantamento dos valores efetivamente pagos a maior, a recuperação, a depender de cada contrato, ocorreu por glosa em

outros contratos existentes e, na impossibilidade desta, foi solicitado o depósito em conta dos Correios e, por último, a via de ação judicial, nos casos que restaram infrutíferas as tentativas anteriores. Houve ainda casos de valores que, apesar de inicialmente terem sido glosados dos créditos de contratos vigentes, as empresas solicitaram em juízo a suspensão dos referidos descontos, com êxito nos pedidos. Os Correios foram obrigados a devolver os valores até que haja decisão final da Justiça.

As informações sobre o detalhamento dos contratos revisados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento (Reintegra – TI, Transporte de carga aérea e outros), exercício 2016, encontram-se consignadas no quadro a seguir:

Quadro 79: Empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Número/ Ano Contrato	Nome da Empresa Contratada	CNPJ	Objeto	Período contratual de execução das atividades contratadas		Redução de Valor Contratual	Situação do Contrato
				Início	Fim	R\$	Encerra do
312/2012	ABSA	00.074.635/0001-33	Transporte Aéreo de Carga	26/10/12	26/04/15	1.326.714,95	Sim
80/2012	ABSA	00.074.635/0001-33	Transporte Aéreo de Carga	26/03/12	26/09/14	1.704.719,87	Sim
199/2010	TWO	04.263.318/0001-16	Transporte Aéreo de Carga	03/09/10	04/09/12	50.058,26	Sim
15/2010	Transpanorama	01.937.440/0001-32	Transporte Rodoviário de Carga	28/01/10	27/01/15	166.546,29	Sim
364/2012	Transpanorama	01.937.440/0001-32	Transporte Rodoviário de Carga	03/12/12	05/12/15	105.411,06	Sim
213/2009	Transpanorama	01.937.440/0001-32	Transporte Rodoviário de Carga	04/08/09	04/08/15	267.635,14	Sim
194/2012	Transpanorama	01.937.440/0001-32	Transporte Rodoviário de Carga	20/07/12	29/07/15	17.464,88	Sim
73/2009	Botafogo	00.072.447/0001-76	Transporte Rodoviário de Carga	16/04/09	16/04/14	14.694,95	Sim
51/2011	Nova Rota	11.685.332/0001-73	Transporte Rodoviário de Carga	28/03/11	30/03/15	6.798,95	Sim
188/2010	Rio	01.976.365/0001-19	Transporte Aéreo de Carga	17/08/10	17/08/15	318.702,75	Sim
288/2011	Rio	01.976.365/0001-19	Transporte Aéreo de Carga	30/09/11	01/10/13	125.563,87	Sim
15/2013	Taimer	05.015.479/0001-53	Transporte Rodoviário de Carga	04/02/13	04/02/14	316,64	Sim
14/2013	Taimer	05.015.479/0001-53	Transporte Rodoviário de Carga	04/02/13	04/02/14	207,70	Sim
27/2010	Rio	01.976.365/0001-19	Transporte Aéreo de Carga	22/02/10	21/02/15	-161.080,42	Sim

Número/ Ano Contrato	Nome da Empresa Contratada	CNPJ	Objeto	Período contratual de execução das atividades contratadas		Redução de Valor Contratual	Situação do Contrato
				Início	Fim	R\$	Encerra do
331/2011	Rio	01.976.365/0001-19	Transporte Aéreo de Carga	04/11/11	03/11/16	936.105,81	Sim
155/2010	FRETAX	03.138.374/0001-66	Transporte Aéreo de Carga	07/07/10	20/12/13	31.209,03	Sim
CTR 162/2012	DSS Serviços de Tecnologia da Informação Ltda	03.627.226/0001-05	Prestação dos serviços técnicos especializado s de Help Desk	11/07/12	11/02/17	Ainda não foram concluídos os trâmites legais para a conclusão do processo de desoneração dos Contratos	Sim
CTR 387/2013	Construtora Engemega Ltda	33.480.104/0001-08	Adequação do 17º ao 20º pavimento do Edifício Sede dos Correios em Brasília- DF	14/01/14	14/01/15	41.736,11	Sim
CTR 350/2011	CTIS Tecnologia	01.644.731/0001-32	Serviços Técnicos de Operação e Monitoração das Salas de Controle da ECT para os ambientes de produção da AC e DR/SPM.	16/12/11	15/12/16	Ainda não foram concluídos os trâmites legais para a conclusão do processo de desoneração dos Contratos	Sim

Fonte: CECOM/VISER

8.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

De forma a divulgar amplamente o patrocínio dos Correios aos Jogos Olímpicos Rio 2016 e a condição de operador logístico oficial do evento, foi criada e veiculada, ao longo de 2016, a campanha institucional Olimpíadas. Considerando as características do evento e sua relevância no cenário mundial, Olimpíadas foi a campanha com maior investimento no ano. A proposta conceitual apresentada nessa nova campanha foi uma continuidade da linha de comunicação adotada no ano anterior, com o conceito “Onde tem entrega tem Correios”, acompanhado da síntese “#issoéentrega”, e atendia aos objetivos primários de divulgar a importância dos Correios na operação logística dos Jogos Rio 2016, assim como o patrocínio do maior evento esportivo do planeta. Desse esforço de comunicação resultou a confirmação do posicionamento da marca Correios como fomentadora do esporte, patrocinadora dos Jogos Olímpicos Rio 2016 e, tão importante quanto, a capacidade dos Correios de executar a operação logística de eventos tão imponentes e grandiosos como as Olimpíadas.

Foi elaborada também a campanha institucional Papai Noel dos Correios, que buscou ressaltar a importância da participação da sociedade, com a finalidade de sensibilizar, mobilizar e orientar as pessoas para a participação, por meio da adoção de cartas. A campanha contribuiu para

levar ao alcance do público as possibilidades de participação do projeto e o posicionamento dos Correios como intermediário logístico entre a sociedade e as crianças que escrevem para o Papai Noel.

Em relação à ação mercadológica, foi desenvolvida a campanha de Conveniência, com a finalidade de reforçar o posicionamento dos Correios como centro de conveniência junto à população das cidades que receberam o *Tour* da Tocha Olímpica, além de divulgar o portfólio de conveniência, em especial os produtos e serviços personalizados para os Jogos Rio 2016. A ação levou até os públicos o portfólio de produtos e serviços disponíveis em uma agência dos Correios. Com essa abordagem, reforçou-se a lembrança da marca e posicionamento dos Correios como um centro de conveniência à disposição da população, que oferece desde serviços de correspondência, embalagens personalizadas, filatelia, prestação de serviços em parceria com outros órgãos de governo, até serviços bancários, contribuindo para um melhor resultado comercial da empresa.

Quadro 80: Despesas com publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores Liquidados R\$	Valores pagos R\$
Institucional	Ações institucionais	27.424.449	27.424.449
Mercadológica	Ações mercadológicas	26.348.981	26.348.981
Legal	Ações Legais	2.730.499	2.730.499

Fonte: VIFIC / PDG-2016

Quadro 81: Contratos firmados com agências de publicidades e propaganda

Nº Contratos	Contratada	Valor	Vigências
49/2013	Propeg Comunicação S.A.	250.000.000,00 (por vigência contratual)	06/03/2015 a 06/03/2016 07/03/2016 a 07/03/2017
50/2013	Master Publicidade LTDA		
51/2013	Artplan Comunicação S.A.		
52/2013	Link Bagg Comunicação e Propaganda LTDA		

Fonte: DIPPE

Guilherme Campos Júnior

Presidente e respondendo interinamente pela Vice-Presidência do Negócio Postal

Francisco Arsênio de Mello Esquef

Vice-Presidente de Finanças e Controles Internos

Heli Siqueira de Azevedo

Vice-Presidente de Gestão de Pessoas

Paulo Roberto Cordeiro

Vice-Presidente de Serviços

Eugênio Walter Pinchemel Montenegro Cerqueira

Vice-Presidente Corporativo

Darlene Pereira

Vice-Presidente de Encomendas

José Furian Filho

Vice-Presidente de Logística

Cristiano Barata Morbach

Vice-Presidente da Rede de Agências e Varejo

Anexo 1: Informações sobre Áreas/Subunidades Estratégicas
2.4: Organograma

Áreas/ Estratégicas	Subunidades	Nome	Cargo	Período	Observações
Assembleia Geral - AG					
Não há vigência da composição, a cada Assembleia é designado um Procurador da União pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)					
Conselho Fiscal - CF		Francisco José Pontes Ibiapina	Presidente do CF	01/01/16 a 31/12/16	
		Manoel Joaquim de Carvalho Filho	Membro do CF	01/01/16 a 31/12/16	
		Celia Ribeiro de Sousa	Membro do CF	01/01/16 a 19/05/16	
		Cleberton Luiz Martins	Membro Suplente do CF	19/05/16 a 31/12/16	
Conselho de Administração - CA		André Peixoto Figueiredo Lima	Presidente do CA	01/01/16 a 12/05/16	
		Adroaldo de Cunha Portal	Vice-Presidente do CA	01/01/16 a 31/08/16	
		Inaldo Rocha Leitão	Presidente do CA	31/08/16 a 31/12/16	
		Waleska da Rosa Vasconcelos	Membro do CA	27/04/16 a 31/12/16	
		Cristiano Rocha Heckert	Membro do CA	01/01/16 a 29/08/16	
		Giovanni Correa Queiroz	Membro do CA	01/01/16 a 12/05/16	
		Leonor da Costa	Membro do CA	01/01/16 a 27/04/16	
		Luiz Antônio Alves de Azevedo	Membro do CA	01/01/16 a 12/05/16	
		Heli Siqueira de Azevedo	Membro do CA	23/05/16 a 09/06/16	
		Guilherme Campos Junior	Membro do CA	27/06/16 a 31/12/16	
		Ruy do Rêgo Barros Rocha	Membro do CA	03/08/16 a 31/12/16	
		Fernando Antônio Ribeiro Soares	Membro do CA	31/08/16 a 31/12/16	
		David Braga Fernandes	Membro do CA	31/08/16 a 29/11/16	
		Marcos Cesar Alves Silva	Membro do CA	01/01/16 a 31/12/16	
Auditoria - AUDIT/ CA		Evilasio Silva Ribeiro	Chefe de Departamento	07/07/14 a 31/12/99	1º período - 07/07/14 a 14/07/15 2º período - 15/07/15 a 31/12/99
Comitê de Auditoria - COAUD/CA		Adroaldo da Cunha Portal	Membro do COAUD	18/01/16 a 31/08/16	
		Cristiano Rocha Heckert	Membro do COAUD	18/01/16 a 29/08/16	
		Marcos Cesar Alves Silva	Membro do COAUD	18/01/16 a 31/12/16	
Comitê de Remuneração e Sucessão - CORES/CA		Embora existentes no organograma, ainda não ocorreram nomeações.			
Comitê de Estratégias e Risco - COERI/CA					

Áreas/ Estratégicas	Subunidades	Nome	Cargo	Período	Observações
Ouvidoria - OUVID/CA		Amaury José Valença De Melo	Chefe de Departamento	22/12/15 a 31/12/99	1º período - 22/12/15 a 31/05/16 2º período - 01/06/16 a 31/12/99
Diretoria Executiva	A Diretoria Executiva é formada pelo Presidente e Vice Presidentes mencionados nas linhas baixo				
Presidência - PRESI		Giovanni Correa Queiroz	Presidente	12/11/15 a 11/05/16	
		Heli Siqueira de Azevedo	Presidente (Interino ou Cumulativamente)	12/05/16 a 08/06/16	
		Guilherme Campos Junior	Presidente	09/06/16 a 31/12/99	
Comissão de Ética da ECT - CET/PRESI		Jose Oliberio Alves	Coordenador da Comissão	01/01/15 a 31/12/99	1º período 18/11/15 a 31/12/15 2º período 01/01/16 a 31/12/99
Gabinete da Presidência - GAPRE/PRESI		Jânio Cezar Luiz Pohren	Chefe Gabinete Presidência	31/12/15 a 15/05/16	
		Cristiano Barata Morbach	Chefe Gabinete Presidência	16/05/16 a 21/08/16	
		Miguel Martinho dos Santos Junior	Chefe Gabinete Presidência	22/08/16 a 31/12/99	
Departamento de Imagem, Marcas, Patrocínio, Publicidade e Eventos - DIPPE/GAPRE *		Noaide Nery Correa Alves	Chefe de Departamento	03/10/16 a 31/12/99	1º período - 03/10/16 a 01/01/17 2º período - 02/01/17 a 31/12/99
Departamento de Relações Institucionais e Comunicação - DERIC/PRESI *		Alexandre Souza Martins Case	Chefe de Departamento	29/06/16 a 31/12/99	
Departamento de Gestão e Prevenção Correcional - DGCOR/GAPRE *		Antonio Joaquim de Maria Neto	Chefe de Departamento (Interina ou Cumulativa)	06/07/16 a 31/12/99	1º período - 06/07/16 a 09/08/16 2º período - 10/08/16 a 31/12/99
Departamento de Compliance e Gestão de Riscos - DCOMP/PRESI ***		Luzineth Muniz Navarro Mesquita	Chefe de Departamento	01/06/16 a 09/08/16	
Departamento de Comunicação Estratégica - DECOE/PRESI **		Graziela Maria Godinho Cavaggioni	Chefe de Departamento	26/11/09 a 19/05/16	
Departamento de Gestão Cultural - DEGEC/PRESI **		Romulo Valle Salvino	Chefe de Departamento	03/10/11 a 28/06/16	
Departamento de Relacionamento Institucional - DERIN/PRESI **		Alexandre Souza Martins Case	Chefe de Departamento	11/08/11 a 28/06/16	
Superintendência Executiva de Gestão Estratégica - SEGES/PRESI		Marcelo de Araujo Rodrigues	Superintendent e Executivo	22/12/15 a 15/05/16	
		Rogério Curado Gondim de Aquino	Superintendent e Executivo	16/05/16 a 01/01/17	
Secretaria de Governança Corporativa - SEGOV/SEGES/PRESI *		Gilmar Santos Castello	Chefe de Departamento	29/06/16 a 11/09/16	
		Helena Aquemi Mio	Chefe de Departamento	12/09/16 a 31/12/99	

Áreas/ Estratégicas	Subunidades	Nome	Cargo	Período	Observações
Departamento de Planejamento Estratégico - DPLAN/SEGES/PRESI		Paulo Machado Belém Filho	Chefe de Departamento	12/03/2010 a 16/05/16	1º período - 12/03/10 a 14/07/15 2º período - 15/07/15 a 16/05/16
		Hudson Alves da Silva	Chefe de Departamento	17/05/16 a 31/12/99	
Departamento de Compliance e Gestão de Riscos - DCOMP/SEGES/PRESI		Luzineth Muniz Navarro Mesquita	Chefe de Departamento	10/08/16 a 31/12/99	
Depto. de Inovação Empresarial, Gestão de Projetos e Processos - DINPP/SEGES/PRESI **		Jose Osvaldo Fontoura de Carvalho Sobrinho	Chefe de Departamento	17/06/13 a 28/06/16	1º período - 17/06/13 a 14/07/15 2º período - 15/07/15 a 28/06/16
Departamento de Gestão Estratégica de Marketing - DEGEM/SEGES/PRESI **		Gilmar Santos Castello	Chefe de Departamento	15/07/15 a 28/06/16	
Superintendência Executiva Jurídica - SEJUR/PRESI		Jose Barreto de Arruda Neto	Superintendente e Executivo	22/12/15 a 03/04/16	
		Alexandre Reybmm de Menezes	Superintendente e Executivo	04/04/16 a 31/10/16	
		Gustavo Esperanca Vieira	Superintendente e Executivo	01/11/16 a 31/12/99	
Comissão de Disciplina - CODIS/GAPRE ***		Sandro Soares Senseve	Coordenador da Comissão	10/08/16 a 08/02/17	
Departamento Jurídico - DEJUR/SEJUR/PRESI		Flavio Roberto Fay de Sousa	Chefe de Departamento	04/08/15 a 18/04/16	
		Roger Rodrigues dos Santos	Chefe de Departamento	19/04/16 a 17/11/16	
		Flavio Antonio Leles Carvalho	Chefe de Departamento	18/11/16 a 31/12/16	
Departamento Jurídico Corporativo - DCORP/SEJUR/PRESI		O departamento está em fase de implementação, sem a definição do Gestor em 2016.			
Departamento Jurídico Estratégico - DJEST/SEJUR/PRESI					
Departamento Jurídico Trabalhista - DJTRA/SEJUR/PRESI					
Departamento Jurídico Tributário - DJTRI/SEJUR/PRESI					
Departamento DJCON/SEJUR/PRESI		Marcos Antônio Tavares Martins	Chefe de Departamento	03/11/14 a 18/04/16	1º período - 03/11/14 a 14/07/15 2º período - 15/07/15 a 18/04/16
		Flavio Roberto Fay de Sousa	Chefe de Departamento	19/04/16 a 31/12/16	
Vice-Presidência de Gestão de Pessoas - VIGEP		Heli Siqueira de Azevedo	Vice-Presidente	22/12/15 a 31/12/99	
Gerencia de Relações do Trabalho - GRET/VIGEP		Ângela Rosa da Silva	Gerente Corporativo	15/07/15 a 02/02/16	
		Fagner Jose Rodrigues	Gerente Corporativo	03/02/16 a 08/01/17	
Central de Gestão de Pessoas - CEGEP/VIGEP		Aurora Goncalves da Silva Araujo	Chefe de Departamento	16/11/15 a 19/07/16	
		Moacir Magalhaes Martins	Chefe de Departamento	20/07/16 a 01/01/17	
Departamento de Gestão de		Cascia Moreno Biselli	Chefe de	08/09/15 a	

Áreas/ Estratégicas	Subunidades	Nome	Cargo	Período	Observações
Pessoas - DEGEP/VIGEP			Departamento	31/01/16	
		Genival Junior Alves Santos	Chefe de Departamento	01/02/16 a 01/01/17	
Universidade Corporativa dos Correios - UNICORREIOS/VIGEP		Marcelo Carlos da Silva	Chefe de Departamento	09/10/15 a 31/12/99	1º período - 09/10/15 a 14/07/15 2º período - 15/07/15 a 31/12/99
Departamento de Saúde, Segurança e Sustentabilidade - DESAU/VIGEP **		Alcelir Schifter	Chefe de Departamento	15/07/15 a 19/10/16	
		Aurora Goncalves da Silva Araujo	Chefe de Departamento	20/10/16 a 01/01/17	
Departamento de Controle Disciplinar - DECOD/VIGEP ***		Ariovaldo Aparecido da Câmara	Chefe de Departamento	15/07/15 a 05/07/16	1º período - 12/03/12 a 14/07/15 2º período - 15/07/15 a 05/07/16
		Sandro Soares Senseve	Coordenador da Comissão	03/11/15 a 09/08/16	1º período - 03/11/15 a 03/12/15 2º período - 04/12/15 a 03/04/16 3º período - 04/04/16 a 09/08/16
Vice-Presidência Financeira - VIFIC		Swedenberger do Nascimento Barbosa	Vice-Presidente (Respondendo interinamente)	28/12/15 a 15/03/16	
		Heli Siqueira de Azevedo	Vice-Presidente (Respondendo)	16/03/16 a 05/04/16	
		Gerson Carrion de Oliveira	Vice-Presidente	06/04/16 a 23/08/16	
		Francisco Arsênio de Mello Esquef	Vice-Presidente	24/08/16 a 31/12/99	
Departamento Financeiro - DEFIN/VIFIC		Fernando Miranda de Oliveira	Chefe de Departamento	15/07/15 a 15/05/16	
		Rogério Vianna Moreira dos Santos	Chefe de Departamento	16/05/16 a 31/12/99	1º período - 03/05/16 a 05/05/16 (interinamente) 2º período - 16/05/16 a 31/12/99
Departamento de Custos - DCUST/VIFIC **		Julio Cesar Oliveira	Chefe de Departamento	15/07/15 a 19/04/16	
		Jameson Reinaux da Cunha	Chefe de Departamento	20/04/16 a 04/05/16	
Departamento de Orçamento - DEORC/VIFIC*		Jameson Reinaux da Cunha	Chefe de Departamento	05/05/16 a 31/12/99	
Departamento de Controladoria - DECON/VIFIC**		Hudson Alves da Silva	Chefe de Departamento	15/07/15 a 04/05/16	
Departamento de Contabilidade - DECON/VIFIC *		Hudson Alves da Silva	Chefe de Departamento	05/05/16 a 15/05/16	
		Vanessa Sandri Barbosa	Chefe de Departamento	16/05/16 a 31/12/99	
Departamento de Controles Internos - DECIN/VIFIC		Hudson Alves da Silva	Chefe de Departamento (Interina ou cumulativa)	15/07/15 a 02/05/16	
		Heronides Eufrásio Filho	Chefe de Departamento	09/05/16 a 31/12/99	
Departamento de Tributos - DETRI/VIFIC		Ricardo Luiz de Souza e Silva	Chefe de Departamento	15/07/15 a 15/05/16	
		Ildo Rony De Moura	Chefe de Departamento	16/05/16 a	

Áreas/ Estratégicas	Subunidades	Nome	Cargo	Período	Observações
			Departamento	31/12/99	
Central de Operações Financeiras de Belo Horizonte - CEOFI/BH/VIFIC		Carolina Mary de Abreu	Chefe de Departamento	01/07/16 a 31/12/99	
Central de Operações Financeiras de São Paulo - CEOFI/SP/VIFIC		Joao Carlos da Silva	Chefe de Departamento	01/07/16 a 31/12/99	
Vice-Presidência Corporativa - VICOR		Swedenberger do Nascimento Barbosa	Vice-Presidente	15/07/15 a 24/05/16	
		Gerson Carrion de Oliveira	Vice-Presidente (Interino)	25/05/16 a 21/08/16	
		Eugenio Walter Pinchemel Montenegro Cerqueira	Vice-Presidente	22/08/16 a 31/12/99	
Comitê de Gestão de Segurança da Informação e Comunicação - CGSI/VICOR		Leonardo Resende Carvalho	Coordenador	01/01/16 a 31/12/16	
Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação - COETI/VICOR		Swedenberger do Nascimento Barbosa	Coordenador	01/01/16 a 31/05/16	
		Gerson Carrion de Oliveira	Coordenador	01/06/16 a 31/08/16	
		Eugenio Walter P. Montenegro Cerqueira	Coordenador	01/09/16 a 31/12/16	
Departamento de Governança e Relacionamento de TIC - DEGOR/VICOR		Fabiana de Assunção Cruvinel Nascimento	Chefe de Departamento	15/07/15 a 31/12/99	
Departamento de Desenvolvimento de Sistemas Corporativos - DECOR/VICOR		Joao Alves Calixto de Oliveira	Chefe de Departamento	15/07/15 a 31/08/16	
		Paulo Afonso Andrade de Santana	Chefe de Departamento	01/09/16 a 31/12/99	
Departamento de Infraestrutura e Produção da Rede - DPROR/VICOR		Lucinaldo Cirino da Silva	Chefe de Departamento	15/07/15 a 31/12/99	
Departamento de Segurança Empresarial - DSEMP/VICOR		Milton de Paiva Guimaraes Junior	Chefe de Departamento	15/07/15 a 29/02/16	
		Leandro dos Santos Crippa	Chefe de Departamento	01/03/16 a 31/12/99	
Departamento de Gestão da Cadeia de Suprimento e Serviços Gerais - DEGSS/VICOR		Daniela Borja Rodrigues dos Santos	Chefe de Departamento	15/07/15 a 26/01/17	
Departamento de Automação e Tecnologia Operacional - DEAUT/VICOR		Oscar da Costa Karnal	Chefe de Departamento	30/06/15 a 01/01/17	
Vice-Presidência de Serviços - VISER		Andrea Almeida Mendonca	Vice-Presidente	22/12/15 a 29/06/16	
		Heli Siqueira de Azevedo	Vice-Presidente (Interino)	30/06/16 a 16/08/16	
		Paulo Roberto Cordeiro	Vice-Presidente	17/08/16 a 31/12/99	
Gerência de Gestão de Acordos de Nível de Serviços - GENS/VISER		Anna Aline Pereira Simões de Souza	Gerente Corporativo	01/02/16 a 31/12/99	De 02/12/2015 a 31/01/2016 não houve designação.
Departamento de Engenharia - DENGGE/VISER		Jorge Eduardo de Araujo	Chefe de Departamento	15/07/15 a 31/01/16	
		Augusto Cesar Rodrigues de Assis	Chefe de Departamento	01/02/16 a 02/10/16	

Áreas/ Estratégicas	Subunidades	Nome	Cargo	Período	Observações
		Jorge Alberto Ribeiro Elias	Chefe de Departamento	03/10/16 a 31/12/99	
Departamento de Suporte ao Atendimento e Operação - DESAO/VISER		Renato Foizer	Chefe de Departamento	12/06/13 a 31/12/99	1º período - 12/06/13 a 14/07/15 2º período - 15/07/15 a 31/12/99
Central de Suprimentos - CESUP/VISER		Tania Regina Teixeira Munari	Chefe de Departamento	15/07/15 a 31/12/99	
Central de Compras - CECOM/VISER		Rogério Simionato Botelho	Chefe de Departamento	15/07/15 a 01/05/16	1º período - 15/05/13 a 14/07/15 2º período - 15/07/15 a 01/05/16
		Renata Soares Marques Hildebrande	Chefe de Departamento	02/05/16 a 31/12/99	
Central de Serviços Gerais - CESER/VISER		Gustavo Assis Cunha de Azevedo	Chefe de Departamento	16/09/15 a 17/05/16	
		Ronaldo Lima Monteiro	Chefe de Departamento	18/05/16 a 31/12/99	
Central de Relacionamento com o Cliente - CEREL/VISER		Rosângela Alves dos Santos	Chefe de Departamento	16/04/13 a 31/12/99	1º período - 16/04/13 a 14/07/15 2º período - 15/07/15 a 31/12/99
Central de Operações Financeiras de Belo Horizonte - CEOFI/BH/VISER ***		Carolina Mary de Abreu	Chefe de Departamento	19/11/09 a 30/06/16	1º período - 19/11/09 a 14/07/15 2º período - 15/07/15 a 30/06/16
Central de Operações Financeiras de São Paulo - CEOFI/SP/VISER ***		João Carlos da Silva	Chefe de Departamento	15/04/10 a 30/06/16	1º período - 15/04/10 a 14/07/15 2º período - 15/07/15 a 30/06/16
Vice-Presidência de Rede de Agências e Varejo - VIREV		Ney Jorge Campello	Vice-Presidente	22/12/15 a 29/06/16	
		Gerson Carrion de Oliveira	Vice-Presidente (Interino)	30/06/16 a 21/08/16	
		Cristiano Barata Morbach	Vice-Presidente	22/08/16 a 31/12/99	
Departamento de Apoio ao Negócio - DEPAN/VIREV **		André Luiz Nascimento Reis	Chefe de Departamento	22/09/15 a 13/04/16	
Departamento de Negócios Financeiros - DENEFF/VIREV *		Ilves Ribas Caldas Junior	Chefe de Departamento	14/04/16 a 25/01/17	
Departamento de Estratégia do Negócio - DEPEN/VIREV		Paula Fontes Guinatti	Chefe de Departamento	15/07/15 a 31/12/99	
Departamento de Marketing - DEMKT/VIREV		Luzineth de Lima Mesquita	Chefe de Departamento	15/07/15 a 31/03/16	
		Alessandra Ferrari Weber	Chefe de Departamento	01/04/16 a 01/01/17	
Departamento Comercial - DECOM/VIREV		Elder Ferreira Aragão	Chefe de Departamento	15/07/15 a 05/09/16	
		Renata Alves Pinheiro de Souza	Chefe de Departamento	06/09/16 a 31/12/99	1º período - 06/09/16 a 02/10/16 2º período - 03/10/16 a 31/12/99
Departamento de Operações - DEOPE/VIREV		Joimar Lucio Martins	Chefe de Departamento	01/02/13 a 31/03/16	1º período - 01/02/13 a 14/07/15 2º período - 15/07/15 a 31/03/16

Áreas/ Estratégicas	Subunidades	Nome	Cargo	Período	Observações
		Pedro de Almeida Feijó	Chefe de Departamento	01/04/16 a 05/09/16	
		Alexandre Assumpção Ribeiro	Chefe de Departamento (Interino ou Cumulativamente)	06/09/16 a 15/11/16	
		Rachel Machado Loureiro	Chefe de Departamento	16/11/16 a 31/12/99	
Vice-Presidência do Negócio Postal - VIPOS		Rodolfo Ramalho Catão	Vice-Presidente	22/12/15 a 21/08/16	
		Henrique Pereira Dourado	Vice-Presidente	22/08/16 a 20/03/17	
Departamento Estratégia do Negócio - DEPEN/VIPOS		Roberto Chaves Fernandes	Chefe de Departamento	15/07/15 a 31/01/16	
		Thiago Sardinha Lopes	Chefe de Departamento	01/02/16 a 19/09/16	
		Hiran Teixeira Parente	Chefe de Departamento	20/09/16 a 01/01/17	
Departamento de Apoio ao Negócio - DEPAN/VIPOS		Thiago Sardinha Lopes	Chefe de Departamento	15/07/15 a 31/01/16	
		Carlos Augusto Maciel dos Santos	Chefe de Departamento	01/02/16 a 01/01/17	
Departamento de Marketing - DEMKT/VIPOS		Hiran Teixeira Parente	Chefe de Departamento	15/07/15 a 19/09/16	
		Thiago Sardinha Lopes	Chefe de Departamento	20/09/16 a 31/12/99	
Departamento Comercial - DECOM/VIPOS		Vera Marcia Gomes Bittencourt	Chefe de Departamento	16/07/15 a 31/01/16	
		Aécio de Figueiredo Silva	Chefe de Departamento	01/02/16 a 31/12/99	
Departamento de Operações DEOPE/VIPOS		Ademar Batista de Morais Neto	Chefe de Departamento	11/11/13 a 31/01/16	1º período - 11/11/13 a 14/07/15 2º período - 15/07/15 a 31/01/16
		Jose Morais de Oliveira	Chefe de Departamento	01/02/16 a 12/02/17	
Vice-Presidência de Logística - VILOG		Jose Furian Filho	Vice-Presidente	15/07/15 a 31/12/99	
Gerência de Operações Jogos Olímpicos Rio2016 - G2016/RJ/VILOG		Carlos Henrique de Luca Oliveira Ribeiro	Coordenador	03/11/14 a 31/12/99	
Departamento Estratégia do Negócio - DEPEN/VILOG		Osorio de Carvalho Dias	Chefe de Departamento	15/07/15 a 01/01/17	
Departamento de Apoio ao Negócio - DEPAN/VILOG		Helena Aquemi Mio	Chefe de Departamento	15/07/15 a 11/09/16	
		Osório de Carvalho Dias	Chefe de Departamento (Interino ou Cumulativamente)	12/09/16 a 31/12/16	
Departamento de Marketing - DEMKT/VILOG		Lemuel Costa e Silva	Chefe de Departamento	15/07/15 a 01/01/17	
Departamento Comercial - DECOM/VILOG		Joao Batista da Silva	Chefe de Departamento	24/07/15 a 01/01/17	
Departamento Internacional - DEINT/VILOG		Alberto de Mello Mattos	Chefe de Departamento	01/02/13 a 01/01/17	1º período - 01/02/13 a 14/07/15 2º período - 15/07/15 a 01/01/17

Áreas/ Estratégicas	Subunidades	Nome	Cargo	Período	Observações
Departamento Operacional - DEOPE/VILOG		Ércole da Fonseca Tramontano	Chefe de Departamento	15/07/15 a 01/01/17	
Vice-Presidência de Encomendas - VIENC		Fabiano de Cristo Cabral Rodrigues Junior	Vice-Presidente	22/12/15 a 21/08/16	
		Darlene Pereira	Vice-Presidente	22/08/16 a 31/12/99	
Departamento Estratégia do Negócio - DEPEN/VIENC		Vanderlei Soares Melo	Chefe de Departamento	15/07/15 a 01/01/17	
Departamento de Apoio ao Negócio - DEPAN/VIENC		Francisco Jose Botelho Salgado	Chefe de Departamento	15/07/15 a 17/11/16	
		Elson Alves da Anunciação	Chefe de Departamento	18/11/16 a 01/01/17	
Departamento de Marketing - DEMKT/VIENC		Alex do Nascimento	Chefe de Departamento	15/07/15 a 31/12/99	
Departamento Comercial - DECOM/VIENC		Denny Shinya Toyama	Chefe de Departamento	15/07/15 a 31/10/16	
		Jackson Augusto Goncalves Jacques	Chefe de Departamento	01/11/16 a 31/12/99	
Departamento de Operações - DEOPE/VIENC		Ariel Fidelis da Silva	Chefe de Departamento	15/07/15 a 18/07/16	
		Denny Shinya Toyama	Chefe de Departamento (Interino ou Cumulativamente)	19/07/16 a 29/07/16	
		Ronaldo Takahashi de Araujo	Chefe de Departamento	01/08/16 a 31/12/99	

Fonte: VIGEP

Anexo 2: Descrição das estruturas de governança

4.1. Funções e principais órgãos componentes do Núcleo de Governança dos Correios

Órgão	Função	Principais Atribuições
Assembleia Geral	<p>A Assembleia Geral é o órgão soberano dos Correios, que estabelece as políticas e as principais ações da empresa.</p>	<p>Compete à Assembleia Geral deliberar sobre as seguintes matérias:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) reforma do Estatuto Social; b) relatório da administração, demonstrações financeiras, orçamento de capital e proposta de destinação dos lucros, nela incluída a proposta de pagamento de dividendos ou de juros sobre o capital próprio dos Correios; c) eleição dos membros dos conselhos de administração e fiscal; d) fixação da remuneração da Diretoria Executiva e dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal; e) alienação, no todo ou em parte, das ações do capital social de empresas controladas; f) subscrição ou renúncia a direito de subscrição de ações ou debêntures conversíveis em ações em empresas controladas; g) venda de debêntures conversíveis em ações de titularidade e de emissão de empresas controladas; h) permuta de ações ou outros valores mobiliários representativos da participação dos Correios no capital de empresas controladas; i) aquisição do controle ou de participação acionária em sociedades empresárias já estabelecidas, e constituição de subsidiárias; j) promoção de operações de incorporação de empresas nas quais os Correios tenham participação acionária; e k) as alterações no capital social.
Conselho de Administração	<p>O Conselho tem como função zelar pela continuidade dos serviços, observados os índices de confiabilidade, qualidade, eficiência e outros requisitos fixados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; pela transparência, eficácia e legalidade da gestão; pela proteção e valorização do patrimônio da empresa e pela maximização do retorno do investimento.</p>	<p>Sem prejuízo das demais competências previstas em lei, compete ao Conselho de Administração, dentre outras:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Fixar a orientação geral dos negócios dos Correios, estabelecendo políticas, diretrizes e objetivos corporativos, inclusive sobre governança corporativa, em consonância com a política do Governo Federal. 2. Fiscalizar a gestão da Diretoria Executiva. 3. Aprovar: <ul style="list-style-type: none"> a) o Plano Estratégico; b) a criação de comitês de assessoramento para apoiar as atividades do Conselho; c) as propostas a serem submetidas à Assembleia Geral; d) o orçamento anual e o programa de investimentos dos Correios; e) a fixação, o reajuste e a revisão de tarifas, preços públicos e prêmios ad valorem dos serviços postais prestados pelos Correios em regime de monopólio, para submissão ao Ministério das Comunicações; f) o programa de metas da Diretoria Executiva e o pagamento aos dirigentes de participação nos lucros; g) o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Correios e o Quadro Global de Efetivo Próprio dos Correios; h) a contratação dos auditores independentes e a rescisão dos respectivos contratos; i) a designação e a destituição dos titulares da Ouvidoria e da Auditoria Interna, observada a legislação pertinente. 4. Aprovar, ao menos uma vez no ano, o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT e o Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna – RAIN.T. 5. Monitorar periodicamente: <ul style="list-style-type: none"> a) os resultados da gestão dos Correios; b) os riscos estratégicos e as respectivas medidas de mitigação; c) os relatórios de auditorias dos órgãos de controle, avaliando o nível de atendimento às recomendações neles contidas; d) a execução do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna

		<p>e as ações corretivas referentes às oportunidades de aprimoramento, identificadas nas auditorias; e</p> <p>e) a execução das atividades da Ouvidoria e as ações corretivas decorrentes de suas recomendações.</p>
Conselho Fiscal	<p>O Conselho Fiscal tem como função fiscalizar os atos do Conselho de Administração e do Presidente da Empresa e a gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos Correios.</p>	<p>Compete ao Conselho Fiscal:</p> <p>a) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;</p> <p>b) acompanhar a gestão financeira e patrimonial dos Correios e fiscalizar a execução orçamentária, podendo examinar livros e documentos, bem como requisitar informações;</p> <p>c) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis;</p> <p>d) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, relativas à modificação do capital social, a planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de resultados, transformação, incorporação, fusão ou cisão;</p> <p>e) dar ciência aos órgãos de administração e, se não tomarem as providências cabíveis, à Assembleia Geral, dos erros, fraudes ou crimes que constatar no exercício de suas atribuições, praticados em prejuízo dos interesses dos Correios, para que sejam adotadas as providências necessárias à proteção dos interesses da Empresa;</p> <p>f) acompanhar a execução do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna;</p> <p>g) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pelos Correios;</p> <p>h) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar;</p> <p>i) elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;</p> <p>j) aprovar o plano de trabalho do Conselho Fiscal; e</p> <p>k) avaliar o desempenho dos próprios membros do Conselho Fiscal, ao menos uma vez por ano, levando-se em conta a execução do seu plano de trabalho.</p>
Comitê de Auditoria (provisório)	<p>O Comitê tem como função assessorar o Conselho de Administração, acompanhar, avaliar e supervisionar as atividades da Auditoria Interna e das auditorias independentes e assegurar a operacionalização, eficiência e eficácia de seus processos e dos controles internos.</p>	<p><u>Principais Competências:</u></p> <p>a) Acompanhar a execução do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna e os resultados da Auditoria Interna.</p> <p>b) Recomendar, à administração da Empresa, obedecidas as regras do processo licitatório, a contratação da prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, caso considere necessário.</p> <p>c) Revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis anuais, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e da auditoria interna, bem como o parecer do auditor independente.</p> <p>d) Avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Empresa, além de regulamentos e códigos internos, opinando sobre eventuais impasses na interpretação de normas e no estabelecimento de medidas necessárias à efetiva correção de situações de desconformidade apontadas pela auditoria.</p> <p>e) Avaliar o cumprimento, pela administração da Empresa, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos.</p> <p>f) Propor ao Conselho de Administração o estabelecimento de procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Empresa, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação, em temas relacionados à contabilidade, aos controles contábeis internos ou à auditoria.</p> <p>g) Propor ao Conselho de Administração correção ou</p>

		<p>aprimoramento de políticas, práticas, procedimentos e normas identificados no âmbito de suas atribuições.</p> <p>Em 29/09/2011, durante a 9ª Reunião Ordinária de 2011, o Conselho de Administração deliberou pela criação do Comitê de Auditoria, composto por três membros, todos conselheiros de administração, nos termos da Resolução CGPAR nº 3, Art. 1º, alínea "c". Posteriormente, durante a 4º Reunião Extraordinária do Conselho de Administração de 2014, ocorrida em 19/03/2014, foi proposta a alteração do Estatuto para que passasse a contemplar o detalhamento e composição do funcionamento do Comitê de Auditoria, composto por três membros independentes, especialistas de mercado. Essa proposta foi apreciada e aprovada pela Assembleia Geral, na 4ª AGO ocorrida em 23/04/2014.</p> <p>Para viabilizar a implantação do Comitê de Auditoria (COAUD) antes da alteração estatutária, foi proposto o Comitê de Auditoria Provisório, composto por três membros do conselho de administração, submetido ao Conselho de Administração em sua 1ª ROCA/2016, em 18/01/2016.</p> <p>Com a saída de dois membros do Conselho de Administração, que também eram membros do COAUD, e, considerando a publicação da Lei nº13.303/2016, que dispôs, dentre outros, sobre os requisitos para a composição do COAUD, foi aprovada pelo Conselho de Administração, em 21/12/2016 (12ª ROCA/2016), a proposta de instituição de Comissão Provisória de Auditoria, composta por profissionais da Empresa que apresentam perfil compatível com a função desempenhada.</p>
<p>Comitê de Estratégia e Riscos (criado, mas não ativado)</p>	<p>O Comitê de Estratégia e Riscos tem como função assessorar o Conselho de Administração em questões relacionadas à estratégia, ao desempenho e aos riscos dos Correios, das entidades relacionadas e das suas participações.</p>	<p>a) Emitir parecer sobre questões estratégicas dos Correios, das entidades relacionadas e de suas participações, encaminhadas pelo Conselho de Administração, proporcionando visão integrada da estratégia e dos riscos, para suportar aquele órgão colegiado na tomada de decisão.</p> <p>b) Acompanhar o desempenho da gestão empresarial dos Correios, das entidades relacionadas e de suas participações, bem como os riscos de não consecução dos objetivos estratégicos da corporação.</p> <p>c) Comunicar ao Conselho de Administração, na forma e nos prazos estabelecidos pelas normas específicas, a ocorrência ou evidência de eventos que possam atingir criticamente a Empresa.</p> <p>d) Propor ao Conselho de Administração o estabelecimento do nível de apetite e de tolerância a riscos da Empresa, considerando os objetivos estratégicos definidos.</p> <p>e) Propor ao Conselho de Administração correção ou aprimoramento de políticas, práticas, procedimentos e normas identificados no âmbito de suas atribuições.</p>
<p>Comitê de Remuneração e Sucessão (criado, mas não ativado)</p>	<p>O Comitê de Remuneração e Sucessão tem como função assessorar o Conselho de Administração em questões relacionadas à gestão de pessoas.</p>	<p>a) Emitir parecer sobre políticas de contratação, remuneração, sucessão, benefícios e desenvolvimento de pessoas, para suportar o Conselho de Administração na tomada de decisão.</p> <p>b) Analisar práticas de mercado e avaliar cenários internos, externos e futuros e seus possíveis impactos sobre as políticas de contratação remuneração, sucessão, benefícios e desenvolvimento de pessoas.</p> <p>c) Examinar e emitir parecer sobre os critérios para contratação e demissão de pessoas, incluindo dirigentes e assessores da Empresa, propondo um descritivo do perfil desejado para as funções.</p> <p>d) Examinar e emitir parecer sobre os mecanismos de remuneração dos conselheiros, membros da Diretoria Executiva e dos membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, propondo os valores da remuneração para o exercício.</p> <p>e) Apoiar o Presidente do Conselho de Administração na elaboração e revisão do processo de avaliação anual dos</p>

		<p>conselheiros, dos membros da Diretoria Executiva e dos membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração.</p> <p>f) Avaliar, ao menos uma vez por ano, o desempenho dos próprios membros do Comitê de Remuneração e Sucessão.</p> <p>g) Monitorar e controlar o processo de identificação e desenvolvimento de novos talentos na Empresa.</p> <p>h) Avaliar e supervisionar as práticas e processos de sucessão em todos os níveis hierárquicos da Empresa.</p> <p>i) Acompanhar negociações com sindicatos e outras entidades de classe.</p> <p>j) Comunicar ao Conselho de Administração, na forma e nos prazos estabelecidos pelas normas específicas, a ocorrência ou evidência de eventos que possam atingir criticamente a Empresa, no que tange à gestão de pessoas.</p> <p>k) Propor ao Conselho de Administração correção ou aprimoramento de políticas, práticas, procedimentos e normas identificados no âmbito de suas atribuições.</p>
<p>Diretoria Executiva</p>	<p>A Diretoria Executiva é o órgão de administração dos Correios responsável pela gestão dos negócios, de acordo com a orientação geral fixada pelo Conselho de Administração.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Exercer a supervisão e o controle das atividades administrativas e operacionais dos Correios. 2. Editar as normas internas necessárias ao funcionamento dos Correios. 3. Propor ao Conselho de Administração: <ol style="list-style-type: none"> a) o orçamento anual e o programa de investimentos dos Correios; b) o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Correios; c) o Programa de Metas da Diretoria Executiva e o pagamento aos dirigentes de participação nos lucros; d) as alterações na estrutura organizacional dos Correios; e) a lista tríplice de candidatos para designação do titular da Auditoria Interna, observada a legislação pertinente; f) a fixação, reajuste e revisão de tarifas, preços públicos e prêmios ad valorem dos serviços postais prestados pelos Correios em regime de monopólio; g) a aquisição do controle ou a participação acionária em sociedades empresárias já estabelecidas; h) a constituição de subsidiárias; i) as propostas de transformação, cisão ou fusão de sociedades em que os Correios detenha participação acionária; j) as propostas de incorporação de sociedades em que os Correios detenham participação acionária a serem submetidas ao Conselho de Administração, para envio à Assembleia Geral; k) orçamento de capital e proposta de destinação de lucros, nela incluída a proposta de pagamento de dividendos ou de juros sobre o capital próprio dos Correios; l) o Plano Estratégico; m) o Código de Ética dos Correios; n) a Matriz de Riscos Estratégicos e as respectivas medidas de mitigação. 4. Aprovar: <ol style="list-style-type: none"> a) os atos, acordos e contratos, de acordo com os seguintes critérios: por processo licitatório, cujo valor anual seja inferior a 50 milhões de reais; por contratação direta, cujo valor anual seja inferior a 10 milhões de reais. b) os convênios a serem firmados pelos Correios, cujo aporte orçamentário seja inferior a 10 milhões de reais; c) o relatório da administração e as demonstrações financeiras dos Correios, para encaminhamento ao Conselho de Administração; d) o desdobramento do Plano Estratégico. 5. Monitorar as atividades e os resultados dos Correios. 6. Avaliar as estratégias de investimentos, de capital, de alocação e de captação de recursos. 7. Fixar, reajustar e revisar preços e prêmios ad valorem referentes à remuneração dos serviços prestados pela Empresa em regime concorrencial.

		<p>8. Supervisionar as atividades das subsidiárias e das empresas em que os Correios participem ou com as quais estejam associados.</p> <p>9. Preservar e valorizar as marcas e patentes dos Correios, monitorando periodicamente o seu posicionamento.</p>
Auditoria	<p>Dar segurança à Alta Administração dos Correios em sua busca pela consecução dos objetivos organizacionais, oferecendo-lhe informações relevantes acerca do estado dos controles internos da Empresa, obtidas por meio de auditorias internas e externas.</p>	<p>a) Realizar auditorias nos processos e órgãos da Empresa, de acordo com as normas vigentes, constantes do Plano de Anual de Atividades de Auditoria (PAINT) e nas demais demandas apresentadas pelos clientes externos e internos, aprovadas pelo Conselho de Administração;</p> <p>b) Avaliar o funcionamento e a adequabilidade dos controles internos, nas 1ª e 2ª linhas de defesa;</p> <p>c) Apoiar ações que visem ao aprimoramento dos controles internos e gestão de riscos da empresa.</p>
Ouvidoria	<p>Receber manifestações e denúncias das partes interessadas, demandar e acompanhar providências e recomendar melhorias.</p>	<p>a) Receber denúncias, analisar, encaminhar para apuração e providências e realizar o acompanhamento até a sua conclusão.</p> <p>b) Analisar as manifestações e denúncias registradas nos canais de atendimento e as recebidas diretamente pela Ouvidoria, além de consultar outras fontes de informação, de modo a identificar problemas, deficiências e riscos existentes.</p> <p>c) Elaborar recomendações de medidas preventivas, corretivas ou de aprimoramento da gestão empresarial, dos produtos e serviços, processos, canais de atendimento, procedimentos e normas e das relações com as partes interessadas.</p>
Auditoria Independente	<p>Anualmente, é contratada empresa para prestar os serviços de auditoria independente, cuja principal atribuição consiste em emitir parecer sobre se as demonstrações financeiras elaboradas pela administração dos Correios representam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da empresa.</p>	

Anexo 3: Plano de Ação – Atendimento à Lei das Estatais
4.1.1: Atendimento à Lei das Estatais

Ação	Descrição da ação	Artigo	Área Responsável	Prazo
1	Adequar a estrutura no nível estratégico	Art. 27	DPLAN/PRESI	30/06/18
2	Ajustar a matriz de responsabilidade	Art. 39	DEGSS/VICOR	30/06/18
3	Ajustar, quando for o caso, atribuições dos órgãos	Arts. 85 e 86	DPLAN/PRESI	30/06/18
4	Alterar o Estatuto da CORREIOSPAR	Arts 6º, 7º, 9º, 13, 20 e 22	CORREIOSPAR	30/06/18
5	Alterar o Estatuto dos Correios	Arts. 6º, 7º, 8º, 9º, 10, 13, 14, 17, 18, 20, 22, 23, 24, 25, 26 e 94	SEGOV/PRESI	30/06/18
6	Alterar o Regimento Interno COAUD	Arts. 13, 24 e 25	SEGOV/PRESI	30/06/18
7	Alterar regimentos da DIREX e do CA	Arts. 6º, 7º e 17	SEGOV/PRESI	30/06/18
8	Apresentar proposta de alteração da lei para que sejam supridas as lacunas identificadas	Art. 39	DCOMP/PRESI	30/06/18
9	Atualizar Sistema ERP	Arts. 29, 30, 34, 35, 37, 39, 52, 63, 64, 65, 66, 67, 70, 71, 75, 76, 77, 79 e 83	DEGSS/VICOR	30/06/18
10	Atualizar as informações disponíveis aos órgãos de controle	Art. 86	DEGSS/VICOR	30/06/18
11	Atualizar as informações disponíveis na internet	Arts. 40, 48 e 88	DEGSS/VICOR	30/06/18
12	Atualizar Cartilha do Fornecedor	Art. 32	DEGSS/VICOR	30/06/18
13	Atualizar MANCIN	Art. 9º	DECIN/VIFIC	30/06/18
14	Atualizar MANCOT	Art. 7º	DECON/VIFIC	30/06/18
15	Atualizar o Caderno de Encargos de Obras e Serviços de Engenharia	Art. 42	DEGSS/VICOR	30/06/18
16	Atualizar o Código de Ética e Regulamento disciplinar	Arts. 9º e 12	CET/PRESI	30/06/18
17	Atualizar o Guia de Orçamento de Obras e Serviços de Engenharia dos Correios	Arts. 31, 42 e 43	DEGSS/VICOR	30/06/18
18	Atualizar o MANAUD	Arts. 24, 25, 30 e 85	AUDIT	30/06/18
19	Atualizar o MANCOD	Art. 30	DGCOR/PRESI	30/06/18
20	Atualizar o MANCOM	Arts. 27, 28 e 93	DIPPE/PRESI	30/06/18
21	Atualizar o MANDOC	Arts. 25, 34 e 35	DEGSS/VICOR	30/06/18
22	Atualizar o MANENG	Arts. 29, 31, 32, 42, 43, 44, 45, 54 e 80	DEGSS/VICOR	30/06/18
23	Atualizar o MANLIC	Arts. 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 45, 46, 47, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82 e 83	DEGSS/VICOR	30/06/18
24	Atualizar o MANORC	Art. 93	DEORC/VIFIC	30/06/18
25	Atualizar o MANORG	Arts. 9º, 14, 24, 25 e 26	DPLAN/PRESI	30/06/18
26	Atualizar o MANPAT	Arts. 28, 29, 49, 50 e 54	DEGSS/VICOR	30/06/18
27	Atualizar o MANPES	Arts. 24 e 25	VIGEP	30/06/18
28	Atualizar o MANPLA	Art. 23	DPLAN/PRESI	30/06/18
29	Atualizar o MANSER	Art. 45	DEGSS/VICOR	30/06/18

Ação	Descrição da ação	Artigo	Área Responsável	Prazo
30	Atualizar o MANSUP	Arts. 47 e 49	DEGSS/VICOR	30/06/18
31	Atualizar o MANTIC	Arts. 23, 85 e 86	DPROR/VICOR	30/06/18
32	Atualizar o manual da área financeira	Art. 50	DEFIN/VIEFI	30/06/18
33	Atualizar o Regimento Interno da Diretoria Executiva	Arts. 13 e 93	SEGOV/PRESI	30/06/18
34	Atualizar o Regimento Interno do Conselho de Administração	Arts. 8º, 13, 18, 22, 23, 29 e 93	SEGOV/PRESI	30/06/18
35	Atualizar o Regimento Interno do Conselho Fiscal	Art. 13	SEGOV/PRESI	30/06/18
36	Atualizar o Regulamento Disciplinar de Pessoal	Art. 9º	DEGEP/VIGEP	30/06/18
37	Atualizar o Sistema de Planejamento Orçamentário	Art. 93	DEORC/VIFIC	30/06/18
38	Atualizar o sistema ERP: vedar a remuneração de membro em mais de dois Conselhos	Art. 20	VIGEP	30/06/18
39	Atualizar os Regimentos Internos constando os requisitos e impedimentos para nomeação dos administradores	Art. 14	SEGOV/PRESI	30/06/18
40	Atualizar os treinamentos: EaD e/ou Presencial	Arts. 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 47, 54, 56, 71, 81 e 83	DEGSS/VICOR	30/06/18
41	Atualizar/elaborar os documentos padronizados disponíveis na intranet e incluir cláusula quanto ao atendimento da política de conflito de interesse nos contratos com fornecedores	Arts. 8, 29, 30, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82 e 83	DEGSS/VICOR	30/06/18
42	Autoavaliar de Controles Internos	Art. 9º	DECIN/VIFIC	30/06/18
43	Avaliar anualmente o Sistema de Controles Internos da Empresa	Art. 9º	DECIN/VIFIC	30/06/18
44	Avaliar políticas existentes e efetuar divulgação no site	Art. 8º	DCOMP/PRESI	30/06/18
45	Capacitação e comunicação dos administradores e demais empregados sobre Segurança da Informação	Arts. 85 e 86	VIGEP	30/06/18
46	Capacitar a equipe de Contabilidade às normas da CVM	Art. 7º	UNICORREIOS	30/06/18
47	Classificar os documentos da Organização	Art. 85	DCOMP/PRESI	30/06/18
48	Conceituar tempestividade cada tipo de informação - Demanda legislativa	Art. 8º	DCOMP/PRESI	30/06/18
49	Consolidar as informações e promover a divulgação	Art. 8º	DECIN/VIFIC	30/06/18
50	Coordenar a elaboração do relatório integrado (RI)	Art. 8º	DECIN/VIFIC	30/06/18
51	Criar ação de capacitação	Art. 17	UNICORREIOS	30/06/18
52	Criar metodologia de avaliação de desempenho individual e coletiva	Art. 13	SEGOV/PRESI	30/06/18
53	Definir em manual a regra para ampliar o limite com base em parâmetros de mercado	Art. 93	DIPPE/PRESI	30/06/18
54	Definir mecanismos de validação dos critérios de vedação	Art. 17	SEGOV/PRESI	30/06/18
55	Definir o Gestor Corporativo da Segurança/Classificação da Informação	Art. 85	DCOMP/PRESI	30/06/18
56	Definir o Modelo de carta anual	Art. 8º	SEGOV/PRESI	30/06/18
57	Definir órgão que fará a supervisão/controla das subsidiárias, controladas e patrocinadas	Art. 1º	SEGOV/PRESI	30/06/18
58	Definir os indicadores de desempenho	Art. 8º	DPLAN/PRESI	30/06/18

Ação	Descrição da ação	Artigo	Área Responsável	Prazo
59	Definir política de atendimento aos requisitos de elegibilidade para investidura ao cargo	Art. 17	SEGOV/PRESI	30/06/18
60	Definir política de consequência	Art. 13	DCOMP/PRESI	30/06/18
61	Definir política de divulgação de informações	Art. 8º	DCOMP/PRESI	30/06/18
62	Definir Política de Indicação	Arts. 10 e 14	VIGEP	30/06/18
63	Definir política que regerão futuras parcerias internacionais	Art. 85	DEINT/VILOG	30/06/18
64	Demanda Legislativa - Esclarecer ponto contido na análise do GT	Arts. 3º, 2º, 7º, 8º, 9º, 12, 13, 18, 19, 27, 28, 29, 30, 37, 38, 39, 42, 43, 51, 55, 56, 64, 68, 69, 73, 75, 76, 81, 83, 86, 88 e 93	DCOMP/PRESI	30/06/18
65	Demanda Legislativa - Propor alteração da redação para sanear a contradição e/ou omissão	Arts. 57, 58, 59, 60 e 62	DCOMP/PRESI	30/06/18
66	Demanda Legislativa - Propor revisão legislativa	Arts. 38, 43 e 44	DCOMP/PRESI	30/06/18
67	Demandar ao MCTIC o ajuste na composição atual do CA	Art. 22	SEGOV/PRESI	30/06/18
68	Desenvolver ações junto as áreas de maior impacto quanto ao cumprimento da obrigação desse artigo	Art. 7º	DCOMP/PRESI	30/06/18
69	Desenvolver e aplicar o programa de treinamento integrado (toda organização) incluindo Política de Gestão de Riscos (gestores)	Art. 9º	DCOMP/PRESI	30/06/18
70	Disponibilizar no site o arquivo de demonstrações financeiras em formato editável	Art. 86	DECON/VIFIC	30/06/18
71	Disseminar cultura de controles, compliance e gestão de riscos	Art. 9º	DCOMP/PRESI	30/06/18
72	Divulgar de forma analítica toda forma de remuneração aos administradores, inclusive, em atendimento a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527) observando ainda a periodicidade de sua publicação	Art. 12	DECIN/VIFIC	30/06/18
73	Divulgar orientação sobre padronização do objeto	Art. 32	DEGSS/VICOR	30/06/18
74	Elaborar as Diretrizes, Políticas e Metodologias de Compliance e integridade e Gestão Corporativa de Riscos	Art. 9º	DCOMP/PRESI	30/06/18
75	Elaborar Catálogo de Especificações Técnicas de itens padronizados	Art. 32	DEGSS/VICOR	30/06/18
76	Elaborar e publicar política de conflito de interesse/ transações com partes relacionadas	Art. 8º e 38	DCOMP/PRESI	30/06/18
77	Elaborar metodologia para elaboração da matriz de risco aplicável à contratação, à luz da metodologia padrão dos Correios	Art. 69	DEGSS/VICOR	30/06/18
78	Elaborar o Código de Integridade, prevendo as sanções	Arts. 9º e 38	DCOMP/PRESI	30/06/18
79	Elaborar o Guia de Projetos de Edificações	Arts. 42 e 43	DEGSS/VICOR	30/06/18
80	Elaborar o manual de Governança Corporativa	Art. 22	SEGOV/PRESI	30/06/18
81	Elaborar o Plano de Capacitação e Comunicação	Art. 86	DCOMP/PRESI	30/06/18
82	Elaborar o Programa de Integridade	Art. 32	DCOMP/PRESI	31/12/16
83	Elaborar o Termo de Confidencialidade	Arts. 85 e 86	DPROR/VICOR	30/06/18
84	Elaborar os Relatórios exigidos nos moldes previstos na Lei	Art. 23	DECIN/VIFIC	30/06/18
85	Elaborar Plano de Negócio para o exercício anual seguinte	Art. 23	DPLAN/PRESI	31/12/16
86	Elaborar Política de Governança com o ponto contido na análise	Art. 29	SEGOV/PRESI	30/06/18

Ação	Descrição da ação	Artigo	Área Responsável	Prazo
87	Elaborar Políticas Estratégicas de Sustentabilidade	Art. 27	GRES/DERIC	30/06/18
88	Elaborar Termo de Compromisso com metas e resultados específicos	Art. 23	SEGOV/PRESI	30/06/18
89	Encaminhar para aprovação da DIREX/CA o modelo de sistema de controles internos	Arts. 9º e 18	DCOMP/PRESI	30/06/18
90	Estabelecer manual de relacionamento com o Grupo Econômico dos Correios	Art. 1º	DECIN/VIFIC	30/06/18
93	Estabelecer normas de divulgação das atas	Art. 10	SEGOV/PRESI	30/06/18
94	Estabelecer política de acesso/confidencialidade - instituição de Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos - CPADS	Art. 88	DCOMP/PRESI	30/06/18
95	Estabelecer política de não retaliação	Art. 9º	DCOMP/PRESI	30/06/18
96	Estabelecer política de porta-vozes nos Correios	Art. 18	DERIC/GAPRE	30/06/18
97	Estabelecer política de relacionamento com o Grupo Econômico dos Correios	Art. 8º	DECIN/VIFIC	30/06/18
98	Estabelecer políticas que regerão o funcionamento das controladas	Art. 1º	DCOMP/PRESI	30/06/18
99	Estabelecer políticas que regerão o funcionamento das controladas	Art. 1º	DECIN/VIFIC	30/06/18
100	Estabelecer rotina para admissão de Conselheiro e Dirigentes	Art. 17	VIGEP	30/06/18
101	Finalizar estruturação da área de controles internos	Art. 9º	DECIN/VIFIC	30/06/18
102	Finalizar estruturação das áreas de compliance e gestão de riscos	Art. 9º	DCOMP/PRESI	30/06/18
103	Identificar as políticas publicas aplicáveis aos Correios	Art. 8º	DPLAN/PRESI	30/06/18
104	Implementar a supervisão da adequação dos procedimentos/relatórios apresentados pela controlada	Art. 1º	DECIN/VIFIC	30/06/18
105	Implementar mecanismos de proteção contra retaliação a pessoa que utilize o canal de denúncias	Art. 9º	OUVID	30/06/18
106	Implementar o Programa de Integridade	Art. 9º	DCOMP/PRESI	30/06/18
107	Implementar o sistema de gestão de riscos e sistema de controles internos	Art. 18	DCOMP/PRESI	30/06/18
108	Incluir no Código de Conduta (Ética e Disciplina) e integridade o inciso I desse artigo	Art. 14	DCOMP/PRESI	30/06/18
109	Incluir no Plano Anual de Integridade as ações de acompanhamento desse risco de compliance	Art. 7º	DCOMP/PRESI	31/12/16
110	Incluir no Plano Anual de Integridade o acompanhamento do Plano de Negócio	Art. 23	DCOMP/PRESI	31/12/16
111	Incluir no Plano de Anual de Integridade o acompanhamento do estabelecimento de metas e aferição dos resultados da Diretoria da empresa	Art. 23	DCOMP/PRESI	31/12/16
112	Incluir no site dos Correios informações referentes a estrutura de controles, fatores de riscos, políticas e práticas de governança corporativa e demais itens definidos nesse artigo	Art. 8º	DCOMP/PRESI	30/06/18
113	Indicar os recursos que serão empregados para consecução dessas políticas	Art. 8º	DPLAN/PRESI	30/06/18
114	Obter o custo e a receita da universalização de forma gerencial, dando publicidade	Art. 8º	DEORC/VIFIC	30/06/18
115	Prever Ação no Programa Anual de Integridade	Art. 17	DCOMP/PRESI	31/12/16
116	Prever no Programa anual de integridade o treinamento periódico	Art. 9º	DCOMP/PRESI	30/06/18
117	Propor modelo de Sistema de Controles Internos para a aprovação no CA	Art. 18	DCOMP/PRESI	30/06/18
118	Publicar as Demonstrações Financeiras em formato editável	Art. 8º	DECON/VIFIC	30/06/18
119	Reorganizar as informações para cumprimento	Art. 8º	DCOMP/PRESI	30/06/18

Ação	Descrição da ação	Artigo	Área Responsável	Prazo
	legal no site			
120	Reportar o posicionamento do grupo de empresas coordenadas pela CORREIOSPAR aos Correios	Art. 1º	CORREIOSPAR	30/06/18
121	Rever estrutura organizacional da CET	Art. 9º	CET/PRESI	30/06/18
122	Rever o planejamento do PAC conforme novo regramento	Art. 93	DIPPE/PRESI	30/06/18
123	Revisar as políticas e diretrizes existentes, separando os procedimentos das políticas	Art. 14	VIGEP	30/06/18
124	Revisar e atualizar o Código de Conduta (Ética e Disciplina), prevendo as sanções	Arts. 9º	CET/PRESI	30/06/18
125	Revisar o Plano Estratégico	Art. 95	DPLAN/PRESI	30/06/18
126	Revisar o processo do Sistema Fale Conosco a luz desse dispositivo	Art. 9º	OUVID	30/06/18
127	Segmentar as avaliações conforme porte e relevância e riscos do negócio	Art. 1º	DCOMP/PRESI	30/06/18
128	Segmentar o planejamento orçamentário e custos de políticas públicas	Art. 8º	DEORC/VIFIC	30/06/18
129	Verificar evoluções do Licitações-e ou solicitar solução própria	Arts. 36, 38 e 39	DEGSS/VICOR	30/06/18

Anexo 4: Atendimento à Lei das Estatais – Dispositivos não aplicáveis e atendidos
4.1.1 - Atendimento à Lei das Estatais

Lei 13.303 - Dispõe sobre o Estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.		Referência
Art. 1	Esta Lei dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, abrangendo toda e qualquer empresa pública e sociedade de economia mista da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que explore atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, ainda que a atividade econômica esteja sujeita ao regime de monopólio da União ou seja de prestação de serviços públicos.	Estatuto Social dos Correios (Decreto 8.016/2013) Lei Postal nº 6.538/1978 Lei nº 12.490/2011
Art. 1, § 1	O Título I desta Lei, exceto o disposto nos arts. 2o, 3o, 4o, 5o, 6o, 7o, 8o, 11, 12 e 27, não se aplica à empresa pública e à sociedade de economia mista que tiver, em conjunto com suas respectivas subsidiárias, no exercício social anterior, receita operacional bruta inferior a R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais).	Não se aplica
Art. 1, § 2	O disposto nos Capítulos I e II do Título II desta Lei aplica-se inclusive à empresa pública dependente, definida nos termos do inciso III do art. 2o da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, que explore atividade econômica, ainda que a atividade econômica esteja sujeita ao regime de monopólio da União ou seja de prestação de serviços públicos.	Não se aplica
Art. 1, § 3	Os Poderes Executivos poderão editar atos que estabeleçam regras de governança destinadas às suas respectivas empresas públicas e sociedades de economia mista que se enquadrem na hipótese do § 1o, observadas as diretrizes gerais desta Lei.	Não se aplica
Art. 1, § 4	A não edição dos atos de que trata o § 3o no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da publicação desta Lei submete as respectivas empresas públicas e sociedades de economia mista às regras de governança previstas no Título I desta Lei.	Não se aplica
Art. 1, § 5	Submetem-se ao regime previsto nesta Lei a empresa pública e a sociedade de economia mista que participem de consórcio, conforme disposto no art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, na condição de operadora.	Não se aplica
Art. 2	A exploração de atividade econômica pelo Estado será exercida por meio de empresa pública, de sociedade de economia mista e de suas subsidiárias.	Estatuto Social dos Correios (Decreto 8.016/2013) Lei Postal (6.538/1978) Lei 12.490/2011
Art. 2, § 1º	A constituição de empresa pública ou de sociedade de economia mista dependerá de prévia autorização legal que indique, de forma clara, relevante interesse coletivo ou imperativo de segurança nacional, nos termos do caput do art. 173 da Constituição Federal.	Decreto-Lei 509/1969 Lei 12.490/2011
Art. 2, § 2	Depende de autorização legislativa a criação de subsidiárias de empresa pública e de sociedade de economia mista, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada, cujo objeto social deve estar relacionado ao da investidora, nos termos do inciso XX do art. 37 da Constituição Federal.	Decreto-Lei 509/1969, art. 1-§3-II
Art. 2, § 3	A autorização para participação em empresa privada prevista no § 2o não se aplica a operações de tesouraria, adjudicação de ações em garantia e participações autorizadas pelo Conselho de Administração em linha com o plano de negócios da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas respectivas subsidiárias.	Lei 12.490/2011 Decreto-Lei 509/1969
Art. 3	Empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos	Decreto-Lei 509/1969 Estatuto Social dos Correios (Decreto 8.016/2013)

Lei 13.303 - Dispõe sobre o Estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.		Referência
	Municípios.	
Art. 3, P.u.	Desde que a maioria do capital votante permaneça em propriedade da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, será admitida, no capital da empresa pública, a participação de outras pessoas jurídicas de direito público interno, bem como de entidades da administração indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	Não se aplica
Art. 4	Sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidade da administração indireta.	Não se aplica
Art. 4, § 1º	A pessoa jurídica que controla a sociedade de economia mista tem os deveres e as responsabilidades do acionista controlador, estabelecidos na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e deverá exercer o poder de controle no interesse da companhia, respeitado o interesse público que justificou sua criação.	Não se aplica
Art. 4, § 2	Além das normas previstas nesta Lei, a sociedade de economia mista com registro na Comissão de Valores Mobiliários sujeita-se às disposições da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.	Não se aplica
Art. 5	A sociedade de economia mista será constituída sob a forma de sociedade anônima e, ressalvado o disposto nesta Lei, estará sujeita ao regime previsto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.	Não se aplica
Art. 8	As empresas públicas e as sociedades de economia mista deverão observar, no mínimo, os seguintes requisitos de transparência:	
Art. 8, II	adequação de seu estatuto social à autorização legislativa de sua criação;	Estatuto Social dos Correios (Decreto 8.016/2013) Decreto-Lei 509/1969 Lei 12.490/2011
Art. 8, V	elaboração de política de distribuição de dividendos, à luz do interesse público que justificou a criação da empresa pública ou da sociedade de economia mista;	Estatuto Social dos Correios (Decreto 8.016/2013) art. 39, II
Art. 8, VI	divulgação, em nota explicativa às demonstrações financeiras, dos dados operacionais e financeiros das atividades relacionadas à consecução dos fins de interesse coletivo ou de segurança nacional;	Notas Explicativas
Art. 8, § 2	Quaisquer obrigações e responsabilidades que a empresa pública e a sociedade de economia mista que explorem atividade econômica assumam em condições distintas às de qualquer outra empresa do setor privado em que atuam deverão:	
Art. 8, § 2, I	estar claramente definidas em lei ou regulamento, bem como previstas em contrato, convênio ou ajuste celebrado com o ente público competente para estabelecê-las, observada a ampla publicidade desses instrumentos;	Decreto-Lei 509/1969, artigo 12 Portaria/MC - 567/2011
Art. 8, § 3	Além das obrigações contidas neste artigo, as sociedades de economia mista com registro na Comissão de Valores Mobiliários sujeitam-se ao regime informacional estabelecido por essa autarquia e devem divulgar as informações previstas neste artigo na forma fixada em suas normas.	Não se aplica
Art. 9	A empresa pública e a sociedade de economia mista adotarão regras de estruturas e práticas de gestão de riscos e controle interno que abranjam:	
Art. 9 § 3	A auditoria interna deverá:	
Art. 9 § 3, I	ser vinculada ao Conselho de Administração, diretamente ou por meio do Comitê de Auditoria Estatutário;	Estatuto Social dos Correios (Decreto 8.016/2013) art. 19

Lei 13.303 - Dispõe sobre o Estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.		Referência
Art. 9 § 3- II	ser responsável por aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras.	Relatório de Controles Internos Administrativos, Relatórios de PPA e LDO, Relatório de Auditoria Independente.
Art. 11	A empresa pública não poderá:	
Art. 11, I	lançar debêntures ou outros títulos ou valores mobiliários, conversíveis em ações;	Estatuto Social dos Correios (Decreto 8.016/2013) art. 14, incisos VI e VII.
Art. 12	A sociedade de economia mista poderá solucionar, mediante arbitragem, as divergências entre acionistas e a sociedade, ou entre acionistas controladores e acionistas minoritários, nos termos previstos em seu estatuto social.	Não se aplica
Art. 13	A lei que autorizar a criação da empresa pública e da sociedade de economia mista deverá dispor sobre as diretrizes e restrições a serem consideradas na elaboração do estatuto da companhia, em especial sobre:	
Art. 13, I	constituição e funcionamento do Conselho de administração, observados o número mínimo de 7 (sete) e o número máximo de 11 (onze) membros;	Estatuto Social dos Correios (Decreto 8.016/2013), art. 16
Art. 13, II	requisitos específicos para o exercício do cargo de diretor, observado o número mínimo de 3 (três) diretores;	Estatuto Social dos Correios (Decreto 8.016/2013) art. 22
Art. 13, IV	constituição e funcionamento do Conselho Fiscal, que exercerá suas atribuições de modo permanente;	Estatuto Social dos Correios (Decreto 8.016/2013) Art. 27 a 31
Art. 14	O acionista controlador da empresa pública e da sociedade de economia mista deverá:	
Art. 14, II	preservar a independência do Conselho de Administração no exercício de suas funções;	Estatuto Social dos Correios (Decreto 8.016/2013)
Art. 15	O acionista controlador da empresa pública e da sociedade de economia mista responderá pelos atos praticados com abuso de poder, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.	Não se aplica
Art. 15, §1	A ação de reparação poderá ser proposta pela sociedade, nos termos do art. 246 da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pelo terceiro prejudicado ou pelos demais sócios, independentemente de autorização da assembleia geral de acionistas.	Não se aplica
Art. 15, §2	Prescreve em 6 (seis) anos, contados da data da prática do ato abusivo, a ação a que se refere o § 1o.	Não se aplica
Art. 16	Sem prejuízo do disposto nesta Lei, o administrador de empresa pública e de sociedade de economia mista é submetido às normas previstas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.	Lei 12.490/2011, artigo 21 e Estatuto dos Correios, artigo 49
Art. 16. P.u.	Consideram-se administradores da empresa pública e da sociedade de economia mista os membros do Conselho de Administração e da diretoria.	Estatuto Social dos Correios (Decreto 8.016/2013), art. 9º
Art. 17	Os membros do Conselho de Administração e os indicados para os cargos de diretor, inclusive presidente, diretor-geral e diretor-presidente, serão escolhidos entre cidadãos de reputação ilibada e de notório conhecimento, devendo ser atendidos, alternativamente, um dos requisitos das alíneas “a”, “b” e “c” do inciso I e, cumulativamente, os requisitos dos incisos II e III:	
Art. 17, § 1	O estatuto da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias poderá dispor sobre a contratação de seguro de responsabilidade civil pelos administradores.	Estatuto Social dos Correios (Decreto 8.016/2013), art. 46, §4
Art. 19	É garantida a participação, no Conselho de Administração, de representante dos empregados e dos acionistas minoritários.	Estatuto Social dos Correios (Decreto 8.016/2013), art. 16, inciso IV.
Art. 19, § 1	As normas previstas na Lei no 12.353, de 28 de dezembro de 2010, aplicam-se à participação de empregados no Conselho de Administração da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias e controladas e das demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.	Estatuto Social dos Correios (Decreto 8.016/2013), art. 16, inciso IV.

Lei 13.303 - Dispõe sobre o Estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.		Referência
Art. 19, § 2	É assegurado aos acionistas minoritários o direito de eleger 1 (um) conselheiro, se maior número não lhes couber pelo processo de voto múltiplo previsto na Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976.	Não se aplica
Art. 27	A empresa pública e a sociedade de economia mista terão a função social de realização do interesse coletivo ou de atendimento a imperativo da segurança nacional expressa no instrumento de autorização legal para a sua criação.	Decreto-Lei 509/69
Art. 27, §1	realização do interesse coletivo de que trata este artigo deverá ser orientada para o alcance do bem-estar econômico e para a alocação socialmente eficiente dos recursos geridos pela empresa pública e pela sociedade de economia mista, bem como para o seguinte:	
Art. 27, I	ampliação economicamente sustentada do acesso de consumidores aos produtos e serviços da empresa pública ou da sociedade de economia mista;	MANCAT 1/2, Anexo 5; PORTARIA MC N° 6.202, de 13/11/2015; PORTARIA MC N° 6.206, de 13/11/2015
Art. 27, § 3	A empresa pública e a sociedade de economia mista poderão celebrar convênio ou contrato de patrocínio com pessoa física ou com pessoa jurídica para promoção de atividades culturais, sociais, esportivas, educacionais e de inovação tecnológica, desde que comprovadamente vinculadas ao fortalecimento de sua marca, observando-se, no que couber, as normas de licitação e contratos desta Lei.	MANCOM 12 e 14
Art. 28	Os contratos com terceiros destinados à prestação de serviços às empresas públicas e às sociedades de economia mista, inclusive de engenharia e de publicidade, à aquisição e à locação de bens, à alienação de bens e ativos integrantes do respectivo patrimônio ou à execução de obras a serem integradas a esse patrimônio, bem como à implementação de ônus real sobre tais bens, serão precedidos de licitação nos termos desta Lei, ressalvadas as hipóteses previstas nos arts. 29 e 30.	
Art. 28, § 1	Aplicam-se às licitações das empresas públicas e das sociedades de economia mista as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006.	MANLIC 5/10 Anexo 2, em conformidade com o disposto na LC 123/06, Art. 47: Nas contratações públicas da administração (...) indireta (...) será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.
Art. 28, § 2	O convênio ou contrato de patrocínio celebrado com pessoas físicas ou jurídicas de que trata o § 3o do art. 27 observará, no que couber, as normas de licitação e contratos desta Lei.	MANCOM 12/1: 2.1 Todos os processos de concessão de patrocínio estará de acordo com o Decreto nº 6.555/2008, com a Instrução Normativa SECOM-PR nº. 01/2009 e nas demais disposições legais aplicáveis à atividade. A concessão do patrocínio poderá ser de forma incentivada ou não incentivada e a sua contratação se processará por meio de inexigibilidade de licitação, de acordo com o “caput” do art. 25 da Lei 8.666/1993.
Art. 29	É dispensável a realização de licitação por empresas públicas e sociedades de economia mista:	MANLIC 1/2 Anexo 11 MANLIC Módulo 4 MANPAT 1/1 Corresponde ao art. 24, caput, da Lei 8.666/93.
Art. 29, III	quando não acudirem interessados à licitação anterior e essa, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a empresa pública ou a sociedade de economia mista, bem como para suas respectivas subsidiárias, desde que mantidas as	MANLIC 1/2 Anexo 11 MANLIC Módulo 4 Corresponde ao art. 24, inciso V, da Lei 8.666/93.

Lei 13.303 - Dispõe sobre o Estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.		Referência
	condições preestabelecidas;	
Art. 29, IV	quando as propostas apresentadas consignarem preços manifestamente superiores aos praticados no mercado nacional ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes;	MANLIC 1/2 Anexo 11 MANLIC Módulo 4 Corresponde ao art. 24, inciso VII, da Lei 8.666/93.
Art. 29, V	para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento de suas finalidades precípua, quando as necessidades de instalação e localização condicionarem a escolha do imóvel, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;	MANLIC 1/2 Anexo 11 MANLIC Módulo 4 Corresponde ao art. 24, inciso X, da Lei 8.666/93.
Art. 29, VI	na contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições do contrato encerrado por rescisão ou distrato, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido;	MANLIC 1/2 Anexo 11 MANLIC Módulo 4 Corresponde ao art. 24, inciso XI, da Lei 8.666/93.
Art. 29, VII	na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ética profissional e não tenha fins lucrativos;	MANLIC 1/2 Anexo 11 MANLIC Módulo 4 Equivale ao art. 24, inciso XIII, da Lei 8.666/93.
Art. 29, VIII	para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;	MANLIC 1/2 Anexo 11 MANLIC Módulo 4 Equivale ao art. 24, inciso XVII, da Lei 8.666/93.
Art. 29, IX	na contratação de associação de pessoas com deficiência física, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, para a prestação de serviços ou fornecimento de mão de obra, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;	MANLIC 1/2 Anexo 11 MANLIC Módulo 4 Corresponde ao art. 24, inciso XX, da Lei 8.666/93.
Art. 29, XII	na contratação de coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda que tenham como ocupação econômica a coleta de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública;	MANLIC 1/2 Anexo 11 MANLIC Módulo 4 Corresponde ao art. 24, inciso XXVII, da Lei 8.666/93.
Art. 29, XIII	para o fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no País, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional, mediante parecer de comissão especialmente designada pelo dirigente máximo da empresa pública ou da sociedade de economia mista;	MANLIC 1/2 Anexo 11 MANLIC Módulo 4 Corresponde ao art. 24, inciso XVIII, da Lei 8.666/93.
Art. 29, XIV	nas contratações visando ao cumprimento do disposto nos arts. 3º, 4º, 5º e 20 da Lei no 10.973, de 2 de dezembro de 2004, observados os princípios gerais de contratação dela constantes;	MANLIC 1/2 Anexo 11 MANLIC Módulo 4 Equivale ao art. 24, inciso XXXI, da Lei 8.666/93.
Art. 29, XV	em situações de emergência, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contado da ocorrência da emergência, vedada a prorrogação dos respectivos contratos, observado o disposto no § 2º;	MANLIC 1/2 Anexo 11 MANLIC Módulo 4 Equivale ao art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93.

Lei 13.303 - Dispõe sobre o Estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.		Referência
Art. 29, XVI	na transferência de bens a órgãos e entidades da administração pública, inclusive quando efetivada mediante permuta;	MANPAT 3 Art. 17 da Lei 8.666/93
Art. 29, XVII	na doação de bens móveis para fins e usos de interesse social, após avaliação de sua oportunidade e conveniência socioeconômica relativamente à escolha de outra forma de alienação;	MANPAT 3 Art. 17 da Lei 8.666/93
Art. 29, XVIII	na compra e venda de ações, de títulos de crédito e de dívida e de bens que produzam ou comercializem.	Art. 17, inc. II, alíneas "c" a "e" da Lei 8.666/93
Art. 29, § 2	A contratação direta com base no inciso XV do caput não dispensará a responsabilização de quem, por ação ou omissão, tenha dado causa ao motivo ali descrito, inclusive no tocante ao disposto na Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992.	Doutrina e Jurisprudência MANLIC 1/2 Anexo 11
Art. 30	A contratação direta será feita quando houver inviabilidade de competição, em especial na hipótese de:	MANLIC 1/2 Anexo 11 e Módulo 4 Corresponde ao art. 25, caput, da Lei 8.666/93.
Art. 30, I	aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo;	Corresponde ao art. 25, inc. I, da Lei 8.666/93.
Art. 30, II	contratação dos seguintes serviços técnicos especializados, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:	Corresponde ao art. 25, inc. II e art. 13 da Lei 8.666/93.
Art. 30, II, a)	estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos;	Equivale ao art. 25, inc. II e art. 13 da Lei 8.666/93.
Art. 30, II, b)	pareceres, perícias e avaliações em geral;	Equivale ao art. 25, inc. II e art. 13 da Lei 8.666/93.
Art. 30, II, c)	assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;	Equivale ao art. 25, inc. II e art. 13 da Lei 8.666/93.
Art. 30, II, d)	fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;	Equivale ao art. 25, inc. II e art. 13 da Lei 8.666/93.
Art. 30, II, e)	patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;	Equivale ao art. 25, inc. II e art. 13 da Lei 8.666/93.
Art. 30, II, f)	treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;	Equivale ao art. 25, inc. II e art. 13 da Lei 8.666/93.
Art. 30, II, g)	restauração de obras de arte e bens de valor histórico.	Equivale ao art. 25, inc. II e art. 13 da Lei 8.666/93.
Art. 30, § 1	Considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.	Corresponde ao art. 25 da Lei 8.666/93.
Art. 30, § 3	O processo de contratação direta será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:	Corresponde ao art. 26, § ún, da Lei 8.666/93.
Art. 30, § 3, I	caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;	Equivale ao art. 26, § ún, inc. I, da Lei 8.666/93.
Art. 30, § 3, II	razão da escolha do fornecedor ou do executante;	Equivale ao art. 26, § ún, inc. II, da Lei 8.666/93.
Art. 30, § 3, III	justificativa do preço.	Equivale ao art. 26, § ún, inc. III, da Lei 8.666/93.
Art. 31	As licitações realizadas e os contratos celebrados por empresas públicas e sociedades de economia mista destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobre preço ou superfaturamento, devendo observar os princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento	MANLIC 1/2 Anexo 1 Corresponde ao art. 3º, da Lei 8.666/93.

Lei 13.303 - Dispõe sobre o Estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.		Referência
	nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo.	
Art. 31, § 3	No caso de inviabilidade da definição dos custos consoante o disposto no § 2o, a estimativa de custo global poderá ser apurada por meio da utilização de dados contidos em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública federal, em publicações técnicas especializadas, em banco de dados e sistema específico instituído para o setor ou em pesquisa de mercado.	Guia de Orçamento de Obras e Serviços de Engenharia dos Correios Decreto nº 7.983/2013
Art. 32	Nas licitações e contratos de que trata esta Lei serão observadas as seguintes diretrizes:	
Art. 32, I	padronização do objeto da contratação, dos instrumentos convocatórios e das minutas de contratos, de acordo com normas internas específicas;	MANLIC 5/1 Anexo 5, 2.1 As minutas contratuais padronizadas serão adotadas, preferencialmente, conforme arquivos disponíveis na intranet.
Art. 32, IV	adoção preferencial da modalidade de licitação denominada pregão, instituída pela Lei no 10.520, de 17 de julho de 2002, para a aquisição de bens e serviços comuns, assim considerados aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado;	MANLIC 1/2 Anexo 1, 2.1 As contratações no âmbito dos Correios observarão as seguintes regras: a) contratação por licitação, como regra geral, em conformidade com a Lei 8.666/93; b) adoção do Pregão como modalidade de licitação obrigatória, sendo preferencial a sua utilização na forma eletrônica, para a aquisição de bens e serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade sejam objetivamente definidos em Edital, com a adoção de especificações de uso corrente do mercado para a aquisição de materiais e serviços, observadas as definições estabelecidas em lei;
Art. 32, § 1	As licitações e os contratos disciplinados por esta Lei devem respeitar, especialmente, as normas relativas à:	
Art. 32, § 1, I	disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;	MANLIC 1/2 Anexo 1. Lei 12.305/10 (institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos)
Art. 32, § 1, II	mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;	MANLIC 1/2 Anexo 1. Constituição Federal Art. 23 Portaria Interministerial nº60/15 (Licenciamento Ambiental) Resolução CONAMA 01/86 e 237/97. Art. 60 da Lei de Crimes Ambientais

Lei 13.303 - Dispõe sobre o Estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.		Referência
Art. 32, § 1, III	utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais;	MANLIC 1/2 Anexo 1. -Decreto 99.656 (1991): Regula a forma como os Prédios Públicos devem fazer a redução no consumo de energia elétrica; -Decreto 99.656 (1991): Dispõe sobre a criação da CICE em prédios públicos federais; -Lei 10.295/2001 – Lei de Eficiência Energética; -Decreto 4.059 (2001): Regulamenta Lei 10.295/01 e institui o Comitê Gestor de Indicadores e Níveis de Eficiência Energética – CGIEE; -Decreto 4.131 (2002): Dispõe sobre a redução em 17,5% do consumo em prédios públicos; -Resolução 492/2002 - ANEEL: Estabelece 0,5% da ROL das concessionárias para projetos de eficiência energética; -Resolução 300/2008 - ANEEL: Aprova o Manual para elaborar o Programa de Eficiência Energética; Lei 13.186/15 (Institui Política de Educação de Consumo Sustentável)
Art. 32, § 1, IV	avaliação de impactos de vizinhança, na forma da legislação urbanística;	MANLIC 1/2 Anexo 1. Lei 10.257/01 - estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências (Estatuto da Cidade)
Art. 32, § 1, V	proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado por investimentos realizados por empresas públicas e sociedades de economia mista;	MANLIC 1/2 Anexo 1; Constituição Federal Art. 23 Lei nº 3.924/61 – Dispõe sobre Monumentos Arqueológicos e pré Históricos;
Art. 32, § 1, VI	acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.	MANLIC 1/2 Anexo 1 Guia de Acessibilidade Lei 10.098/00 - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; Lei 13.146/15 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)
Art. 32, § 2	A contratação a ser celebrada por empresa pública ou sociedade de economia mista da qual decorra impacto negativo sobre bens do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial tombados dependerá de autorização da esfera de governo encarregada da proteção do respectivo patrimônio, devendo o impacto ser compensado por meio de medidas determinadas pelo dirigente máximo da empresa pública ou sociedade de economia mista, na forma da legislação aplicável.	MANLIC 1/2 Anexo 1 Instrução Normativa IPHAN 01/2015 (Estabelece procedimentos administrativos a serem observados nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe) Decreto-Lei nº 25 de 30/11/1937 – (Organiza a proteção do patrimônio histórico artístico nacional); Lei nº 3.924 de 26/07/61 (Dispõe sobre Monumentos Arqueológicos e pré-históricos)
Art. 32, § 3	As licitações na modalidade de pregão, na forma eletrônica, deverão ser realizadas exclusivamente em portais de compras de acesso público na internet.	MANLIC 12 Anexo 1: 6.3.3.2 No caso de Pregão eletrônico, todas as operações serão realizadas por sistema informatizado, de acordo com o disposto neste Manual, sendo os dados da

Lei 13.303 - Dispõe sobre o Estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.		Referência
		contratação migrados posteriormente ao Sistema ERP.
Art. 32, § 4	Nas licitações com etapa de lances, a empresa pública ou sociedade de economia mista disponibilizará ferramentas eletrônicas para envio de lances pelos licitantes.	MANLIC 12 Anexo 1: 6.3.3.2. No caso de Pregão eletrônico, todas as operações serão realizadas por sistema informatizado, de acordo com o disposto neste Manual, sendo os dados da contratação migrados posteriormente ao Sistema ERP.
Art. 33	O objeto da licitação e do contrato dela decorrente será definido de forma sucinta e clara no instrumento convocatório.	MANLIC 2/1 Anexo 2 e MANLIC 5/1 Anexo 5
Art. 34	O valor estimado do contrato a ser celebrado pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista será sigiloso, facultando-se à contratante, mediante justificação na fase de preparação prevista no inciso I do art. 51 desta Lei, conferir publicidade ao valor estimado do objeto da licitação, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.	
Art. 34, § 1	Na hipótese em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, a informação de que trata o caput deste artigo constará do instrumento convocatório.	MANLIC 2
Art. 34, § 2	No caso de julgamento por melhor técnica, o valor do prêmio ou da remuneração será incluído no instrumento convocatório.	MANLIC 2
Art. 34, § 3	A informação relativa ao valor estimado do objeto da licitação, ainda que tenha caráter sigiloso, será disponibilizada a órgãos de controle externo e interno, devendo a empresa pública ou a sociedade de economia mista registrar em documento formal sua disponibilização aos órgãos de controle, sempre que solicitado.	MANLIC 2
Art. 37	A empresa pública e a sociedade de economia mista deverão informar os dados relativos às sanções por elas aplicadas aos contratados, nos termos definidos no art. 83, de forma a manter atualizado o cadastro de empresas inidôneas de que trata o art. 23 da Lei no 12.846, de 1o de agosto de 2013.	Lei 12.846/16 (Lei Anticorrupção), Art. 23. Os órgãos ou entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todas as esferas de governo deverão informar e manter atualizados, para fins de publicidade, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, de caráter público, instituído no âmbito do Poder Executivo federal, os dados relativos às sanções por eles aplicadas, nos termos do disposto nos arts. 87 e 88 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.
Art. 37, § 1	O fornecedor incluído no cadastro referido no caput não poderá disputar licitação ou participar, direta ou indiretamente, da execução de contrato.	MANLIC 1/2 Anexo 1.
Art. 38	Estará impedida de participar de licitações e de ser contratada pela empresa pública ou sociedade de economia mista a empresa:	
Art. 38, II	suspensa pela empresa pública ou sociedade de economia mista;	Editalis modelos/padrões: Ex. 6.2. Não poderão participar do presente Pregão, Pessoas Físicas ou Jurídicas que estejam enquadradas nos seguintes casos: a) suspensas de licitar e impedidas de contratar com a Administração, quando a sanção imposta se referir ao inciso III, art. 87 da Lei 8.666/93 ou impedidas de licitar e contratar com a União, quando a sanção imposta se referir ao art. 7º da Lei 10.520/02, enquanto durar a suspensão ou o impedimento; (...).

Lei 13.303 - Dispõe sobre o Estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.		Referência
Art. 38, III	declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pela unidade federativa a que está vinculada a empresa pública ou sociedade de economia mista, enquanto perdurarem os efeitos	Editais modelos/padrões de Pregão: Ex. "b) declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurar o motivo determinante da punição ou até que seja promovida a reabilitação;"
Art. 38, P.u.	Aplica-se a vedação prevista no caput:	
Art. 38, P.u., I	à contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;	MANLIC 5/6 Anexo 3. Editais modelos/padrões: 6.2. Não poderão participar do presente Pregão, Pessoas Físicas ou Jurídicas que estejam enquadradas nos seguintes casos: e) empregado ou dirigente dos CORREIOS ou responsável pela licitação, que tenha atuação direta ou indireta nas fases da licitação ou da contratação em tela, bem como seus parentes consanguíneos ou por afinidade até o terceiro grau (ex.: cônjuge, companheiro, pais, avós, filhos, netos, irmãos, tios, sobrinhos, cunhados, sogro e genro).
Art. 38, P.u., II	a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:	MANLIC 5/6 Anexo 3, subitem 5.6: O impedimento citado para o empregado ou dirigente dos Correios ou responsável pela licitação, que tenha atuação direta ou indireta nas fases da licitação ou da contratação, se estende aos seus parentes consanguíneos ou por afinidade até o terceiro grau (ex.: cônjuge, companheiro, pais, avós, filhos, netos, irmãos, tios, sobrinhos, cunhados, sogro e genro). Editais modelos/padrões: Ex. 6.2 alínea "e".
Art. 38, P.u., II, a)	dirigente de empresa pública ou sociedade de economia mista;	MANLIC 5/6 Anexo 3, subitem 5.6.
Art. 38, P.u., II, b)	empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;	MANLIC 5/6 Anexo 3, subitem 5.6.
Art. 39	Os procedimentos licitatórios, a pré-qualificação e os contratos em portal específico mantido pela empresa pública ou sociedade de economia mista na internet, devendo ser adotados os seguintes prazos mínimos para apresentação de propostas ou lances, contados a partir da divulgação do instrumento convocatório:	disciplinados por esta Lei serão divulgados de economia mista na internet, devendo ser
Art. 39, P.u.	As modificações promovidas no instrumento convocatório serão objeto de divulgação nos mesmos termos e prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não afetar a preparação das propostas.	Corresponde ao disposto no art. 21, §4º da Lei 8.666/93: § 4º Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
Art. 41	Aplicam-se às licitações e contratos regidos por esta Lei as normas de direito penal contidas nos arts. 89 a 99 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.	MANLIC 1/2 Anexo 1, 2.1. Arts. 89 a 99 da Lei 8.666/93
Art. 42	Na licitação e na contratação de obras e serviços por empresas	públicas e sociedades de economia mista, serão observadas as seguintes definições:
Art. 42, I	empreitada por preço unitário; contratação por preço certo de unidades determinadas;	MANLIC 1/1; Equivale ao art 6º, VIII, b, Lei 8666/93

Lei 13.303 - Dispõe sobre o Estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.		Referência
Art. 42, II	empreitada por preço global: contratação por preço certo e total;	MANLIC 1/1; Equivale ao art 6º, VIII, a, Lei 8666/93
Art. 42, III	arefa: contratação de mão de obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de material;	MANLIC 1/1; Equivale ao art 6º, VIII, d, Lei 8666/93
Art. 42, IV	empreitada integral: contratação de empreendimento em sua integralidade, com todas as etapas de obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade da contratada até a sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização em condições de segurança estrutural e operacional e com as características adequadas às finalidades para as quais foi contratada;	MANLIC 1/1; Equivale ao art 6º, VIII, e, Lei 8666/93
Art. 42, VII	anteprojeto de engenharia: peça técnica com todos os elementos de contornos necessários e fundamentais à elaboração do projeto básico, devendo conter minimamente os seguintes elementos:	
Art. 42, VII, a)	demonstração e justificativa do programa de necessidades, visão global dos investimentos e definições relacionadas ao nível de serviço desejado;	MANENG 1/2 NBR 13531/95
Art. 42, VII, b)	condições de solidez, segurança e durabilidade e prazo de entrega;	Código Civil; Art. 618; NBR 15575; Lei 8.666, Art. 6º, IX Caderno de Encargos
Art. 42, VII, c)	estética do projeto arquitetônico;	NBR 13523/95 MANENG 1/2
Art. 42, VII, e)	concepção da obra ou do serviço de engenharia;	NBR 13523/95 MANENG 1/2
Art. 42, VIII	projeto básico: conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para, observado o disposto no § 3º, caracterizar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:	
Art. 42, VIII, a)	desenvolvimento da solução escolhida, de forma a fornecer visão global da obra e a identificar todos os seus elementos constitutivos com clareza;	MANLIC 1/1; Equivale ao art 6º, IX, a, da Lei 8666/93
Art. 42, VIII, b)	soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo e de realização das obras e montagem;	MANLIC 1/1; Equivale ao art 6º, IX, b, da Lei 8666/93
Art. 42, VIII, c)	identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como suas especificações, de modo a assegurar os melhores resultados para o empreendimento, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;	MANLIC 1/1; Equivale ao art 6º, IX, c, da Lei 8666/93
Art. 42, VIII, d)	informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;	MANLIC 1/1; Equivale ao art 6º, IX, d, da Lei 8666/93
Art. 42, VIII, e)	subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso;	MANLIC 1/1; Equivale ao art 6º, IX, e, da Lei 8666/93
Art. 42, IX	projeto executivo: conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas técnicas pertinentes;	MANLIC 1/1; MANENG 2/3; Corresponde ao disposto no art. 6º, X da Lei 8666/93
Art. 43	Os contratos destinados à execução de obras e serviços de engenharia admitirão os seguintes regimes:	
Art. 43, I	empreitada por preço unitário, nos casos em que os objetos, por sua natureza, possuam imprecisão inerente de quantitativos em	Equivale ao art 6º, VIII, b da Lei 8666/93

Lei 13.303 - Dispõe sobre o Estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.		Referência
	seus itens orçamentários;	
Art. 43, II	empreitada por preço global, quando for possível definir previamente no projeto básico, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual;	Equivale ao art 6º, VIII, a da Lei 8666/93
Art. 43, III	contratação por tarefa, em contratações de profissionais autônomos ou de pequenas empresas para realização de serviços técnicos comuns e de curta duração;	Equivale ao art 6º, VIII, d da Lei 8666/93
Art. 43, IV	empreitada integral, nos casos em que o contratante necessite receber o empreendimento, normalmente de alta complexidade, em condição de operação imediata;	Equivale ao art 6º, VIII, e da Lei 8666/93
Art. 44	É vedada a participação direta ou indireta nas licitações para obras e serviços de engenharia de que trata esta Lei:	
Art. 44, § 3º	Para fins do disposto no caput, considera-se participação indireta a existência de vínculos de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto básico, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.	Equivale ao art 9º, §3º da Lei 8666/93
Art. 47	A empresa pública e a sociedade de economia mista, na licitação	para aquisição de bens, poderão:
Art. 47, I	indicar marca ou modelo, nas seguintes hipóteses:	MANLIC 2/1 Art. 7º, §5º É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório. Art. 15, § 7º Nas compras deverão ser observadas, ainda: I - a especificação completa do bem a ser adquirido sem indicação de marca; (...)
Art. 47, I, a)	em decorrência da necessidade de padronização do objeto;	Doutrina e Jurisprudência
Art. 47, I, b)	quando determinada marca ou modelo comercializado por mais de um fornecedor constituir o único capaz de atender o objeto do contrato;	Doutrina e Jurisprudência
Art. 47, I, c)	quando for necessária, para compreensão do objeto, a identificação de determinada marca ou modelo apto a servir como referência, situação em que será obrigatório o acréscimo da expressão “ou similar ou de melhor qualidade”;	MANLIC 2/1 Anexo 1, subitem 2.1.1.1 Observar no planejamento a ser realizado pela órgão responsável as seguintes orientações gerais: (...) f) não indicar marcas de produtos, admitida a referência ou similaridade do material a ser contratado;
Art. 47, III	solicitar a certificação da qualidade do produto ou do processo de fabricação, inclusive sob o aspecto ambiental, por instituição previamente credenciada.	Documentos padronizados (especificações técnicas, editais) e Lei especiais
Art. 47, P.u.	O edital poderá exigir, como condição de aceitabilidade da proposta, a adequação às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou a certificação da qualidade do produto por instituição credenciada pelo Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Sinmetro).	Documentos padronizados (especificações técnicas, editais)
Art. 48	Será dada publicidade, com periodicidade mínima semestral, em sítio eletrônico oficial na internet de acesso irrestrito, à relação das aquisições de bens efetivadas pelas empresas públicas e pelas sociedades de economia mista, compreendidas as seguintes informações:	

Lei 13.303 - Dispõe sobre o Estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.		Referência
Art. 48, II	nome do fornecedor;	http://www2.correios.com.br/institucional/licit_compras_contratos/compras_contratos/resultado_contratos.cfm
Art. 48, III	valor total de cada aquisição.	http://www2.correios.com.br/institucional/licit_compras_contratos/compras_contratos/resultado_contratos.cfm
Art. 51	As licitações de que trata esta Lei observarão a seguinte sequência de fases:	
Art. 51, I	preparação;	MANLIC Módulo 5 Corresponde ao art. 43 da Lei 8.666/93
Art. 51, II	divulgação;	MANLIC Módulo 5 Corresponde ao art. 43 da Lei 8.666/93
Art. 51, III	apresentação de lances ou propostas, conforme o modo de disputa adotado;	MANLIC Módulo 5 Corresponde ao art. 43 da Lei 8.666/93
Art. 51, IV	julgamento;	MANLIC Módulo 5 Corresponde ao art. 43 da Lei 8.666/93
Art. 51, VII	habilitação;	MANLIC Módulo 5 Corresponde ao art. 43 da Lei 8.666/93
Art. 51, VIII	interposição de recursos;	MANLIC Módulo 5 Corresponde ao art. 43 da Lei 8.666/93
Art. 51, IX	adjudicação do objeto;	MANLIC Módulo 5 Corresponde ao art. 43 da Lei 8.666/93
Art. 51, X	homologação do resultado ou revogação do procedimento.	MANLIC Módulo 5 Corresponde ao art. 43 da Lei 8.666/93
Art. 52	Poderão ser adotados os modos de disputa aberto ou fechado, ou, quando o objeto da licitação puder ser parcelado, a combinação de ambos, observado o disposto no inciso III do art. 32 desta Lei.	
Art. 52, § 1	No modo de disputa aberto, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes, conforme o critério de julgamento adotado.	MANLIC 5 Documentos padronizados
Art. 54	Poderão ser utilizados os seguintes critérios de julgamento:	
Art. 54, I	menor preço;	Lei 8.666/93, Art. 45, inciso I.
Art. 54, III	melhor combinação de técnica e preço;	Lei 8.666/93, Art. 45, parág. 1º, III
Art. 54, IV	melhor técnica;	Lei 8.666/93, Art. 45, parág. 1º, II
Art. 54, V	melhor conteúdo artístico;	Documentos padronizados: Edital para contratação de patrocínios DIPPE e Edital de Contratação do DERIC (Museu Postal) para contratar "Artistas"
Art. 54, VI	maior oferta de preço;	MANLIC 5/1 Anexo 2 MANPAT Módulo 3 MANLIC 1/1 - Conceito de Leilão e 1/2 - Anexo 12 - Política e Diretrizes de Alienação de Bens Lei 8.666/93, art. 45, inciso IV. Lei 8.666/93, Art. 22 - § 5º Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis prevista no art. 19, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.

Lei 13.303 - Dispõe sobre o Estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.		Referência
Art. 54, § 3	Para efeito de julgamento, não serão consideradas vantagens não previstas no instrumento convocatório.	Documentos padronizados. Ex. Edital de LTR, v. 8.0, subitem 7.32. Lei 8.666/93, Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei. § 2o Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no edital ou no convite, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes.
Art. 56	Efetuada o julgamento dos lances ou propostas, será promovida a verificação de sua efetividade, promovendo-se a desclassificação daqueles que:	
Art. 56, I	contenham vícios insanáveis;	Lei 8.666/93, Art. 48. Serão desclassificadas: I - as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação; Documentos Padronizados: Ex. Contrato de Prest. De Serv. Com cessão de mão de obra: 7.10. O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. A PROPONENTE declarará no sistema, antes de registrar sua proposta, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital, sujeitando-se às sanções legais na hipótese de declaração falsa.
Art. 56, II	descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;	Lei 8.666/93, art. 48. Serão desclassificadas: I - as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação; Documentos Padronizados: Ex. Contrato de Prest. De Serv. Com cessão de mão de obra: 7.10. O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. A PROPONENTE declarará no sistema, antes de registrar sua proposta, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital, sujeitando-se às sanções legais na hipótese de declaração falsa.
Art. 56, III	apresentem preços manifestamente inexequíveis;	Lei 8.666/93, Art. 48, II - propostas (...) com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a

Lei 13.303 - Dispõe sobre o Estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.		Referência
		execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação. Trata-se de dispositivo previsto na Lei 12462/11, art. 24.
Art. 56, V	não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista;	Documentos padronizados contém regra baseada no art. 43 da Lei 8.666/93. Lei 8.666/93, Art. 43, § 3º. É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.
Art. 56, § 2	A empresa pública e a sociedade de economia mista poderão realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, na forma do inciso V do caput.	Documentos padronizados contém regra baseada no art. 43 da Lei 8.666/93. Art. 43, § 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.
Art. 56, § 3	Nas licitações de obras e serviços de engenharia, consideram-se inexequíveis as propostas com valores globais inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:	Lei 8.666/93: Art. 48, § 3º, alíneas a e b.
Art. 56, § 3, I	média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor do orçamento estimado pela empresa pública ou sociedade de economia mista; ou	Lei 8.666/93: Art. 48, § 3º, alíneas a e b.
Art. 56, § 3, II	valor do orçamento estimado pela empresa pública ou sociedade de economia mista.	Lei 8.666/93: Art. 48, § 3º, alíneas a e b.
Art. 56, § 4	Para os demais objetos, para efeito de avaliação da exequibilidade ou de sobre preço, deverão ser estabelecidos critérios de aceitabilidade de preços que considerem o preço global, os quantitativos e os preços unitários, assim definidos no instrumento convocatório.	MANLIC Módulo 2/3 e Anexo 2; Documentos Padronizados; Art. 40, inciso X, da Lei 8.666/93: X - o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48;
Art. 61	A empresa pública e a sociedade de economia mista não poderão celebrar contrato com preterição da ordem de classificação das propostas ou com terceiros estranhos à licitação.	Lei 8666/93 - Art. 50
Art. 62	Além das hipóteses previstas no § 3o do art. 57 desta Lei e no inciso II do § 2o do art. 75 desta Lei, quem dispuser de competência para homologação do resultado poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado.	
Art. 62, § 2	A nulidade da licitação induz à do contrato.	MANLIC 5/12 Anexo 2: 2.2.2 A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, portanto, caso este já tenha sido assinado, ao anular-se a licitação será o contrato também anulado. Corresponde ao art. 49, § 2º da Lei

Lei 13.303 - Dispõe sobre o Estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.		Referência
		8.666/93.
Art. 63	São procedimentos auxiliares das licitações regidas por esta Lei:	
Art. 63, III	sistema de registro de preços;	MANLIC 1, 2, 5 e 7
Art. 66	O Sistema de Registro de Preços especificamente destinado às licitações de que trata esta Lei reger-se-á pelo disposto em decreto do Poder Executivo e pelas seguintes disposições:	MANLIC 1, 2, 5 e 7 Lei 8666/93 - Art. 15, inciso II e § 3º. Dec. 7.892/13
Art. 66, § 2	O registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:	
Art. 66, § 2, I	efetivação prévia de ampla pesquisa de mercado;	MANLIC Módulo 2 Art. 5º, IV, Dec. 7892/13: IV - realizar pesquisa de mercado para identificação do valor estimado da licitação e, consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes, inclusive nas hipóteses previstas nos §§ 2º e 3º do art. 6º deste Decreto;
Art. 66, § 2, II	seleção de acordo com os procedimentos previstos em regulamento;	MANLIC 1, 2, 5 e 7
Art. 66, § 2, IV	definição da validade do registro;	MANLIC 5/1- subitem 2.1.13.3
Art. 66, § 3	A existência de preços registrados não obriga a administração pública a firmar os contratos que deles poderão advir, sendo facultada a realização de licitação específica, assegurada ao licitante registrado preferência em igualdade de condições.	Lei 8666/93 - Art. 15 - § 4o (...)ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.
Art. 69	São cláusulas necessárias nos contratos disciplinados por esta Lei:	
Art. 69, I	o objeto e seus elementos característicos;	MANLIC 5/1 Anexo 5; Equivale ao art. 55, I, da Lei 8.666/93.
Art. 69, II	o regime de execução ou a forma de fornecimento;	MANLIC 5/1 Anexo 5; Equivale ao art. 55, II, da Lei 8.666/93.
Art. 69, III	o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;	MANLIC 5/1 Anexo 5; Corresponde ao art. 55, III, da Lei 8.666/93.
Art. 69, IV	os prazos de início de cada etapa de execução, de conclusão, de entrega, de observação, quando for o caso, e de recebimento;	MANLIC 5/1 Anexo 5; Corresponde ao art. 55, IV, da Lei 8.666/93.
Art. 69, V	as garantias oferecidas para assegurar a plena execução do objeto contratual, quando exigidas, observado o disposto no art. 68;	MANLIC 5/1 Anexo 5; Corresponde ao art. 55, VI, da Lei 8.666/93.
Art. 69, VI	os direitos e as responsabilidades das partes, as tipificações das infrações e as respectivas penalidades e valores das multas;	MANLIC 5/1 Anexo 5; Corresponde ao art. 55, VII, da Lei 8.666/93.
Art. 69, VII	os casos de rescisão do contrato e os mecanismos para alteração de seus termos;	MANLIC 5/1 Anexo 5; Corresponde ao art. 55, VIII, da Lei 8.666/93. Documentos padronizados (Contratos)
Art. 69, VIII	a vinculação ao instrumento convocatório da respectiva licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, bem como ao lance ou proposta do licitante vencedor;	MANLIC 5/1 Anexo 5, subitem 9.1; Corresponde ao art. 55, XI, da Lei 8.666/93. Documentos padronizados (Contratos)

Lei 13.303 - Dispõe sobre o Estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.		Referência
Art. 69, IX	a obrigação do contratado de manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento licitatório;	MANLIC 5/1 Anexo 5; Corresponde ao art. 55, XIII, da Lei 8.666/93. Documentos padronizados (Contratos)
Art. 70	Poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.	MANLIC 1/2 Anexo 1 MANLIC 5/1 Anexos 3 e 5 MANLIC 7/2 Art. 55, VI, da Lei 8.666/93; Art. 56 da Lei 8.666/93: A critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras. (...)
Art. 70, § 1	Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:	Equivale ao art. 56, §1º, lei 8.666/93: Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:
Art. 70, § 1, I	caução em dinheiro;	MANLIC 7/2 Corresponde ao Art. 56, § 1º, inc. I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; Documentos padronizados (contratos).
Art. 70, § 1, II	seguro-garantia;	Equivale ao Art. 56, § 1º, inc. II, da Lei 8.666/93
Art. 70, § 1, III	fiança bancária.	Equivale ao Art. 56, § 1º, inc. III, da Lei 8.666/93
Art. 70, § 2	A garantia a que se refere o caput não excederá a 5% (cinco por cento) do valor do contrato e terá seu valor atualizado nas mesmas condições nele estabelecidas, ressalvado o previsto no § 3o deste artigo.	Corresponde ao Art. 56 § 2º da Lei 8.666/93
Art. 70, § 3	Para obras, serviços e fornecimentos de grande vulto envolvendo complexidade técnica e riscos financeiros elevados, o limite de garantia previsto no § 2o poderá ser elevado para até 10% (dez por cento) do valor do contrato.	Corresponde ao Art. 56 § 3º da Lei 8.666/93: Para obras, serviços e fornecimentos de grande vulto envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis, demonstrados através de parecer tecnicamente aprovado pela autoridade competente, o limite de garantia previsto no parágrafo anterior poderá ser elevado para até dez por cento do valor do contrato.
Art. 70, § 4	A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato, devendo ser atualizada monetariamente na hipótese do inciso I do § 1o deste artigo.	Corresponde ao Art. 56 § 4º da Lei 8.666/93.
Art. 71	A duração dos contratos regidos por esta Lei não excederá a 5 (cinco) anos, contados a partir de sua celebração, exceto:	
Art. 71, P.u.	É vedado o contrato por prazo indeterminado.	Equivale ao art. 57, §3º, da Lei 8.666/93

Lei 13.303 - Dispõe sobre o Estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.		Referência
Art. 73	A redução a termo do contrato poderá ser dispensada no caso de pequenas despesas de pronta entrega e pagamento das quais não resultem obrigações futuras por parte da empresa pública ou da sociedade de economia mista.	Lei 8.666/93, Art. 60. Os contratos e seus aditamentos serão lavrados nas repartições interessadas, as quais manterão arquivo cronológico dos seus autógrafos e registro sistemático do seu extrato, salvo os relativos a direitos reais sobre imóveis, que se formalizam por instrumento lavrado em cartório de notas, de tudo juntando-se cópia no processo que lhe deu origem. Parágrafo único. É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a 5% (cinco por cento) do limite estabelecido no art. 23, inciso II, alínea "a" desta Lei, feitas em regime de adiantamento.
Art. 73, P.u.	O disposto no caput não prejudicará o registro contábil exaustivo dos valores despendidos e a exigência de recibo por parte dos respectivos destinatários.	MANLIC 3/1: 2.2.7 Receber e conferir o documento fiscal ou Recibo de Pagamento de Autônomo - RPA após a execução do objeto da contratação, atestando a despesa conforme MANAFI.
Art. 74	É permitido a qualquer interessado o conhecimento dos termos do contrato e a obtenção de cópia autenticada de seu inteiro teor ou de qualquer de suas partes, admitida a exigência de ressarcimento dos custos, nos termos previstos na Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011.	Lei 8.666/93: Art. 63. É permitido a qualquer licitante o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório e, a qualquer interessado, a obtenção de cópia autenticada, mediante o pagamento dos emolumentos devidos. Lei 12.527/11
Art. 75	A empresa pública e a sociedade de economia mista convocarão o licitante vencedor ou o destinatário de contratação com dispensa ou inexigibilidade de licitação para assinar o termo de contrato, observados o prazo e as condições estabelecidos, sob pena de decadência do direito à contratação.	
Art. 75, § 2	É facultado à empresa pública ou à sociedade de economia mista, quando o convocado não assinar o termo de contrato no prazo e nas condições estabelecidos:	Corresponde ao art. 64, § 2o É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 desta Lei.
Art. 75, § 2, I	convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados em conformidade com o instrumento convocatório;	Corresponde ao art. 64, § 2
Art. 75, § 2, II	revogar a licitação.	Corresponde ao art. 64, § 2

Lei 13.303 - Dispõe sobre o Estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.		Referência
Art. 77	O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.	Corresponde à Lei 8.666/93: Art. 71. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. Documentos padronizados: 10.7. Responsabilizar-se por todos e quaisquer ônus e encargos previdenciários, fiscais, trabalhistas e comerciais resultantes da execução desta contratação. Documentos padronizados.
Art. 78	O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista, conforme previsto no edital do certame.	MANLIC 5/1 Anexo 5 Art. 72. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração.
Art. 78, § 2	É vedada a subcontratação de empresa ou consórcio que tenha participado:	Art. 9º, inc. II, da Lei 8.666/93
Art. 78, § 2, I	do procedimento licitatório do qual se originou a contratação;	Art. 9º, inc. II, da Lei 8.666/93
Art. 78, § 2, II	direta ou indiretamente, da elaboração de projeto básico ou executivo.	Art. 9º, inc. II, da Lei 8.666/93
Art. 82	Os contratos devem conter cláusulas com sanções administrativas a serem aplicadas em decorrência de atraso injustificado na execução do contrato, sujeitando o contratado a multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.	MANLIC 7/2, 7/3 Corresponde ao art. 86, da Lei 8.666/93
Art. 82, § 2	A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado.	MANLIC 7/2 Corresponde ao art. 86, §2º, da Lei 8.666/93
Art. 82, § 3	Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.	MANLIC 7/2 Corresponde ao art. 86, §3º, da Lei 8.666/93
Art. 83	Pela inexecução total ou parcial do contrato a empresa pública ou a sociedade de economia mista poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:	MANLIC 7/2 e 7/3 Corresponde ao art. 87, caput, da Lei 8.666/93
Art. 83, I	advertência;	MANLIC 7/2 e 7/3 Corresponde ao art. 87, I da Lei 8.666/93
Art. 83, II	multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;	MANLIC 7/2 e 7/3 Corresponde ao art. 87, II, da Lei 8.666/93
Art. 83, § 1	Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista ou cobrada judicialmente.	MANLIC 7/2 Corresponde ao art. 87, §1º da Lei 8.666/93 Documentos padronizados: 17.6. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE, exceto quando se tratar de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas em lei ou neste instrumento: a) retenção dos créditos decorrentes deste

Lei 13.303 - Dispõe sobre o Estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.		Referência
		<p>Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;</p> <p>b) retenção dos créditos existentes em outras contratações, porventura vigentes entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, até o limite dos prejuízos causados;</p> <p>c) retenção/execução da garantia contratual, quando essa exigência estiver contida nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento, para ressarcimento da CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos.</p>
Art. 84	As sanções previstas no inciso III do art. 83 poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:	MANLIC 7/2 Corresponde ao art. 88, caput, da Lei 8.666/93
Art. 84, I	tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;	MANLIC 7/2 Corresponde ao art. 88, I da Lei 8.666/93
Art. 84, II	tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;	MANLIC 7/2 Corresponde ao art. 88, II da Lei 8.666/93
Art. 84, III	demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a empresa pública ou a sociedade de economia mista em virtude de atos ilícitos praticados.	MANLIC 7/2 Corresponde ao art. 88, III da Lei 8.666/93
Art. 85	Os órgãos de controle externo e interno das 3 (três) esferas de governo fiscalizarão as empresas públicas e as sociedades de economia mista a elas relacionadas, inclusive aquelas domiciliadas no exterior, quanto à legitimidade, à economicidade e à eficácia da aplicação de seus recursos, sob o ponto de vista contábil, financeiro, operacional e patrimonial.	Não se aplica
Art. 85, §3	Os atos de fiscalização e controle dispostos neste Capítulo aplicar-se-ão, também, às empresas públicas e às sociedades de economia mista de caráter e constituição transnacional no que se refere aos atos de gestão e aplicação do capital nacional, independentemente de estarem incluídos ou não em seus respectivos atos e acordos constitutivos.	Não se aplica
Art. 86	As informações das empresas públicas e das sociedades de economia mista relativas a licitações e contratos, inclusive aqueles referentes a bases de preços, constarão de bancos de dados eletrônicos atualizados e com acesso em tempo real aos órgãos de controle competentes	
Art. 86, § 2	§ 2o As atas e demais expedientes oriundos de reuniões, ordinárias ou extraordinárias, dos conselhos de administração ou fiscal das empresas públicas e das sociedades de economia mista, inclusive gravações e filmagens, quando houver, deverão ser disponibilizados para os órgãos de controle sempre que solicitados, no âmbito dos trabalhos de auditoria.	Conforme demanda
Art. 87	O controle das despesas decorrentes dos contratos e demais instrumentos regidos por esta Lei será feito pelos órgãos do sistema de controle interno e pelo tribunal de contas competente, na forma da legislação pertinente, ficando as empresas públicas e as sociedades de economia mista responsáveis pela demonstração da legalidade e da regularidade da despesa e da execução, nos termos da Constituição.	Constituição Federal, art.70 Lei 8.443/92, art. 42 (Regimento interno do TCU) Lei 10.180/01, art. 26 (rege SCI do Poder Executivo)
Art. 87, § 1	Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a ocorrência do certame, devendo a entidade julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo	Lei 8.666/93, art. 41º, § 1º MANLIC 5/11

Lei 13.303 - Dispõe sobre o Estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.		Referência
	da faculdade prevista no § 2o.	
Art. 87, § 2	Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar ao tribunal de contas ou aos órgãos integrantes do sistema de controle interno contra irregularidades na aplicação desta Lei, para os fins do disposto neste artigo.	Equivale ao disposto na Lei 8.666/93, art. 113, §1º
Art. 87, § 3	Os tribunais de contas e os órgãos integrantes do sistema de controle interno poderão solicitar para exame, a qualquer tempo, documentos de natureza contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional das empresas públicas, das sociedades de economia mista e de suas subsidiárias no Brasil e no exterior, obrigando-se, os jurisdicionados, à adoção das medidas corretivas pertinentes que, em função desse exame, lhes forem determinadas.	Lei 8.443/92, art. 42(Regimento interno do TCU) Lei 10.180/01, art. 26 (rege SCI do Poder Executivo) Conforme demanda
Art. 89	O exercício da supervisão por vinculação da empresa pública ou da sociedade de economia mista, pelo órgão a que se vincula, não pode ensejar a redução ou a supressão da autonomia conferida pela lei específica que autorizou a criação da entidade supervisionada ou da autonomia inerente a sua natureza, nem autoriza a ingerência do supervisor em sua administração e funcionamento, devendo a supervisão ser exercida nos limites da legislação aplicável.	Não se aplica
Art. 90	As ações e deliberações do órgão ou ente de controle não podem implicar interferência na gestão das empresas públicas e das sociedades de economia mista a ele submetidas nem ingerência no exercício de suas competências ou na definição de políticas públicas.	Não se aplica
Art. 90 §1	A sociedade de economia mista que tiver capital fechado na data de entrada em vigor desta Lei poderá, observado o prazo estabelecido no caput, ser transformada em empresa pública, mediante resgate, pela empresa, da totalidade das ações de titularidade de acionistas privados, com base no valor de patrimônio líquido constante do último balanço aprovado pela assembleia-geral.	Não se aplica
Art. 91	A empresa pública e a sociedade de economia mista constituídas anteriormente à vigência desta Lei deverão, no prazo de 24 (vinte e quatro) meses, promover as adaptações necessárias à adequação ao disposto nesta Lei.	
Art. 91, §3	Permanecem regidos pela legislação anterior procedimentos licitatórios e contratos iniciados ou celebrados até o final do prazo previsto no caput.	Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/2005
Art. 92	O Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins manterá banco de dados público e gratuito, disponível na internet, contendo a relação de todas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.	Não se aplica
Art. 92, P.u.	É a União proibida de realizar transferência voluntária de recursos a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios que não fornecerem ao Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins as informações relativas às empresas públicas e às sociedades de economia mista a eles vinculadas.	Não se aplica

Anexo 5: Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos dos Correios
5.1.4.1: Contratos de prestação de serviços não abrangidas pelo plano de cargos dos Correios

UNIDADE CONTRATANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS						
UG/Gestão: Administração Central			CNPJ: 34.028.316/0001-03			
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade de Exigido	Sit.
			Início	Fim		
226/2016	Contratação de consultoria técnica especializada para implantar o Programa de Transformação dos Correios	96.534.094/0008-24	10/11/16	9/11/19	S	A
480/2015	Prestação de serviço remanescente de prevenção e combate a incêndio, por meio de brigada de incêndio particular com fornecimento de equipamentos, materiais e ferramentas para atuação em unidades da administração central sediadas em Brasília/DF	03.591.509/0001-44	10/12/15	7/5/17	N/A	P
127/2016	Serviços de Bombeiro Brigadista	03.591.509/0001-44	17/6/16	17/6/17	N/A	A
65/2015	Prestação de serviços de engenharia para conservação predial civil do tipo preventiva e corretiva dos edifícios da Administração Central dos Correios, em Brasília-DF.	06.266.224/0001-26	17/4/16	17/4/17	M e S	P
118/2015	Prestação de serviços de engenharia para manutenção predial do tipo preventiva e corretiva dos sistemas e equipamentos relativos às instalações elétricas, telefônicas e de rede dos edifícios da Administração Central dos Correios em Brasília-DF	09.226.643/0001-22	13/6/16	13/6/17	M e S	P
241/2016	Prestação de serviço de engenharia, compreendendo manutenção preventiva e manutenção corretiva nos sistemas e equipamentos de climatização e refrigeração, incluindo equipamentos de ventilação, de exaustão, de ar condicionado e bebedouros, com cessão de mão de obra, com aplicação de materiais e componentes para os sistemas de ar condicionado centrais nos edifícios da Administração Central dos Correios, situado em Brasília/DF.	09.226.643/0001-22	12/12/16	12/12/17	M e S	A
369/2011	Prestação de serviços de engenharia, compreendendo operação, manutenção preventiva e corretiva, dos sistemas/equipamentos de ar condicionado do Edifício Sede dos Correios	00.700.518/0001-38	17/12/15	12/12/16	S	E
21/2010	Prestação de serviços de engenharia para operação, manutenção preventiva e corretiva, no sistema de ar condicionado da UniCorreios	09.226.643/0001-22	8/4/15	8/4/16	M e S	E

60/2010	Prestação de serviços de engenharia para operação, manutenção preventiva e corretiva, do edifício Apolo	04.762.861/0001-68	20/4/15	20/4/16	S	E
480/2015	Prestação do serviços remanescente de Prevenção e Combate a Incêndio, por meio de brigada de incêndio particular, para atuação em unidades da Administração Central dos Correios sediadas em Brasília/DF	03.591.509/0001-44	10/12/15	7/5/16	F	A
433/2014	Prestação de serviços de mão-de-obra terceirizada de Apoio à operação de armazenagem, destinada ao atendimento da Gerência do Centro de Distribuição – CD Leste na DR/SPM	02.812.740/0001-58	27/1/15	27/1/16	M	P
172/2015	Prestação de serviços de mão-de-obra terceirizada de Apoio à operação de armazenagem, destinada ao atendimento da Gerência do Centro de Distribuição - CD Oeste na DR/BSB	41.305.228/0001-77	23/6/15	13/6/16	M	A
40/2012	Prestação de serviços de operação de Elevadores, nas dependências da Administração Central dos Correios, em Brasília/DF	00.087.163/0001-53	6/2/15	5/2/16	F	P
192/2015	Prestação de serviços de carregador de Móveis	02.961.711/0001-58	1/7/15	1/7/16	M	A
148/2014	Prestação de serviços de Copeiragem, destinados ao atendimento dos órgãos da Administração Central dos Correios, no Distrito Federal	15.695.537/0001-90	2/6/15	3/6/16	M	P
184/2012	Prestação de serviço de Garçom, para atendimento das demandas da Administração Central dos Correios, em Brasília/DF	08.247.960/0001-62	23/7/15	23/7/16	M	P
296/2011	Prestação de serviços de Limpeza, Conservação, Higienização e Desinfecção em instalações prediais nas diversas unidades da Administração Central dos Correios – Brasília/DF	07.548.828/0001-28	3/10/15	7/4/16	F	P
111/2014	Prestação de serviços de Recepção para atendimento dos órgãos da Administração Central dos Correios, em Brasília/DF	70.928.973/0001-70	23/4/15	24/4/16	M	P
72/2012	Prestação de serviços de Transporte Administrativo Institucional de Empregados no Distrito Federal	03.602.000/0001-50	22/3/15	22/3/16	M	P
249/2014	Prestação de serviços de Organização de Acervo Documental, contemplando digitalização e arquivamento, com disponibilização de equipamentos e softwares de digitalização.	05.399.623/0001-00	8/8/15	8/8/16	M	P
75/2014	Prestação de serviços de Segurança Patrimonial, para atendimento de 09 (nove) postos de vigilância desarmada, em Edifícios da Administração Central dos Correios, em Brasília/DF	11.733.868/0001-17	3/4/15	3/4/16	F	P

88/2015	Prestação de serviços de Monitoramento de dependências dos Correios em Brasília, por Sistema de Circuito Fechado de Televisão (CFTV)	26.413.146/0001-52	2/4/15	2/4/16	M	A
94/2015	Prestação de serviços de Segurança Patrimonial, para atendimento em imóveis da Administração Central dos Correios no Distrito Federal	72.619.976/0001-58	27/4/15	27/4/16	F	A
369/2011	Prestação de serviços de engenharia, compreendendo operação, manutenção preventiva e corretiva, dos sistemas/equipamentos de ar condicionado do Edifício Sede dos Correios	00.700.518/0001-38	13/12/15	12/12/16	S	P
65/2015	Prestação de serviços de engenharia para conservação predial civil do tipo preventiva e corretiva dos edifícios da Administração Central dos Correios, em Brasília-DF	06.266.224/0001-26	16/4/15	16/4/16	M e S	A
21/2010	Prestação de serviços de engenharia para operação, manutenção preventiva e corretiva, no sistema de ar condicionado da UniCorreios	09.226.643/0001-22	8/4/15	8/4/16	M e S	P
60/2010	Prestação de serviços de engenharia para operação, manutenção preventiva e corretiva, do edifício Apolo	04.762.861/0001-68	20/4/15	20/4/16	S	P
118/2015	Prestação de serviços de engenharia para manutenção predial do tipo preventiva e corretiva dos sistemas e equipamentos relativos às instalações elétricas, telefônicas e de rede dos edifícios da Administração Central dos Correios em Brasília-DF	09.226.643/0001-22	12/6/15	12/6/16	M e S	A
350/2011	Prestação de serviços de operação e Monitoração das salas de controle dos Correios para os ambientes de produção da Diretoria Regional de São Paulo e Administração Central	01.644.731/0001-32	16/12/15	15/12/16	Não exigido no contrato	P
106/2013	Prestação de serviços para Suporte Técnico presencial ao ambiente computacional da solução integrada de gestão empresarial dos Correios da aplicação ERP	01.644.731/0001-32	22/5/15	24/5/16	Não exigido no contrato	P
162/2012	Prestação de serviços Técnicos especializados de Help Desk com a infraestrutura necessária para a execução das atividades de atendimento e de suporte técnico e/ou remoto, receptivo ou ativo, visando à execução de rotinas de recebimento, registro análise, diagnóstico, categorização de pedidos de informação e solução de problemas relacionados às estações de trabalho dos usuários da Contratante, além de elaboração e emissão de relatórios estatísticos e gerenciais	03.627.226/0001-05	11/7/15	14/7/16	Não exigido no contrato	P

255/2015	Prestação de serviços para Migração, Integração, Configuração, Suporte técnico e atualização do ambiente de transferência de arquivos @ IDIEnterprise na Diretoria Regional de São Paulo e Administração Central	07.385.111/0001-02	10/8/15	10/8/16	Não exigido no contrato	A
48/2016	Prestação de serviços de Transporte Administrativo Institucional de Empregados no Distrito Federal	05.194.419/0001-45	17/3/16	17/3/18	M	P
158/2015	Prestação de serviços de Agente de Portaria a serem executados nas instalações da Administração Central dos Correios, no DF	02.961.711/0001-58	30/5/16	30/5/17	M	P
205/2016	Prestação de serviços de Copeiragem e garçonaria, destinados ao atendimento dos órgãos da Administração Central dos Correios, no Distrito Federal	08.247.960/0001-20	3/10/16	6/6/17	M	A
434/2014	Prestação de serviços de Manutenção e Conservação de Jardins	36.831.212/0001-68	4/1/17	4/1/18	F	P
304/2015	Prestação de serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial, para órgãos da Administração Central dos Correios, em Brasília/DF – Demais Prédios	12.084.049/0001-59	15/9/16	15/9/17	F	A
237/2016	Prestação de serviços de Limpeza, Conservação, Higienização e Desinfecção por metro quadrado em instalações prediais nas diversas unidades da Administração Central dos Correios – Brasília/DF – Ed. Sede	07.548.828/0001-28	29/11/16	29/11/17	F	A
270/2013	Prestação de serviços de Limpeza, Higienização e Desinfecção em instalações prediais no Complexo da Universidade dos Correios, em Brasília/DF	08.247.960/0001-62	26/9/16	26/9/17	F	P
440/2014	Prestação de serviços de Reprografia/Impressão de grande porte, cujas atividades abrangerão a conversão de documentos físicos para eletrônico (digitalização), a impressão de documentos eletrônicos, em preto e branco, a encadernação de páginas impressas e o gerenciamento dos serviços prestados, que serão executados em Centrais de Reprografia/Impressão, que devem ser instaladas em unidades dos Correios	37.165.529/0001-75	1/1/17	1/1/18	M	P
UG/Gestão: Diretoria Regional do Acre			CNPJ: 34.028.316/7709-95			
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade de Exigido	Sit.
			Início	Fim		
04/2016	Prestação de serviços de Limpeza, conservação, higienização e desinfecção nas instalações prediais de unidades da Diretoria Regional do Acre	13.406.440/0001-95	2/5/16	2/5/17	F	A
10/2016	Prestação de serviços de Vigilância armada em unidades dos Correios da Diretoria Regional do Acre	02.764.609/0001-62	29/12/16	29/4/17	M	A

05/2016	Prestação de serviços de Portaria e Recepção em unidades da Diretoria Regional do Acre	01.030.016/0001-00	30/5/16	30/5/17	M	A
20/2011	Prestação de serviços de Limpeza, conservação, higienização e desinfecção nas instalações prediais de unidades da Diretoria Regional do Acre	03.296.965/0001-61	1/6/11	1/5/16	F	P
29/2013	Prestação de serviços de Vigilância armada em unidades dos Correios da Diretoria Regional do Acre	02.764.609/0001-62	6/11/13	8/11/16	M	P
UG/Gestão: Diretoria Regional de Alagoas			CNPJ: 34.028.316/0004-56			
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade Exigido	Sit.
			Início	Fim		
13/2011	Instituição de apoio à pessoas com deficiência.	12.450.268/0001-04	1/6/15	31/5/16	M	E
22/2012	Prestação de serviços de Vigilância armada capital e interior.	11.866.801/0001-50	31/5/16	28/5/17	M	P
68/2012	Prestação de serviços de Vigilância armada da capital e interior.	01.771.692/0001-34	4/1/16	4/1/17	M	P
12/2014	Prestação de serviços de Vigilância armada em 60 postos distribuídos em Agências dos Correios em AL.	11.866.801/0001-50	3/4/16	3/4/17	M	P
15/2014	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação de instalações predial no interior.	11.855.183/0001-43	5/6/16	5/6/17	F	E
16/2014	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação de instalações predial na capital.	15.039.942/0001-50	17/5/16	17/5/17	F	P
13/2015	Prestação de serviços de Portaria para atendimento das demandas dos prédios dos Correios na cidade de Maceió.	12.778.433/0001-51	1/7/15	1/7/16	M	E
05/2016	Prestação de serviços de apoio à operação de armazenagem e logística.	04.854.298/0001-58	15/8/16	15/8/17	M	A
UG/Gestão: Diretoria Regional do Amazonas			CNPJ: 34.028.316/0003-75			
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade Exigido	Sit.
			Início	Fim		
54/2015	Prestação de serviços de Limpeza de unidades de atendimento, operacional e administrativas da DR/AM	13.669.451/0001-68	27/10/15	27/10/16	F	P
44/2015	Prestação de serviços de Agentes de Portaria/DR/AM	11.546.821/0001-44	8/6/15	8/6/16	F	E
36/2014	Prestação de serviços de carregadores de bens moveis para atender as necessidades dos Correios/DR/AM	08.940.297/0001-87	30/5/16	1/6/17	F	P
07/2012	Prestação de serviços de 04 (quatro) profissionais agente de portaria/DR/AM	05.897.975/0001-88	6/3/15	6/3/16	M	E
17/2011	Prestação de serviços de Limpeza Predial, Higienização e Desinfecção nas unidades das agências de correios localizadas em Manaus e ambulatório medico da ECT/DR/AM	11.240.607/0001-65	1/4/15	26/3/16	F	E

93/2015	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação na área interna e externa na AC Rio Preto da Eva/DR/AM	031.695.272-90	14/12/15	14/6/16	F	E
91/2015	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação na área interna na AC Amaturá/DR/AM	021.834.652-20	4/12/15	4/6/16	F	E
90/2015	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação na área interna e externa na AC Cabury/DR/AM	659.744.842-15	30/11/15	30/5/16	F	E
89/2015	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação na área interna e externa na AC Guajará/DR/AM	947.851.122-04	13/11/15	13/5/16	F	E
88/2015	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação na área interna na AC santa Isabel do Rio Negro /DR/AM	940.875.122-15	30/11/15	30/5/16	F	E
87/2015	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação na área interna na AC Boa Vista do Ramos /DR/AM	765.283.402-34	30/10/15	30/4/16	F	E
86/2015	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação na área interna e externa na AC Ipixuna/DR/AM	977.159.992-53	16/12/15	16/6/16	F	E
85/2015	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação na área interna e externa na AC Tonantins/DR/AM	929.692.082-53	9/11/15	9/5/16	F	E
84/2015	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação na área interna e externa na AC Borba/DR/AM	875.171.832-49	26/10/15	26/4/16	F	E
83/2015	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação na área interna e externa na AC Pitinga/DR/AM	809.504.002-97	28/10/15	28/4/16	F	E
82/2015	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação na área interna e externa na AC Uruará/DR/AM	766.504.562-68	4/11/15	4/5/16	F	E
81/2015	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação na área interna na AC Balbina/DR/AM	005.360.462-80	30/10/15	30/4/16	F	E
79/2015	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação na área interna e externa na AC Novo Ayrão/DR/AM	005.211.772-35	19/10/15	19/4/16	F	E
78/2015	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação na área interna na AC Barreirinha/DR/AM	749.370.572-00	23/10/15	23/4/16	F	E
77/2015	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação na área interna na AC Maraã/DR/AM	804.481.512-00	28/10/15	28/4/16	F	E
75/2015	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação na área interna e externa na AC Japurá/DR/AM	416.781.842-68	16/11/15	16/5/16	F	E
74/2015	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação na área interna na AC Itapeçu/DR/AM	020.691.092-40	16/10/15	16/4/16	F	E
73/2015	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação na área interna e externa na AC Novo Remanso/DR/AM	029.347.972-01	16/10/15	16/4/16	F	E

72/2015	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação na área interna na AC Alvares/DR/AM	309.651.282-53	16/10/15	16/4/16	F	E
69/2015	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação nas área interna e externa na AC Silves/DR/AM	891.124.312-49	16/10/15	16/4/16	F	E
68/2015	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação nas área interna e externa na AC Juruá/DR/AM	641.697.662-53	30/9/15	1/4/16	F	E
67/2015	Prestação de serviços Limpeza e Conservação nas área interna e externa na AC Urucurituba/DR/AM	001.844.742-21	6/10/15	6/4/16	F	E
65/2015	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação na unidade de Lábrea/DR/AM	016.518.002-19	7/10/15	7/4/16	F	E
63/2015	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação na unidade de Novo Aripuanã/DR/AM	456.367.532-68	11/9/15	11/3/16	F	E
62/2015	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação predial na unidade de Autazes//DR/AM	786.446.152-20	2/9/15	2/3/16	F	E
61/2015	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação predial na unidade de Pauini/DR/AM	027.354.952-99	2/10/15	2/4/16	F	E
60/2015	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação predial na unidade de Humaitá/DR/AM	594.501.935-68	16/9/15	16/3/16	F	E
58/2015	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação predial na unidade de Manicoré/DR/AM	780.045.602-10	11/9/15	11/3/16	F	E
50/2015	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação predial na AC Careiro/DR/AM	413.304.472-04	21/7/15	21/10/15	F	E
34/2015	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação na área interna e externa da AC Silves/DR/AM	007.928.802-26	27/5/15	27/8/16	F	E
13/2015	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação na área interna e externa AC Uruará/DR/AM	037.603.942-64	8/4/15	7/4/16	F	E
34/2016	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação na área interna e externa na AC Rio Preto da Eva/DR/AM	019.850.042-40	13/7/16	13/1/17	F	E
25/2016	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação na área interna na AC Amaturá/DR/AM	877.826.772-20	20/7/16	20/1/17	M	E
47/2016	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação na área interna e externa na AC Cabury/DR/AM	029.411.892-62	19/9/16	19/3/17	M	E
44/2016	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação na área interna e externa na AC Guajará/DR/AM	562.401.552-68	2/9/16	2/3/17	F	E
33/2016	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação na área interna na AC Boa Vista do Ramos /DR/AM	346.788.242-00	25/7/16	25/1/17	F	E

43/2016	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação na área interna e externa na AC Ipixuna/DR/AM	020.025.632-76	12/9/16	12/3/17	F	E
30/2016	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação na área interna e externa na AC Tonantins/DR/AM	475.101.102-20	25/7/16	21/1/17	F	E
18/2016	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação na área interna e externa na AC Borba/DR/AM	012.561.112-95	27/5/16	27/11/16	F	E
60/2016	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação na área interna e externa na AC Borba/DR/AM	034.032.992-01	28/11/16	28/5/17	F	A
28/2016	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação na área interna e externa na AC Urucará/DR/AM	032.658.342-47	18/7/16	18/1/17	F	E
32/2016	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação na área interna na AC Balbina/DR/AM	309.669.492-34	21/7/16	21/7/17	F	E
36/2016	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação na área interna e externa na AC Novo Ayrão/DR/AM	859.040.312-20	13/7/16	13/1/17	F	E
35/2016	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação na área interna na AC Maraã/DR/AM	911.899.002-97	20/7/16	20/1/17	F	E
29/2016	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação na área interna e externa na AC Japurá/DR/AM	007.310.612-76	18/7/16	18/1/17	F	E
17/2016	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação na área interna na AC Itapeçu/DR/AM	790.688.042-00	27/5/16	27/11/16	M	E
27/2016	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação na área interna e externa na AC Novo Remanso/DR/AM	017.772.772-13	11/7/16	11/1/17	F	E
64/2016	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação na área interna na AC Alvares/DR/AM	742.502.482-91	26/12/16	26/6/17	F	A
19/2016	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação na área interna e externa na AC Silves/DR/AM	624.389.212-34	20/6/16	20/12/16	F	E
24/2016	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação na área interna e externa na AC Juruá/DR/AM	764.635.672-72	7/7/16	7/1/17	F	E
23/2016	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação na área interna e externa na AC Urucurituba/DR/AM	869.606.952-87	4/7/16	4/1/17	M	E
49/2016	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação na unidade de Lábrea/DR/AM	611.760.282-00	19/10/16	19/4/17	F	A
09/2016	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação na unidade de Novo Aripuanã/DR/AM	592.766.222-68	7/4/16	7/10/16	F	E
10/2016	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação predial na unidade de Autazes/DR/AM	018.732.852-80	4/4/16	4/10/16	F	E

45/2016	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação predial na unidade de Pauini/DR/AM	461.370.412-04	1/9/16	1/3/17	F	E
20/2016	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação predial na unidade de Humaitá/DR/AM	897.697.322-49	10/6/16	10/12/16	F	E
08/2016	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação predial na unidade de Manicoré/DR/AM	023.021.032-54	20/4/16	20/10/16	F	E
57/2016	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação predial na unidade de Manicoré/DR/AM	899.243.042-68	4/11/16	4/5/17	F	A
12/2016	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação predial na AC Careiro/DR/AM	965.284.602-30	18/4/16	18/10/16	F	E
67/2016	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação predial na AC Careiro/DR/AM	835.698.802-06	21/12/16	21/6/17	F	A
06/2016	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação predial na AC Apuí/DR/AM	821.128.602-59	18/4/16	18/10/16	F	E
37/2016	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação predial na AC Manaquiri/DR/AM	721.703.012-91	22/7/16	22/1/17	F	E
91/2011	Prestação de serviços de Vigilância Armada para as unidades na capital e interior do Amazonas	12.066.015/0001-31	2/10/15	2/10/16	M	P
10/2013	Prestação de serviços de Assistência e Apoio as Pessoas Portadoras de Deficiência Física.	04.770.319/0001-57	7/4/15	7/4/16	M	P
07/2014	Prestação de serviço de Mão de Obra Terceirizada para cliente de Logística Integrada dos Correios/ /DR/AM	16.669.451/0001-68	2/9/15	2/9/16	M	P
94/2015	Prestação de serviços de Vigilância Armada para as unidades na capital e interior do Amazonas	02.103.266/0001-95	4/12/15	4/6/16	M	E
96/2015	Prestação de serviços de Copeiragem no ambiente do gabinete dos Correios/DR/AM	13.669.451/0001-68	16/12/15	2/1/17	F	E
101/2014	Prestação de serviços de Copeiragem no ambiente do gabinete dos Correios/DR/AM	17.000.877/0001-85	2/1/15	2/1/16	F	E
72/2014	Prestação de serviço de mão de obra terceirizada para cliente de logística integrada da ECT/DR/AM.	13.669.451/0001-68	1/9/14	3/9/17	M	P
UG/Gestão: Diretoria Regional do Amapá			CNPJ: 34.028.316/7624-61			
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade de Exigido	Sit.
			Início	Fim		
08//2015	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação nas unidades da DR/AP	08.450.948/0001-50	17/9/15	17/9/16	F	E
07/2014	Prestação de serviços de Vigilância armada para a DR/AP	09.500.531/0001-18	1/7/16	1/7/17	M	P

02/2016	Prestação de serviço de mão-de-obra terceirizada para apoio a operação de armazenagem e logística para os correios da DR/AP.	11.079.889/0001-60	29/1/16	29/1/17	M	P
UG/Gestão: Diretoria Regional da Bahia			CNPJ: 34.028.316/0005-37			
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade Exigido	Sit.
			Início	Fim		
53/2015	Prestação de serviços de Limpeza, Conservação e Higienização em instalações prediais da Diretoria Regional da Bahia	07.659.454/0001-18	4/11/15	1/5/16	M	A
86/2014	Prestação de serviços de Limpeza, Conservação e Higienização em instalações prediais, nas unidades da Reven 01 da Diretoria Regional da Bahia	07.659.454/0001-18	29/10/15	29/10/16	M	P
85/2014	Prestação de serviços de Limpeza, Conservação e Higienização em instalações prediais, nas unidades da Reven 01 da Diretoria Regional da Bahia	00.765.945/4000-18	19/12/15	19/12/16	M	P
13/2015	Prestação de serviços de Limpeza, Conservação e Higienização em unidades operacionais, atendimento e administrativas da Diretoria Regional da Bahia	04.293.000/0001-88	10/4/15	10/4/16	M	A
22/2010	Prestação de serviços de Vigilância para postos da DR/BA	16.330.409/0001-96	3/2/15	31/12/16	M	P
33/2010	Prestação de serviços de Vigilância para postos da DR/BA	16.330.409/0001-96	3/2/15	31/12/16	M	P
150/2011	Prestação de serviços de Impressão, Envelopagem e Inserção de objetos, com cessão de mão de obra	07.385.282/0001-31	5/1/15	5/7/16	M	P
178/2010	Prestação de serviços de Suporte Técnico à Estação de Trabalho/Computação pessoal e seus periféricos da DR/BA	07.345.258/0001-79	3/12/15	3/12/16	M	P
69/2014	Prestação de serviço de Locação de Moto Empilhadeiras a Gás com Operador e Fornecimento de GLP para operação FNDE	10.541.783/0001-74	13/8/15	12/8/16	M	P
67/2015	Contratação de serviço de Vigilância	16.330.409/0001-06	1/1/16	29/6/16	M	E
28/2015	Prestação de serviço de impressão simples s/foto, envelopagem com colagem interrompida e inserção de objetos com cessão de mão-de-obra.	07.385.282/0001-31	11/8/16	11/8/17	M	A
41/2016	Prestação de serviço de vigilância armada para atendimento em unidades da Diretoria Regional da Bahia	13.416.744/0001-33	30/6/16	30/6/17	M	A
38/2016	Prestação de serviços de portaria na unidade do CCE - centro de cartas e encomendas, rodovia BA - 535, via parafuso – salvador	04.145.970/0001-36	20/6/16	20/6/17	M	A

27/2016	Prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização em instalações prediais (CCE e Ed. Sede/BA), com fornecimento de materiais de limpeza e higiene, equipamentos e utensílios	11.422.451/0001-33	2/5/16	2/5/17	M	A
59/2015	Prestação de serviço de apoio à operação de armazenagem e logística, destinado a desenvolver as atividades especializadas do centro de logísticas integrada - CLI salvador e suas centralizadoras barreiras, santo Antônio de Jesus, Itaberaba e outros.	02.544.972/0001-72	17/12/16	17/12/17	M	A
Nome: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos						
UG/Gestão: Diretoria Regional de Brasília			CNPJ: 34.028.316/0007-07			
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade de Exigido	Sit.
			Início	Fim		
03/2014	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação, Higienização e Desinfecção	04.944.460/0001-29	14/1/15	14/1/16	F	E
113/2013	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação, Higienização e Desinfecção, para Atender as Unidades da DR/BSB no DF	00.478.727/0001-89	6/12/16	6/12/17	F	P
47/2014	Prestação de serviço de Vigilância Desarmada para a DR/BSB	09.459.901/0001-10	18/6/16	18/6/17	M	P
63/2012	Prestação de serviços de Copeira	02.053.431/0001-41	13/9/15	13/9/16	F	E
85/2012	Prestação de serviços de Recepção	41.305.228/0001-77	5/7/15	5/1/16	M	E
02/2014	Prestação de serviço de carregadores de Móveis para atender as necessidades de serviço dos Correios, em Brasília e nas Cidades do Estado de Goiás vinculadas à DR/BSB	03.470.083/0001-70	8/1/16	8/1/17	F	P
51/2012	Prestação de serviços de lavador, borracheiro, lanterneiro e mecânicos	41.305.228/0001-77	26/8/15	26/8/16	F	E
39/2013	Prestação de serviços de Agente de Proteção da Aviação Civil	04.080.421/0001-20	20/6/16	20/6/17	M	P
13/2015	Prestação de serviço de vigilância armada	37.014.776/0001-70	24/1/16	24/1/17	F	E
32/2013	Prestação de serviços de impressão de dados variáveis	37.165.529/0001-75	24/5/13	24/5/18	Não informado	A
06/2014	Prestação de serviços de suporte técnico em software na modalidade de OS Ordem de serviço	01.708.458/0001-62	3/2/16	3/2/17	M e S	E
36/2013	Prestação de serviços de digitalização CDIP	19.628.783/0001-80	12/6/13	12/6/18	Não informado	A
86/2015	Prestação de serviço de portaria	09.370.244/0001-30	5/9/16	5/9/17	F	P
116/2015	Prestação de serviço de apoio logístico	14.517.554/0001-75	2/12/16	2/9/17	M	P
24/2016	Prestação de serviço de limpeza predial, asseio e conservação	14.037.553/0001-23	1/11/16	1/11/17	F	A
03/2017	Prestação de serviço de vigilância armada p/ atender as unidades da DR/BSB em Goiás	08.931.820/0001-09	27/1/17	27/1/18	M	A
UG/Gestão: Diretoria Regional do Ceará			CNPJ: 34.028.316/0010-02			

Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade Exigido	Sit.
			Início	Fim		
37/2013	Prestação de serviço de limpeza predial, asseio e conservação, nas instalações prediais da DR/CE	35.240.449/0001-01	30/8/13	3/7/17	F	P
44/2013	Prestação de serviço de segurança/vigilância ostensiva/armada para agências dos Correios da DR/CE	17.036.171/0001-73	2/9/13	5/9/17	M	P
95/2014	Prestação de serviços de portaria e recepção em unidades da DR/CE	14.084.670/0001-48	4/12/14	6/9/16	M	E
99/2014	Prestação de serviços de limpeza predial, asseio e conservação, nas instalações prediais da DR/CE	20.466.189/0001-10	16/12/14	18/12/17	F	P
103/2014	Prestação de serviço de copeiragem em unidades dos Correios da DR/CE	13.062.767/0001-97	1/2/15	1/2/16	F	E
20/2015	Prestação de serviço de segurança/vigilância ostensiva/armada para 43 (quarenta e três) postos em agências dos Correios da DR/CE na cidade de Fortaleza/CE	07.957.111/0001-30	5/6/16	5/6/17	M	P
22/2015	Prestação de serviço de tecladista profissional para acompanhar o coral dos Correios CE.	04.657.549/0001-04	22/6/15	22/6/16	S	E
61/2015	Prestação de serviço de manutenção em equipamentos de informática que compõem o Ambiente Computacional da contratante no estado do Ceará, incluindo fornecimento e reposição de peças	10.873.683/0001-45	27/8/16	27/8/17	M	P
79/2015	Prestação de serviços de Vigilância ostensiva/armada para os Correios da DR/CE	07.957.111/0001-30	29/9/15	27/3/16	M	E
109/2015	Serviço de Regência para o Coral da DR/CE	06.130.417/0001-55	15/12/15	15/12/16	S	E
01/2016	Prestação de serviço de Suporte Técnico à computação pessoal em ambiente de rede no âmbito da Diretoria Regional do Ceará.	85.240.869/0001-66	28/1/16	28/1/17	M	P
07/2016	Prestação de serviço de carga e descarga (Capatazia)	07.887.934/0001-36	7/3/16	7/3/17	F	E
57/2016	Prestação de serviço de Vigilância Ostensiva em unidades dos Correios no Estado do Ceará	07.957.111/0001-30	1/9/16	31/8/17	M	A
58/2016	Prestação de serviço de Vigilância Ostensiva em unidades dos Correios no Estado do Ceará	07.957.111/0001-30	1/9/16	31/8/17	M	A
66/2016	Prestação de serviços de portaria e recepção em unidades da DR/CE	04.878.794/0001-41	6/9/16	6/9/17	M	A
90/2016	Prestação de serviço de Regência para o Coral Encantart dos Correios do Ceará, composto por empregados em efetivo exercício, dependentes legais, empregados aposentados, estagiários e terceirizados.	09.149.100/0001-59	15/12/16	15/12/17	S	A

104/2016	Prestação de serviço de assessoria especializada na modalidade de Treino Funcional e infraestrutura para a realização dos treinamentos para empregados em efetivo exercício da regional Ceará.	08.202.383/0001-92	23/11/16	23/5/17	S	A
UG/Gestão: Diretoria Regional do Espírito Santo		CNPJ: 34.028.316/0012-66				
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade de Exigido	Sit.
			Início	Fim		
68/2012	Prestação de serviços de portaria em unidades dos Correios – Diretoria Regional do Espírito Santo	07.323.169/0001-21	17/11/15	7/10/16	F	P
69/2014	Prestação de serviços contínuo com cessão de mão de obra terceirizada de apoio à operação de armazenagem e logística	02.201.230/0001-44	1/11/16	1/11/17	M	P
06/2016	Prestação de serviço de Recepção no Edifício Sede do Espírito Santo	15.454.201/0001-36	7/7/16	7/7/17	M	A
02/2013	Prestação de serviços de copeiragem para Ed. Sede dos Correios – Diretoria Regional do Espírito Santo.	11.472.491/0001-90	16/2/15	16/2/16	F	E
70/2014	Prestação de serviços de vigilância armada nas unidades da DR/ES	07.705.117/0002-09	3/11/16	3/11/17	F	P
50/2012	Prestação de serviços de limpeza, conservação, higienização e desinfecção para as unidades da DR/ES – Região Grande Vitória.	39.299.359/0001-47	29/9/15	29/9/16	F	E
49/2012	Prestação de serviços de limpeza, conservação, higienização e desinfecção para as unidades da DR/ES – Região Norte.	39.299.359/0001-47	29/9/15	29/9/16	F	E
23/2011	Prestação de serviço de limpeza, conservação, higienização e desinfecção para as unidades da DR/ES – Região Sul.	02.201.230/0001-44	28/6/15	22/6/16	F	E
11/2016	Prestação de serviço de limpeza, conservação, higienização e desinfecção, com fornecimento de materiais de limpeza e higiene, utensílios e equipamentos, para as unidades da Região Sul Dos Correios/ES.	20.466.189/0001-10	15/9/16	15/9/17	F	A
16/2016	Prestação de serviço de limpeza predial, asseio e conservação, com fornecimento de material de limpeza e higiene, de máquinas, equipamentos e utensílios.	02.201.230/0001-44	30/9/16	30/9/17	F	A
41/2012	Prestação de serviço de suporte técnico em microinformática no Ambiente Computacional dos Correios, na Diretoria Regional do Espírito Santo.	03.399.966/0001-31	28/7/16	23/7/17	M	P
UG/Gestão: Diretoria Regional de Goiás		CNPJ: 34.028.316/0013-47				
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade de Exigido	Sit.
			Início	Fim		

180/2015	Prestação de serviços de limpeza predial, asseio e conservação nas unidades da DR/GO	10.398.338/0001-05	20/10/16	20/10/17	F	P
141/2016	Prestação de serviços de vigilância armada para unidades da DR/GO	13.019.295/0001-90	24/8/16	24/8/16	M	A
06/2012	Prestação de serviços de vigilância armada para unidades da DR/GO	00.914.803/0001-51	16/3/16	11/3/17	M	E
207/2016	Prestação de serviços de apoio logístico para DR/GO	04.878.794/0001-41	1/12/16	1/12/17	M	A
131/2016	Prestação de serviços de Portaria para as unidades da DR/GO	86.688.785/0001-52	1/8/16	1/8/17	F	A
164/2016	Prestação de serviços de Mão de obra terceirizada para Auxiliar de Serviços Gerais e carregadores	04.878.794/0001-41	6/9/16	4/3/17	M	E
217/2013	Prestação de serviços de lavagem de veículos da frota da ECT/DR/GO	12.978.443/0001-30	12/8/16	12/8/17	F	P
117/2015	Prestação de serviços de vigilância armada para unidades da DR/GO	31.546.484/0003-64	29/6/15	3/1/16	M	E
284/2015	Prestação de serviços de vigilância armada para unidades da DR/GO	31.546.484/0003-64	4/1/16	4/1/17	M	P
56/2015	Monitoramento de CFTV – CTCE	26.413.146/0001-52	23/4/16	23/4/17	M	P
57/2011	Prestação de serviços de vigilância armada em 225 unidades da DR/GO	05.502.450/0001-04	28/8/15	23/8/16	M	E
290/2014	Prestação de serviços de Portaria (remanescente) para as unidades da DR/GO	41.305.228/0001-77	31/1/16	31/7/16	F	E
04/2014	Prestação de serviços de borracharia para veículos leves pesados e motocicletas da frota da DR/GO	86.794.245/0001-53	9/1/16	9/1/17	F	E
72/2011	Prestação de serviços de Mão de obra terceirizada para Auxiliar de Serviços Gerais e carregadores	02.053.431/0001-41	6/1/16	6/1/17	M	E
239/2015	Prestação de serviços de limpeza predial, asseio e conservação nas unidades da DR/GO	04.878.794/0001-41	5/12/16	5/12/17	F	A
UG/Gestão: Diretoria Regional do Maranhão			CNPJ: 34.028.316/0034-71			
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade de Exigido	Sit.
			Início	Fim		
07/2016	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação	08.476.683/0001-60	1/12/16	1/12/17	F	A
48/2013	Prestação de serviços de Vigilância Armada	05.121.169/0001-13	4/10/16	4/10/17	F	P
06/2016	Prestação de serviços de Vigilância Armada	10.389.621/0001-62	17/10/16	17/10/17	F	A
37/2014	Serviço de apoio logística para operações de armazenagem e logística integrada da diretoria regional do maranhão	15.638.197/0001-66	13/10/14	15/10/17	M	P
38/2014	Serviço de apoio logística para operações de armazenagem e logística integrada da diretoria regional do maranhão	11.794.559/0001-57	13/10/14	15/10/17	M	P
39/2014	Serviço de apoio logística para operações de armazenagem e logística integrada da diretoria regional do	11.794.559/0001-57	13/10/14	15/10/17	M	P

	maranhão					
UG/Gestão: Diretoria Regional de Minas Gerais			CNPJ: 34.028.316/0015-09			
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade de Exigido	Sit.
			Início	Fim		
114/2012	Prestação de serviços de preparação de carga e geração de imagens em scanner de produção (digitalização de documentos)	25.403.965/0001-56	14/7/15	14/7/16	F	P
278/2013	Prestação de serviços de vigilância armada e desarmada para a região metropolitana de Belo Horizonte/MG	07.534.224/0001-22	25/4/15	25/4/16	F	P
353/2014	Prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação de equipamento de triagem de encomendas, no CCE/BH DA DR/MG	14.339.328/0001-41	14/2/15	14/2/16	F	P
151/2015	Prestação de serviços de impressão de dados variáveis, por meio da disponibilização de equipamentos, softwares e pessoas para unidades dos Correios	05.388.674/0001-29	1/11/15	1/11/20	M	A
101/2012	Prestação de serviços de apoio logístico para cliente de logística integrada dos Correios/DR/MG.	07.323.169/0001-21	24/5/15	23/5/16	F	P
117/2013	Prestação de serviços de monitoramento dos sistemas de CFTV nas dependências dos Correios, Centro de Tratamento de Cartas e Encomendas - CTCE/Varginha/DR/MG	00.332.833/0008-26	3/11/15	3/11/16	F	P
272/2014	Prestação de serviços de vigilância armada no âmbito da DR/MG	01.316.090/1001-92	2/10/15	2/10/16	F	P
348/2014	Prestação de serviços de limpeza predial, asseio e conservação nas unidades da DR/MG	08.543.708/0001-09	5/1/15	6/1/16	F	P
94/2012	Prestação de serviços de vigilância armada/desarmada para unidades da região da zona da mata, leste e norte de MG	11.499.545/0001-00	25/4/15	25/4/16	F	P
73/2013	Prestação de serviços de monitoramento dos sistemas de CFTV nas dependências da ECT/ Centro de Cartas e Encomendas - CCE/BH/DR/MG	13.386.914/0001-84	12/6/15	12/6/16	F	P
83/2014	Prestação de serviços de vigilância armada no âmbito da DR/MG	11.499.545/0001-00	17/6/15	17/6/16	F	P
95/2012	Prestação de serviços de vigilância armada/desarmada para unidades da região sul, centro sul e triângulo mineiro de MG	09.632.105/0001-38	25/4/15	25/4/16	F	P
76/2013	Prestação de serviços de monitoramento dos sistemas de CFTV nas dependências dos Correios/ Centro de Cartas E Encomendas - CTCE/Uberlândia/DR/MG	13.386.914/0001-84	12/6/15	12/6/16	F	P

289/2013	Prestação de serviço de apoio logístico para cliente de logística integrada dos Correios/DR/MG	05.853.754/0001-08	28/1/15	28/1/16	M	P
88/2014	Prestação de serviço de vigilância armada no âmbito da DR/MG	14.428.415/0001-75	17/6/15	17/6/16	F	P
229/2013	Prestação de serviço de apoio logístico para cliente de logística integrada dos Correios/DR/MG	15.638.197/0001-66	18/10/15	18/10/16	F	P
80/2014	Prestação de serviços de vigilância armada no âmbito da DR/MG	07.534.224/0001-22	17/6/15	17/6/16	F	P
339/2014	Prestação de serviço de limpeza predial, asseio, conservação com fornecimento de material de limpeza e higiene, de equipamentos e utensílios, no Complexo de Cartas e Encomendas - CCE/BH, da DR/MG	10.287.352/0001-23	13/2/15	13/2/16	F	P
102/2015	Prestação de serviços de apoio a operação de armazenagem e logística	14.642.340/0001-20	24/6/15	24/6/16	M	A
47/2014	Prestação de serviço de maestro para regência do coral dos Correios	455.199.356-53	11/3/15	11/3/16	S	P
40/2014	Prestação de serviço de recepcionistas nas unidades dos Correios da DR/MG	14.320.018/0001-85	26/2/16	26/2/17	M	P
192/2015	Prestação de serviços de limpeza predial asseio e conservação nas unidades da DR/MG	11.168.878/0001-57	20/12/16	20/12/17	F	P
230/2014	Prestação de serviços de limpeza predial, asseio e conservação nas unidades dos Correios//DR/MG	13.993.675/0001-20	30/10/15	30/10/16	F	E
193/2012	Prestação de serviços de preparação de carga e geração de imagens em scanner de produção (digitalização de documentos) para os Correios//MG	08.491.163/0001-26	6/7/16	4/10/16	M	E
208/2012	Prestação de serviços de carregador em unidades dos Correios em Minas Gerais	02.908.313/0001-78	19/10/16	14/10/17	F	P
139/2014	Prestação de serviços de recepcionistas em unidades dos Correios/DR/MG	13.192.004/0001-60	25/6/16	25/6/17	M	P
349/2014	Prestação de serviços de limpeza predial, asseio e conservação nas unidades da DR/MG	11.240.607/0001-65	17/12/16	17/12/17	F	P
99/2015	Prestação de serviços de recepcionista nas unidades da DR/MG	13.192.004/0001-60	15/6/15	15/6/16	M	E
100/2012	Prestação de serviços de recepcionista em unidades dos Correios//MG	09.564.708/0001-40	17/5/15	17/5/16	M	E
129/2014	Prestação de serviço de limpeza predial, asseio e conservação nas instalações prediais dos Correios/DR/MG	02.908.313/0001-78	20/8/16	20/8/17	F	P
311/2014	Prestação de serviços de limpeza predial, asseio e conservação nas unidades da DR/MG	13.026.997/0001-09	25/12/16	25/12/17	F	P
68/2015	Prestação de serviço de limpeza predial, asseio e conservação nas unidades dos Correios/DR/MG	02.908.313/0001-78	21/4/16	21/4/17	F	P
71/2015	Prestação de serviços de jardinagem em unidades da ECT/DR/MG	14.354.550/0001-13	28/4/16	28/4/17	F	E

163/2015	Prestação de serviços de portaria nas unidades da DR/MG	13.192.004/0001-60	29/10/16	29/10/17	F	P
35/2014	Prestação de serviço de limpeza predial, asseio e nas unidades dos Correios/DR/MG	12.576.703/0001-41	12/2/16	12/2/17	F	P
228/2014	Prestação de serviços de limpeza predial, asseio e nas unidades da DR/MG	11.240.607/0001-65	12/10/16	12/10/17	F	P
276/2014	Prestação de serviços de limpeza predial, asseio e conservação nas unidades da DR/MG	02.908.313/0001-78	5/11/16	5/11/17	F	P
170/2015	Prestação de serviço para limpeza predial asseio e conservação nas unidades da DR/MG	13.026.997/0001-09	4/11/16	4/11/17	F	P
17/2011	Prestação de serviços de recepcionista na DR/MG	12.423.368/0001-41	18/2/15	13/2/16	M	E
207/2013	Prestação de serviço de copeiro em unidades dos Correios em Minas Gerais	14.320.018/0001-85	13/10/16	13/10/17	F	P
41/2015	Prestação de serviços de limpeza predial, asseio e conservação nas unidades da DR/MG	07.655.416/0001-97	22/10/16	22/10/17	F	P
136/2016	Prestação de serviço de limpeza predial, asseio, conservação com fornecimento de material de limpeza e higiene, de equipamentos e utensílios, no Complexo de Cartas e Encomendas - CCE/BH, da DR/MG	14.320.018/0001-85	5/9/16	14/2/17	F	A
32/2015	Prestação de serviços de digitação, a serem executados nas dependências dos Correios/DR/MG	03.454.049/0001-02	5/2/16	5/2/17	M	P
55/2016	Contratação de empresa para prestação de serviço de apoio logístico para cliente de logística integrada da ECT/DR/MG	05.025.180/0001-80	25/5/16	20/5/17	M	A
213/2016	Prestação de serviço de apoio a operação de armazenagem e logística para os Correios/MG	04.854.298/0001-58	24/10/16	24/10/17	M	A
UG/Gestão: Diretoria Regional de Mato Grosso do Sul			CNPJ: 34.028.316/0009-60			
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade de Exigido	Sit.
			Início	Fim		
18/2014	Recepção e portaria.	04.457.561/0001-75	2/7/15	2/7/16	M	P
18/2014	Recepção e portaria.	04.457.561/0001-75	3/7/16	1/9/16	M	P
15/2016	Recepção e portaria.	04.878.794/0001-41	2/9/16	2/9/17	M	P
21/2014	Limpeza predial, asseio e conservação.	82.376.427/0001-53	2/7/15	2/7/16	F	P
21/2014	Limpeza predial, asseio e conservação.	82.376.427/0001-53	3/7/16	1/10/16	F	P
26/2016	Limpeza predial, asseio e conservação.	07.084.096/0001-62	18/10/16	18/10/17	F	P
61/2013	Vigilância armada.	05.052.780/0001-37	30/11/15	30/11/16	F	P
61/2013	Vigilância armada.	05.052.780/0001-37	1/12/16	1/12/17	F	P
01/2016	Serviços de apoio às operações de armazenagem e logística	04.854.298/0001-58	19/1/16	19/1/17	M	A
UG/Gestão: Diretoria Regional de Mato Grosso			CNPJ: 34.028.316/0016-90			

Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade Exigido	Sit.
			Início	Fim		
78/2011	Prestação de serviços de limpeza e higiene nas unidades do interior da DR/MT	05.784.565/0001-20	7/10/15	1/8/16	F	E
117/2016	Prestação de serviços de limpeza e higiene nas unidades do interior da DR/MT	04.878.794/0001-41	1/11/16	1/11/17	F	A
46/2014	Prestação de serviços de vigilância armada em 25 unidades dos Correios da DR/MT	04.831.108/0002-96	8/7/16	8/7/17	F	P
55/2014	Prestação de serviços de vigilância armada em uma unidade dos Correios da DR/MT	04.831.108/0002-96	3/8/16	3/8/17	F	P
97/2014	Prestação de serviços de vigilância armada no GCTCE dos Correios da DR/MT	04.731.108/0002-96	14/1/15	16/1/18	F	P
49/2016	Prestação de serviço de manutenção e suporte técnico em equipamentos de informática dos correios de mato grosso.	03.627.226/0001-05	1/5/16	1/5/17	M	A
63/2013	Prestação de serviços para manutenção e conservação predial do complexo operacional e administrativo do Cristo Rei da DR/MT	11.644.826/0001-00	22/1/16	23/1/18	F	P
11/2015	Serviço de manutenção preventiva e corretiva do sistema de ar condicionados e exaustão do GCTCE/DR/MT.	09.037.279/0001-52	14/4/16	14/4/17	M	P
05/2016	Prestação de serviços de limpeza e conservação predial nas unidades dos correios de Cuiabá e Várzea Grande/MT	16.727.270/0001-39	1/2/16	1/5/16	F	E
04/2016	Prestação de serviços de limpeza e conservação predial nas unidades dos correios de Cuiabá e Várzea Grande/MT	04.558.234/0001-00	2/5/16	2/5/17	F	A
16/2011	Prestação de serviços de suporte técnico em informática, nas unidades dos Correios da DR/MT	03.627.226/0001-05	4/4/15	31/3/16	M	E
18/2015	Prestação de apoio a operação de armazenagem e logística	14.642.340/0001-20	1/6/15	2/6/17	M	P
UG/Gestão: Diretoria Regional do Pará			CNPJ: 34.028.316/0018-51			
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade Exigido	Sit.
			Início	Fim		
38/2013	Serviço de Limpeza, Conservação, Higienização, Desinfecção, Desratização, descupinização, e Dedetização nas instalações da REVEN 01 da ECT/DR/PA	04.558.234/0001-00	1/8/16	1/8/17	M	P
40/2013	Serviço de Limpeza, Conservação, Higienização, Desinfecção, Desratização, descupinização, e Dedetização nas instalações da REVEN 02 ECT/DR/PA	83.353.474/0001-44	1/8/16	1/8/17	M	P

41/2013	Serviço de Limpeza, Conservação, Higienização, Desinfecção, Desratização, descupinização, e Dedetização nas instalações da REVEN 03 ECT/DR/PA	83.353.474/0001-44	1/8/16	1/8/17	M	P
42/2013	Serviço de Limpeza, Conservação, Higienização, Desinfecção, Desratização, descupinização, e Dedetização nas instalações da REVEN 04 ECT/DR/PA	83.353.474/0001-44	1/8/16	1/8/17	M	P
80/2015	Prestação de serviços de Agente de Portaria nos Correios DR/PA	83.353.474/0001-44	20/10/16	20/10/17	M	P
55/2013	Prestação de serviço de recepção em unidades da DR/PA	83.343.665/0001-25	16/9/16	16/9/17	M	P
53/2014	Vigilância armada nas dependências da ECT/DR/PA na área metropolitana	03.257.467/0001-00	31/12/16	30/6/17	M	P
47/2015	Contratação de serviços de vigilância armada no âmbito da REVEN 1	03.257.467/0001-00	13/8/16	13/2/17	M	P
46/2015	Contratação de vigilância armada no âmbito da REVEN 02	03.257.467/0001-00	13/8/16	13/2/17	M	P
53/2015	Contratação de serviços de vigilância armada no âmbito da REVEN 04	00.865.761/0001-06	21/8/16	21/2/17	M	P
64/2015	Serv. de vigilância armada em unidades da REVEN 03, Diretoria regional do Pará	02.650.833/0001-23	2/10/16	1/10/17	M	P
58/2014	Prestação de serviço de arrumador por demanda que consiste nas atividades de carregamento, descarregamento, arrumação e organização de bens móveis, nos órgãos dos Correios, na área metropolitana de Belém.	04.558.234/0001-00	1/9/16	1/7/17	Não exigido no contrato	P
34/2016	Prestação de Serviço Logístico no Âmbito dos Correios DR/PA	11.079.889/0001-60	13/10/16	13/10/17	M	A
UG/Gestão: Diretoria Regional da Paraíba			CNPJ: 34.028.316/0019-32			
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade Exigido	Sit.
			Início	Fim		
29/2011	Prestação de serviço contínuo com cessão de mão-de-obra para execução de serviços de recepcionista, copeiras e operador de fotocopiadora	35.519.164/0001-04	1/2/15	1/2/16	F	E
28/2013	Prestação de serviço para limpeza e conservação da área externa, com fornecimento de equipamento e utensílios.	12.778.433/0001-51	3/11/16	3/11/17	F	P
03/2014	Prestação de serviço de limpeza predial, asseio e conservação nas unidades da DR/PB – REVEN-1	11.855.183/0001-43	4/2/16	31/12/17	F	E
04/2014	Prestação de serviço de limpeza predial, asseio e conservação nas unidades da DR/PB	15.039.942/0001-50	5/2/16	5/2/17	F	P
05/2014	Prestação de serviço de limpeza predial, asseio e conservação nas unidades da DR/PB.	14.725.699/0001-61	5/2/16	5/2/17	F	P
18/2016	Prestação de serviço de limpeza predial, asseio e conservação nas unidades da DR/PB.	15.039.942/0001-50	16/11/16	13/5/17	F	A

14/2013	Prestação de serviços de vigilância Armada nas unidades da DR/PB	09.222.175/0001-18	22/7/15	22/7/16	M	P
15/2013	Prestação de serviços de vigilância Armada nas unidades da DR/PB	12.048.368/0001-09	23/7/16	31/11/2016	M	E
19/2016	Prestação de serviços de vigilância Armada nas unidades da DR/PB	10.446.347/0001-16	1/12/16	22/7/17	M	A
35/2013	Prestação de serviços de monitoramento de sistemas eletrônicos de segurança nas unidades das Diretorias Regionais da Paraíba, Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Tocantins.	09.561.765/0001-75	26/11/15	26/11/16	M	P
05/2015	Prestação de serviços de Locação de Sistema de Alarmes.	36.025.592/0001-80	22/2/15	22/2/16	M	P
40/2014	Serviço de Apoio Logístico para Cliente de Logística Integrada nos Correios	08.543.708/0001-09	12/11/14	14/11/17	M	P
UG/Gestão: Diretoria Regional de Pernambuco			CNPJ: 34.028.316/0021-57			
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade de Exigido	Sit.
			Início	Fim		
23/2015	Prestação de serviços de Vigilância Armada	03.591.143/0001-03	12/7/16	12/7/17	F	P
45/2015	Prestação de serviço de apoio para operação de armazenagem e logística	41.305.228/0001-77	29/9/16	29/9/17	F	P
60/2015	Prestação do serviço de limpeza, conservação, higienização e desinfecção em instalações prediais dos Correios	09.181.545/0001-16	25/12/16	25/12/17	F	P
28/2015	Prestação de serviço de limpeza e higienização dos equipamentos do sistema de triagem de objetos com fornecimento de materiais	11.188.159/0001-67	16/7/16	16/7/17	F	p
94/2014	Prestação de serviços de recepcionista e copa	35.346.147/0001-12	3/12/16	3/12/17	F	P
UG/Gestão: Diretoria Regional do Piauí			CNPJ: 34.028.316/0022-38			
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade de Exigido	Sit.
			Início	Fim		
26/2014	Prestação de serviços de portaria nos imóveis e instalações prediais dos Correios/PI	13.062.767/0001-97	27/8/15	28/8/17	F	E
54/2013	Prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização dos imóveis e instalações prediais dos Correios/PI	09.219.122/0001-48	28/12/15	29/12/17	F	P
02/2016	Prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização dos imóveis e instalações prediais dos Correios/PI	03.071.710/0001-09	11/5/16	11/5/17	F	E
11/2014	Prestação de serviços de vigilância armada na Diretoria Regional do Piauí	14.151.949/0001-05	1/2/15	4/2/17	F	P
28/2012	Prestação de serviços de vigilância ostensiva	10.389.621/0001-62	31/8/15	4/9/17	F	P

15/2016	Prestação de serviços de vigilância ostensiva na Unidade Federativa do Piauí	10.389.621/0002-43	21/10/16	21/10/17	F	A
47/2012	Prestação de serviços de vigilância armada na Diretoria Regional do Piauí	10.389.621/0002-43	13/12/15	12/12/17	F	P
17/2015	Prestação de serviços de vigilância ostensiva na Diretoria Regional do Piauí	08.644.690/0001-23	3/8/15	4/8/17	F	P
22/2015	Prestação de serviço contínuo com cessão de mão de obra terceirizada	41.305.228/0001-77	5/9/15	7/9/17	M	P
07/2012	Prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização dos imóveis e instalações prediais dos Correios/PI	10.926.785/0001-81	8/5/15	10/5/16	F	E
44/2011	Prestação de serviços de vigilância ostensiva dos Correios/PI	10.389.621/0001-62	21/10/15	20/10/16	F	E
UG/Gestão: Diretoria Regional do Paraná			CNPJ: 34.028.316/0020-76			
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade Exigido	Sit.
			Início	Fim		
74/2015	Prestação de serviços para limpeza, conservação, higienização e desinfecção, com fornecimento e utensílios para as unidades da REVEN – Região de Francisco Beltrão.	11.240.607/0001-65	15/9/16	15/9/17	F	P
102/2014	Prestação de serviços de limpeza, conservação, higienização e desinfecção com fornecimento de mão de obra, materiais utensílios e equipamentos, para as unidades da REVEN 04 – Maringá.	11.240.607/0001-65	27/7/16	27/7/17	F	P
101/2014	Prestação de serviços de limpeza, conservação, higienização e desinfecção com fornecimento de mão de obra, materiais utensílios e equipamentos, para as unidades da REVEN 03 – Cascavel.	11.240.607/0001-65	13/6/16	13/6/17	F	P
75/2016	Prestação de serviços de limpeza, conservação, higienização e desinfecção nas instalações prediais do complexo CEINT	10.730.058/0001-44	24/10/16	24/10/17	F	A
72/2016	Prestação de serviço para limpeza predial, asseio e conservação, com fornecimento de material de limpeza e higiene, de máquinas, equipamentos e utensílios.	09.201.726/0001-67	14/9/16	14/9/17	F	A
84/2015	Prestação de serviços de limpeza, conservação, higienização e desinfecção nas instalações prediais das unidades da REVEN 05	10.594.346/0001-19	23/9/16	23/9/17	F	P
81/2015	Prestação de serviço para limpeza, conservação, higienização e desinfecção, com fornecimento de mão de obra, materiais, utensílios e equipamentos, para a unidade CTCE Londrina/PR.	10.594.346/0001-19	13/4/16	13/4/17	F	P

103/2014	Prestação de serviços de limpeza, conservação, higienização e desinfecção nas instalações prediais das unidades da REVEN 04 Maringá.	10.903.194/0001-99	14/7/16	14/7/17	F	P
95/2013	Prestação de serviço para limpeza, conservação, higienização e desinfecção, com fornecimento de mão de obra, materiais, utensílios, nas instalações prediais dos Correios localizadas na REVEN 02 – Região de Ponta Grossa.	10.594.346/0001-19	4/7/16	4/7/17	F	P
66/2014	Prestação de serviço para limpeza, conservação, higienização e desinfecção, com fornecimento de mão de obra, materiais, utensílios, nas instalações prediais nas unidades da Região Metropolitana de Curitiba e Litoral.	09.201.726/0001-67	3/4/16	3/4/17	F	P
74/2014	Prestação de serviço para limpeza, conservação, higienização e desinfecção, com fornecimento de mão de obra, materiais, utensílios, nas instalações prediais dos Correios na Região de Curitiba.	09.201.726/0001-67	14/6/16	14/6/17	F	P
57/2014	Prestação de serviço para limpeza, conservação, higienização e desinfecção, com fornecimento de mão de obra, materiais, utensílios, nas instalações prediais dos Correios na Região de Curitiba.	07.809.721/0001-96	20/3/16	20/3/17	F	P
75/2014	Prestação de Serviços de limpeza, conservação, higienização e desinfecção, com fornecimento de material de limpeza, equipamentos e utensílios, para as unidades dos Correios situadas na REVEN 03- Foz do Iguaçu PR.	07.192.414/0001-09	24/4/16	24/4/17	M	P
14/2015 (DR01)	Prestação de Serviço de Reprografia – Impressão em grande Porte.	07.432.517/0001-07	20/2/16	20/2/17	M	E
14/2015 (DR36)	Prestação de serviços de recepcionista - Edifício Sede DR-PR	14.010.744/0001-00	24/2/16	24/2/17	M	P
83/2016	Prestação de Serviço de operacionalização dos equipamentos de Sonorização, iluminação, áudio, vídeo e projeções para realização de eventos no auditório do Ed.Sede da DR/PR.	14.740.002/0001-21	1/11/16	31/10/17	M	A
44/2014	Prestação de serviços para Recepção em Londrina.	00.497.008/0001-25	22/2/16	22/2/17	M	P
63/2015	Prestação de Serviço de Controle de acesso de veículos nos estacionamento localizado no subsolo do ED Sede da DR/PR.	05.443.410/0001-20	4/9/16	4/9/17	M	P
29/2015	Prestação de serviço de Gestão do arquivo da DR/PR.	08.941.804/0001-05	12/5/16	12/5/17	M	P
15/2015	Prestação de serviços de recepcionista - Maringá e Ponta Grossa	06.094.697/0001-93	24/2/16	24/2/17	M	P

79/2013	Prestação de Serviços de Controle de vetores e pragas urbanas Edifício Sede DR/PR	12.039.692/0001-60	20/6/16	20/6/17	M	P
70/2014	Prestação de serviços de vigilância desarmada nas unidades da DR/PR	08.282.615/0001-60	9/4/16	9/4/17	F	A
194/2012	Contratação de instituição pública ou privada, sem fins lucrativos, de assistência e apoio a pessoas com deficiência, para a prestação de serviços relacionados às atividades de apoio administrativo e/ou operacional na DR/PR	78.344.603/0001-06	6/12/15	6/12/16	M	E
50/2012	Prestação de serviços de operação, supervisão e monitoramento de imagens do sistema CFTV, de operação e supervisão do sistema de controle de acesso, de monitoramento do sistema de controle de combate a incêndio do edifício sede da Diretoria Regional do Paraná em Curitiba e de operação e supervisão da central de monitoramento de alarmes dos Correios no Paraná	11.967.535/0001-52	20/4/16	16/4/17	F	A
54/2016	Prestação de serviços de aula de ginástica e musculação, nas dependências do Edifício Sede dos Correios DR/PR	13.323.483/0001-07	10/8/16	10/8/17	S	A
43/2014	Prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação nos equipamentos de triagem dos Correios da DR/PR, com fornecimento de materiais, equipamentos e utensílios	07.809.721/0001-96	13/2/16	13/2/17	F	P
29/2016	Prestação de serviços de digitação de dados para geração da NTS - Nota de Tributação Simplificada	79.193.363/0001-40	6/4/16	6/4/17	M	P
232/2014	Prestação de serviços de digitação de dados para a geração da NTS – Nota de Tributação Simplificada.	11.425.781/0001-82	29/11/15	29/11/16	F	E
70/2015	Prestação de serviços de limpeza, conservação, higienização e desinfecção nas instalações prediais do complexo do CTCI-CLI Pinhais	09.201.726/0001-67	14/9/15	14/9/16	F	E
79/2012	Locação, com manutenção, de equipamentos reprográficos digitais para a Diretoria Regional do Paraná	01.771.904/0001-83	14/7/15	10/7/16	M	E
254/2014	Prestação de serviços de Copeiragem para os Correios da DR/PR	02.891.176/0001-06	16/1/15	16/1/16	F	E
31/2015	Prestação de serviço para aula de ginástica e musculação para a DR/PR	15.305.192/0001-11	21/5/15	21/5/16	S	E
76/2015	Prestação de serviços de limpeza, conservação, higienização e desinfecção, nas instalações prediais do complexo de edifício sede da DR/PR (Curitiba)	07.809.721/0001-96	14/9/15	14/9/16	F	E
UG/Gestão: Diretoria Regional do Rio de Janeiro			CNPJ: 34.028.316/0002-94			
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade de Exigido	Sit.
			Início	Fim		

151/2013	Prestação de serviço de limpeza, conservação, higienização e desinfecção em unidades dos Correios/DR/RJ	05.576.482/0001-46	7/11/16	7/11/17	F	P
82/2012	Prestação de serviço de limpeza e conservação	08.543.708/0001-09	8/7/16	3/7/17	F	P
139/2014	Prestação de Serviço de coleta, transporte e deposição de lixo orgânico de resíduos sólidos e não tóxicos gerados pelos Correios/RJ	03.788.266/0001-39	18/10/16	18/10/17	F	P
160/2014	Prestação de serviço de dedetização, desratização, descupinização no CCC	03.975.374/0001-10	4/12/15	4/12/16	F	E
16/2014	Prestação de serviços de recepcionista para atendimento aos Correios/DR/RJ	04.496.288/0001-98	7/2/16	7/2/17	M	E
151/2012	Prestação de Serviços de Ascensoristas para atendimento aos Correios/DR/RJ	04.496.288/0001-98	3/11/15	3/11/16	M	E
11/2016	Prestação de serviço de limpeza e conservação	17.659.254/0001-19	10/2/16	10/2/17	F	E
26/2016	Prestação de serviço de limpeza e conservação	17.659.254/0001-19	6/4/16	6/4/17	F	E
27/2016	Prestação de serviço de limpeza e conservação	17.659.254/0001-19	6/4/16	6/4/17	F	E
103/2016	Prestação de serviço de limpeza e conservação	20.466.189/0001-10	13/9/16	27/2/16	F	E
09/2016	Prestação de serviço de limpeza e conservação	14.562.544/0001-51	4/2/16	4/2/17	F	E
68/2016	Prestação de serviço de limpeza e conservação	10.172.357/0001-00	20/6/16	10/2/17	F	E
15/2016	Prestação de serviço de zeladoria	03.626.186/0001-87	25/2/16	25/2/17	M	P
84/2016	Prestação de serviço de limpeza e conservação	04.626.006/0001-20	1/8/16	6/4/17	F	P
73/2016	Prestação de serviço de limpeza e conservação	11.855.183/0001-43	29/6/16	6/4/17	F	E
61/2016	Prestação de serviço de limpeza e conservação	04.940.028/0001-60	13/6/16	13/6/17	F	E
34/2016	Prestação de serviço de limpeza e conservação	08.543.708/0001-09	11/4/16	11/4/17	F	P
36/2016	Prestação de serviço de limpeza e conservação	41.309.022/0001-15	12/4/16	12/4/17	F	E
40/2016	Prestação de serviço de limpeza e conservação	20.466.189/0001-10	22/4/16	22/4/17	F	P
119/2016	Prestação de serviço de apoio à operação de armazenagem e logística.	03.873.484/0001-71	18/11/16	18/11/17	M	A
UG/Gestão: Diretoria Regional do Rio Grande do Norte			CNPJ: 34.028.316/0025-80			
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade de Exigido	Sit.
			Início	Fim		
14/2016	Prestação de serviços de limpeza e conservação na ECT/RN.	04.878.794/0001-41	4/10/16	4/10/17	F	A
31/2015	Prestação de serviços de lavagem e polimentos de veículos da ECT/RN.	08.469.769/0001-65	23/7/16	23/7/17	F	P
61/2012	Prestação de serviços de vigilância armada em unidades da ECT/RN.	11.330.880/0001-80	2/11/16	29/10/17	F	P
28/2015	Prestação de serviços de vigilância armada em unidades da ECT/RN.	11.937.230/0001-06	14/7/16	14/7/17	F	P

17/2013	Prestação de serviços de vigilância armada em unidades da ECT/RN.	10.748.912/0001-08	25/4/16	25/4/17	F	P
06/2016	Prestação de serviços de vigilância armada em unidades da ECT/RN.	10.639.977/0001-07	23/3/16	23/3/17	F	A
18/2013	Prestação de serviços de vigilância armada em unidades da ECT/RN.	04.008.185/0001-31	14/3/16	14/3/17	F	P
42/2010	Prestação de serviços de limpeza e conservação nas unidades da DR/RN.	07.442.731/0001-36	15/7/15	15/7/16	F	P
42/2015	Serviço de apoio e operação de armazenagem e logística - CLI	07.442.731/0001-36	13/10/16	12/10/17	M	P
UG/Gestão: Diretoria Regional de Rondônia			CNPJ: 34.028.316/0027-42			
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade de Exigido	Sit.
			Início	Fim		
31/2011	Prestação de serviços de Limpeza e Conservação nas unidades da DR/RO	05.784.566/0001-20	10/5/16	11/8/16	F	E
08/2016	Prestação de serviço de Limpeza Predial, Asseio e Conservação nas Unidades dos Correios Rondônia	25.000.687/0001-96	30/8/16	28/2/17	F	E
20/2016	Prestação de serviço de Vigilância Armada Para as Unidades da ECT/RO em Porto Velho/RO.	10.760.842/0001-03	21/12/16	20/3/17	M	E
UG/Gestão: Diretoria Regional de Roraima			CNPJ: 34.028.316/8056-16			
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade de Exigido	Sit.
			Início	Fim		
28/2015	Prestação de serviços de Limpeza, Conservação e Higienização das unidades dos Correios do município de Boa Vista, com utilização de materiais de limpeza, utensílios e equipamentos de qualidade por conta da contratada.	10.282.449/0001-43	11/12/16	10/12/17	F	P
13/2013	Prestação de serviços de Vigilância Armada para a DR/RR	02.692.187/0001-67	18/9/16	17/9/17	M	P
26/2015	Prestação de serviços de Limpeza na unidade AC/ Cantá/DR/RR	719.256.192-49	9/11/15	8/5/16	F	A
23/2015	Prestação de serviços de Limpeza na unidade AC/ Caracarái/DR/RR	040.175.662-94	1/10/15	30/4/16	F	A
22/2015	Prestação de serviços de Limpeza na unidade AC/ Normandia/DR/RR	789.457.392-20	1/10/15	30/4/16	F	A
21/2015	Prestação de serviços de Limpeza na unidade AC/ Mucajaí/DR/RR	275.497.888-71	1/10/15	30/4/16	F	A
20/2015	Prestação de serviços de Limpeza na unidade AC/ Alto Alegre/DR/RR	821.716.612-91	22/9/15	21/3/16	F	A
19/2015	Prestação de serviços de Limpeza na unidade AC/ Pacaraima/DR/RR	200.001.702-91	21/9/15	20/3/16	F	A
18/2015	Apresentação artística tipo stund up - ação mulheres negras	749.376.342-91	5/11/15	4/1/16	F	P
15/2015	Prestação de serviços de Limpeza na unidade AC/ Iracema/DR/RR	627.792.812-00	3/8/15	7/3/16	F	P
14/2015	Prestação de serviços de Limpeza na unidade AC/ Rorainópolis/DR/RR	719.052.352-91	3/8/15	7/3/16	F	P
UG/Gestão: Diretoria Regional do Rio Grande do Sul			CNPJ: 34.028.316/0026-61			
Número e Ano	Objeto	Empresa Contratada	Período Contratual		Nível de Escolaridade	Sit.
			Início	Fim		

Contrato		(CNPJ/CPF)	Início	Fim	de Exigido	
58/2012	Prestação de serviços de Limpeza nas unidades da DR/RS	05.784.565/0001-20	29/4/15	29/4/17	F	P
03/2013	Prestação de serviços, por meio de instituição pública ou privada, sem fins lucrativos, de assistência e apoio a pessoas com deficiência, para a DR/RS	91.983.460/0001-32	20/2/15	20/2/16	M	E
201/2011	Prestação de serviços de Regência Coral/Maestro na DR/RS	00.056.597/2820-00	20/11/15	15/11/16	S	E
72/2012	Prestação de serviços de Limpeza nas unidades da DR/RS	08.091.559/0001-86	4/6/15	31/5/17	F	P
56/2013	Prestação de serviços de Limpeza nas unidades da DR/RS	10.594.346/0001-19	3/7/15	6/7/17	F	P
57/2013	Prestação de serviços de Limpeza nas unidades da DR/RS	10.594.346/0001-19	3/7/15	6/7/17	F	P
58/2013	Prestação de serviços de Limpeza nas unidades da DR/RS	10.594.346/0001-19	3/7/15	6/7/17	F	P
110/2014	Prestação de serviços de Limpeza nas unidades da DR/RS	10.594.346/0001-19	30/10/15	2/11/17	F	P
148/2014	Prestação de serviços de Limpeza nas unidades da DR/RS	02.095.393/0001-90	1/2/16	2/2/17	F	P
71/2013	Prestação de serviços de Vigilância nas unidades da DR/RS	87.134.086/0001-23	13/11/15	11/8/17	M	P
16/2014	Prestação de serviços de Vigilância nas unidades da DR/RS	87.134.086/0001-23	12/11/15	11/3/17	M	P
41/2015	Prestação de serviços de Copeiragem na DR/RS	13.116.460/0001-21	21/5/15	24/5/17	P	P
108/2015	Prestação de serviços de mão de obra terceirizada para FNDE nas unidades da DR/RS	08.543.708/0001-09	4/11/15	4/11/17	M	P
109/2015	Prestação de serviços de mão de obra terceirizada para FNDE nas unidades da DR/RS	03.149.832/0001-62	3/11/15	3/11/16	M	E
110/2015	Prestação de serviços de mão de obra terceirizada para FNDE nas unidades da DR/RS	03.149.832/0001-62	3/11/15	2/11/16	M	E
111/2015	Prestação de serviços de mão de obra terceirizada para FNDE nas unidades da DR/RS	03.149.832/0001-62	3/11/15	3/11/16	M	E
112/2015	Prestação de serviços de mão de obra terceirizada para FNDE nas unidades da DR/RS	14.010.744/0001-00	3/11/15	3/11/16	M	E
113/2015	Prestação de serviços de mão de obra terceirizada para FNDE nas unidades da DR/RS	14.010.744/0001-00	3/11/15	3/11/16	M	E
15/2015	Prestação de serviços de Reprografia de Grande Porte nas unidades da DR/RS	07.432.517/0001-07	4/3/15	7/3/17	M	E
39/2013	Prestação de serviços de Remanejamento de Bens na Diretoria Regional do Rio Grande do Sul	03.149.832/0001-62	24/4/15	25/4/17	F	P
17/2013	Prestação de serviços de Ajardinamento e Manutenção da área externa do Centro de Tratamento de Cartas e Encomendas de Porto Alegre, na DR/RS	94.331.832/0001-34	13/3/15	14/3/17	M	P

17/2013	Prestação de serviços de Ajardinamento e Manutenção do Centro de Tratamento de Cartas e Encomendas de Porto Alegre, na DR/RS	94.331.832/0001-34	13/3/15	14/3/17	M	P
UG/Gestão: Diretoria Regional de Santa Catarina			CNPJ: 34.028.316/0028-23			
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade de Exigido	Sit.
			Início	Fim		
39/2012	Serviço de vigilância orgânica armada - COA/DR/SC	10.502.700/0001-38	15/4/15	15/4/16	M	E
118/2013	Serviços de Vigilância Patrimonial	07.168.167/0001-05	14/12/15	14/12/16	M	E
60/2012	Monitoramento de Sistemas de Alarme, Controle de Acesso e CFTV da DR/SC	10.502.700/0001-38	25/6/16	31/1/17	M	E
12/2013	Serviços de Reprografia	04.292.169/0001-13	1/2/16	1/2/17	Não exigido no contrato	E
10/2013	Serviços de Limpeza e Conservação COA	10.581.285/0001-55	4/2/16	4/2/17	F	P
17/2012	Manutenção de portas giratórias detectoras de metais	08.647.005/0001-12	10/2/16	5/2/17	M	E
11/2015	Serviços de reprografia - LOTE 02 (Contratação feita pela AC)	07.432.517/0001-07	20/2/16	20/2/17	Não exigido no contrato	P
11/2013	Prestação serviços Recepcionistas	11.967.535/0001-52	4/3/16	4/3/17	M	P
28/2014	Limpeza e Conservação – REVENS 1, 2 e 3	09.561.495/0001-00	26/3/16	26/3/17	F	P
23/2015	Serviço de limpeza, conservação, higienização e desinfecção nas Instalações prediais da ECT.	10.581.285/0001-55	5/4/16	5/4/17	F	P
36/2013	Carga, Descarga e Movimentação de Materiais e Móveis	10.581.285/0001-55	2/5/16	2/5/17	F	P
47/2012	Serviço de Confecção de Carimbos	07.496.162/0001-01	18/5/16	13/5/17	Não exigido no contrato	P
43/2013	Limpeza e conservação para diversas unidades da DR/SC	09.561.495/0001-00	6/6/16	6/6/17	F	P
50/2012	Manutenção continua das plataformas e docas hidráulicas de cargas e descargas	06.219.530/0001-01	20/6/16	15/6/17	M	P
67/2013	Manutenção de extintores de incêndio DR/SC	06.219.530/0001-01	8/8/16	8/8/17	M	P
63/2013	Manutenção bicicleta - CDD Criciúma	06.091.190/0001-86	8/8/16	8/8/17	F	P
74/2012	Serviço de transporte de pessoal - VAN	00.295.990/0001-32	26/8/16	21/8/17	Não exigido no contrato	P
55/2015	Entidade de portadores de necessidades especiais	78.827.177/0001-53	2/9/16	2/9/17	F	P
69/2012	Vigilância armada e desarmada DR/SC	10.364.152/0001-27	17/9/16	12/9/17	M	P
82/2012	Manutenção de cofre com peças inclusas para a DR/SC	72.122.146/0001-10	28/9/16	23/9/17	M	P
79/2014	Limpeza, higienização nas instalações dos Correios DR/SC - REVENS 04 e 05	00.464.219/0001-41	1/10/16	1/10/17	F	P

36/2016	Prestação de serviço de Vigilância Armada nas dependências dos Correios/SC.	10.364.152/0001-27	13/10/16	13/10/17	M	P
93/2013	Transporte de bens e equipamentos	17.100.553/0001-19	17/10/16	17/10/17	M	P
98/2012	Manutenção do sistema de alarme da DR/SC	09.108.248/0001-45	20/10/16	20/10/17	M	P
47/2016	Prestação de serviço de Vigilância Armada e Desarmada, nas dependências dos Correios.	82.949.652/0001-31	15/12/16	15/12/17	M	A
49/2013	Impressão de dados variáveis	02.505.115/0001-63	5/6/13	5/6/18	Não exigido no contrato	P
21/2015	Serviço de digitalização de documentos	02.505.115/0001-63	3/3/15	2/3/16	Não exigido no contrato	P
107/2012	Prestação de Serviços de Limpeza, Conservação, Higienização e Desinfecção nas instalações prediais da DR/SC	09.561.495/0001-00	4/1/15	4/1/16	F	P
14/2012	Prestação de serviços de Regência do Coral Clave Sul	13.309.872/0001-88	4/2/15	4/2/16	S	P
14/2014	Prestação de serviços de Manutenção em Equipamentos de Microinformática	10.586.483/0001-01	8/3/15	8/3/16	M	P
96/2012	Serviços de operação e manutenção do Sistema de Climatização do COA	01.676.745/0001-38	12/10/15	12/10/16	M	P
92/2012	Serviço de acesso à internet via 3G	05.423.963/0001-11	11/10/15	11/10/16	Não exigido no Contrato	E
104/2012	Locação de veículo administrativo - gabinete	07.145.750/0001-09	4/11/15	31/10/16	Não exigido no Contrato	E
14/2013	Telefonia de longa distância - LDN	40.432.544/0001-47	4/3/16	31/12/16 (Rescindido)	Não exigido no Contrato	E
62/2012	Serviço de Clipping – Clipagem jurídica	37.535.259/0001-47	27/7/16	22/7/17	Não exigido no Contrato	P
41/2016	Locação de um veículo automotor leve, sem motorista, com franquia livre para atender às necessidades do Gabinete da Diretoria Regional de SC.	37.535.259/0001-47	1/12/16	1/12/16	Não exigido no Contrato	E
10/2016	Gerenciamento de manutenção veicular	77.171.247/0001-03	4/2/16	4/8/18	Não exigido no Contrato	P
18/2015	Veículos administrativos DR/SC	12.039.966/0001-11	3/3/16	3/3/17	Não exigido no Contrato	P
16/2013	Serviço de leituras diárias e envio de recortes eletrônicos - clipping GJUR 04-SC	77.171.247/0001-03	4/3/16	4/3/17	Não exigido no Contrato	P
19/2014	Suporte técnico equipamentos de microinformática DR/SC	85.240.869/0001-66	18/3/15	18/3/16	Não exigido no Contrato	E

07/2012	Manutenção em aparelhos de ar condicionados com forn. de peças	11.955.729/0001-38	5/2/16	5/2/17	M	P
55/2012	Manutenção de elevadores de passageiros e de cargas coa DR/SC	90.347.840/0009-75	5/6/16	7/6/17	M	P
96/2012	Serviços de operação e manutenção do sistema de climatização do COA.	01.676.745/0001-38	12/10/15	12/10/16	M	E
42/2011	REVEN 01 - manutenção de paleteiras e carrinhos de transporte	81.786.105/0001-10	6/5/15	1/5/16	M	E
44/2011	REVEN 03 - manutenção de paleteiras e carrinhos de transporte	81.786.105/0001-10	27/5/15	22/5/16	M	E
UG/Gestão: Diretoria Regional de Sergipe			CNPJ: 34.028.316/0032-00			
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade de Exigido	Sit.
			Início	Fim		
23/2015	Prestação de serviços de limpeza e conservação em instalações prediais das unidades da DR/SE.	15.039.942/0001-50	23/11/16	23/11/17	F	P
23/2013	Prestação de serviços de locação de Veículos, com Motorista, para DR/SE	08.692.885/0001-49	18/10/16	18/10/17	M	P
46/2012	Prestação de serviços de Vigilância Empresarial Armada nos edifícios próprios e alugados dos Correios, da DR/SE.	32.834.491/0001-62	7/12/16	2/12/17	F	P
07/2013	Prestação de serviços de Recepcionista, de Copeiragem e Telefonista para atendimento das demandas dos prédios do edifício sede, do complexo da Rua Acre c/ Rua Alagoas	04.854.298/0001-58	4/6/16	4/6/17	F	P
11/2015	Prestação de serviços de lavagem de veículos	86.351.140/0001-10	20/8/16	20/8/17	F	P
06/2015	Prestação de serviços de mão de obra terceirizada, para apoio à operação de armazenagem e logística, destinada a desenvolver as atividades pertinentes à operação FNDE.	02.544.972/0001-72	19/5/16	19/5/17	M	P
16/2016	Contratação de Mão de Obra Terceirizada de apoio à operação de armazenagem e logística	13.114.004/0001-42	20/5/16	20/5/17	M	A
UG/Gestão: Diretoria Regional de São Paulo Interior			CNPJ: 34.028.316/7101-51			
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade de Exigido	Sit.
			Início	Fim		
96/2015	Prestação de serviços de apoio administrativo (copeira / recepcionista / auxiliar de serviços gerais)	05.576.482/0001-46	15/5/15	16/5/17	F	P
61/2016	Prestação de serviços de vigilância armada – DR/SPI	05.023.421/0001-51	15/6/16	15/6/17	F	A
176/2014	Prestação de serviços de vigilância armada – DR/SPI	06.069.276/0001-02	11/7/14	13/7/17	F	P
151/2015	Prestação de serviços de vigilância armada CCE Campinas (Indaiatuba)	06.069.276/0001-02	17/8/15	18/8/17	F	P
170/2015	Prestação de serviços de mão de obra terceirizada em apoio as operações de armazenagem e logística	08.543.708/0001-09	19/8/15	20/8/17	M	P

103/2016	Prestação de serviços de bombeiro civil – CCE Campinas (Indaiatuba)	03.022.122/0001-77	12/9/16	12/9/17	F	A
183/2015	Prestação de serviços de vigilância armada – DR/SPI	06.069.276/0001-02	18/9/15	19/9/17	F	P
233/2014	Prestação de serviços de limpeza e conservação região de Araraquara	14.084.079/0001-90	29/9/14	1/10/17	F	P
224/2015	Prestação de serviços de limpeza e conservação região de Araçatuba	08.543.708/0001-09	21/10/15	22/10/17	F	P
256/2014	Prestação de serviços de limpeza e conservação região de São José do Rio Preto	08.543.708/0001-09	20/10/14	22/10/17	F	P
147/2016	Prestação de serviços de vigilância desarmada - horas avulsas	13.649.411/0001-54	27/10/16	27/10/17	F	A
148/2016	Prestação de serviços de apoio administrativo - porteiro	04.878.794/0001-41	29/10/16	29/10/17	F	A
223/2015	Prestação de serviços limpeza e conservação região Presidente Prudente, Votuporanga e Botucatu	08.543.708/0001-09	30/10/15	31/10/17	F	P
145/2016	Prestação de serviços de limpeza predial - região Ribeirão Preto	07.842.476/0001-19	31/10/16	31/10/17	F	A
222/2015	Prestação de serviços de limpeza e conservação região Rio Claro	08.543.708/0001-09	4/11/15	5/11/17	F	P
483/2013	Prestação de serviços de limpeza e conservação região de Campinas	04.370.087/0001-40	4/11/13	7/11/17	F	P
282/2014	Prestação de serviços de limpeza e conservação complexo Valinhos	12.820.904/0001-42	7/11/14	9/11/17	F	P
174/2016	Prestação de serviços de monitoramento na central integrada de monitoramento dos Correios - gerenciamento e operação	07.945.678/0010-87	23/11/16	23/11/17	M	A
294/2014	Prestação de serviços de limpeza e conservação região de Bauru	08.543.708/0001-09	24/11/14	26/11/17	F	P
229/2015	Prestação de serviços de limpeza região de Sorocaba	08.543.708/0001-09	27/11/15	28/11/17	F	P
617/2013	Prestação de serviços de escolta armada para cargas transportadas	07.705.117/0005-43	23/12/13	26/12/17	F	P
109/2016	Prestação de serviços de limpeza - região de São José dos Campos	08.543.708/0001-09	5/1/16	6/1/18	F	P
19/2015	Prestação de serviços de limpeza mecanizada – CCE Campinas (Indaiatuba)	45.768.009/0001-85	2/3/15	3/7/18	F	P
165/2012	Prestação de serviços de limpeza e conservação região de Ribeirão Preto	04.370.087/0001-40	30/8/12	30/10/16	F	E
103/2011	Prestação de serviços de vigilância armada e desarmada lote 1	05.345.091/0001-10	11/4/11	14/6/16	F	E
92/2011	Prestação de serviços de vigilância armada e desarmada lote 2	05.345.091/0001-10	11/4/11	14/6/16	F	E
337/2012	Prestação de serviços de limpeza e conservação região de São José dos Campos	05.784.565/0001-20	2/1/13	4/1/16	F	E

302/2011	Contratação de Instituição Pública ou Privada, sem fins lucrativos, de Assistência e Apoio a Pessoas Portadoras de Deficiência, para a Prestação de Serviços relacionados a Atividades de Apoio Administrativo e/ou Operacional aos Correios e da DR/SPI	21.247.010/0001-04	1/12/11	30/11/16	F	E
171/2015	Prestação de serviços de apoio administrativo - porteiros	07.933.530/0001-31	1/9/15	28/10/16	F	E
346/2014	Prestação de serviço de vigilância eletrônica dos sistemas de alarmes	11.180.482/0001-25	4/12/14	5/12/16	F	E
348/2012	Prestação de Controle, Movimentação Interna e Armazenagem de Bens Móveis de Propriedade dos Correios da DR/SPI	15.638.197/0001-66	7/1/13	10/1/17	M	E
UG/Gestão: Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana			CNPJ: 34.028.316/0031-29			
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade de Exigido	Sit.
			Início	Fim		
14/2015	Prestação de serviços de apoio a operação de armazenagem e logística	03.873.484/0001-71	26/1/15	26/1/16	M	A
190/2013	Prestação de serviço de limpeza nas unidades da REVEN 05 e 06 da DR/SPM	00.293.895/0001-08	25/7/15	17/5/16	F	P
255/2014	Prestação de serviços de limpeza e higienização de Equipamento de Triagem Automática de Cartas (FN) NEC, com fornecimento de material de limpeza, de equipamentos e utensílios, nas unidades do CTC SANTO AMARO da DR/SPM	09.288.595/0001-05	2/9/15	30/8/16	F e M	P
306/2015	Prestação de serviços de limpeza e higienização de equipamento de triagem automática de cartas (FN) NEC do centro de tratamento de cartas Santo André da DR/SPM	07.836.985/0001-39	13/10/15	13/10/16	F e M	A
267/2014	Prestação de serviços de limpeza e higienização de equipamento de triagem automática de cartas (FN) NEC e SIEMENS, no centro de tratamento de cartas Mooca da DR/SPM	07.863.853/0001-04	26/8/15	26/8/16	F e M	P
268/2014	Prestação de serviços de limpeza e Higienização de Equipamentos de Triagem Automática de Encomendas (FE) Crisplint e Cartas (FN) Siemens no centro de tratamento de cartas e encomendas Vila Maria da DR/SPM	07.863.853/0001-04	26/8/15	26/8/16	F e M	P
239/2014	Prestação de serviços de limpeza e higienização de Equipamento de Triagem Automática de Encomendas (FE) Crisplint e Cartas (FN) Siemens, nas unidades do CTE-Jaguarié e CTC-Jaguarié da DR/SPM	07.863.853/0001-04	1/8/15	31/7/16	F	P
192/2014	Prestação de serviços de operação de elevadores de passageiros e de carga instalados no edifício sede dos Correios na DR/SPM	42.890.558/0001-30	5/6/15	20/1/16	F	P

90/2015	Prestação de serviços de copeiragem para o Gabinete da Diretoria da DR/SPM	10.683.848/1000-16	28/4/16	22/7/16	F	E
108/2016	Prestação de serviços de copeiragem para o Gabinete da Diretoria da DR/SPM	19.106.679/0001-26	16/8/16	16/12/16	F	E
346/2015	Prestação de serviços de apoio à operação de armazenagem e logística para a DR/SPM	03.873.484/0001-71	27/1/16	27/1/17	F	E
409/2014	Prestação de serviços de assistência farmacêutica para DR/SPM	73.887.424/0001-93	26/12/15	26/12/16	S	P
13/2013	Prestação de serviços de vigilância armada para complexos operacionais dos Correios na Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana	15.252.971/0001-04	8/2/16	8/2/17	F	P
304/2012	Prestação de serviços de vigilância armada para complexos operacionais dos Correios na Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana	15.252.971/0001-04	10/1/16	10/1/17	F	P
60/2015	Prestação de serviços de vigilância patrimonial, atendendo as unidades dos Correios na Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana	10.928.126/0001-84	20/3/16	20/3/17	F	P
59/2015	Prestação de serviços de vigilância patrimonial, atendendo as unidades dos Correios na Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana	10.928.126/0001-84	20/3/16	20/3/17	F	P
45/2015	Prestação de serviços de vigilância patrimonial, atendendo as unidades dos Correios na Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana	10.928.126/0001-84	14/4/16	14/4/17	F	P
215/2014	Prestação de serviço de vigilância armada para o Edifício Sede da Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana	10.928.126/0001-84	1/8/15	1/8/16	F	E
271/2013	Prestação de serviços de vigilância armada nas unidades CEE Guarulhos; CEE Vila Nova Cachoeirinha e CEE Vila Guilherme na Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana	10.928.126/0001-84	8/5/15	8/11/16	F	E
243/2013	Prestação de serviços de vigilância armada para Complexos Operacionais dos Correios na Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana	10.928.126/0001-84	16/9/16	16/9/17	F	P
230/2013	Prestação de serviços de vigilância armada em Complexos Operacionais dos Correios na Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana	06.069.276/0001-02	25/8/16	25/8/17	F	P
180/2014	Prestação de serviços de vigilância armada para o CGLI/TECA CAJAMAR da Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana	06.069.276/0001-02	29/5/16	29/5/17	F	P
329/2014	Prestação de serviços de recepção para o atendimento ao público interno e externo em unidades dos Correios na Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana	66.059.510/0001-42	2/11/15	2/11/16	M	E

35/2016	Prestação de serviço de vigilância armada para o Edifício Sede da Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana	10.928.126/0001-84	1/5/16	1/5/17	F	A
182/2016	Prestação de serviços de recepção para o atendimento ao público interno e externo em unidades dos Correios na Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana	04.878.794/0001-41	3/11/16	3/11/17	M	A
99/2014	Prestação de serviços de Suporte Técnico em equipamentos que compõem o ambiente de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) da contratante, presencial e/ou remoto, na DR/SPM	05.352.572/0001-53	9/4/16	9/4/17	M e S	P
71/2015	Prestação de serviços de manutenção em equipamentos que compõem o Ambiente Computacional da contratante, na DR/SPM	07.345.258/0001-79	1/4/15	1/4/16	M e S	E
183/2014	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de hardware com fornecimento de peças, para 6 (seis) servidores da DR/SPM	72.645.872/0001-18	31/5/15	31/5/16	S	E
350/2011	Serviços Técnicos de operação e Monitoração das Salas de Controle da ECT	16.447.310/0001-32	20/12/15	15/12/16	M e S	E
257/2015	Prestação, emergencial, de serviços de limpeza localizados no Complexo Logístico Cajamar da Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana.	01.031.733/0001-56	3/9/15	9/2/16	Não consta em Edital	E
05/2016	Prestação de serviços de limpeza localizados no Complexo Logístico Cajamar da Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana.	03.206.234/0001-88	11/1/16	11/1/17	Não consta em Edital	P
18/2012	Prestação de serviços de limpeza localizados no Prédio da Vila Maria da Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana.	10.722.897/0001-10	5/3/16	28/2/17	Não consta em Edital	E
15/2015	Prestação de serviços de limpeza nas unidades da REVEN 07 da Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana.	14.084.079/0001-90	3/2/16	3/2/17	Não consta em Edital	P
273/2015	Prestação de serviços de limpeza nas unidades da REVEN 10 da Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana.	08.543.708/0001-09	9/9/15	9/9/16	Não consta em Edital	P
266/2015	Prestação de serviços de limpeza nas unidades da REVEN 01 e 11 da Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana.	14.084.079/0001-90	17/9/16	17/9/17	Não consta em Edital	P
184/2015	Prestação de serviços de limpeza nas unidades da REVEN 09 da Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana.	01.031.733/0001-56	17/7/16	13/2/17	Não consta em Edital	E
319/2013	Prestação de serviços de limpeza na unidade do CTE Saúde da Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana.	07.836.985/0001-39	7/2/16	7/2/17	Não consta em Edital	E
203/2015	Prestação de serviço de limpeza nas unidades do CTC Moóca e CTC Santo André da Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana.	10.683.848/0001-16	30/7/16	30/7/17	Não consta em Edital	A

89/2014	Prestação de serviço de limpeza no edifício Sede da Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana	14.599.466/0001-60	6/4/16	6/4/17	Não consta em Edital	P
48/2012	Prestação de serviço de limpeza nas unidades da REVEN 03 da Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana	00.293.895/0001-08	8/3/15	8/3/16	Não consta em Edital	E
42/2016	Prestação de serviço de limpeza nas unidades da REVEN 03 da Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana	11.130.061/0001-90	7/4/16	31/5/16	Não consta em Edital	E
84/2016	Prestação de serviço de limpeza nas unidades da REVEN 03 da Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana	09.288.595/0001-05	18/7/16	5/8/16	Não consta em Edital	E
218/2016	Prestação de serviço de limpeza nas unidades da REVEN 03 da Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana	04.878.794/0001-41	12/12/16	12/12/17	Não consta em Edital	A
122/2013	Prestação de serviço de limpeza nas unidades da REVEN 02 da Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana	00.293.895/0001-08	5/5/15	5/4/16	Não consta em Edital	E
44/2016	Prestação de serviço de limpeza nas unidades da REVEN 02 da Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana	09.288.595/0001-05	11/4/16	5/8/16	Não consta em Edital	E
220/2016	Prestação de serviço de limpeza nas unidades da REVEN 02 da Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana	04.878.794/0001-41	14/12/16	14/12/17	Não consta em Edital	A
52/2016	Prestação, emergencial, de serviço de limpeza nas unidades da REVEN 05 e 06 da Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana.	08.543.708/0001-09	5/5/16	14/9/16	Não consta em Edital	E
101/2016	Prestação de serviço de limpeza nas unidades da REVEN 05 e 06 da Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana.	04.878.794/0001-41	15/8/16	15/8/17	Não consta em Edital	A
285/2015	Prestação de serviços de limpeza localizados no Complexo Claudio Schalch da Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana.	14.084.079/0001-90	17/10/15	17/10/16	Não consta em Edital	E
148/2016	Prestação de serviços de limpeza localizados no Complexo Claudio Schalch da Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana.	04.878.794/0001-41	18/10/16	18/10/17	Não consta em Edital	A
240/2015	Prestação de serviço de limpeza nas unidades da REVEN 04 da Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana.	10.398.338/0001-05	15/9/15	15/9/16	Não consta em Edital	P
305/2015	Prestação, emergencial, de serviços de limpeza nas unidades do CD Leste da Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana.	09.288.595/0001-05	6/10/15	20/3/16	Não consta em Edital	E
19/2016	Prestação de serviços de limpeza nas unidades do CD Leste da Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana.	09.288.595/0001-05	21/3/16	5/8/16	Não consta em Edital	E
45/2013	Prestação de serviços de limpeza, nas unidades da REVEN 08 da Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana.	10.683.848/0001-16	2/3/16	2/3/17	Não consta em Edital	E

272/2015	Prestação de serviços de limpeza nas unidades localizadas no Complexo Santo Amaro da Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana.	50.400.407/0001-84	9/9/16	9/9/17	Não consta em Edital	A
0261/2014	Prestação de serviços de zeladoria para diversas unidades da Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana.	10.683.848/0001-16	19/8/15	19/8/16	Não consta em Edital	E
114/2016	Prestação de serviços de zeladoria para diversas unidades da Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana.	04.878.794/0001-41	12/9/16	12/9/17	F	A
338/2015	Prestação de serviços de operação de elevadores de carga e de serviços instalados no Edifício Sede dos Correios - DR/SPM.	10.683.848/0001-16	14/12/15	14/12/16	Não consta em Edital	E
245/2013	Prestação de serviços de manutenção corretiva programada e emergencial em imóveis ocupados pela contratante na faixa de CEP 03 da Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana.	11.516.393/0001-07	22/9/16	22/9/17	Não consta em Edital	P
249/2013	Prestação de serviços de instalação de infra-estrutura para os sistemas das redes internas de telecomunicações (lógica e telefonia) e da rede elétrica de baixa tensão, bem como os serviços de mudanças e alterações internas de layout, instalações de equipamentos de proteção contra queda e oscilações de energia, sistemas de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA), ventiladores e suas adequações, atendendo aos padrões dos Correios, a serem realizados na Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana.	11.516.393/0001-07	22/9/16	22/9/17	Não consta em Edital	P
288/2013	Prestação de serviços de manutenção corretiva programada e emergencial em imóveis ocupados pela contratante na faixa de CEP 05 da Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana, conforme Especificação Técnica e demais condições deste Instrumento e seus anexos.	11.516.393/0001-07	9/12/16	9/12/17	Não consta em Edital	P
133/2014	Prestação de serviços de instalação, desinstalação, remanejamento e conservação de caixas de coleta de correspondências e dos respectivos pedestais e bases de sustentação para DR/SPM	06.219.530/0001-01	11/5/16	11/5/17	Não consta em Edital	P
310/2014	Prestação de serviços de manutenção predial, corretiva emergencial, programada e preventiva, conservação e instalação no Edifício Sede da Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana, com fornecimento de material – blocos I, II e III.	19.026.321/0001-93	2/10/16	2/10/17	Não consta em Edital	P
22/2015	Prestação de serviços de manutenção corretiva emergencial, programada e preventiva, em imóveis ocupados pela contratante na faixa de CEP 11 da Diretoria Regional de São Paulo	19.026.321/0001-93	7/2/16	7/2/17	Não consta em Edital	P

	Metropolitana.					
79/2015	Prestação de serviços de manutenção predial, corretiva emergencial, programada e preventiva, conservação e instalação no Complexo Cláudio Shalch da Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana.	19.026.321/0001-93	15/4/16	15/4/17	Não consta em Edital	P
80/2015	Prestação de serviços de manutenção predial, corretiva emergencial, programada e preventiva, conservação e instalação no Complexo Saúde da Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana.	19.026.321/0001-93	15/4/16	15/4/17	Não consta em Edital	P
256/2015	Prestação de serviços de manutenção predial, corretiva emergencial, programada e preventiva, conservação e instalação no Complexo Cajamar da Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana.	19.026.321/0001-93	2/9/16	2/9/17	Não consta em Edital	P
333/2015	Prestação de serviços de manutenção corretiva programada e emergencial em imóveis ocupados pela contratante na faixa de CEP 01 da DR/SPM	11.516.393/0001-07	1/12/16	1/12/17	Não consta em Edital	P
196/2016	Prestação de serviços de manutenção predial corretiva (emergencial e programada) e preventiva, conservação e instalação no Complexo Santo Amaro – DR/SPM	13.679.845/0001-05	21/11/16	21/11/17	Não consta em Edital	A
216/2016	Prestação de serviços de manutenção corretiva emergencial, programada e preventiva, em imóveis ocupados pela contratante na faixa de CEP 04 e 09 da DR/SPM	07.706.978/0001-12	5/12/16	5/12/17	Não consta em Edital	A
222/2016	Prestação de serviços de manutenção corretiva emergencial, programada e preventiva, em imóveis ocupados pela contratante na faixa de CEP 02, 07 e 08 da DR/SPM	13.679.845/0001-05	15/12/16	15/12/17	Não consta em Edital	A
223/2016	Prestação de serviços de manutenção predial corretiva (emergencial e programada) e preventiva, conservação e instalação no Centro Cultural da DR/SPM	13.679.845/0001-05	15/12/16	15/12/17	Não consta em Edital	A
UG/Gestão: Diretoria Regional de Tocantins			CNPJ: 34.028.316/7883-47			
Número e Ano Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ/CPF)	Período Contratual		Nível de Escolaridade de Exigido	Sit.
			Início	Fim		
19/2014	Apoio a operação de armazenagem e Logística	04.795.101/0001-57	20/10/14	20/10/16	M	E
17/2015	Serviço de limpeza, asseio e conservação para a DR/TO.	12.095.551/0001-65	19/1/16	19/1/18	F	A
17/2016	Serviço de portaria no edifício Sede da UF/TO.	86.688.785/0001-52	5/12/16	5/12/17	M	A
12/2016	Prestação de serviços de limpeza na região de Araguaína/TO	13.452.604/0001-10	20/10/16	20/10/17	F	A
31/2014	Serviço de limpeza e conservação, em regime de tempo parcial, com fornecimento de materiais- Região de	14.666.346/0001-38	16/1/15	16/1/16	F	E

	Palmas/TO.					
30/2014	Serviço de limpeza e conservação, em regime de tempo parcial, com fornecimento de materiais- Região de Gurupi/TO.	41.309.022/0001-15	9/2/15	31/1/17	F	E
26/2014	Serviço de limpeza e conservação, em regime de tempo parcial, com fornecimento de materiais- Região de Araguaína/TO.	14.666.346/0001-38	1/1/15	1/1/16	F	E
22/2014	Serviço de portaria para o edifício sede da DR/TO.	41.309.022/0001-15	1/12/14	2/12/16	M	E
14/2010	Serviços de limpeza e conservação para as unidades da DR-TO.	04.795.101/0001-57	4/10/10	4/2/16	F	E
24/2010	Serviço de vigilância armada para unidades da DR-TO.	11.461.113/0001-00	7/2/11	8/12/16	F	E
01/2012	Serviço de vigilância armada para unidades da DR-TO	11.461.113/0001-00	8/2/12	7/2/17	F	E
23/2014	Prestação de serviço de vigilância armada nas unidades da DR Tocantins.	11.461.113/0001-00	24/11/14	26/11/17	F	P
11/2016	Prestação de serviços de vigilância armada em unidades de atendimento - DR/TO	06.088.000/0002-52	1/11/16	1/11/17	M	A

Fonte: DPLAN/VILOG/VIGEP/VISER

LEGENDA

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior; (N/A) Não se Aplica

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Anexo 6: Principais Sistemas de Informações

5.3.1 Principais sistemas de informações

Sigla	Nome	Objetivo	Órgão Gestor	Área Gestora
BANCO POSTAL	SISTEMA DE BANCO POSTAL (CBP)	Gerenciamento do Banco Postal	AC/VIREV/DEMKT	Rede de agência varejo
BDF	BANCO DE DADOS FINANCEIRO	Receber, manter e disponibilizar todas as informações financeiras que vêm das agências dos Correios.	AC/VIFIC/CEOFI/BH	Financeira
BUSCA CEP	CONSULTA DE CEPS VIA INTERNET/INTERNET	Disponibilizar ao cliente usuário da internet uma consulta dinâmica às informações de CEP.	AC/VIPOS/DEPAN	Negócio postal
CAUT	SISTEMA DE CONTROLE DE AUTOMAÇÃO	O Sistema de Controle de Automação (CAUT) tem por objetivo a operação e gestão dos processos automatizados de tratamento do novo parque dos Correios, servindo, também, como interface com os demais sistemas corporativos.	AC/VICOR/DEAUT	Corporativa
CIFWEB	SISTEMA DE CONTROLE DE INFORMAÇÕES DE FRANQUEAMENTO WEB	Controle de postagens do serviço de franqueamento autorizado de cartas (FAC) e registro de postagem de mala direta postal e outros serviços. O processo de controle envolve as etapas de pesagem da carga, amostragem de objetos, leitura de mídia, atribuição de descontos, inclusão de serviços adicionais e geração do arquivo para faturamento no Sistema de Faturamento (SFR). Já o processo de registro não contempla amostragem nem leitura de mídia.	AC/VIPOS/DEPAN	Negócio postal
CS	CORREIOS SHOPPING	Hospedar lojas de clientes dos correios	AC/VIREV/DEPAN	Rede de agência varejo
DIRETO	CORREIOS DIRETO	Atender necessidades dos clientes, apontadas na pesquisa Vox Populi, relacionadas às facilidades de acesso, postagem, controle gerencial sobre a postagem, bem como informações de não entrega dos objetos postados nos serviços mala direta e impresso, por meio de um sistema de postagem de mala direta.	AC/VIPOS/DEPAN	Negócio postal
DNE	DIRETÓRIO NACIONAL DE ENDEREÇOS	Cadastrar endereços nacionais, referentes a estados, localidades, bairros, unidades operacionais dos correios, grandes usuários, logradouros, tipo de logradouro, seccionamento de logradouro, títulos e patentes, complementos, unidades de ocupação, caixas postais - convencionais e comunitárias (CPC), CEPs e informações sobre países.	AC/VIPOS/DEPAN	Negócio postal
E-CARTA	CORREIOS DIGITAL	I) posicionar os Correios como um dos principais players no segmento	AC/VIPOS/DEPAN	Negócio postal

Sigla	Nome	Objetivo	Órgão Gestor	Área Gestora
		de serviços digitais. II) desenvolver produtos e serviços, com seus respectivos modelos de negócios, considerando o horizonte estratégico da empresa.		
EFI	EXPORTA FÁCIL INTEGRADO	Integrar os sistemas de atendimento do exporta fácil (Exporta Fácil, Sedex Mundi, Exporta Fácil Corporativo, Subsite do exporta fácil, IPS, SCADA e SARA)	AC/VILOG/DEINT	Logística
ERP	SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO EMPRESARIAL	Manter informações integradas dos Correios	AC/PRESI/VICOR/DECOR	Corporativa
			Trata-se de solução empresarial que abarca módulos para diversos segmentos funcionais da organização. Por esta razão, está sendo informada apenas a gestão técnica.	
FNDE	SISTEMA NACIONAL DE ENTREGA DE LIVROS (MCP,MCE,MCE EED, MCC)	Controlar processo de distribuição dos objetos FNDE desde o procedimento postagem, recebimento e entrega até o faturamento final, assim como permitir o acompanhamento deste processo, no âmbito da Diretoria Regional e corporativo.	AC/VILOG/DEOPE	Logística
POPULIS	POPULIS (TODOS OS MÓDULOS)	Solução completa de gestão de recursos humanos, contendo vários módulos, entre eles: folha de pagamento, cadastro de pessoal, treinamento, benefícios, etc.	AC/PRESI/VIGEP/CEGEP	Gestão de pessoas
PORTAL CORREIOS	PORTAL CORREIOS	Atender a abertura de solicitações de atualização de páginas da internet que não estão relacionadas a nenhum sistema.	AC/VIREV/DEPAN	Rede de agência varejo
SARA	SISTEMA DE AUTOMAÇÃO DA REDE DE ATENDIMENTO	Sistema de Automação da Rede de Atendimento	AC/VIREV/DEMKT	Rede de agência varejo
SCCE	SISTEMA DE CONFERÊNCIA DE CARGA DE ENCOMENDAS	Conferir dados para postagem de encomendas em postos avançados dos Correios	AC/VILOG/DEPAN	Logística
SCOL - DISQUE COLETA	SCOL MÓDULO DISQUE COLETA	Desenvolver um novo sistema para captação e gestão dos pedidos de coleta de acordo com a modelagem comercial e operacional definida pelo grupo de trabalho PRT 0163/03.	AC/VIENC/DEPAN	Encomendas
SCOL - LOG REVERSA	SCOL MÓDULO LOGÍSTICA REVERSA	Efetuar o controle operacional de objetos da logística reversa.	AC/VIENC/DEPAN	Encomendas
SCPR	SISTEMA DE CONSULTA DE PRAZOS E RESTRIÇÕES	Criar mecanismos de consulta via internet e CAC (script) que possibilitem a disponibilização de um conjunto de informações referentes a prazos de entrega e restrições operacionais para a execução dos serviços de encomendas nacionais. A demanda visa atender recomendação do ministério público federal, baseada no código de defesa do	AC/VIENC/DEPAN	Encomendas

Sigla	Nome	Objetivo	Órgão Gestor	Área Gestora
		consumidor.		
SEDEX MUNDI INTERNET	SEDEX MUNDI INTERNET	Viabilizar a operacionalização do novo serviço internacional a ser utilizado pelas agências através da intranet e viabilizar a operacionalização do novo serviço internacional a ser operado em parceria com a Thomas National Transport (TNT).	AC/VILOG/DEINT	Logística
SGM	SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE MENSAGENS	Captar mensagens por diversos meios e efetuar transmissão/escoamento e sua impressão em uma unidade operacional.	AC/VIPOS/DEPAN	Negócio postal
SIGEPWEB	GERENCIADOR DE POSTAGENS DOS CORREIOS	Aprimorar o relacionamento comercial entre Correios e seus clientes, através da ferramenta computacional que possibilitará a automatização do processo de pré-postagem, atendimento, e faturamento e rastreamento de encomendas.	AC/VIENC/DEPAN	Encomendas
SIGESF	SISTEMA DE GESTÃO DE FILAS	Implantar um novo sistema de gestão de espera no atendimento nas agências de correios	AC/VIREV/DEPAN	Rede de agência varejo
SIGMA	SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE MALOTES	Gerenciar as informações do serviço de malotes de forma on line	AC/VIENC/DEPAN	Encomendas
SRO	SISTEMA DE RASTREAMENTO DE OBJETOS NACIONAIS	Fazer o controle e processamento de objetos postais, possibilitando armazenar informações sobre os eventos ocorridos com cada objeto. Disponibilizando informações de rastro para os clientes interno e externo	AC/VIENC/DEPAN	Encomendas
STER	SISTEMA DE SERVIÇOS DE TERCEIRO	Oferecer uma solução tecnológica corporativa e parametrizável direcionada ao atendimento de demandas dos segmentos público e privado, no que se refere à oferta de serviços ao consumidor, por meio da rede de atendimento dos Correios, seja ela física ou virtual.	AC/VIREV/DEFIC	Rede de agência varejo
VIE	VALE INTERNACIONAL ELETRÔNICO	Operacionalizar o serviço dinheiro certo, que trata de transferências financeiras internacionais.	AC/VIREV/DEMKT	Rede de agência varejo
VPNE	VALE POSTAL NACIONAL ELETRÔNICO	Implantar serviço de transferência de fundos (vale postal) no âmbito nacional, com transmissão de dados por meio eletrônico.	AC/VIREV/DEMKT	Rede de agência varejo

Fonte: VICOR

Anexo 7: Capacitação do Pessoal de TI – Relação dos Cursos realizados em 2016

5.3.6 Capacitação do pessoal de TI

Cursos 2016	Total
Do planejamento a assinatura do contrato corporativo	5
1º Seminário de gestores de conteúdo e informação dos Correios	37
11º Congresso brasileiro de pregoeiros	1
15º Seminário de políticas de telecomunicações	1
6o Acórdãos do TCU que devem ser conhec. e comp. nas licitações	2
A arte de falar e fazer apresentações em público	1
Administrando conflitos na prática	1
Análise forense computacional	1
Apuração de roubo e furto qualificado na agência de Correios	1
Assédio moral no trabalho	2
Atendimento ao cliente o jeito Disney de encantar	3
Atitudes de excelência profissional	1
Automação de testes funcionais com selenium	2
Big Data	1
Brigada de incêndio 8h	2
Capacitação de preposto 16h	8
Capacitação didático pedagógica	11
CAUT Sistema de Controle da Automação Encomendas	15
Certified Scrummaster	3
Comunicação na Prática	2
Conferência Gartner Data Center	1
Congresso de Gestão e Recursos Humanos do Interior	1
Correios in company – 4ª edição	144
Curso web apps responsivas com Javascript e JQuery	3
Depreciação e reavaliação do patrimônio público	1
Design responsivo	3
EaD Absenteísmo	2
EaD Acordo de nível de serviço nos correios	1
EaD Acordo ortográfico da língua portuguesa	9
EaD Agentes de comunicação	4
EaD Análise de crédito no recebimento de cheques	1
EaD Aprendendo libras segunda língua básico	3
EaD ASP macroeconomia ENAP	2
EaD ASP matemática financeira ENAP	1
EaD Avaliação de controles internos TCU	3
EaD Broffice Org 3 1	2
EaD Capacitação controle de bens moveis	2
EaD Código endereçamento postal CEP visão geral ampliada	4
EaD Comissão interna de prevenção de acidentes CIPA	10
EaD Conceitos do GCR web	7
EaD Correio digital visão sistêmica	1
EaD Correio eletrônico	3
EaD Diversidade	5
EaD ED segmento mercado governo municipal e trânsito	1
EaD Ergonomia novo mobiliário atend. comercial	1
EaD Estatística básica	8
EaD Estudo e aprendizado à distância	15
EaD Ética e serviço público ENAP	6
EaD Etiqueta empresarial	17
EaD Feedback autoconsciência com a ajuda do outro	2
EaD GCRWEB tutorial	2
EaD Gestão de clientes	2
EaD Gestão de pessoas por competência dos correios	10

Cursos 2016	Total
EaD Gestão de projetos	1
EaD Gestão de projetos ENAP	3
EaD Gestão est de pessoas e planos de carreira ENAP	2
EaD GPAC administrativo	6
EaD Introdução ao líder coach	3
EaD Jornada de trabalho e frequência	2
EaD Líder 2020 fundamentos do líder 2020	55
EaD Líder 2020 gestão administrativa de pessoas	4
EaD Líder 2020 gestão do absenteísmo presença produtiva	11
EaD Líder 2020 técnicas de negociação	5
EaD Logística reversa	1
EaD Modelo 7o 2o 1o e a const de trilhas de aprendizagem	2
EaD Monitorando ambientes no setor postal	9
EaD Monopólio postal	3
EaD Mozilla thunderbird	2
EaD Novas cédulas do real	3
EaD Orçamento público conceitos básicos ENAP	2
EaD Plano de continuidade do negócio	3
EaD Plano estratégico correios 2020	2
EaD Práticas administrativas	5
EaD Prevenção ao HIV Aids	2
EaD Prevenção e combate à lavagem de dinheiro	1
EaD Procedimentos de RH instrutoria temporária	5
EaD Rastreamento de objetos visão sistêmica	7
EaD Reconhecimento de cédulas e moedas legítimas	1
EaD Redação técnica	7
EaD Segunda família de cédulas do real	1
EaD Segurança da informação	13
EaD SEI Usar avançado	21
EaD SEI Usar básico	550
EaD SISCAP sistema de captação de pedidos	8
EaD Sistema correspondente banco postal CBP	6
EaD Sistema de gestão de pessoas das agências SGPA web	1
EaD Trabalho em equipe	2
EaD Vendas para o governo força de vendas	1
EaD Visita técnica e benchmarking	2
ERP Módulo contratação 12h	3
ERP Módulo gestão de contratos 12h	4
Excel avançado 16h	1
Excel avançado 30h	3
Excel intermediário	5
FJ 36 curso SOA na prática integração com web serv. e mensa	2
Fórum assédio moral sexual e outras violências no trabalho	3
Fórum de pessoas	1
Fórum mobile mais mobilidade mais negócios	2
Gartner Symposium Itxpo 40h	1
Gartner it infrastructure operations datacenter summit	1
GC café do conhecimento novos ambientes	1
GCRWEB para gestores AC 8h	12
Gerenciamento de desempenho de TI	2
Gerenciamento de processos BPM 20h	43
Gestão conhecimento seminário GC dos Correios 2h	1
Gestão e análise de risco em conform. com a norma ISSO 31000	1
Gestão e fiscalização de contratos corporativo	38
Guia de procedimentos para locação de imóveis área demanda	1
III fórum de governança de TI dos Correios	144

Cursos 2016	Total
Inc. aplicação prática da lei 12.973- 2014	1
Inc. gestão do absenteísmo e incentivo a presença produtiva	6
Inc. líder 2020 lançamento do coaching nos correios	27
Inc. negociação sindical	1
Instituições postais de alto desempenho pesquisa global	26
Interpretação dos critérios de excelência MEG	13
ITSM remedy	8
Java básico módulo I	21
Java básico módulo II	19
Kanban oficial IKU	2
Líder 2020 II Jornada de liderança feminina	9
Líder 2020 III dia do líder 2020	2
Líder 2020 oficina líder Coach	1
Modelagem de processos com BPMN	42
Modelagem de processos com BPMN piloto	3
Mulheres equilíbrio entre trabalho família e vida pessoal	12
O que muda nas licitações e nos contrato lei 13.303-16	4
Oficina comunicação não violenta nas relações pessoais e no trabalho	4
Oficina res. não violenta de conflitos nas relações de trabalho	1
Oficina curso técnico em logística LFPR	1
Oficina de desenv da perform. planej orientado resultados	1
Oficina de desenv. da perform. tomada de decisão	1
Oficina de design thinking 24h	2
Oficina de design thinking 32h	1
Oficina foco triplo	1
Oracle openworld latin america	1
OSPF avançado	2
Outlook com produtividade	2
Padronização de objetos postais abordagem comercial	1
PPHP Pré Projeto PHP	13
Processo expresso ágil	57
Recepção de documentos fiscais	2
SEI Sistema Eletrônico de Informações	28
Semana educação corporativa 2016 abertura escolas temáticas	7
Semana educação corporativa 2016 ação educ. regional 4h	2
Semana educação corporativa 2016 oficina analista educ. corporativa	2
Semana educação corporativa 2016 oficina pedagogias emergentes	2
Semana educação corporativa 2016 palestra perspec. transformadora	5
Semana educação corporativa 2016 PDCA da capacitação corporativa	2
Semana educação corporativa 2016 seminário modelo	3
Service manager central helpdesk 8h	2
SRO II perfil gestor	1
TLT Assédio moral e assédio sexual	384
TLT Brigada de incêndio	2
TLT CIPA	1
TLT Como proceder em acidente do trabalho	2
TLT Fale Conosco tratamento das manifestações	4
TLT Gestão do clima organizacional 6º ciclo	19
TLT MEG rumo a classe mundial	8
TLT Política de incentivo as vendas Realize	1
TLT Prevenção ao mosquito Aedes Aegypti	387
TLT Prevenção de combate a incêndio com uso de extintores	1
TLT Produtos licen. de conveniência e filatéticos Rio 2o16	1
TLT Qualidade das respostas fale conosco	2
TLT Vídeo sustentabilidade socioambiental nos Correios	2
Treinamento para brigada voluntária dos Correios	4

Cursos 2016	Total
WD 43 desenvolvimento web com HTML CSS e Javascript	1
Workshop cultura de governança	54
Workshop logística de medicamentos	4
Total Geral	2.616

Anexo 8: Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/76 e notas explicativas

BALANÇO PATRIMONIAL					
CNPJ 34.028.316/0001-03					
ATIVO	Nota	Controladora Reclassificado		Consolidado Reclassificado	
		2016	2015	2016	2015
Circulante		4.386.777	4.372.506	4.417.674	4.404.655
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	1.689.027	1.164.313	1.718.673	1.196.100
Contas a Receber	5	2.134.685	2.570.820	2.134.685	2.570.820
Estoques	6	81.257	71.777	81.257	71.777
Outros Valores e Bens	7	481.808	565.596	483.059	565.957
Créditos com Pessoas Ligadas	7.1	55.227	61.786	55.199	61.704
Adiantamentos	7.2	130.649	122.742	130.649	122.774
Impostos e Encarg. Sociais a Compensar	7.3	276.952	348.638	278.231	349.049
Cobrança Jurídica/Inadimplência	7.4	5.347	967	5.347	967
Outros Créditos	7.5	13.633	31.463	13.633	31.463
Não Circulante	8	10.101.670	11.136.671	10.070.773	11.104.554
Realizável a Longo Prazo		2.773.394	3.833.721	2.771.035	3.831.868
Aplicações	4.3	354.956	790.578	354.956	790.578
Outras Aplicações - DPV	8.1	4.411	4.411	4.411	4.411
Imóveis Funcionais Vendidos	8.2	18	2	18	2
Tributos Diferidos	2.1.b	661.268	2.687.195	661.268	2.687.195
Depósitos Judiciais, Recursais e Administrativos	8.3	111.875	107.776	111.875	107.776
Valores a Compensar	8.4	1.535.650	139.492	1.535.650	139.492
Convênio Postal Saúde	8.5	100.000	100.000	100.000	100.000
Outros	8.6	5.216	4.267	2.857	2.413
Investimentos	9	575.838	556.902	547.300	526.638
Investimentos Permanentes	9.1	547.334	526.672	547.334	526.672
(-) Perda ao Valor Recuperável		(34)	(34)	(34)	(34)
CorreiosPar	9.2	28.538	30.264	-	-
Imobilizado	10	6.646.491	6.632.705	6.646.491	6.632.705
Imóveis		5.671.243	5.680.945	5.671.243	5.680.945
(-) Depreciação Acumulada		(329.909)	(297.352)	(329.909)	(297.352)
(-) Perda ao Valor Recuperável		(50.926)	(50.926)	(50.926)	(50.926)
Móveis		3.115.612	3.104.294	3.115.612	3.104.294
(-) Depreciação Acumulada		(1.759.529)	(1.804.256)	(1.759.529)	(1.804.256)
Intangível	11	105.947	113.343	105.947	113.343
Softwares		351.928	326.717	351.928	363.717
(-) Amortização		(245.981)	(250.374)	(245.981)	(250.374)
TOTAL DO ATIVO		14.488.447	15.509.177	14.488.447	15.509.209

BALANÇO PATRIMONIAL

CNPJ 34.028.316/0001-03

PASSIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		Reclassificado	Reclassificado	Reclassificado	Reclassificado
		2016	2015	2016	2015
Circulante	12	3.932.684	4.112.402	3.932.684	4.112.434
Fornecedores	12.1	785.733	700.630	785.733	700.630
Salários e Consignações	12.2	1.192.310	1.097.590	1.192.310	1.097.622
Encargos Sociais	12.3	260.903	213.097	260.903	213.097
Impostos e Contribuições	12.4	162.322	154.250	162.322	154.250
Arrecadações e Recebimentos	12.5	48.480	58.595	48.480	58.595
Adiantamentos de Clientes	12.6	5.433	3.680	5.433	3.680
Contas Internacionais a Pagar	12.7	86.149	104.460	86.149	104.460
Precatórios Judiciais	12.8	89.145	87.840	89.145	87.840
Provisões com Patrocinadas/Mantidas	12.9	410.054	398.501	410.054	398.501
Empréstimos e Financiamentos	12.10	999	-	999	-
Participação nos Lucros e Resultados	12.11	26.600	29.667	26.600	29.667
Receitas a Apropriar	12.12	19.068	17.537	19.068	17.537
Benefício Pós-Emprego	13.1	421.992	331.107	421.992	331.107
Obrigações Financeiras a Pagar	12.13	290.720	864.391	290.720	864.391
Convênio Postal Saúde	12.14	76.857	20.632	76.857	20.632
Outros Débitos	12.15	55.919	30.425	55.919	30.425
Não Circulante	13	10.269.681	9.934.188	10.269.681	9.934.188
Empréstimos e Financiamentos	12.10	720.924	-	720.924	-
Benefício Pós-Emprego	13.1	8.006.643	7.204.117	8.006.643	7.204.117
Passivos Contingentes	13.2	474.740	438.939	474.740	438.939
Tributos Compensados	13.3	11.203	10.911	11.203	10.911
Tributos Diferidos	13.4	473.321	1.755.386	473.321	1.755.386
Mandados e Precatórios	13.5	18.642	38.163	18.642	38.163
Obrigações Financeiras a Pagar	12.13	564.208	486.672	564.208	486.672
Patrimônio Líquido	14	286.082	1.462.587	286.082	1.462.587
Capital	14.1	3.179.458	3.179.458	3.179.458	3.179.458
Ajuste Avaliação Patrimonial-AAP	14.2	4.488.380	3.275.631	4.488.380	3.275.631
Outros Resultados Abrangentes	14.3	(3.965.979)	(3.036.788)	(3.965.979)	(3.036.788)
Prejuízos Acumulados	14.4	(3.415.777)	(1.955.714)	(3.415.777)	(1.955.714)
TOTAL DO PASSIVO		14.488.447	15.509.177	14.488.447	15.509.209

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO					
CNPJ 34.028.316/0001-03					
		Controladora Reclassificado		Consolidado Reclassificado	
	Nota	2016	2015	2016	2015
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	15.1	18.216.901	17.138.728	18.216.901	17.138.728
Custo dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	15.2	(15.429.599)	(14.611.729)	(15.429.599)	(14.611.729)
LUCRO BRUTO		2.787.302	2.526.999	2.787.302	2.526.999
Despesas com Vendas/Serviços	15.3	(875.282)	(1.204.293)	(875.282)	(1.204.293)
Despesas Gerais e Administrativas	15.4	(3.782.856)	(3.753.241)	(3.788.380)	(3.754.792)
Resultado de Participação em Controlada	15.5	(1.479)	346	-	-
Outras Receitas Operacionais	15.6	1.209.724	248.127	1.209.732	248.127
Outras Despesas Operacionais	15.7	(198.701)	(170.206)	(198.901)	(170.302)
LUCRO LÍQUIDO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(861.292)	(2.352.268)	(865.529)	(2.354.261)
Receitas Financeiras	15.8	761.261	824.918	765.538	827.164
Despesas Financeiras	15.9	(557.049)	(554.294)	(557.089)	(554.304)
RESULTADO FINANCEIRO		204.212	270.624	208.449	272.860
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(657.080)	(2.081.644)	(657.080)	(2.081.401)
Imposto de Renda	16.1	(821.115)	(29.113)	(821.115)	(29.291)
Contribuição Social	16.1	(11.310)	(10.481)	(11.310)	(10.546)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		(1.489.505)	(2.121.238)	(1.489.505)	(2.121.238)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE					
CNPJ 34.028.316/0001-03					
		Controladora Reclassificado		Consolidado Reclassificado	
		2016	2015	2016	2015
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		(1.489.505)	(2.121.238)	(1.489.505)	(2.121.238)
Impacto sobre outros resultados abrangentes do exercício					
Aumento/Redução da Remensuração de Obrigações de Benefícios Pós-Emprego		(1.407.866)	1.642.689	(1.407.866)	1.642.689
Aumento/Redução do Imposto de Renda Relacionado com Itens de Outros Resultados Abrangentes		478.674	(558.514)	478.674	(558.514)
Aumento/Redução em Outros Resultados Abrangentes		(929.192)	1.084.176	(929.191)	1.084.176
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO		(2.418.697)	(1.037.063)	(2.418.696)	(1.037.063)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
CNPJ 34.028.316/0001-03							
	Capital	Reserva de Lucros		Resultados	Outros	Ajuste	Total
		Legal	Lucros a Realizar	Acumulados	Resultados Abrangentes	Avaliação Patrimonial	
Saldo em 31/12/2014 (Reapresentado)	3.179.458	274.303	33.934	(185.234)	(4.120.962)	3.296.110	2.477.609
Aumento de Capital:							
Resultado do período	-	-	-	(2.121.238)	-	-	(2.121.238)
Destinação do Lucro/Absorção Prejuízo:							
- Reserva Legal	-	(274.303)	-	274.303	-	-	-
- Lucros a Realizar	-	-	(33.934)	33.934	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	1.084.174	-	1.084.174
Constituição e Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial – AAP	-	-	-	42.521	-	(20.479)	22.042
Saldo em 31/12/2015	3.179.458	-	-	(1.955.714)	(3.036.788)	3.275.631	1.462.587
Aumento de Capital:							
Resultado do Período	-	-	-	(1.489.505)	-	-	(1.489.505)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	(929.191)	-	(929.191)
Constituição e Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial – AAP	-	-	-	29.442	-	(29.442)	-
Reversão/Realização AAP Obrigação Tributária	-	-	-	-	-	1.242.191	1.242.191
Saldo em 31/12/2016	3.179.458	-	-	(3.415.777)	(3.965.979)	4.488.380	286.082

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA				
CNPJ 34.028.316/0001-03				
	Controladora		Consolidado	
	Reclassificado		Reclassificado	
ATIVIDADES OPERACIONAIS	2016	2015	2016	2015
Lucro Líquido do Período	(1.489.505)	(2.121.238)	(1.489.505)	(2.121.238)
Itens de Resultado que não interferem no Caixa				
Depreciação e Amortização	273.976	270.558	273.976	270.558
Resultado de Participação em Controlada	1.479	(346)	-	-
Provisões	1.298.624	1.396.351	1.298.624	1.396.351
Despesas de Variação Patrimonial e Perdas	12.606	26.477	12.606	26.477
Receita de Variação Patrimonial	(54.398)	(63.583)	(54.398)	(63.583)
Imunidade Tributária	(575.042)	-	(575.042)	-
Mutações Patrimoniais				
Aumento do Contas a Receber	436.134	(462.264)	436.134	(462.264)
Aumento dos Estoques	(9.479)	(16.138)	(9.479)	(16.138)
Aumento do Convênio Postal Saúde	6.505	(56.661)	6.505	(56.579)
Aumento/Diminuição de Outros Valores e Bens	77.230	(17.768)	76.395	(18.212)
Diminuição/Aumento dos Realizável a Longo Prazo	(1.401.222)	(2.253)	(1.401.222)	(399)
Aumento dos Fornecedores	(313.399)	437.104	(313.399)	437.104
Aumento dos Salários e Consignações	94.720	24.503	94.688	24.534
Aumento/Diminuição das Outras Obrigações	(775.334)	(775.572)	(775.157)	(775.654)
Diminuição das Receitas Recebidas Antecipadamente	1.531	(1.395)	1.531	(1.395)
Diminuição das Provisões/Mandados e Precatórios	2.082.828	294.903	2.082.828	294.903
Recursos Líquidos gerados pelas atividades operacionais	(332.746)	(1.067.322)	(334.915)	(1.065.535)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aplicações Financeiras	435.622	1.275.856	435.622	1.275.856
Dividendos a Receber	54	-	54	-
Juros sobre Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	28	-
Adições de Ativo Imobilizado	(290.305)	(392.461)	(290.305)	(392.461)
Adições de Ativo Intangível	(26.147)	(38.330)	(26.147)	(38.330)
Baixas do Ativo Imobilizado	14.791	6.396	14.791	6.396
Baixas do Ativo Intangível	1	-	1	-
Baixas das Propriedades para Investimento	1.520	8.004	1.520	8.004
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimento	135.536	859.465	135.564	859.465
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Empréstimos e Financiamentos	721.923	(3.358)	721.923	(3.358)
Caixa originado (aplicado) nas atividades de financiamento	721.923	(3.358)	721.923	(3.358)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	524.713	(211.215)	522.572	(209.428)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
CNPJ 34.028.316/0001-03					
		Controladora Reclassificado		Consolidado Reclassificado	
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		2016	2015	2016	2015
1	RECEITAS	20.037.948	17.979.035	20.039.427	17.978.689
1.1	Receitas Operacionais	18.878.380	17.765.336	18.878.380	17.765.336
1.2	Perda de Credito de Liquidação Duvidosa	(50.662)	(34.774)	(50.662)	(34.774)
1.3	Receitas Não-Operacionais	1.026.262	23.406	1.026.262	23.406
1.4	Outras Receitas Operacionais	183.968	225.067	185.447	224.721
2	INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	8.033.797	7.266.378	8.037.409	7.267.759
2.1	Custo dos Serviços Prestados	5.593.357	5.573.290	5.593.357	5.573.378
2.2	Serviços Adquiridos de Terceiros	155.718	145.582	159.352	145.596
2.3	Materiais Consumidos	64.837	12.895	64.837	14.109
2.4	Propaganda e Comunicação	114.030	199.115	114.096	199.179
2.5	Utilidades e Serviços	3.396	6.383	3.442	6.383
2.6	Provisões diversas	2.102.459	1.329.113	2.102.325	1.329.113
3	VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	12.004.151	10.712.657	12.002.018	10.710.930
4	RETENÇÕES	273.976	270.558	273.976	270.558
4.1	Depreciação/Amortização	273.976	270.558	273.976	270.558
5	VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	11.730.175	10.442.099	11.728.042	10.440.372
6	VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	761.262	824.918	765.547	827.164
6.1	Receitas Financeiras	761.262	824.918	765.547	827.164
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		12.491.437	11.267.017	12.493.589	11.267.536
II DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
7	REMUNERAÇÃO DO TRABALHO	10.771.117	10.266.423	10.772.790	10.266.423
7.1	Salários, Honorários e Benefícios	10.147.066	9.674.733	10.148.648	9.674.733
7.2	Encargos Sociais	624.051	591.690	624.142	591.690
8	REMUNERAÇÃO DO GOVERNO	2.724.989	2.765.899	2.743.437	2.766.393
8.1	INSS	1.603.410	1.519.703	1.603.639	1.519.703
8.2	Impostos e Contribuições (exceto IRPJ e CSSL)	1.139.579	1.174.137	1.139.798	1.174.253
8.3	Imposto de Renda e Contribuição Social	-	72.059	-	72.437
9	REMUNERAÇÃO DO CAPITAL DE TERCEIROS	466.836	355.933	466.866	355.958
9.1	Aluguéis, Juros, Variação Cambial	439.149	336.664	439.177	336.689
9.2	Outras Remunerações a Terceiros	27.687	19.269	27.690	19.269
10	REMUNERAÇÃO DOS ACIONISTAS	(1.489.505)	(2.121.238)	(1.489.505)	(2.121.238)
10.1	Lucro/Reserva Retidos	(1.489.505)	(2.121.238)	(1.489.505)	(2.121.238)
TOTAL DO VALOR DISTRIBUÍDO		12.491.437	11.267.017	12.493.589	11.267.536

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, com sede e foro em Brasília-DF, e atuação em todo o território nacional e no exterior, é uma entidade pública constituída por meio do Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969 (alterado pela Lei nº 12.490/2011), sob a forma de Empresa Pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações MCTIC, e administrada conforme os preceitos da Legislação Federal e do Estatuto Social aprovado pelo Decreto nº 8.016, de 17 de maio de 2013.

A estrutura organizacional dos Correios é composta pela Assembleia Geral, Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

Os Correios têm por objeto: planejar, implantar e explorar o serviço postal e o serviço de telegrama; explorar os serviços postais de logística integrada, financeiros e eletrônicos; explorar atividades correlatas e exercer outras atividades afins, autorizadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Nesses termos, considera-se o serviço postal representado pelo recebimento, expedição, transporte e entrega de objetos de correspondência, valores e encomendas; e o serviço de telegrama, por meio do recebimento, transmissão e entrega de mensagens escritas, conforme Lei nº 6.538/78.

No segmento financeiro, o Banco Postal é a marca dos Correios, no qual a Empresa atua como correspondente na prestação de serviços bancários básicos, em todo o Território Nacional. Os principais produtos oferecidos são: abertura de contas correntes e de poupança, saques, depósitos, empréstimos, cartões de crédito, recebimento de títulos, dentre outros.

Desde a edição da Lei nº 12.490/2011, os Correios estão autorizados a constituir subsidiárias, para adquirir o controle ou participação acionária em sociedades empresárias já estabelecidas, com vistas à execução das atividades compreendidas em seu objeto social, firmar parcerias comerciais que agreguem valor à sua marca e proporcionem maior eficiência de sua infraestrutura, especialmente de sua rede de atendimento, desde que obedecida a regulamentação específica do assunto e as exceções mencionadas em tal lei.

Em consonância com a ampliação das atividades do seu objeto social, a Empresa constituiu em 2014 a Correiospar, com o objetivo de adquirir participações acionárias em sociedades empresárias, observando o Plano Estratégico Correios 2020. No exercício de 2016, não houve aquisição de participações societárias ou criação de subsidiárias.

O Plano Estratégico Correios 2020 foi concebido com vistas a fornecer orientação clara e decisiva para os negócios da organização em relação a seu futuro. Para atender à Lei de Responsabilidade das Estatais nº 13.303/2016 foi necessário realizar nova avaliação do planejamento estratégico, fato que ocorreu no final do segundo semestre de 2016, quando iniciou-se o Programa de Transformação dos Correios, que apresenta como um dos seus objetivos a atualização da estratégia da empresa em conformidade com a referida lei.

1.1 - Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional dos Correios

Em razão dos resultados negativos auferidos nos últimos dois exercícios e na busca atender à demanda do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações-MCTIC, ações tem sido adotadas para reverter a atual situação dos Correios, bem como atender a recomendação do Conselho de Administração (CA) de se criar um Programa de Recuperação Financeira e da Qualidade dos Correios (PRFQ) para promover a geração de resultados positivos a serem refletidos nas Demonstrações Financeiras do exercício de 2017. A Empresa decidiu, como uma das iniciativas para reversão, implantar o Programa de Transformação dos Correios, doravante denominado Programa “DEZ em 1”.

Para tanto, face à envergadura dessa iniciativa, foi contratado parceiro externo para apoiar nesse grande desafio de reverter a difícil situação econômico-financeira atual em que se encontram os Correios.

Em 10/11/2016 foi assinado contrato CRT 226/2016 entre os Correios e a Accenture do Brasil LTDA, para a prestação de serviços de consultoria técnica-especializada, para implantar o Programa DEZ em 1.

O referido Programa consiste em um conjunto de iniciativas, com duração de 36 meses, que tem como objetivo principal reverter a atual situação econômico-financeira em que se encontra a Empresa. Ele contempla as seguintes etapas: revisão do Plano Estratégico; implantação da metodologia Orçamento Base Zero (OBZ); adequação do Modelo Operacional (Cadeia de Valor e Estrutura), priorização e otimização de 22 processos-chave. Ações que dado a complexidade destas serão acompanhadas em toda a duração dos trabalhos, de um Plano de Gestão da Mudança e do Monitoramento de Resultados.

A administração tem desenvolvido medidas para redução de suas despesas na busca do equilíbrio econômico e financeiro, dentre as quais, estão o plano de saúde e o pós-emprego que representa um passivo de R\$ 8,4 bilhões no qual foi reconhecido no resultado do exercício de 2016, R\$ 1,3 bilhão a título de provisão com o pós-emprego saúde e previdência.

Com realação ao Plano de Saúde no qual as despesas no exercício de 2016, foram na ordem de R\$ 1,7 bilhão, a Empresa, em 07/04/2017, registrou Pedido de Mediação e Conciliação Pré-Processual, no Tribunal Superior do Trabalho, solicitando mediação para alteração na forma de custeio do benefício, cujo modelo atual atribui à empresa participação de 93% das despesas, enquanto os empregados arcam com 7%. A proposta contempla um modelo de custeio das despesas com paridade, onde a ECT arcaria com 50% e os empregados com 50%. Ainda não houve acordo e as negociação continuam, caso aprovada, haverá a redução nas despesas com saúde e pós-emprego.

Os Correios, na figura de mantenedor e patrocinador do Plano de Saúde e Fundo de Pensão, respectivamente, realizam acompanhamento por meio da realização de auditorias internas.

As auditorias realizadas no fundo de pensão são de caráter obrigatório, com fundamento no art. 25 da Lei Complementar 108, de 29/05/2001 e § 2º do art. 41 da Lei Complementar 109, de 29/05/2001, bem como da Resolução CGPAR 09/2016 de 10/05/2016. Dessa forma, as auditorias ocorrem anualmente e prioritariamente sobre as unidades com base em seus riscos totais de modo que aquelas com maior risco total são auditadas primeiro que as de menor risco.

O acompanhamento consiste na avaliação da eficácia e da tempestividade das providências adotadas pelos gestores visando a eliminação das causas, nos termos das recomendações e determinações formuladas pela Auditoria Interna, pelas Auditorias Externas contratadas para avaliação nessas entidades, pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), pelo Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal (CGU) e pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Outra iniciativa de grande vulto encontra-se na imunidade tributária recíproca validada pela sistemática de repercussão geral pelo STF. A tese reiterada diversas vezes pela Corte estabelece que os Correios são imunes aos impostos incidentes sobre renda, patrimônio e serviços, seja como delegatária de serviço público essencial, seja como prestadora de serviços em regime concorrencial. Os Correios, enquanto longa manus da União, não fazem jus ao direito de suscitar o desequilíbrio econômico-financeiro na prestação do serviço público nos termos das Leis nº 8.987/1995 e 8.666/1993, possuindo a obrigação legal de prestar os serviços públicos a ela delegados, independentemente da remuneração percebida. Logo, preexcluída de qualquer imposto, a Empresa passa a ter custos menores e consegue manter de maneira mais saudável o serviço que lhe é atribuído.

No atual cenário, os Correios encontram-se amparados pelo direito de não ter contra si a cobrança do IPTU, IPVA e ISS, assumindo de maneira plena, em 2016, os efeitos da imunidade por meio do registro no patrimônio do direito relativo aos créditos tributários de pagamento indevido de IRPJ e de PIS e COFINS pagos pela sistemática não cumulativa, fato de fundamental importância para auxiliar na manutenção dos serviços públicos delegados aos Correios.

O resultado prático da imunidade tributária recíproca ocasionará uma economia financeira salutar, pois verte para benefício do próprio serviço público a parcela que seria destinada para os entes federativos na forma de impostos.

Apesar dos resultados negativos apresentados, os Correios, por serem uma empresa pública, não se submetem aos regimes falimentar e de recuperação disciplinados pela Lei de Falência, n.º 11.101/2005. A Empresa equipara-se à Fazenda Pública visto que presta serviços públicos, seguindo rito distinto dos aplicáveis aos empresários e as sociedades empresárias.

Mesmo em estado de insolvência, não pode ser decretada à organização pública a situação de falência, uma vez que a mesma é tida como um braço da União. Desse modo, os compromissos assumidos por ela são garantidos pelo Estado na condição de “subsidiário”. Portanto, numa situação de falência, mesmo que não decretada, cabe ao Estado fazer aportes de capital em suas organizações para que elas possam se reafirmarem no mercado e voltem a apresentar resultados positivos e contribuir novamente para a economia do país.

1.2 - Programa de Integridade

Os Correios iniciam processo para implantação e aprimoramento do Programa de Integridade dos Correios, reforçando a atuação empresarial conforme o interesse público e demais princípios que regem a Administração Pública, com a finalidade de:

- Aprimorar os padrões de ética e conduta, além da criação e aprimoramento das demais políticas, normas e procedimentos que forem necessários;
- Realizar ações de comunicação, cursos e treinamentos efetivos para disseminação das normas e conteúdo de que trata o item anterior;
- Aprimorar os canais de denúncias e de fluxos e processos para seu tratamento;
- Aprimorar o procedimentos e instâncias responsáveis pelas ações de responsabilização disciplinar;
- Implementar ações de remediação necessárias, que contemplem o constante aprimoramento dos processos de trabalho.

O programa de integridade dos Correios tem o comprometimento da alta direção da empresa conforme Termo de Compromisso assinado em 2016.

Os Correios e o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União – CGU assinaram acordo de cooperação técnica com o objetivo de ampliar as ações de articulação, com vistas ao aprimoramento das respectivas atribuições institucionais, por meio de ações integradas, apoio mútuo e intercâmbio de experiências e informações.

Outra ação da empresa é a troca de informações, conhecimentos, iniciativas e experiências nacionais e internacionais no combate à corrupção. Essa troca de experiências ocorrem nas reuniões do grupo de trabalho anticorrupção do Pacto Global que é uma iniciativa desenvolvida pelo ex-secretário-geral da ONU, Kofi Annan, com o objetivo de mobilizar a comunidade empresarial internacional para a adoção, em suas práticas de negócios, de valores fundamentais e internacionalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.

NOTA 2 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 - Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando por base a legislação societária (Lei 6.404/76, alterada pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09) e as normas e pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e recepcionado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A preparação das Demonstrações Financeiras requer que a administração utilize estimativas e premissas que afetem os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação de passivos contingentes na data das Demonstrações Financeiras, bem como os valores reconhecidos de receitas e despesas durante o exercício.

As estimativas adotadas pela administração incluem perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, provisões passivas, fundos de pensão e a determinação de vida útil econômica dos ativos. Contudo, embora os Correios utilizem suas melhores estimativas e julgamentos, os resultados reais podem apresentar diferenças em relação às mencionadas estimativas, em decorrência de possíveis eventos futuros.

Alguns valores relativos aos exercícios anteriores foram reclassificados para melhor comparabilidade com o exercício atual e estão apresentadas na nota 3.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, benefício pós-emprego e distrato do Banco Postal evidenciados a valor presente, conforme descrito nas práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data de aquisição.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos:

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Empresa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam risco significativo e julgamentos críticos, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

a) Imunidade Tributária Recíproca

Nos últimos anos o Supremo Tribunal Federal reiterou e pacificou sua jurisprudência no sentido de que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos está amparada pelo art. 150, VI, “a” da Constituição Federal, sendo a não incidência do tributo sobre a renda, o patrimônio e os serviços o resultado prático do imperativo constitucional.

Fundamenta a Corte que a imunidade aplica-se tanto às finalidades essenciais (exclusivas) quanto àquelas que não são finalísticas do próprio serviço público (concorrenciais). Destaca-se que as decisões do Pleno são sui generis, uma vez que todas as receitas auferidas pelos Correios abrigam-se sob o manto da imunidade.

A Diretoria Executiva, amparada na consolidada jurisprudência do Supremo Tribunal Federal na sistemática de repercussão geral de Recursos Extraordinários e nos Pareceres Técnicos dos assessores tributários decidiu reconhecer no patrimônio os efeitos da cobrança indevida, em tempos pretéritos, do Imposto de Renda e da parcela paga indevidamente a título de PIS e COFINS por força do enquadramento em regime de apuração não aplicável aos entes imunes a impostos.

O registro dos créditos tributários de IRPJ foi efetuado em 2016, concomitantemente ao início do pleito de restituição dos valores na esfera administrativa, enquanto os relativos ao PIS e à COFINS serão compensados no decorrer dos exercícios seguintes.

Como reflexo da decisão, foram revertidos todos os ativos fiscais diferidos de IRPJ, assim como todos os passivos fiscais diferidos relativos a este imposto, por considerar que a matéria Imunidade Tributária Recíproca dos Correios resta definida e reiterada e não representa riscos contingenciais por existir precedentes favoráveis emitidos pelo STF em sede de recursos dotados de repercussão geral.

Os impactos da imunidade estão refletidos conforme quadro a seguir:

Balanco Patrimonial			
Ativo		Passivo	
Reversão de IR Diferido ¹	(1.997.606)	Reversão de IR Diferido ²	1.290.725
Constituição Ganhos Contingenciais Imunidade ³	1.396.158	Patrimônio Líquido	
		Aumento	689.277

1) A reversão de ativo fiscal diferido de R\$ 1.997.606 é soma de 872.298 de reversão de IR diferido sobre movimentação temporária detalhado na nota 16.2 mais R\$1.125.307 dos 1.165.261 das reversões de IR diferido sobre ORA detalhados na nota 16.3;

2) A reversão de passivo fiscal diferido de R\$ 1.290.725 é soma de 51.184 de reversões de IR sobre movimentações temporárias detalhado na nota 16.2 mais R\$1.239.541 dos(1.242.141) das reversões de IR diferidos sobre ORA detalhados na nota 16.3;

3) O valor detalhado na nota 8.4.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Empresa registra ativo fiscal diferido de contribuição social sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social, sendo o efeito fiscal destes eventos

reconhecidos no resultado na proporção da probabilidade de que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para prover a realização dos direitos.

O ativo de CSLL diferida sobre Outros Resultados Abrangentes origina-se dos valores registrados neste grupo à título de benefício pós emprego. Já o passivo fiscal diferido sobre o Patrimônio Líquido origina-se pela obrigação tributável atrelada ao valores do custo atribuído aos bens imóveis, cujos efeitos fiscais também constam registrados no Patrimônio Líquido. A empresa identifica no acréscimo patrimonial promovido pelo custo atribuído uma oportunidade que pode gerar lucro tributável futuro capaz de garantir a realização do ativo fiscal diferido sobre o ORA.

As estimativas dos resultados futuros que permitirão à compensação dos ativo fiscal diferido são baseadas no Orçamento da Empresa, que é revisado e aprovado pelo Conselho de Administração, levando em consideração cenários econômicos, taxas de desconto, e outras variáveis tais como, consecução de novos negócios e implementação de metas para a redução de despesas, os quais podem não se realizar até o final do período projetado.

A partir do exercício de 2016 constam registrados no Patrimônio apenas os saldos de ativos e passivos fiscais diferidos de CSLL em decorrência da decisão da Diretoria Executiva referendada pelo Conselho de Administração em aplicar os efeitos dos julgamentos do Supremo Tribunal Federal no sentido de que a Empresa é imune a impostos, por força do artigo 150, VI, “a” da Constituição Federal.

c) Plano de Pensão

A Empresa reconhece o valor presente das contribuições normais futuras, calculado pelo método de crédito unitário projetado, relacionado aos Planos de Benefício Definido e Contribuição Variável. O valor contabilizado na rubrica Benefício Pós-Emprego representa o valor estimado das reduções de pagamentos das contribuições futuras que beneficiarão a Empresa. Este valor depende de uma série de variáveis e premissas relativas a taxa de desconto e condições atuais de mercado.

Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão os correspondentes valores contábeis.

d) Plano de Saúde

A Empresa é patrocinadora mantenedora do Plano de Saúde e reconhece os custos do plano, repassando recursos financeiros para a operadora, com o objetivo de cobrir as despesas com a rede credenciada e demais custos de administrativos. O reconhecimento da despesa incorrida baseia-se nas prestações de contas enviadas pela mantida, mensalmente.

Os compromissos futuros com o plano são provisionados com base no cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente.

e) Provisões para Contingências

A Empresa discute questões tributárias, trabalhistas e cíveis nas esferas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios. A estimativa de risco para desembolsos futuros é constituída a partir de análise da Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos.

No exercício de 2016, a Alta Gestão aplicou os efeitos da Imunidade Tributária Recíproca (art.150, VI, “a”, da CF) sobre as obrigações fiscais diferidas de IRPJ, revertendo os saldos contábeis contra o Patrimônio Líquido, por entender como perda remota qualquer ação judicial que discuta a Imunidade a este imposto.

Alterações em tendências de decisões ou jurisprudências em tribunais poderão modificar as estimativas ligadas a provisões para contingências.

2.2 - Transações e Saldos em Moedas Estrangeiras e Moeda Funcional

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação dos Correios, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moedas estrangeiras são inicialmente convertidas para a moeda funcional (R\$), utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. No encerramento do balanço, os saldos remanescentes das transações são reconvertidos com base na taxa de câmbio vigente na data do encerramento. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas operações e da conversão de ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos no resultado do período.

2.3 - Consolidação

As Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem as informações dos Correios, de sua subsidiária Correiospar e dos fundos de investimento dos quais os Correios são cotistas exclusivos. O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua função, após efetuadas as eliminações referentes às operações realizadas entre as empresas consolidadas.

2.4 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Os valores reconhecidos são representados por: Caixa, Bancos e Aplicações Financeiras de liquidez imediata com baixo risco de variação no valor, sendo demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. O Caixa e Equivalentes de Caixa são classificados como ativos financeiros mensurados a valor justo, e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício. As aplicações financeiras estão classificadas como títulos mantidos para negociação.

A Correiospar mensura suas aplicações financeiras pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos e possui seus valores reconhecidos como ativos financeiros de baixo risco de variação no valor.

2.5 - Contas a Receber

Os valores a receber são registrados e mantidos no Balanço Patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, deduzidos das perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa – PECLD. Esta é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas incorridas na realização desses créditos. O valor da PECLD pode ser ajustado com base na recuperação dos valores das perdas incorridas, bem como pela mudança na situação financeira dos clientes.

2.6 - Estoques

Os estoques são compostos de produtos, mercadorias e materiais para consumo, venda e revenda e produtos em consignação e são reconhecidos na contabilidade por ocasião da compra dos produtos pelo custo de aquisição.

Os Correios utilizam o critério de Custo Médio Ponderado para valorar seus estoques e apurar o CMV, ajustados ao valor realizável líquido, quando esses apresentarem-se menores que o valor de custo.

Quando aplicável, é constituída a perda não dedutível de estoque classificados como obsoletos, danificados ou vencidos.

2.7 - Adiantamentos

Estão representados, na maior parte, por saldos de adiantamentos salariais e adiantamentos de férias que são descontados no mês seguinte ou em parcelas, conforme acordo coletivo.

Os demais adiantamentos são constituídos, principalmente, por valores a receber de empregados cedidos aos órgãos públicos, líquidos da perda não dedutível constituída anualmente de forma a corresponder ao saldo vencido há mais de 365 dias e não pagos.

2.8 - Convênio Postal Saúde – Ativo / Passivo

O convênio com a Postal Saúde engloba a prestação de serviços de assistência à saúde, plano de benefício medicamentos e saúde ocupacional.

A prestação de contas entre a Postal Saúde e Correios é realizada com base nos atendimentos efetuados na rede credenciada, momento em que a despesa executada é reconhecida como definitiva e a diferença como provisão.

Com relação aos repasses efetuados, a diferença entre estes e a prestação de contas é reconhecida como adiantamento ou obrigação a pagar.

2.9 - Investimentos

2.10 - Participações Societárias

O investimento na controlada - Correiospar, é avaliado, mensalmente, pelo método de equivalência patrimonial, com base no seu Patrimônio para o devido reconhecimento no balanço da controladora.

2.11 - Propriedades para Investimento

Composto pelos imóveis mantidos para geração de renda ou para valorização (cedidos, alugados, desocupados) estando esses reconhecidos pelo custo de aquisição acrescido do custo atribuído, quando houver.

As políticas de classificação adotadas pela Empresa para classificação dos imóveis como de propriedades para investimento são:

- a) Cedidos/alugados - Imóveis próprios com 50% ou mais da área edificada, ocupada por terceiros;
- b) Desocupados - Imóveis próprios sem uso pelos Correios ou com 50% ou mais da área ocupada por terceiros em processos de desocupação.

A depreciação dos imóveis e instalações cedidas e alugadas é calculada pelo método linear, com base na vida útil econômica e valor residual, conforme laudo de avaliação emitido por empresa contratada para este fim em 2014. Entretanto, anualmente há uma avaliação da consistência dos percentuais praticados.

2.12 - Demais Investimentos

Os demais investimentos que não se enquadrem nas categorias acima são avaliados pelo custo histórico.

2.13 - Imobilizado

A depreciação é calculada de forma linear, baseando-se na vida útil econômica e no valor residual quando houver, conforme demonstrado na tabela a seguir:

NATUREZA DO IMOBILIZADO	TEMPO DE VIDA ÚTIL MÉDIO	
	Fiscal	Econômica
Imóveis	25 anos	29 anos
Demais Equipamentos de Proc. de Dados	5 anos	5 anos
Computador e Impressora	5 anos	4 anos
Máquinas e Equipamentos.	10 anos	10 anos
Motocicletas	4 anos	3 anos
Veículos Leves - Carga até 1.000 Kg	5 anos	6 anos
Veículos Leves - Carga acima de 1.000Kg	5 anos	7 anos
Veículos Motorizados Pesados	6 anos	10 anos
Veículos Não-Motorizados	5 anos	5 anos
Moveis e Utensílios	10 anos	10 anos
Ferramentas e Instrumentos	5 anos	5 anos

O método de depreciação, a vida útil econômica e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. Terrenos não são depreciados.

As imobilizações em andamento são classificadas nas categorias definitivas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido, momento em que se inicia a depreciação/amortização.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são amortizadas considerando o menor prazo entre o período do contrato de locação ou o tempo de vida útil da obra dos bens.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na Demonstração do Resultado do Exercício em que o ativo foi baixado.

2.14 - Intangível

Os ativos intangíveis estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada, calculada de forma linear, com base na vida útil econômica, conforme demonstrado na tabela a seguir:

NATUREZA DO IMOBILIZADO	TEMPO DE VIDA ÚTIL MÉDIO	
	Fiscal	Econômica
Softwares, Licenciamentos e Similares	5 anos	5 anos

2.15 - Avaliação do Valor Recuperável de Ativos

2.15.1 - Ativos Financeiros

Conforme disciplina o CPC 38, anualmente, os Correios efetuam estudos sobre os seus ativos financeiros a fim de estabelecer o percentual de perda incorrida sobre os ativos e assim constituir as perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa – PECLD, composta por uma parcela dedutível e outra não dedutível, no intuito de atender a legislação societária e fiscal (Lei 9.430/96).

Devido ao desempenho negativo que vem ocorrendo desde o exercício de 2002, os Correios mantêm a perda não dedutível de 100% nos seus investimentos em incentivos fiscais FINAM/FINOR.

Os Correios realizaram, em dezembro de 2015, testes de recuperabilidade em seus investimentos não relevantes (Participação em Companhias Telefônicas), baseando-se na cotação dos papéis no mercado, com base em dados fornecidos pelos bancos que detêm a custódia dos títulos. O resultado desse estudo apontou que não há indicações de desvalorização, não tendo assim a necessidade de reconhecimento de perdas. Em 2016, não ocorreram indícios de imparidade.

2.15.2 - Investimentos

Para propriedades para investimento é verificado se existe indicativo de perda dos imóveis com base em fatores externos ou internos. Havendo indicativo de perda, procede-se a avaliação do bem no mercado ou mantêm se o valor contábil.

Para o investimento na Correiospar, mantem-se o valor contábil ajustado pelo Método de Equivalência Patrimonial.

2.15.3 - Imobilizado/Intangível

Para os bens imóveis, anualmente, é verificado se existe indicativo de perda dos imóveis com base em fatores externos ou internos. Havendo indicativo de perda, procede-se a avaliação do bem no mercado ou mantêm se o valor contábil.

Em 2014 foram reconhecidos ajustes ao valor recuperável de 141 imóveis que estavam com o valor contábil acima do valor de mercado. Em 2016, após avaliação interna, verificou-se que as condições presentes à época da elaboração dos laudos emitidos por empresa contratada em 2014 não tiveram alterações significativas, mantendo-se o ajuste realizados naquele exercício.

Para os bens móveis e intangíveis (softwares) a perda do valor recuperável é reconhecida, mensalmente, com base na vida útil econômica, e por meio da depreciação/amortização é reconhecido o desgaste e a perda do bem.

2.16 - Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos

Os ativos e passivos de longo prazo dos Correios são, quando aplicável, ajustados a valor presente utilizando taxas de desconto que reflitam a melhor estimativa.

Como os valores de contas a receber de clientes e valores de contas a pagar a fornecedores são de recebimento/pagamento de curto prazo, cálculos realizados pela Empresa demonstram que o ajuste a valor presente não seria relevante.

2.17 - Obrigações com Fornecedores

São realizadas, mensalmente, provisões de despesas com fornecedores, para os casos em que não são possíveis as entradas dos documentos fiscais no sistema até a data do fechamento contábil, atendidas as seguintes condições:

- a) existir uma obrigação futura de um evento passado;
- b) existir saída provável de recursos; e
- c) existir estimativa confiável da obrigação.

2.18 - Obrigações Financeiras a Pagar

Com a realização do distrato do Banco Postal, os valores antes registrados como receita a apropriar foram atualizados e passaram a ser registrados como obrigações financeiras a pagar. Considerando as características do distrato, os valores referentes aos juros sobre saldo remanescente a ser devolvido, na época foram diferidos em 30 meses. Contudo, em dezembro/2016, com a assinatura do segundo Termo Aditivo ao Instrumento do Contrato de Correspondente – Banco Postal, o valor da última parcela, a ser paga em janeiro/2017, foi diferida em 36 meses.

2.19 - Empréstimos e Financiamentos

Reconhecidos pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação, acrescido de encargos e juros incidentes ao decorrer do período, com base na taxa de juros efetiva prevista contratualmente.

2.20 - Provisões e Passivo Contingente

As provisões são reconhecidas quando uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, demonstra ser provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor dessa obrigação possa ser feita.

A Empresa é parte, como ré, em diversos processos judiciais e administrativos de natureza processual trabalhista, cível e fiscal. A avaliação da probabilidade de perdas considera as evidências e jurisprudências disponíveis, a hierarquia das leis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico cuja classificação e determinação do valor estimado de perda está sob responsabilidade da área jurídica dos Correios.

As provisões, relativas aos processos cujos graus de risco são classificados como perda provável, são reconhecidas em função da existência de uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, que demonstra ser provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidação da mesma e é possível fazer uma estimativa confiável do valor. Tais provisões são revisadas e ajustadas levando em consideração as alterações nas circunstâncias, tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

No entanto, os passivos contingentes, relativos aos processos cujos graus de risco foram classificados como perda possível, são divulgados em nota explicativa tendo em vista que não satisfazem os critérios de reconhecimento estabelecidos pela legislação.

2.21 - Benefícios a Empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego são de responsabilidade dos Correios e incluem benefícios de aposentadoria complementar e de plano de saúde pagáveis ao fim do vínculo empregatício com a aposentadoria do empregado. Os riscos sobre os benefícios pós-emprego de previdência complementar são avaliados anualmente de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1).

A Empresa é patrocinadora de uma entidade fechada de previdência privada complementar, sem fins lucrativos, constituída em 26 de janeiro de 1981, denominada Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – Postalís, que tem por finalidade garantir a suplementação dos benefícios de aposentadoria e pensão a seus empregados e participantes, por meio do Plano de Benefício Definido (PBD) e do Plano de Contribuição Variável – PostalPrev.

O PostalPrev é um plano de previdência complementar estruturado na modalidade de Contribuição Variável. Esse Plano reúne vantagens da Contribuição Definida para os benefícios programados (aposentadoria normal e antecipada) e do Benefício Definido para os benefícios de risco (auxílio-doença, invalidez, pecúlio, pensão por morte ou renda vitalícia). A forma de recebimento do benefício de aposentadoria é flexível: o participante pode escolher entre receber renda vitalícia ou renda por prazo indeterminado (percentuais da reserva de poupança, definidos pelo participante anualmente) e ainda pode optar por receber 25% da sua reserva de poupança à vista.

Nos planos de Benefício Definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem sobre patrocinadores, participantes e assistidos na forma prevista na Lei Complementar nº 108/2001 e Resolução CGPC nº 28/2008. Sendo assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

Atualmente, o PBD não recebe mais adesões, assim definido como em extinção. O saldamento do referido plano ocorreu em março de 2008 e, em 2010, houve a assunção da diferença, na forma de provisão, do adicional da Reserva de Tempo de Serviço Anterior (RTSA).

Conforme posicionamento e recomendações da STN/MF e do DEST/MP em 2014, o valor original registrado no Balanço Patrimonial dos Correios não é devido pela Patrocinadora (Correios), acrescido da atualização de INPC mais 6% de juros, ser revertido. Assim, naquele ano, houve a reversão da provisão a título de RTSA atualizada no valor de R\$ 1.086 milhões com contrapartida o resultado do exercício.

Durante o exercício de 2015, os Correios contrataram a empresa Vesting Consultoria Financeira e Atuarial, para emitir parecer técnico atuarial sobre a RTSA do Plano de Benefício Definido (PBD), o qual apresentou interpretação diversa da STN a respeito da natureza da RTSA. Nessa esteira, haja vista a dissonância das posições técnicas, a empresa efetuou consulta formal junto ao órgão fiscalizador do sistema de previdência complementar – PREVIC, nos termos da Lei 12.154/2009.

Nesse contexto, em razão da posição legal vinculante do DEST, os Correios não reconhecem provisão contábil a título de RTSA, aguardando a recomendação do órgão de controle (PREVIC) que ratifique ou eventualmente modifique essa interpretação.

Em 2016 o Conselho de Administração dos Correios destacou o tema RTSA e a Diretoria Executiva aprovou a contratação de serviços especializada para avaliar a conformidade da folha de pagamento e, conseqüentemente, analisar os valores supostamente devidos, a título de RTSA. A partir dessa aprovação, a Diretoria Executiva estabeleceu como objeto da contratação com a inclusão de serviços especializados para avaliar a conformidade da folha de pagamento e, conseqüentemente, analisar os valores supostamente devidos, a título de RTSA.

Desde o exercício de 2013, os Correios reconhecem os componentes de custo de benefício definido no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, em conformidade com o CPC 33 R1:

- a) os custos dos serviços correntes e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e
- b) as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidas em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido da Empresa.

No caso do Postalís, o custo da concessão de benefícios é determinado pelo método da unidade de crédito projetada, e a avaliação atuarial é realizada ao final do período anual de apresentação de relatório.

A obrigação de benefícios de aposentadoria reconhecida no Balanço Patrimonial representa o déficit ou excedente real nos planos de benefícios definidos dos Correios. Qualquer excedente resultante desse cálculo é limitado ao valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições dos planos ou reduções em contribuições futuras aos planos.

2.22 - Participação nos Lucros e Resultados – PLR

Os Correios, com base no cumprimento de metas de desempenho, devidamente estabelecidas no início de cada ano, efetua o pagamento de participações nos lucros e resultados anuais a seus empregados e dirigentes.

Para a PLR dos empregados, mensalmente, respeitando o regime de competência, é constituída pela Empresa uma obrigação a pagar no passivo de um percentual de 25% dos dividendos a serem distribuídos aos acionistas não podendo o montante final a pagar exceder a 11,875% sobre o resultado do período.

A PLR dos dirigentes é estabelecida conforme Programa de Remuneração Variável Anual de Dirigentes.

2.23 - Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro são calculadas conforme as leis tributárias promulgadas na data do balanço, compreendem os impostos correntes e diferidos e constam reconhecidas na Demonstração do Resultado, exceto quanto aos valores dos impostos diferidos diretamente sobre itens de ajuste de avaliação patrimonial e sobre outros resultados abrangentes no Patrimônio Líquido.

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% e a contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de 9%, ambos incidem sobre o lucro contábil ajustado, sendo considerado em cenário de lucro tributável as compensações de prejuízos fiscais e bases negativas.

Em observância as permissões e exigências do Pronunciamento Técnico CPC 32, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro diferidos foram reconhecidos somente na proporção da probabilidade da existência de lucro tributável futuro para compensar os tributos diferidos sobre as diferenças temporárias, o prejuízo fiscal de IRPJ e a base negativa de CSLL.

A assunção da Imunidade Tributária ocasionou no exercício de 2016 a reversão dos saldos dos ativos e passivos fiscais diferidos de IRPJ constituídos sobre o resultado, sobre outros resultados abrangentes e sobre o ajuste de avaliação patrimonial, os dois últimos no Patrimônio Líquido.

Conforme orienta o CPC 32, a reversão dos valores ocasionou os seguintes impactos:

- afetou o resultado do exercício por meio da reversão dos direitos fiscais diferidos anteriormente constituídos sobre o resultado; e
- afetou o saldo do Patrimônio Líquido:
 - a) por meio da reversão das obrigações fiscais diferidas anteriormente constituídos sobre no ajustes de avaliação patrimonial; e
 - b) por meio da reversão dos direitos fiscais diferidos anteriormente constituídos sobre outros resultados abrangentes;

O detalhamento específico dos valores encontra-se nas notas 16.2 e 16.3.

2.24 - Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros dos Correios são representados pelas disponibilidades, principalmente por aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar e empréstimos.

Os ativos financeiros são classificados em três categorias:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado;
- Empréstimos e recebíveis; e
- Disponível para venda.

Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado referem-se às aplicações financeiras mantidas para negociação.

Os empréstimos e recebíveis são valores a receber de clientes e da controlada Correiospar, sendo esses, ativos financeiros não derivativos, com recebimentos determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados pelo custo amortizado, menos perda por redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros disponíveis para venda referem-se, principalmente, as ações de companhias telefônicas que são instrumentos financeiros não avaliados pela método de equivalência patrimonial e são classificados neste grupo por não serem classificados nos demais grupos de ativo financeiro. Contudo, permanecem classificados no realizável a longo prazo em função da Empresa não ter intenção de vender estas ações.

Os passivos financeiros são classificados pelo valor justo por meio do resultado ou como outros passivos financeiros. Os ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam quaisquer juros pagos no passivo financeiro. Outros passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, usando-se o método dos juros efetivos, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento.

2.25 - Gestão do Risco Financeiro

2.25.1 - Fatores de Risco

Os Correios no exercício de 2016, adotou medidas para estruturar os processos de avaliação de riscos, essas ações alcançam as exigências apresentadas na Lei 13.303/2016 e Decreto 8.945/2015 que regulamenta a referida lei.

As atividades dos Correios a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

O Departamento de *Compliance* e Gestão de Riscos, vinculado à Presidência é o responsável por coordenar as atividades relacionadas a conformidade e gerenciamento de riscos. A gestão dos riscos financeiros é de responsabilidade dos departamentos e centrais vinculadas a Vice-Presidência de Finanças e Controles Internos.

2.25.2 - Risco de Mercado

Está relacionado às oscilações de preços e taxas como: taxas de juros e paridades cambiais e preços de commodities. Estas variações podem afetar os retornos esperados de um investimento, de uma aplicação financeira, das expectativas de receitas de vendas, dos valores do serviço e da amortização das dívidas contratadas.

Neste sentido, os gestores dos fundos de investimentos dos Correios, BB DTVM e CEF fazem o acompanhamento e gestão dos investimentos mensurando os riscos e avaliando os impactos de cenários de estresse e sensibilidade e lacunas de descasamento. O Departamento Financeiro faz o acompanhamento do desempenho dos fundos em relação ao benchmarking, e recebe mensalmente informações dos gestores sobre o cenário econômico, desempenho e riscos dos fundos.

Os Correios fazem gestão do fluxo de caixa mediante a projeção das entradas e saídas de caixa, coleta diária de movimentações financeiras de pagamento e recebimento, conciliação do fluxo de caixa e avaliação de saldo disponível, possibilitando a análise da situação financeira da empresa.

2.25.3 - Risco de Crédito

A Empresa possui definido em seus manuais políticas voltadas para os processos que envolvem a crédito de clientes, faturamento e cobrança. Os riscos são geridos corporativamente pela Central de Operações Financeiras de São Paulo (CEOFI-SP), em que acompanham e indicam eventos desconformes, suas origens, a avaliação das consequências e mensuração de seus impactos.

No caso de risco de crédito decorrente de concessão de crédito a clientes, os Correios avaliam, conforme política definida, a qualidade do crédito em consideração principalmente o histórico de relacionamento e indicadores financeiros, definindo limites individuais de crédito.

A provisão para deterioração do saldo de contas a receber é registrada em quantia considerada suficiente para cobrir todas as perdas prováveis quando da execução das contas a receber de clientes (Nota 5).

2.25.4 - Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa de curto e longo prazo é realizada pelo Departamento Financeiro que tem por atribuição monitorar as previsões contínuas das exigências de liquidez da Empresa para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O controle da posição de liquidez ocorre diariamente por meio do monitoramento do fluxo de caixa. O excesso de caixa mantido é monitorado pelo Departamento Financeiro. Os Correios investem o excesso de caixa em aplicações financeiras e com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões mencionadas. As aplicações financeira da empresa estão detalhadas na nota 4.

2.25.5 - Gestão do Capital

Com os resultados dos últimos anos a estrutura de Capital do Correios, tende a apresentar uma situação que não possa suportar a execução de estratégias e concretização de negócios, com a premissa de que o processo seja compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da exposição a riscos.

A administração vem adotando ações conforme nota 1.1 para mitigar esses riscos e reverter a situação apresentada nos últimos dois exercícios.

2.26 - Receitas e Despesas

Os Correios têm como prática a adoção do regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento das receitas, das despesas e dos custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

2.27 - Alteração de Normas

2.27.1 - Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva desde 1º de janeiro de 2016

Não há novas normas ou interpretações com aplicação efetiva pela primeira vez para períodos que se iniciaram em ou após 1º de janeiro de 2016 que tenham impacto significativo nas demonstrações contábeis da Empresa. Adicionalmente, nenhuma das alterações de normas e interpretações vigentes desde 1º de janeiro de 2016 resultaram em impacto significativo nas demonstrações contábeis da Empresa.

2.27.2 - Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva após 31 de dezembro de 2016

Existem três novas normas que serão efetivas em 2018 e 2019 que poderão afetar diversos tipos de entidades e devem resultar em alterações bastante significativas nas suas demonstrações contábeis. Estas normas são o IFRS 9 *Financial instruments*, o IFRS 15 *Revenue from contracts with customers* e o IFRS 16 *Leases*. Portanto, elas não foram adotadas de forma antecipada nestas demonstrações contábeis e, portanto, poderão impactar de maneira significativa as demonstrações contábeis da Empresa no futuro.

- **IFRS 9 *Financial Instruments*:**

O IFRS 9 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta nova norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (categoria residual). Uma das principais alterações está relacionada aos ativos financeiros classificados na categoria de “Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes”, sendo também aplicável em determinados passivos financeiros que atendem determinados critérios de classificação. Assim, os instrumentos financeiros na categoria de “Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes” são registrados no balanço pelo seu valor justo (para refletir os fluxos de caixas esperados pela venda), sendo a parte relativa ao custo amortizado registrada no resultado do exercício (para refletir o recebimento dos fluxos de caixa contratuais), sendo a diferença registrada em Outros Resultados Abrangentes, devendo ser posteriormente reciclada para o resultado do exercício quando da venda/baixa do instrumento financeiro. A outra principal alteração está relacionada ao “impairment” de ativos financeiros, como por exemplo as provisões para créditos de liquidação duvidosa, em que o modelo de “perda esperada” substitui o modelo de “perda incorrida”. O novo modelo de “perda esperada” deve impactar materialmente todas as entidades que detenham instrumentos financeiros nas categorias de “Custo Amortizado” e “Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes”.

- **IFRS 15 *Revenues from contracts with customers*:**

O IFRS 15 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta nova norma contém significativamente mais orientações e requerimentos em comparação às normas e interpretações existentes. Na nova norma, a receita deverá ser reconhecida levando-se em consideração os cinco critérios a seguir que precisam ser atendidos de forma cumulativa: (i) identificar o contrato; (ii) identificar as obrigações de “performance”; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocar o preço da transação para cada obrigação de “performance”; e (v) reconhecer a receita somente quando cada obrigação de “performance” for satisfeita. A adoção desta nova norma pode resultar no fato de que em muitas entidades o momento e a natureza do reconhecimento de receita deverão ser modificados.

- **IFRS 16 *Leases*:**

O IFRS 16 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2019. Esta nova norma substitui IAS 17 *Leases*, IFRIC 4 *Determining whether an Arrangement contains a Lease*, SIC-15 *Operating Leases – Incentives* e SIC-27 *Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease*. Os requerimentos de contabilização para os arrendadores permanecem substancialmente os mesmos em comparação às normas atualmente vigentes. Entretanto, há alterações significativas para os arrendatários na medida em que o IFRS 16 determina um modelo único apenas para os arrendatários ao eliminar a distinção entre arrendamento financeiro e operacional de forma a resultar em um balanço patrimonial refletindo um “direito de uso” dos ativos e um correspondente passivo financeiro. Assim, para muitas entidades o efeito de registrar

todas as operações de leasing no balanço patrimonial poderá ser muito significativo. Os efeitos do IFRS 15 *Revenues from Contracts with Customers* e IFRS 9 *Financial Instruments* ainda estão sob análise da administração da Empresa, uma vez que os mesmos poderão gerar impactos significativos nas Demonstrações Contábeis.

NOTA 3 - APRESENTAÇÃO RETROSPECTIVA DE SALDOS DE PERÍODOS ANTERIORES MODIFICADOS

3.1 - Impacto da reclassificação sobre o ativo em 01 de janeiro de 2016.

	Consolidado		
	Em 31 de dezembro de 2015 (Publicado)	Ajustes ⁽¹⁾	Em 31 de dezembro de 2016 (Reclassificado)
Ativo			
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.196.100	-	1.196.100
Caixa	737	220.754	221.491
Aplicações	1.190.338	(220.754)	969.584

(1) Reclassificação das operações compromissadas referente aos fundos 13A, 13B, 13C, todos do Banco do Brasil, bem como o Fundo X da CEF, para o caixa.

3.2 Impacto da reclassificação sobre o passivo em 01 de janeiro de 2016

	Consolidado		
	Em 31 de dezembro de 2015 (Publicado)	Ajustes ⁽¹⁾	Em 31 de dezembro de 2016 (Reclassificado)
Passivo			
Circulante	4.112.402	-	4.112.402
Fornecedores	1.099.131	(398.501)	700.630
Provisões com Patrocinadas/Mantidas	-	398.501	398.501

(1) Reclassificação de Fornecedores para as Provisões com Patrocinadas/Mantidas.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado (Reclassificado)
Caixa	831	697.671	737	221.491
Bancos	6.192	6.195	5.025	5.025
Aplicações	1.682.004	1.014.807	1.158.551	969.584
TOTAL	1.689.027	1.718.673	1.164.313	1.196.100

4.1 - Caixa: em 31/12/2016, o valor de R\$ 831 em caixa estava distribuído, de maneira heterogênea, em 6.495 unidades de atendimento, presentes nos os estados da Federação. Esse montante se destina a fazer frente às operações nos primeiros dias do mês de janeiro de 2017. No consolidado estão incluídas as disponibilidades e as operações compromissadas referente aos fundos: 13A, 13B, 13C, todos do Banco do Brasil, bem como o Fundo X da Caixa Econômica Federal.

4.2 - Bancos: representa a movimentação de numerários em contas mantidas com instituições bancárias. O saldo em 31/12/2016 é de R\$ 6.192.

4.3 - Aplicações: de acordo com a Resolução nº 3.284 de 25 de maio de 2005 alterada pela Resolução nº 4.034 de 30 de novembro de 2011, ambas do Conselho Monetário Nacional, as empresas públicas são obrigadas a aplicar suas disponibilidades financeiras em Fundos de Investimento Extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal - CEF, pelo Banco do Brasil S.A - BB. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados. A política dos fundos deve ser referenciada a um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima

(IMA), no qual os fundos devem ser compostos por Letras do Tesouro Nacional (LTN), Notas do Tesouro Nacional – Série F (NTN-F) ou Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B), com exceção dos compostos por títulos atrelados à taxa SELIC.

As disponibilidades financeiras estão aplicadas em Fundos de Investimentos Extramercado exclusivo no Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB DTVM e na Caixa Econômica Federal em carteiras compostas por Letras do Tesouro Nacional (LTN), Nota do Tesouro Nacional Série B (NTN-B), operações compromissadas (limitadas a 25% do patrimônio líquido do fundo), e aplicações da Correiospar, registradas pelo valor líquido de realização, na data do balanço, conforme detalhado a seguir:

As aplicações da Correiospar estão acrescidas ao Consolidado e representam Fundos de Investimentos Extramercado no Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB DTVM registradas pelo valor líquido de realização, na data do balanço.

4.3.1 - Títulos Mantidos para Negociação

4.3.1.1 - Composição do Patrimônio Líquido dos Fundos em 31/12/2016

Instituição	Fundo	Consolidado				Total do Patrimônio Líquido
		Circulante			Não Circulante	
		Caixa ²	Aplicações (líquidas da Provisão do IR)	Provisão do IR	Aplicações	
BB	13 A	22.297	868.136	1.595	2.693	894.721
BB	13 B	672.639	61.546	337	158.578	893.100
BB	13 C	551	40.436	-	101.944	142.931
CEF	Fundo X	1.353	15.046	222	91.741	108.362
BB	Cotas Fundo ¹	-	29.643	78	-	29.721
Totais		696.840	1.014.807	2.232	354.956	2.068.835

¹ Refere-se ao valor registrado no Fundo BB Extramercado FAE 2, não exclusivo, da Controlada.

² Refere-se a soma entre os valores das operações compromissadas e as disponibilidades dos fundos, que na consolidação são classificados na conta "caixa"

4.3.1.1.1 - Posição em 31/12/2016

APLICAÇÃO	Consolidado 2016	(%)
LTN	965.410	70,36
NTN-F	50.965	3,71
NTN-B	327.484	23,87
Cotas – Fundo ¹	29.722	2,17
Subtotal	1.373.581	100,12
Ajustes ²	(1.586)	(0,12)
Total	1.372.015	100,00
Imposto de Renda	(2.232)	0,16
Líquido	1.369.763	99,84

¹ Refere-se ao valor registrado no Fundo BB Extramercado FAE 2, não exclusivo, da Controlada.

² Tx. ADM e outros na gestão dos fundos.

A Empresa e sua controlada aplicam suas disponibilidades financeiras em títulos públicos de curto e longo prazo marcados a mercado e com vencimentos até 2027, de acordo com a tabela a seguir. Contudo, esses títulos são negociados conforme as demandas do fluxo de caixa da Empresa, sendo classificados como mantidos para negociação.

Vencimento	Composição do Curto Prazo (Circulante)						Totais
	LTN	NTN-F	NTN-B	Cotas Fundo	Provisão de IR	Ajustes do Fundo	
2017	901.916	9.822	77.165	29.722	(2.232)	(1.586)	1.014.807
TOTAIS	901.916	9.822	77.165	29.722	(2.232)	(1.566)	1.014.807

Composição do Longo Prazo (Não Circulante)							
Vencimento	LTN	NTN-F	NTN-B	Cotas Fundo	Provisão de IR	Ajustes do Fundo	Totais
2018	32.223	1.998	97.685	-	-	-	131.906
2019	15.940	1.436	57.656	-	-	-	75.032
2020	15.331-	-	20.974	-	-	-	36.304
2021	-	12.877	74.005	-	-	-	86.882
2023	-	11.930	-	-	-	-	11.930
2025	-	8.395	-	-	-	-	8.395
2027	-	4.507	-	-	-	-	4.507
TOTAIS	63.494	41.143	250.319	-	-	-	354.956

Por possuírem dados observáveis em mercado ativo, a totalidade da carteira é considerada nível 1 de hierarquia de valor justo.

4.3.2.1 - Composição do Patrimônio Líquido dos Fundos em 31/12/2015

Instituição	Fundo	Consolidado				Total do Patrimônio Líquido
		Circulante			Não Circulante	
		Caixa ²	Aplicações (líquidas da Provisão do IR)	Provisão do IR	Aplicações	
BB	13 A	20.857	574.116	1.055	-	596.028
BB	13 B	90.935	239.303	2.356	572.423	905.017
CEF	Fundo X	108.962	124.379	2.172	218.155	453.668
BB	Cotas Fundo ¹	-	31.787	84	-	31.871
	Totais	220.754	969.585	5.667	790.578	1.986.584

¹ Refere-se ao valor registrado no Fundo BB Extramercado FAE 2, não exclusivo, da Controlada.

² Refere-se a soma entre os valores das operações compromissadas e as disponibilidades dos fundos, que na consolidação são classificados na conta "caixa".

4.3.1.2.1 - Posição em 31/12/2015

APLICAÇÃO	Consolidado 2015	(%)
LTN	575.185	32,57
NTN-B	1.158.821	65,62
Cotas – Fundo ¹	31.871	1,80
Subtotal	1.765.877	100,00
Ajustes ²	(47)	0,00
Total	1.765.830	100,00
Imposto de Renda	(5.667)	0,32
Líquido	1.760.163	99,68

¹ Refere-se ao valor registrado no Fundo BB Extramercado FAE 2, não exclusivo, da Controlada.

² Tx. ADM e outros na gestão dos fundos.

A Empresa e sua controlada aplicam suas disponibilidades financeiras em títulos públicos de curto e longo prazo marcados a mercado e com vencimentos até 2020, de acordo com a tabela a seguir. Contudo, esses títulos são negociados conforme as demandas do fluxo de caixa da Empresa, sendo classificados como mantidos para negociação.

Composição do Curto Prazo (Circulante)						
Vencimento	LTN	NTN-B	Cotas Fundo	Provisão de IR	Ajustes do Fundo	Totais
2016	575.185	368.243	31.871	(5.667)	(47)	969.585

TOTAIS	575.185	368.243	31.871	(5.667)	(47)	969.585
---------------	----------------	----------------	---------------	----------------	-------------	----------------

Vencimento	Composição do Longo Prazo (Não Circulante)					Totais
	LTN	NTN-B	Cotas Fundo	Provisão de IR	Ajustes do Fundo	
2017	-	219.095	-	-	-	219.095
2018	-	395.709	-	-	-	395.709
2019	-	110.697	-	-	-	110.697
2020	-	65.077	-	-	-	65.077
TOTAIS	-	790.578	-	-	-	790.578

Por possuírem dados observáveis em mercado ativo, a totalidade da carteira é considerada nível 1 de hierarquia de valor justo.

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER

Os créditos estão apresentados pelo valor original deduzidos das perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa (PECLD).

CRÉDITOS	2016	2015
Serviços Faturados	1.435.184	1.495.953
Serviços a Faturar	173.564	163.704
Cartões de Crédito	14.156	11.495
ACF/Prestação de Contas	401	681
ACF/Débitos Negociados	-	514
ACC/Prestação de Contas	2.360	2.307
Débitos ACC	35	-
AGC/Prestação de Contas	136	120
Débitos Internacionais	437.547	826.376
AGF/Prestação de Contas	208	1
AGF/ Débitos Negociados	1.914	2.201
Valores a receber de AGF	67.711	66.342
Direito a receber AGF – Lei postal	1.466	1.110
Outros Débitos de Clientes	3	16
TOTAL	2.134.685	2.570.820

O detalhamento de serviços faturados, líquido das perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa (PECLD), por período de vencimento e a vencer, estão detalhados a seguir:

VENCIMENTOS	2016	2015
Vencidos até 30 dias	69.065	108.956
Vencidos de 31 a 60 dias	13.566	61.746
Vencidos de 61 a 90 dias	8.175	46.521
Vencidos de 91 a 120 dias	3.969	10.667
Vencidos de 121 a 180 dias	21.860	4.863
Vencidos de 181 a 365 dias	17.997	5.926
Acima de 365 dias	14.234	5.422
Total de Valores Vencidos	148.866	244.101
A Vencer	1.286.318	1.251.852
Total a Receber	1.435.184	1.495.953

5.1 - Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa: foi constituída ao final do exercício, à base de 31,93% e 5,92% das faturas vencidas em cobrança administrativa de órgãos privados e públicos, respectivamente.

PECLD – 2016	
Títulos de empresas privadas vencidos ao fim de 2016 (31,93% do saldo)	33.110
Títulos de empresas públicas vencidas ao fim de 2016 (5,92% do saldo)	4.320
TOTAL	37.430
PECLD – 2015	
Títulos de empresas privadas vencidos ao fim de 2015 (36,59% do saldo)	11.120
Títulos de empresas públicas vencidas ao fim de 2015 (8,32% do saldo)	7.708
TOTAL	18.828

A seguir, o demonstrativo da movimentação das perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD), composta pela parcela das perdas dedutíveis (Lei 9.430/96) e das perdas não dedutíveis.

MOVIMENTAÇÃO PECLD	2016	2015
Saldo Total em 1º de janeiro	18.828	24.915
- Perdas dedutíveis em 1º janeiro	(130)	(3.234)
PECLD não dedutível em 1º de janeiro	18.698	21.681
Adições	18.639	-
Baixas	-	(2.983)
PECLD não dedutível em 31 de dezembro	37.337	18.698
Perdas dedutíveis em 31 de dezembro	93	130
Saldo Total em 31 de dezembro	37.430	18.828

Para fins fiscais, o saldo de PECLD ajustado pelas perdas não dedutíveis é adicionado à apuração do Lucro Real.

5.2 - Serviços Faturados: correspondem aos direitos a receber de clientes, por serviços prestados ou produtos vendidos.

5.3 - Serviços a Faturar: representam os direitos a receber por serviços prestados ou produtos vendidos a clientes, em processo de emissão de fatura.

5.4 - Cartões de Crédito: crescimento de R\$ 2.661 registrado na rubrica referente ao aumento dos recebíveis pagos na modalidade de Cartão de Crédito, quando da venda de produtos e serviços.

5.5 - ACF/Prestação de Contas: referem-se aos direitos junto aos franqueados, correspondentes à arrecadação da última quinzena do mês.

5.6 - ACC/Prestação de Contas: referem-se aos direitos junto aos permissionários, correspondentes à arrecadação da última quinzena do mês.

5.7 - Débitos Internacionais: : o valor de R\$ 437.547 corresponde aos direitos decorrentes das relações dos Correios e outros Correios mundiais. O saldo de 2016 ainda traz influência de saldos de anos anteriores, tendo em vista a própria dinâmica temporal das regras estabelecidas pela convenção da União Postal Universal – UPU, da qual o Governo Brasileiro é signatário e os Correios estão obrigados a seguir. Para esta conta foi constituída uma PECLD na ordem de R\$ 5.812, referente aos valores a receber em 2016 que os Correios ainda aguardam o pagamento.

5.8 - Débitos Negociados de AGF: referem-se a valores em atraso, a receber de AGF, com termo de confissão de dívida e acordo de parcelamento.

5.9 - Direito a Receber de AGF – Lei postal: corresponde às operações de vendas de produtos da Lei Postal para as AGF.

5.10 - Valores a Receber de AGF: referem-se aos direitos junto aos franqueados correspondentes à arrecadação da última quinzena do mês.

NOTA 6 - ESTOQUES

Os estoques estão armazenados em dois grandes centros de distribuição de materiais, responsáveis por suprir, as unidades administrativas, as unidades de atendimento e demais unidades operacionais. As perdas com estoque estão constituídas para os materiais que se encontram obsoletos, danificados ou vencidos.

MATERIAIS ESTOCADOS	2016	2015
Material para consumo	60.327	48.058
Material para revenda/almoxxarifados	23.060	24.311
Material em consignação	565	326
Perdas com estoque	(2.695)	(918)
TOTAL	81.257	71.777

NOTA 7 - OUTROS VALORES E BENS

7.1 - Créditos com Pessoas Ligadas

CRÉDITOS COM PESSOAS LIGADAS	2016	2015
Serviço Saúde	55.199	61.704
Dividendos a Receber	28	82
TOTAL	55.227	61.786

7.1.1 - Serviço Saúde: o valor atual refere-se ao pagamento de serviços de saúde (e outros gastos), realizados pelos Correios, os quais ainda não foram inclusos na prestação de contas do plano de saúde administrado pela Postal Saúde.

7.1.2 - Dividendos a Receber: o valor registrado na controladora refere-se ao repasse de atualização monetária dos dividendos mínimos obrigatórios da Controlada referente ao exercício de 2015.

7.2 - Adiantamentos

	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Adiantamento Salarial	3.577	3.577	3.334	3.358
Adiantamento de Férias	121.652	121.652	115.471	115.479
Demais Adiantamentos	5.420	5.420	3.937	3.937
TOTAL	130.649	130.649	122.742	122.774

7.2.1 - Demais Adiantamentos: referem-se aos adiantamentos a empregados para pagamento de pequenas despesas sujeitas a posterior comprovação, aos valores devidos pelos órgãos públicos, referente aos empregados cedidos àqueles órgãos, bem como adiantamentos a estagiários.

7.3 - Impostos e Encargos Sociais a Compensar

Correspondem a valores de tributos, encargos sociais e outros valores recolhidos ou adiantados ao fisco que serão restituídos ou compensados com outros tributos administrados pela mesma autoridade fiscal.

	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
ISS - Retenção por Clientes	1.223	1.223	5.389	5.389
IRRF/Aplicações Financeiras	3.148	3.227	6.548	6.631
IR a Restituir	203.778	204.873	231.161	231.482
CSLL a Restituir	35.038	35.142	32.279	32.286
PIS a Restituir/Compensar	-	-	46	46
COFINS a Restituir/Compensar	57	57	268	268
Outros	33.708	33.709	72.947	72.947
TOTAL	276.952	278.231	348.638	349.049

7.3.1 - IR e CSLL a Restituir: as contas abrigam os saldos dos tributos retidos por clientes e não utilizados até o final do exercício por ocasião de apuração de prejuízo fiscal. Estes valores passam a adquirir a característica de saldo negativo de imposto de renda e base negativa de CSLL e serão utilizados no exercício seguinte para pagamentos de débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal.

7.3.2 - PIS e COFINS a Restituir/Compensar: refere-se a créditos fiscais atualizados decorrentes da parcela paga indevidamente sobre as regras do regime não-cumulativo, cujo alcance não atinge os entes imunes conforme artigo 150, VI, “a” da CF.

7.4 - Cobrança Jurídica/Inadimplência

Representam os direitos, cuja cobrança está no âmbito judicial.

COBRANÇA JURÍDICA/INADIMPLÊNCIA	2016	2015
Faturas em Cobrança Jurídica	126.375	117.223
PECLD de Faturas em Cobrança Jurídica	(125.229)	(116.738)
Cheques em Cobrança Jurídica	-	9
Perdas Não-Dedutíveis de Cheques Cob. Jurídica	-	(8)
Alcances	-	5
Débitos de Empregados em Cobrança Jurídica	8.866	7.349
Perda Não-Dedutível de Débitos de Empregados	(8.580)	(6.908)
Perdas Dedutíveis Cobrança Jurídica - Empregados	(275)	(275)
Cobrança Jurídica de Débitos de Terceiros	98.950	85.759
Perda Não-Dedutível de Débitos de Terceiros	(98.007)	(85.668)
Perdas Dedutíveis Cobrança Jurídica de Terceiros	(92)	(92)
Inadimplentes – ACF	512	871
Inadimplentes com Cobrança Jurídica - ACF	118	118
Descredenciadas com Cobrança Jurídica - ACF	4.424	4.284
Perdas Não-Dedutíveis de ACF	(4.438)	(4.848)
Perdas Dedutíveis ACF	(433)	(722)
Inadimplentes - ACC	915	596
Inadimplentes com Cobrança Jurídica - ACC	49	49
Descredenciadas com Cobrança Jurídica - ACC	2.151	2.320
Perdas Dedutíveis ACC	(927)	(1.374)
Perdas Não-Dedutíveis de ACC	(2.126)	(2.831)
Inadimplentes AGF	6.984	5.238
Inadimplentes com Cobrança Jurídica - AGF	697	108
Descredenciadas com Cobrança Jurídica - AGF	2.645	2.644
Perdas Não-Dedutíveis de AGF	(7.232)	(6.142)
Cobrança Jurídica - ISS	21.396	14.939
Perdas Dedutíveis Cobrança Jurídica - ISS	(398)	(398)
Perdas Não-Dedutíveis Cobrança Jurídica - ISS	(20.998)	(14.541)
Perdas Dedutíveis Cobrança Jurídica de Terceiros	(92)	(92)
TOTAL	5.347	967

7.4.1 - Faturas em Cobrança Jurídica: o montante de R\$ 126.375 refere-se a débitos, em valores históricos, de inadimplentes, cuja cobrança é realizada pela área jurídica dos Correios.

O percentual utilizado para a constituição de Perdas Estimadas de Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) nos processos em “Cobrança Jurídica” foi revisado, conforme o CPC 38, baseado nos levantamentos dos acordos judiciais sob responsabilidade da área jurídica que estão sendo cumpridos pelo devedor, bem como os valores de recebimento dos acordos ocorridos até dezembro de 2016.

PECLD – 2016	
98,25% da diferença entre fatura em cobrança jurídica e perdas dedutíveis	64.325
100% das perdas dedutíveis (Lei 9.430/96)	51.707
100% das empresas em recuperação judicial	9.197
Saldo final da PECLD em 31/12/2016	125.229
PECLD – 2015	
99% da diferença entre fatura em cobrança jurídica e perdas dedutíveis	47.956
100% das perdas dedutíveis (Lei 9.430/96)	68.782
Saldo final da PECLD em 31/12/2015	116.738

A seguir, o demonstrativo da movimentação das Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD.

MOVIMENTAÇÃO PECLD	2016	2015
Saldo Total em 1º de janeiro	116.738	101.549
- Perdas dedutíveis em 1º janeiro	(68.782)	(77.160)
- PECLD não dedutível em 1º de janeiro	47.956	24.389
Adições	26.494	71.945
Baixas	(928)	(48.378)
PECLD não dedutível em 31 de dezembro	73.522	47.956
Perdas dedutíveis em 31 de dezembro	51.707	68.782
Saldo Total em 31 de dezembro	125.229	116.738

Para fins fiscais, o saldo de PECLD ajustado pelas perdas não dedutíveis é adicionado à apuração do Lucro Real.

7.4.2 - Descredenciadas com Cobrança Jurídica - ACF: o montante de R\$ 4.424 refere-se a débitos de Agências de Correios Franqueadas – ACF, descredenciadas devido ao descumprimento de cláusulas do contrato de franquia. Para esses casos, os Correios têm ajuizado ações de cobrança. A perda não dedutível de ACF é constituída à base de 64% do saldo da conta inadimplentes ACF e 100% dos saldos acumulados das contas inadimplentes com cobrança jurídica e descredenciadas com cobrança jurídica.

7.4.3 - Débitos de Empregados em Cobrança Jurídica: o montante de R\$ 8.866 refere-se a débitos de ex-empregados, apurados em processo regular, de valor inferior ao definido pelo Tribunal de Contas da União para instauração de Tomada de Contas Especial, e para outros casos excepcionais, em que não tenha sido possível o desconto por meio da folha de pagamento. Mensalmente, é constituída uma perda não dedutível à base de 100% do saldo acumulado na rubrica.

7.4.4 - Cobrança Jurídica de Terceiros: refere-se à cobrança de fornecedores por vícios contratuais ou outras cobranças. O aumento de R\$ 13.191 refere-se, principalmente, ao direito a receber de multas aplicadas em fornecedores. A perda não dedutível é constituída à base de 99% do saldo registrado nesta rubrica.

7.4.5 - Inadimplentes AGF: refere-se a valores não repassados pelas AGFs no prazo regulamentar estabelecido para a prestação de contas. A perda não dedutível de AGF é constituída à base de 56% do saldo da conta inadimplentes AGF e 100% dos saldos acumulados das contas inadimplentes com cobrança jurídica e descredenciadas com cobrança jurídica.

7.5 - Outros Créditos

	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Vale Postal Internacional - Importação	171	171	161	161
Outros Débitos de Terceiros	7.515	7.515	20.298	20.298
Outros Débitos de Empregados	5.477	5.477	10.253	10.253
Venda de Imóveis Funcionais	9	9	751	751
Bens Sucateados	461	461	-	-
TOTAL	13.633	13.633	31.463	31.463

7.5.1 - Outros Débitos de Terceiros: o montante de R\$ 7.515 refere-se, principalmente, a multas aplicadas a fornecedores por descumprimento contratual. A perda não dedutível é constituída à base de 85% das multas aplicadas a fornecedores.

7.5.2 - Outros Débitos de Empregados: o montante de R\$ 5.477 refere-se a débitos decorrentes de prejuízos causados por empregados, como diferenças de caixas, desaparecimento de bens do imobilizado e outros. A perda não-dedutível é constituída a base de 82% da rubrica.

7.5.3 - Venda de Imóveis Funcionais: o valor de R\$ 9 refere-se ao saldo remanescente, líquido da perda não dedutível, atualizado monetariamente, da venda de imóveis funcionais em 1991, cuja

cobrança e recebimento das prestações estão sob a responsabilidade da Caixa Econômica Federal (CEF), conforme disciplinado na Lei nº 8.025/90. A perda não dedutível é constituída, anualmente, de forma a corresponder a 100% dos saldos vencidos há mais de 365 dias e não pagos pelos empregados e ex-empregados à Caixa Econômica Federal, para posterior repasse.

7.5.4 - Bens Sucateados: refere-se ao valor residual de bens móveis destinados a venda ou descarte que, no exercício de 2016.

NOTA 8 - ATIVO NÃO CIRCULANTE

8.1 - Investimentos não Permanentes

8.1.1 - Outras Aplicações – DPV

As rubricas registradas no quadro a seguir foram reclassificadas do grupo Investimentos Permanentes para Ativo Realizável a Longo Prazo, na categoria de Disponível Para Venda – DPV, conforme disciplina a legislação vigente que tratam de Instrumentos Financeiros.

OUTRAS APLICAÇÕES - DPV	2016	2015
Participações não Relevantes	3.516	3.516
FINAM	12.794	12.794
FINOR	15.268	15.268
Perda Não-Dedutível no Investimento	(28.062)	(28.062)
Outros Investimentos	895	895
TOTAL	4.411	4.411

8.1.1.1 - Participações Não Relevantes e FINAM/FINOR: são valores equivalentes, respectivamente, às participações não relevantes em Companhias Telefônicas, bem como aplicações em incentivos fiscais. Cabe mencionar que a perda não dedutível com o FINAM/FINOR equivale a 100% do saldo da conta, tendo em vista o desempenho negativo apresentado por estes fundos desde 2002. Não há intenção de venda destes ativos em curto prazo.

8.2 - Imóveis Funcionais Vendidos: o valor de R\$ 18 corresponde a resíduo de parcela a venda de imóveis funcionais efetuados em 1991, vencíveis após o exercício seguinte, cuja cobrança e recebimento das prestações estão sob a responsabilidade da Caixa Econômica Federal (CEF), conforme disciplinado na Lei nº 8.025/90.

8.3 - Depósitos Judiciais, Recursais e Administrativos

Estão compostos conforme a seguir:

DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS	2016	2015
Depósitos Judiciais	21.743	26.026
Depósitos Recursais	16.510	16.705
Depósitos Recursais Administrativos	68.269	65.045
Penhora de Numerários	5.353	-
TOTAL	111.875	107.776

Os valores de R\$ 21.743 e R\$ 16.510 referem-se aos depósitos realizados em função das demandas judiciais, em que os Correios figuram como réu. O valor de R\$ 68.269 refere-se a depósitos efetuados para interposição de recursos na esfera administrativa junto ao INSS, referentes às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito – NFLD. O valor de R\$ 5.353 refere-se às penhoras de numerário realizadas pela Justiça, por meio de bloqueios judiciais via BACENJUD. Cabe ressaltar o seguinte:

- os depósitos judiciais são decorrentes de cumprimento de determinações judiciais e recebem atualização monetária mensalmente;
- os depósitos recursais são exigidos para interposição de recursos judiciais e são atualizados monetariamente mensalmente;
- os depósitos recursais administrativos são valores equivalentes a 30% do auto de infração, relativos às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito – NFLD, aplicadas pelo órgão

fiscalizador e recebem atualização monetária mensalmente. Mediante esse depósito é interposto recurso administrativo;

- d) as penhoras consistem em constrições judiciais dos bens do devedor com a finalidade de garantir o pagamento de uma dívida. Assim, o ato de constrição é praticado pela justiça sem que haja prévia comunicação à empresa. As penhoras são realizadas via sistema Bacenjud, que interliga a Justiça ao Banco Central e às instituições bancárias, para agilizar a solicitação de informações e o envio de ordens judiciais ao Sistema Financeiro Nacional, via internet, e são reconhecidas como direito tendo em vista que a Empresa foi equiparada à Fazenda Pública.

8.4 - Valores a Compensar:

	2016	2015
Impostos Retidos na Fonte	139.492	139.492
Imunidade Tributária	1.396.158	-
TOTAL	1.535.650	139.492

O saldo de R\$ 139.492 corresponde ao valor dos tributos federais retidos na fonte remanescentes da rescisão contratual com o Banco do Brasil S/A. Os créditos fiscais foram solicitados, tempestivamente, em 2016 à Receita Federal mediante pedido de restituição.

O montante de R\$ 1.396.156 refere-se aos créditos tributários de IRPJ, PIS e COFINS, pagos indevidamente nos últimos 5 anos e corrigidos monetariamente até 31/12/2016. A empresa, baseada nos julgamentos proferidos pelo Pleno do STF em matéria de repercussão geral, iniciou em 2016 o pleito dos valores na esfera administrativa por meio de pedidos de restituição, por entender ser imune a impostos conforme 150, VI, “a” da Constituição Federal e não se sujeitar a sistemática da não cumulatividade para cálculo do PIS e da COFINS.

8.5 - Convênio Postal Saúde: Representa o valor repassado à operadora para a constituição do ativo garantidor das provisões técnicas, em especial a Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar (PEL), por exigência da IN nº 10/2007 da ANS.

8.6 - Outros:

	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Outros Créditos a Realizar	3.228	1459	2.080	571
Débitos de Ex-Empregados	333	333	1.136	1.136
Outros Débitos de Empregados	1.065	1065	739	706
Ressarcimentos da Correiospar	400	-	134	-
Despesa Estrutura e Serv. Gerais Correiospar	190	-	178	-
TOTAL	5.216	2.857	4.267	2.413

8.6.1 - Outros Créditos a Realizar: do montante de R\$ 3.228 nesta rubrica, R\$ 1.769 refere-se a direito a receber da Correiospar, referente a folha de pagamento e tributos.

8.6.2 - Débitos de ex-empregados: refere-se a débito de ex-empregados não recuperados na rescisão contratual, anteriormente registrados em conta de outros débitos de empregados no curto prazo.

8.6.3 - Ressarcimentos da Correiospar: refere-se ao ressarcimento de atividades administrativas estabelecido conforme convênio entre a Correiospar e os Correios.

8.6.4 - Despesa Estrutura e Serviços Gerais a Correiospar: refere-se a utilização da estrutura e serviços gerais dos Correios para execução das atividades operacionais da Correiospar.

Nota 9 - INVESTIMENTOS

Estão compostos conforme a seguir:

Investimentos	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado

Investimentos	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
CorreiosPar	28.538	-	30.264	-
Museus e Coleções	1.001	1.001	1.001	1.001
Imóveis Mantidos para Investimento	550.406	550.406	529.012	529.012
Perda ao Valor Recuperável	(34)	(34)	(34)	(34)
Deprec. de Imóveis Mantidos para Investimento	(4.073)	(4.073)	(3.341)	(3.341)
TOTAL	575.838	547.300	556.902	526.638

9.1 - Investimentos Permanentes

9.1.1 - Imóveis Mantidos para Investimentos: Os imóveis cedidos, alugados ou desocupados, ou seja, que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços ou finalidades administrativas são caracterizados como mantidos pelo proprietário para obter rendas ou valorização do capital, ou ambas, e, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 28 – Propriedades para Investimentos são classificados como Investimentos.

Os critérios para classificação e os métodos e taxas de depreciação são os mesmos utilizados para o imobilizado, constantes na nota 2.10. conciliação.

Rubrica	Valor Líquido em 31/12/15	Adições	Baixas	Transf. entrada	Transf. saídas	Depreciação/ Amortização	Valor Líquido em 31/12/16 ¹
Terrenos Cedidos/Alugados	72.605	-	-	6.794	(6.794)	-	72.605
Prédios Cedidos/Alugados	6.115	-	-	1.107	(1.107)	(127)	5.988
Terrenos Desocupados	428.006	-	(1.374)	143.931	(122.116)	-	448.447
Prédios Desocupados	18.921	-	(144)	6.049	(5.384)	(191)	19.251
Impairment Desocupados	(34)	-	-	-	-	-	(34)
Instalações Desocupadas	24	-	(2)	1.076	(1.051)	(4)	43
TOTAL DE PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO	525.637	-	(1.520)	158.957	(136.452)	(322)	546.300

(1) O valor líquido em 31/12/2016 corresponde ao valor líquido de 31/12/2015 somado às adições e subtraído das baixas e depreciação/amortização

9.2 - Correiospar: Os Correios constituíram, em 24 de dezembro de 2014, a sociedade comercial sob forma de sociedade anônima, denominada Correios Participações S/A – Correiospar, com o capital subscrito de R\$ 300.000, representado por 300.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Durante o exercício de 2016, a Correiospar apresentou um prejuízo de R\$ 1.479, diminuindo o saldo deste investimento para R\$ 28.901, ao aplicar o método de equivalência patrimonial.

NOTA 10 - IMOBILIZADO

Os critérios de mensuração, métodos e taxas de depreciação são apresentados na nota 2.13.

Rubrica	Saldo em 31/12/15	Adições	Baixas	Transf. Entrada	Transf. Saída	Depreciação/ Amortização	Saldo em 31/12/16
Terrenos	3.696.986	2.974	(1.625)	131.418	(148.702)	-	3.681.051
Impairment Terrenos	(491)	-	-	-	-	-	(491)
Prédios	1.436.432	1.862	(7.810)	41.571	(7.691)	(34.902)	1.429.462
Impairment Prédios	(50.435)	-	-	-	-	-	(50.435)
Instal. em Prédios Próprios	18.850	2.881	-	11.724	(212)	(3.481)	29.762
Benfeit. em Imóveis de Terc.	34.629	1.224	(229)	20.406	(441)	(14.777)	40.812
Obras em Andamento	196.695	40.010	-	2.346	(78.802)	-	160.248
Subtotal De Imóveis	5.332.666	48.951	(9.664)	207.464	(235.848)	(53.160)	5.290.409

Rubrica	Saldo em 31/12/15	Adições	Baixas	Transf. Entrada	Transf. Saída	Depreciação/Amortização	Saldo em 31/12/16
Moveis e Utensílios	237.057	19.840	(2.551)	6.243	(5.044)	(37.455)	218.090
Maquinas e Equipamentos	193.004	114.296	(1.409)	164.663	(57.258)	(24.828)	388.468
Veículos Motorizados	551.322	(330)	(1.304)	(661)	661	(60.998)	488.690
Veículos não Motorizados	7.073	1.419	(149)	13	(13)	(2.111)	6.232
Ferramentas e Instrumentos	617	64	(10)	9	(9)	(263)	409
Equip. Processamento de Dados	216.931	54.733	(165)	11.991	(6.938)	(64.166)	212.385
Aquisições em Andamento	94.034	50.978	-	52.918	(156.121)	-	41.809
Subtotal de Móveis	1.300.038	241.000	(5.588)	235.176	(224.722)	(189.821)	1.356.083
TOTAL IMOBILIZADO	6.632.704	289.951	(15.252)	442.640	(460.570)	(242.981)	6.646.491

O valor líquido em 31/12/2016 corresponde ao valor líquido de 31/12/2015 somado às adições e subtraído das baixas e amortização

NOTA 11 - INTANGÍVEL

Corresponde aos *softwares* não integrados às máquinas e equipamentos registrados no imobilizado. Os critérios de mensuração, métodos de amortização estão detalhados na nota 2.14.

Rubrica	Valor Líquido em 31/12/15	Adições	Baixas	Transf. entrada	Transf. saídas	Depreciação/Amortização	Valor Líquido em 31/12/16 ¹
Software, Licenc. Similares	113.343	26.147	(1)	18.312	(22.887)	(28.967)	105.947
TOTAL INTANGÍVEL	113.343	26.147	(1)	18.312	(22.887)	(28.967)	105.947

(1) O valor líquido em 31/12/2016 corresponde ao valor líquido de 31/12/2015 somado às adições e subtraído das baixas e amortização;

NOTA 12 - PASSIVO CIRCULANTE

12.1 - Fornecedores: representam as obrigações referentes às aquisições de materiais, produtos e serviços e outras obrigações com fornecedores com vencimento, normalmente, no mês seguinte.

Fornecedores	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Material, Produtos e Serviços	785.565	785.565	1.098.978	1.098.978
Consignações	150	150	149	149
Outros	18	18	4	4
TOTAL	785.733	785.733	1.099.131	1.099.131

12.2 - Salários e Consignações: correspondem às obrigações trabalhistas devidas no mês, provenientes de despesas fixas e variáveis; às provisões de férias à base 1/12 (um doze avos) da remuneração de cada empregado acrescido do adicional de 70% (conforme acordo coletivo de trabalho) registradas mensalmente; e demais encargos sociais retidos.

Salários e Consignações	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Obrigações Trabalhistas	15.731	15.731	16.181	16.181
INSS - Empregado	43.578	43.578	40.383	40.383
Postalis (BD) - Empregado	17.654	17.654	1.942	1.942
Postalis (PostalPrev) - Empregado	46.845	46.845	24.576	24.576
Retenção SEST/SENAT	2	2	2	2
Férias	1.068.500	1.068.500	1.014.506	1.014.506
Honorários	-	-	-	32
TOTAL	1.192.310	1.192.310	1.097.590	1.097.622

O aumento de R\$ 94.720 neste grupo deve-se, principalmente, aos valores descontados dos empregados, relativos à contribuição para o Postalis BD e Postalis (Postalprev), ocorridas em função do não pagamento, em dezembro/2016, da parcela apropriada referente ao 13º salário e à folha de pagamento de dezembro/2016. Ademais, houve o aumento na contribuição do Postalis BD, visando ao equilíbrio financeiro e atuarial do plano.

12.3 - Encargos Sociais: correspondem às obrigações relativas às contribuições patronais.

Encargos Sociais	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
INSS - Empregador	128.553	128.553	122.336	122.336
Postalis - Empregador	17.822	17.822	2.017	2.017
SENAI Adicional	956	956	900	900
Salário Educação	11.938	11.938	11.234	11.234
FGTS	56.928	56.928	53.451	53.451
INSS - Contribuinte Individual	240	240	338	338
INSS - Cooperativas	-	-	1	1
PostalPrev - Empregador	44.466	44.466	22.820	22.820
TOTAL	260.903	260.903	213.097	213.097

O acréscimo de R\$ 15.805 e R\$ 21.646 nas rubricas Postalis e Postalprev empregador, respectivamente, ocorreu em função do não pagamento em dezembro/2016 da parcela apropriada referente ao 13º salário e a folha de pagamento de dezembro/2016. Ademais, houve o aumento na contribuição do Postalis BD, visando ao equilíbrio financeiro e atuarial do plano.

12.4 - Impostos e Contribuições: correspondem às obrigações relativas às retenções tributárias efetuadas na fonte sobre os rendimentos de empregados e de terceiros, os tributos devidos sobre o lucro, às contribuições sociais (PIS e COFINS) incidentes sobre o faturamento, bem como outras obrigações tributárias.

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
INSS Empresas - Retenção Fonte	6.565	6.565	6.633	6.633
INSS Retenção - Contribuinte Individual	122	122	166	166
Cofins	56.213	56.213	52.197	52.197
Pasep	11.272	11.272	11.189	11.189
ICMS	6.167	6.167	2.556	2.556
ISSQN - Retido De Terceiros	5.758	5.758	5.740	5.740
IRF - Retido De Empregados	49.273	49.273	44.224	44.224
IRF - Retido De Terceiros	2.635	2.635	2.727	2.727
Retenções na fonte - Lei no 9.430/1996	23.706	23.706	28.689	28.689
Outras Obrigações Tributárias	610	610	129	129
TOTAL	162.322	162.322	154.250	154.250

12.5 - Arrecadações e Recebimentos: as obrigações que compõem esse grupo estão detalhadas no quadro a seguir. Cabe salientar que essas obrigações são liquidadas, mensalmente, e na forma pactuada nos contratos com terceiros.

ARRECADAÇÃO E RECEBIMENTOS	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Emissão Vale Postal Nacional	5.632	5.632	10.786	10.786
Vale Postal Internacional - Importação	239	239	291	291
Vale Postal Internacional - Exportação	192	192	70	70
Reembolso Postal – Entrega	20	20	85	85
Venda de Título de Capitalização	2.131	2.131	1.651	1.651
Venda de Produtos de Terceiros e Consignados	193	193	402	402

ARRECADAÇÃO E RECEBIMENTOS	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Recebimento de Contas – Serviços Públicos	20	20	24	24
Recebimento de Contas – Serviços Particulares	55	55	63	63
Recebimento para o Postalís	31.631	31.631	31.538	31.538
Recebimento de Imposto de Importação	6.184	6.184	11.605	11.605
Serviços Virtuais	229	229	259	259
Certificado Digital	1.814	1.814	1.690	1.690
Outros Recebimentos/Arrecadações	140	140	131	131
TOTAL	48.480	48.480	58.595	58.595

12.5.1 - Emissão de Vale Postal Nacional: o valor de R\$ 5.632 corresponde à execução do serviço de vale postal (VPN) e de vale postal nacional eletrônico (VPN-e) na modalidade nacional.

12.5.2 - Recebimento para o Postalís: refere-se ao repasse para o Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – Postalís dos empréstimos consignados dos funcionários dos Correios.

12.5.3 - Recebimento de Imposto de Importação: refere-se a valores arrecadados relativos à cobrança do imposto de importação quando da entrega de objetos postais importados de outros países.

12.5.4 - Certificado Digital: refere-se à comercialização dos certificados digitais da autoridade certificadora SERPRO/RFB para pessoas físicas e jurídicas.

12.5.5 - Venda de Produtos de Terceiros e Consignados: referem-se a produtos de terceiros vendidos nas agências, cartões postais, cartões telefônicos, etc.

12.6 - Adiantamentos de Clientes: refere-se, principalmente, a adiantamento de clientes de órgãos públicos no mês de dezembro.

12.7 - Contas Internacionais a Pagar: o valor de R\$ 86.149 representa as obrigações para com as administrações postais, operadores privados e companhias aéreas, em face das transações internacionais dos Correios. O saldo de 2016 ainda traz a influência de saldos de anos anteriores, tendo em vista a própria dinâmica temporal das regras estabelecidas pela convenção da União Postal Universal – UPU, da qual o Governo Brasileiro é signatário e os Correios são obrigados a seguir.

12.8 - Precatórios Judiciais: são obrigações decorrentes de sentenças judiciais acrescidas, mensalmente, da atualização monetária. O saldo de 2016 equivale às obrigações vencíveis em 2017.

PRECATÓRIOS JUDICIAIS	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Precatórios (Circulante)	89.145	89.145	87.840	87.840
TOTAL	89.145	89.145	87.840	87.840

12.09 - Provisões com Patrocinadas/Mantidas:

Provisões	2016	2015
Correios Saúde	387.894	389.001
Previdência	22.160	9.500
Benefício Definido - BD	20.678	8.300
PostalPrev	1.482	1.200
TOTAL	410.054	398.501

12.10 - Empréstimos e Financiamentos: A seguir é apresentada a composição do saldo de empréstimos e financiamentos e suas principais características:

Data	Saldo da Obrigação Inicial	Amortização Principal	Encargos* Financeiros	Despesa do exercício	Saldo da Obrigação Líquida
31/12/2016	750.000	-	(29.076)	999	721.923

*Refere-se à Comissão Flat, Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e Despesas Bancárias

Características	CCB ¹ - Banco do Brasil
Objetivo	Capital de Giro
Saldo da Obrigação Inicial	750.000
Data de Emissão	28/12/2016
Vencimento Final	28/12/2021
Remuneração	De 125 a 130% do CDI
Exigibilidade de Juros	Mensal a partir de Jan/2017
Encargos Financeiros Totais ²	29.076
Amortizações	48 parcelas mensais consecutivas a partir de 28/01/2018
Garantia	Direitos creditórios vencíveis a prazo de até 180 dias.

1 - Cédula de Crédito Bancário.

2 - Refere-se à Comissão Flat, Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e Despesas Bancárias.

12.11 - Participação nos Lucros e Resultados – PLR: dos R\$ 26.600 registrados nesta rubrica, R\$ 2.513 referem-se a valores pendentes de pagamento a empregados afastados ou desligados dos Correios, R\$ 1.066 à PLR de 2012 e 2013 dos dirigentes, R\$ 772 refere-se a dedução do Índice de Desempenho Operacional - IDO, pelo não atingimento de metas, R\$ 1.448 relativos à reserva técnica de exercícios anteriores provisionada para fazer face a possíveis questionamentos de empregados na justiça, referente ao critério utilizado para definição dos empregados elegíveis e inelegíveis, em 2012, 2013 e 2014, R\$ 20.801 refere-se a valores pendentes de pagamento a empregados ativos no qual não houve acordo com o sindicato respectivo.

12.12 - Receitas a Apropriar: do montante de R\$ 19.068, registrado nesta rubrica, R\$ 19.065 decorrentes de aluguéis de caixas postais que, tendo em vista o regime de competência, devem ser apropriadas no curso de 2016; e R\$ 3 de valores repassados por órgãos públicos antecipadamente para serem descontados quando da prestação de serviços postais pelos Correios.

12.13 - Obrigações Financeiras a Pagar:

Em face do Distrato, os Correios reconheceram um custo gerado pela resilição no valor de R\$405.233, derivados da atualização monetária do valor principal a ser devolvido de R\$ 1.460.017, constituindo, em 31/05/2014, uma dívida de R\$ 1.865.250.

DISTRATO DO BANCO POSTAL			
Data do Distrato	Valor Principal	Valor da Atualização	Valor Total
30/05/2014	1.460.017	405.233	1.865.250

Verifica-se que o custo gerado com este Distrato está condicionado à assinatura do novo contrato, o qual enseja um aumento de receita com o serviço de Banco Postal. Assim, seguindo o princípio da confrontação da Receita com a Despesa, o custo da operação, deverá ser apropriado na despesa à medida que a receita do novo Contrato é reconhecida, durante o período de 30 meses.

Até 2016, foi pago o montante de R\$ 1.411.848, referente às duas primeiras parcelas do Distrato (a primeira parcela, paga em 02/01/2015, no valor de R\$ 662.014 e a segunda parcela, paga em 04/01/2016, no valor de R\$ 749.834), restando a parcela com vencimento estabelecido para 02/01/2017.

Em 05/12/2016, foi assinado o Segundo Termo Aditivo ao Instrumento de Distrato do Contrato de Correspondente – Banco Postal, que alterou a forma de pagamento da terceira parcela da devolução prevista no Distrato. Com a nova redação, o saldo devedor apurado em 05/12/2016, no valor de R\$ 846.311, deverá ser pago em 36 (trinta e seis) parcelas consecutivas e mensais, correspondentes, cada uma, a 1/36 (um, trinta e seis avos) do seu valor, admitindo-se a antecipação do pagamento.

As parcelas mensais serão atualizadas, mensalmente, pela taxa Selic, a partir de 05/12/2016 até a data do seu efetivo pagamento, sendo que o vencimento da 1ª parcela se dará em 02/01/2017. Ao final do exercício a dívida referente ao Distrato do Banco Postal tem a seguinte composição:

DISTRATO DO BANCO POSTAL				
Data	Saldo da Obrigação	Amortização da dívida	Despesa do	Dívida Total

		exercício		
31/12/2016	1.351.063	(749.834)	253.699	854.928

12.14 - Convênio Postal Saúde:

Trata-se das obrigações a pagar para operadora do plano de saúde dos funcionários dos Correios.

CONVÊNIO POSTAL SAÚDE	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Saúde Ocupacional	4.614	4.614	8.413	8.413
Ressarcimento de Despesas Administrativas	71.295	71.295	1.796	1.796
Ambulatórios	-	-	10.423	10.423
Benefício Medicamentos	948	948	-	-
TOTAL	76.857	76.857	20.632	20.632

12.15 - Outros Débitos

OUTROS DÉBITOS	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Convênio Sesi/Senai	7.905	7.905	5.280	5.280
Caução de Fornecedor	27.745	27.745	17.827	17.827
Outros Créditos Diversos	2.248	2.248	3.736	3.736
Valores a Regularizar	18.021	18.021	3.582	3.582
TOTAL	55.919	55.919	30.425	30.425

12.15.1 - Convênio Sesi/Senai: o montante de R\$ 7.905 refere-se à parcela retida, pelos Correios, dos pagamentos a serem efetuados ao SESI/SENAI, conforme contrato, para aplicação em programas assistenciais de treinamento e lazer.

12.15.2 - Caução de Fornecedores: o valor de R\$ 27.745 corresponde aos depósitos em dinheiro recebidos como garantia para participação de licitação ou para cumprimento de contratos.

12.15.3 - Valores a Regularizar: os R\$ 18.021 são referentes a venda de bens do ativo fixo, no valor de R\$ 17.627 e o montante de R\$ 394 refere-se a movimentação de numerários para agências próprias.

NOTA 13 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE

13.1 - Benefício Pós-Emprego

13.1.1 - Composição da provisão para benefícios pós-emprego

As provisões para benefícios pós-emprego referem-se às expectativas (cálculos atuariais) de despesas com os planos de aposentadoria, pensão, assistência à saúde sob responsabilidade dos Correios.

Essas provisões são coincidentes na demonstração individual e consolidada. A tabela a seguir apresenta a composição dessas provisões e das despesas:

Provisão para Benefícios Pós-Emprego (Passivo)			
Descrição	2016	2015	
CorreiosSaúde	6.532.848	5.917.519	
Benefício Definido – BD	1.934.287	1.619.721	
Total da obrigação atuarial¹	8.467.135	7.537.240	

Despesas			
Descrição	2016	2015	
A CorreiosSaúde Ativos	1.522.482	1.617.056	
B CorreiosSaúde Aposentados	218.029	164.024	
C=A+B CorreiosSaúde Total	1.740.511	1.781.080	
D Despesa com Provisão Pós-Emprego Saúde	1.059.265	901.873	
E=B+D Total da Provisão do Pós-Emprego Saúde¹	1.277.294	1.065.897	
F Despesa Postalís Empregador	192.444	99.350	

Provisão para Benefícios Pós-Emprego (Passivo)			
	Descrição	2016	2015
G	Despesa Administrativa/outros Postalis	(20.810)	(39.607)
H	Despesa com Provisão Pós-Emprego Previdência	148.824	381.855
I=F+G+H	Total das Despesas com Pós-Emprego Previdência²	320.458	441.598
J=E+I	Total Provisão Pós-Emprego	1.597.752	1.507.495

1. Devido às peculiaridades do Plano Postalis – BD, para compor o total da obrigação atuarial aqui discriminada, deve-se somar as obrigações de curto e longo prazo de benefício pós-emprego com o valor de R\$ 17.822 em 2016 Nota 12.3., registrados na conta Postalis – Empregador em encargos sociais e R\$ 20.678 referente a Postalis Empregador registrado no subgrupo Provisões com Patrocinadas/Mantidas – Nota 12.9.

2. Valores projetados como custo do serviço e custo do juros da Correios Saúde para 2016;

3. Valores projetados como custo do serviço e custo do juros da Postalis - BD para 2016

Os benefícios são disponibilizados a empregados, aposentados e pensionistas, em decorrência das relações de trabalho ou da sucessão, em direitos e obrigações. A seguir, são apresentados mais detalhes de cada um desses planos:

13.1.1.1 - Plano de Saúde – CorreiosSaúde

Até dezembro de 2013 o plano de saúde dos Correios era de autogestão na modalidade coletivo empresarial, prestado aos beneficiários com abrangência em todo Território Nacional.

A Postal Saúde - Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios, operadora de planos privados de assistência à saúde, registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) sob o nº 41913-3, classificada na modalidade autogestão, constituída em abril de 2013, é uma associação civil, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal.

Desde o dia 1º de janeiro de 2014, toda a operação do Plano de Assistência Médico-Hospitalar e Odontológica dos Correios, é realizada pela Postal Saúde. O processo envolve a operacionalização da assistência, além da responsabilidade técnica e contratual sobre os serviços assistenciais contratados junto à Rede Credenciada.

Em 05/12/2013 foi celebrado entre os Correios e a Postal Saúde um Convênio de Adesão que formaliza a condição da Empresa como Patrocinadora Mantenedora do plano.

O Plano de Saúde, denominado CorreiosSaúde, é oferecido como benefício aos empregados ativos, aposentados, aposentados por invalidez e anistiados dos Correios e seus dependentes, bem como aos empregados ativos, aposentados e aposentados por invalidez do Postalis e seus dependentes.

Os Correios têm a obrigação de participar dos custeios dos planos de assistência à saúde operados pela Postal Saúde, repassando os recursos financeiros para cobertura das despesas com a rede credenciada e com os custos de administração.

Atualmente, o Plano CorreiosSaúde é operado na modalidade de preço pós-estabelecida, sendo que os participantes arcam com uma coparticipação sempre que utilizam o plano. A coparticipação é variável em função do tipo de atendimento e do nível salarial dos empregados, com percentual de coparticipação entre 10% a 50%.

O Plano CorreiosSaúde não possui ativos financeiros garantidores, portanto a provisão calculada corresponde ao valor da obrigação atuarial.

13.1.1.2 - Plano de Previdência – Previdência Complementar

• PostalPrev – CV

O plano de benefícios PostalPrev é patrocinado pelos Correios e administrado pelo Postalis. O PostalPrev é um plano de previdência complementar estruturado na modalidade de Contribuição Variável. Este reúne vantagens da Contribuição Definida para os benefícios programados (aposentadoria normal e antecipada) e do Benefício Definido para os benefícios de risco (auxílio-doença, invalidez, pecúlio e pensão por morte).

A contribuição normal do participante, inclusive do participante auto patrocinado, é calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de contribuição, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 1%. O valor de contribuição da patrocinadora é paritário com as contribuições normais dos participantes.

• Benefício Definido – BD

O Plano de Benefício Definido do Postalís foi instituído na ocasião da criação do Instituto, em 1981, com o objetivo oferecer, aos empregados da ECT e suas famílias, rendas adicionais aos benefícios pagos pela Previdência Social. O Plano de Benefício Definido é aquele em que participantes e patrocinadora contribuem, solidariamente, para os benefícios programáveis e de risco.

O referido plano teve o saldamento de benefício definido por meio de alteração em seu regulamento em 2008.

O plano de benefício assegura a seus participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão, auxílio funeral, auxílio doença, benefício proporcional diferido, portabilidade e resgate.

13.1.1.3 - Quantidade de participantes

Descrição	2016				2015			
	Ativos	Assistidos	Dependente	Total	Ativos	Assistidos	Dependente	Total
CorreiosSaúde	117.901	24.426	262.654	404.981	121.450	21.933	270.791	414.174
PostalPrev - CV	103.588	3.344	-	106.932	107.667	2.939	-	110.606
Benefício Definido - BD	65.301	26.044	-	91.345	72.259	24.814	-	97.073

13.1.1.4 - Análise de Riscos

Os Planos de Benefícios Definidos no Brasil normalmente expõem seus patrocinadores a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de rotatividade e risco de salário. Os riscos relacionados ao benefício definido decorrentes dos benefícios a serem pagos aos membros (aposentados) e dependentes dos membros do plano (viúva(o) e órfãos beneficiários) são compartilhados entre os Correios e participantes e assistidos, na ordem de 50% para a empresa, de acordo com a Lei Complementar nº 108/2001 e Resolução MPS/CGPC nº 26/2006.

RISCOS ATUARIAIS DO PLANO	
Risco de Investimento	Devido à natureza de longo prazo dos passivos do plano, os gestores do fundo de pensão consideram apropriados e mantêm, atualmente, investimentos diversificados em títulos públicos, quotas de fundos de investimentos (curto prazo, renda fixa, ações, direitos creditórios, participações e imobiliário), entre outros, para alavancar o retorno gerado pelo fundo.
Risco de Taxa de Juros	Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano.
Risco de Rotatividade	A hipótese atuarial de rotatividade é utilizada para representar a mobilidade dos empregados do patrocinador, com reflexos no plano de benefícios, sendo importante para a projeção dos dispêndios do plano com o pagamento de resgate ou portabilidade. Deve estar relacionada a fatores específicos do patrocinador: política de recursos humanos, periculosidade, localização do emprego, entre outros, e baseada na experiência observada no plano
Risco de Longevidade	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

13.1.1.5 - Avaliação Atuarial

Em 2016, a empresa Vesting Consultoria Financeira e Atuarial foi contratada para realizar avaliação atuarial dos planos de benefícios pós-emprego patrocinados pelos Correios.

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), recepcionado pela Deliberação CVM nº 695/2012, respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pelos Correios.

O valor presente da obrigação de benefício definido e o respectivo custo atual dos seus serviços e dos serviços passados foram mensurados pelo método da unidade de crédito projetada.

13.1.1.6 - Principais Premissas

As principais premissas usadas na avaliação atuarial, considerando a base dados coletada em novembro de 2016, foram as seguintes:

PREMISSAS ATUARIAIS						
Descrição	CorreiosSaúde		PostalPrev - CV		Benefício Definido - BD	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Financeiras:						
Taxas de juros de desconto atuarial anual	11,39%	19,31%	10,58%	19,31%	11,39%	19,31%
Taxas de juros real de desconto atuarial anual	6,56%	7,22%	5,78%	7,22%	6,56%	7,22%
Taxas médias esperadas de aumento de salários	N/A	N/A	6,84%	15,13%	4,53%	11,28%
Taxas médias esperadas de aumento de benefícios	N/A	N/A	4,54%	11,28%	4,53%	11,28%
Taxa média de inflação anual	4,53%	11,28%	4,54%	11,28%	4,53%	11,28%
Expectativa de retorno dos ativos do plano (anual)	N/A	N/A	10,58%	19,31%	11,39%	19,31%
Taxa de crescimento real dos custos por envelhecimento	1,58%	2,52%	-	-	-	-
Taxa de crescimento real dos custos por aumento nos valores dos procedimentos.	2,00% a.a.	1,81% a.a.	-	-	-	-
Demográficas:						
Taxa de rotatividade	1,04% até a aposentadoria e 0,00% após	2,81% até 48 anos e 1,00% após 48 anos	1,04% até a aposentadoria e 0,00% após	2,81% até 48 anos e 0% após 48 anos	0,71% até a aposentadoria e 0,00% após	0,80% até 48 anos e 0% após 48 anos
Taxa de mortalidade/sobrevivência de ativos	AT 2000 M F	AT 2000 M F	AT 2000 M F	AT 2000 M F	AT 2000 M F	AT 2000 M F
Taxa de mortalidade/sobrevivência de aposentados	AT 2000 M F	AT 2000 M F	AT 2000 M F	AT 2000 M F	AT 2000 M F	AT 2000 M F
Taxa de mortalidade/sobrevivência de inválidos	RP 2000 Disabled M F	AT 49 (Agravada em 50%)	RP 2000 Disabled M F	AT 49 (Agravada em 50%)	AT 49 M (A65%) e AT 49 F (A75%)	AT 49 M(A65%) F(A75%)
Tábua de entrada de invalidez	Light Média D60%	Álvaro Vindas	Light Média D60%	Álvaro Vindas	Light Fraca	Álvaro Vindas
Tábua de morbidez	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Idade de aposentadoria	Conf. regulamento	Conf. regulamento	Conf. regulamento	Conf. regulamento	Conf. regulamento	Conf. regulamento
Composição familiar para custos de pensão:						
Participantes/aposentados	Média Hx definida pelo	Média Hx definida pelo	Cônjuge do sexo	Média Hx definida pelo	Cônjuge do sexo	Média Hx definida pelo

PREMISSAS ATUARIAIS						
Descrição	CorreiosSaúde		PostalPrev - CV		Benefício Definido - BD	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
	administrador do plano	administrador do plano	feminino 4 anos mais novo e 2 filhos	administrador do plano	feminino 4 anos mais novo e 2 filhos	administrador do plano
Principais Hipóteses e Parâmetros:						
Taxa de juros de desconto	11,39% a.a.	19,31% a.a.	10,58% a.a.	19,31% a.a.	10,86% a.a.	19,31% a.a.
Taxa de mortalidade/sobrevivência de ativos e aposentados	AT 2000 M F	AT 2000 M F	AT 2000 M F	AT 2000 M F	AT 2000 M F	AT 2000 M F
Taxa de crescimento real dos custos com saúde	2,00% a.a.	1,81% a.a.	-	-	-	-

Para o CorreiosSaúde, foram considerados apenas os empregados ativos que alcançaram mais de dez anos de serviço no momento da aposentadoria, conforme estabelecido no acordo coletivo de trabalho.

13.1.1.7 - Valores Reconhecidos no Resultado e em Outros Resultados Abrangentes

Os valores reconhecidos no resultado do exercício e em outros resultados abrangentes, foram os seguintes:

Descrição	CorreiosSaúde		PostalPrev		Benefício Definido - BD	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Custo do Serviço:						
Custo de serviço corrente líquido	(159.220)	(213.264)	45.306	(5.961)	(14.455)	47.473
Custo de juros líquido	(1.118.074)	(852.633)	-	5.782	(306.003)	(489.071)
Provisão para Planos de Benefícios e Outros Benefícios Pós-Emprego	(1.277.294)	(1.065.897)	90.241	(179)	(320.458)	(441.598)
Remensurações do Plano de Benefício Definido:						
Ganhos e perdas sobre o ativo justo			- (63.773)	(39.875)	14.217	(585.508)
Reversão da provisão de RTSA			-	-	-	-
Ganhos e perdas sobre a obrigação atuarial de benefício definido:						
- Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência	789.268	322.462	58.894	6.891	228.184	511.624
- Ganhos e perdas resultantes da alteração de pressupostos Financeiros	(440.865)	967.954	(6.330)	37.746	(664.140)	885.264
- Ganhos e perdas resultantes de alteração de pressupostos demográficos	95.533	(91.536)	12.267	(16.713)	(22.086)	(103.696)
Mudança da restrição da obrigação atuarial			-	-	314.566	(163.909)
Juros sobre o efeito da restrição da obrigação atuarial			-	-	-	-
Mudança do teto do ativo			- 91.299	(54.027)	-	-
Efeito do não reconhecimento em exercícios anteriores			-	-	-	-
Total dos Componentes Registrado em Outros Resultados Abrangentes	443.936	1.198.880	(90.241)	(65.977)	(129.259)	543.775
Total dos Componentes de Custo do Plano de Benefício Definido	(833.357)	132.983	(44.935)	(66.156)	(449.717)	102.177

13.1.1.8 - Status do Fundo e Passivo/Ativo Reconhecidos

STATUS DO FUNDO E PASSIVO/ATIVO RECONHECIDOS						
Descrição	CorreiosSaúde		PostalPrev		Benefício Definido - BD	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Status do Plano de Benefícios:						
Valor presente da obrigação atuarial	(6.532.847)	(5.917.519)	(346.640)	(366.184)	(9.216.715)	(8.325.253)
(-) Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial		-		-	1.934.287	1.619.721
Valor Presente da Obrigação Atuarial Líquida	(5.917.519)	(346.640)	(366.184)	(366.184)	(7.282.428)	(6.705.532)
Valor justo dos ativos do plano no final do período		-	534.107	462.352	5.348.141	5.085.811
Passivo/Ativo Líquido: Status do Plano de Benefícios: Déficit/Superávit	(6.532.848)	(5.917.519)		96.168	(1.934.287)	(1.619.721)
(-) Efeito da restrição sobre o ativo		-	187.467	-	-	-
Responsabilidade Líquida Decorrente da Obrigação do Plano de Benefício	(6.532.848)	(5.917.519)		96.168	(1.934.287)	(1.619.721)
Movimentação do Passivo/Ativo Reconhecido no Balanço:						
Passivo/Ativo Reconhecido no Início do Período	(5.917.519)	(6.214.526)	-	-	(1.619.721)	(1.783.630)
Reversão da provisão da RTSA	-	-	-	-	-	-
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	218.029	164.024	44.935	66.156	135.151	61.732
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(1.277.294)	(1.065.897)	45.306	(179)	(320.458)	(441.598)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	443.936	1.198.880	(90.241)	(65.977)	(129.259)	543.775
Passivo/Ativo Reconhecido no Final do Período	(6.532.848)	(5.917.519)	-	-	(1.934.287)	(1.619.721)
Apuração do Efeito do Limite do Teto de Ativo (asset ceiling)						
Valor presente dos benefícios econômicos (Teto)*	-	-	-	-	-	-
Efeito da restrição sobre o ativo (Superávit - Teto)	-	-	187.467	96.168	-	-
Apuração do Efeito do Compartilhamento de Risco pelos Participantes e Assistidos do Plano:						
Valor presente das contribuições extraordinárias de amortização do déficit	-	-	-	-	1.934.287	1.619.721
Efeito da Restrição sobre a Obrigação Atuarial (Participantes e Assistidos)	-	-	-	-	1.934.287	1.619.721

13.1.1.9 - Conciliação do Valor Presente da Obrigação Atuarial

CONCILIAÇÃO DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL						
Descrição	CorreiosSaúde		PostalPrev		Benefício Definido - BD	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Valor Presente da Obrigação Atuarial Líquida no Início do Período	(5.917.519)	(6.214.526)	(366.184)	(314.203)	(8.325.253)	(8.719.528)
Custo de Juros	(1.118.074)	(852.633)	(68.911)	(43.108)	(786.977)	(1.195.405)
Custo de Serviço Corrente	(159.220)	(213.264)	(7.637)	(53.537)	(85.908)	(16.737)
Benefícios Pagos pelo Plano	218.029	164.024	31.261	16.740	439.465	313.225
Despesa Administrativa Paga pelo Plano		-		-	-	-
Remensurações de Ganhos/Perdas Atuariais:	443.936	1.198.880	64.831	27.924	(458.042)	1.293.192
Decorrentes de Ajuste de Experiência	789.268	322.462	58.894	6.891	228.184	511.624

CONCILIAÇÃO DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL						
Descrição	CorreiosSaúde		PostalPrev		Benefício Definido - BD	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Decorrentes de Alterações de Premissas Biométricas	95.533	(91.536)	12.267	(16.713)	(22.086)	(103.696)
Decorrente de Alterações de Premissas Financeiras	(440.865)	967.954	(6.330)	37.746	(664.140)	885.264
Valor Presente da Obrigação Atuarial Líquida no Final do Período	(6.532.848)	(5.917.519)	(346.640)	(366.184)	(9.216.715)	(8.325.253)

13.1.1.10 - Descrição da Política de Investimentos

A política de investimentos do Fundo é elaborada anualmente para um período de 5 (cinco) anos, sendo objeto de aprovação pelo Conselho Deliberativo do Postalís. A política tem como principal objetivo definir procedimentos norteadores para administração dos ativos em confronto com as despesas de benefícios, buscando o equilíbrio atuarial do plano. Para formulação da política são analisados os critérios e objetivos de investimento dos recursos do plano de custeio e benefícios, considerando:

- Taxa esperada de retorno;
- Preservação de capital;
- Diversificação;
- Tolerância a risco;
- Estabilidade;
- Liquidez; e
- Regra geral de benefícios.

Com base nesses critérios são definidos mecanismos de investimento e a melhor estratégia na diversificação das carteiras: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, imóveis e operações com participantes.

13.1.1.11 - Descrição da Base Utilizada para Determinar a Taxa de Desconto Atuarial

As taxas de desconto atuariais foram definidas considerando a duration dos Planos: de Benefícios Definido – BD em 13,3 anos (NTN-F com vencimento em 01/01/2027), de Contribuição Variável – Postalprev em 19,4 anos (NTN-B com vencimento em 15/05/2035), e CorreiosSaúde em 14,5 anos (NTN-F com vencimento em 01/01/2027), ocasionando na definição das taxas percentuais de 6,56% a.a. para o Postalís BD e CorreiosSaúde e 5,78% a.a. para o Postalprev.

13.1.1.12 - Conciliação do Valor Justo dos Ativos do Plano

A tabela a seguir apresenta a conciliação dos saldos do valor justo dos ativos do plano:

CONCILIAÇÃO DO ATIVO DO PLANO						
Descrição	CorreiosSaúde		PostalPrev		Benefício Definido - BD	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Período	-	-	462.352	356.344	5.085.811	5.152.269
Receita de Juros	-	-	68.911	48.890	480.974	706.334
Contribuições do Patrocinador	218.029	164.024	44.435	66.156	135.151	61.732
Contribuições dos Participantes	-	-	52.943	47.576	71.453	64.210
Benefícios Pagos pelo Plano	(218.029)	(164.024)	(31.261)	(16.740)	-	(313.225)
Despesas Administrativas do Plano	-	-	-	-	(439.465)	-
Ganhos/Perdas sobre os Ativos do Plano (Excluindo a Receita de Juros)	-	-	(63.773)	(39.875)	14.217	(585.508)
Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período	-	-	534.107	462.352	5.348.141	5.085.811

13.1.1.13 - Análise de Sensibilidade

As análises de sensibilidade a seguir demonstradas são baseadas na mudança em uma suposição, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer e as mudanças em algumas das suposições podem ser correlacionadas. Ao calcular a sensibilidade da obrigação de

benefício definido de pressupostos atuariais significativos, o mesmo método (valor presente de benefício definido, calculado com o método da unidade de crédito projetada no final do período) foi aplicado como no cálculo das responsabilidades com o Plano nesta demonstração de posição financeira do final do período.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DAS PRINCIPAIS HIPÓTESES - CPC 33 (R1)							
Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de Juros		HCCTR		Parâmetros
	Idade - 1	Idade + 1	+0,25%	-0,25%	+0,25%	-0,25%	
CorreiosSaúde							
Valor Presente da Obrigação Atuarial	6.717.433	6.345.483	6.714.262	6.359.613	6.348.971	6.724.984	6.532.848
Valor Justo dos Ativos do Plano	-	-	-	-	-	-	-
Superávit/Déficit do Plano	(6.717.433)	(6.345.483)	(6.714.262)	(6.359.613)	(6.348.971)	(6.724.984)	(6.532.848)
Variações:							
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial	2,83%	-2,87%	-2,65%	2,78%	2,94%	-2,81%	-
Aumento/Redução dos Ativos do Plano	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/Redução do Superávit/Déficit Técnico do Plano	2,83%	-2,87%	-2,65%	2,78%	2,94%	-2,81%	-
PostalPrev – CV							
Valor Presente da Obrigação Atuarial	343.330	350.217	344.703	348.959	N/A	N/A	346.640
Valor Justo dos Ativos do Plano	296.412	296.412	296.412	296.412	N/A	N/A	296.412
Superávit/Déficit do Plano	(46.918)	(53.805)	(48.291)	(52.546)	N/A	N/A	(50.228)
Variações:							
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial	-0,95%	1,03%	-0,56%	0,67%	N/A	N/A	-
Aumento/Redução dos Ativos do Plano	-	-	-	-	N/A	N/A	-
Aumento/Redução do Superávit/Déficit Técnico do Plano	-6,59%	7,12%	-3,86%	4,62%	N/A	N/A	-
Postalis – BD							
Valor Presente da Obrigação Atuarial	9.316.404	9.113.688	8.955.119	9.491.521	N/A	N/A	9.216.715
Valor Justo dos Ativos do Plano	5.348.141	5.348.141	5.348.141	5.348.141	N/A	N/A	5.348.141
Superávit/Déficit do Plano	(3.968.263)	(3.765.547)	(3.606.978)	(4.143.381)	N/A	N/A	(3.868.574)
Variações:							
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial	1,08%	-1,12%	-2,84%	2,98%	N/A	N/A	-
Aumento/Redução dos Ativos do Plano	-	-	-	-	N/A	N/A	-
Aumento/Redução do Superávit/Déficit	2,58%	-2,66%	-6,76%	7,10%	N/A	N/A	-

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DAS PRINCIPAIS HIPÓTESES - CPC 33 (R1)							
Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de Juros		HCCTR		Parâmetros
	Idade - 1	Idade + 1	+0,25%	-0,25%	+0,25%	-0,25%	
Técnico do Plano							

13.1.1.14 - Projeção de Resultados e Pagamentos para 2017

O resultado e pagamentos esperados para o exercício seguinte são:

PROJEÇÕES PARA 2017			
Descrição	CorreiosSaúde	PostalPrev	Benefício Definido - BD
Montantes de:			
Custo do Serviço Corrente Líquido	(180.323)	43.699	61.137
Custo de Juros Líquido	(744.091)	19.834	(440.631)
Total da Despesa/Receita a Reconhecer	(924.414)	63.533	(379.494)

13.2 - Passivos Contingentes: os Correios estão envolvidos, no curso normal de suas operações, em processos legais, de natureza trabalhista, cível e tributária. A Empresa constituiu provisões para processos classificados como perda provável a valores considerados pelos assessores jurídicos e pela Administração como sendo suficientes para cobrir futuros desembolsos.

Os processos trabalhistas são movidos, na grande maioria, por ex-empregados, empregados ou sindicatos da categoria. As provisões de perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função, representação e outros.

Nas ações de natureza cível, destacam-se, principalmente, as ações de cobrança movidas por fornecedores pelo entendimento de vícios nos contratos de prestação de serviço e/ou fornecimento de produtos.

As ações tributárias compreendem, principalmente, as contribuições previdenciárias retidas nas faturas de prestação de serviços das empresas de construção civil e ao não recolhimento de contribuição previdenciária pelos Correios em face de divergências sobre a natureza (indenizatória ou remuneratória) de verba paga a empregado em várias modalidades (principalmente abono).

As provisões são constituídas à base de 100% do valor de cada demanda judicial ou administrativa, movida contra os Correios, cujo desfecho seja avaliado pela área jurídica como de perda provável. Em 31 de dezembro de 2016, essas provisões, atualizadas monetariamente, são apresentadas da seguinte forma, de acordo com a natureza das correspondentes causas:

13.2.1 - Movimentação das Provisões Passivas Contingências:

Natureza	Saldo em 31/12/2016	Reversão / Conversão (1)	Provisões adicionais	Atualização monetária	Registro Complementar	Saldo em 31/12/2015
DEMANDAS JUDICIAIS						
Trabalhista	410.392	(55.013)	37.150	31.779	1.974	394.502
Civil	54.855	(9.557)	31.467	3.232	3.680	26.033
Tributária	9.492	(9.917)	61	978	-	18.370
TOTAL	474.739	(74.487)	68.678	35.989	5.654	438.905
DEMANDAS ADMINISTRATIVAS						
Trabalhista	-	(2)	-	-	2	-
Civil	-	(34)	-	2	0	32
Tributária	1	-	-	1	(2)	2
TOTAL	1	(36)	-	3	-	34

(1) Refere-se à alteração do risco para perda possível ou remota ou conversão para precatório a critério do departamento jurídico.

Ressalte-se que parte do saldo contingente está suportado por depósitos judiciais, recursais conforme valores detalhados na nota 9.3.

Em 31/12/2016, os Correios eram réus em 6.268 processos classificados como de perda provável. Apresenta-se a seguir a situação atual, no âmbito jurídico, dos principais processos:

AUTOR	NATUREZA	EXPOSIÇÃO MÁXIMA ATUALIZADA
TAF Linhas Aéreas	Cível Alteração Contratual	27.234
Manhães Advogados Associados	Cível Recebimentos de honorários sucumbenciais	6.192
Tiefbau-Engenharia	Cível Correção monetária de faturas	5.263
SINTECT - Ceará	Trabalhista Pagamento de URP - Unidade de Referência de Preços de fevereiro/89(Plano Verão)	32.546
Roberto Mascarenhas das Virgens	Trabalhista Anistia Constitucional com reintegração e efeitos financeiros	12.481
Edson Tadeu Tavares e Outros	Trabalhista Anistia Constitucional	4.291
SINTECT – Bahia	Trabalhista Adicional de Periculosidade e Honorários Advocatícios	3.218
Maria das Dores Oliveira	Trabalhista Gratificação por função e Progressão Salarial	2.673
União Federal (Governo Federal)	Fiscal Contribuição Previdenciária	915

13.2.2 - Processos Judiciais e Administrativos Não Provisionados

13.2.2.1 - Perda Possível

Em 31/12/2016, os Correios eram réu em outros 18.129 processos judiciais nas esferas cível, fiscal, trabalhista e criminal, com perda em primeira instância, ou seja, perda possível, cujo montante atualizado é de R\$ 2.402.536, bem como em mais 371 processos do âmbito administrativo, cujo montante corresponde a cerca de R\$ 2.406.786. De acordo com o CPC 25, não cabe provisão para essas contingências, em face do risco jurídico ser, ainda, de possível perda.

13.3 - Tributos Compensados: O valor refere-se a ações judiciais cujo mérito visa reconhecer o direito dos Correios em compensar débitos de PIS e COFINS com créditos de FINSOCIAL.

TRIBUTOS COMPENSADOS	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Tributos Compensados	11.203	11.203	10.911	10.911
TOTAL	11.203	11.203	10.911	10.911

13.4 - Tributos Diferidos: Com base no custo atribuído do ativo imobilizado, foram registrados impostos diferidos passivos, cuja liquidação acontecerá à medida que as parcelas de depreciação incidente sobre os bens afetarem o resultado, ou quando da alienação ou baixa destes. Foram considerados também passivos diferidos sobre as diferenças entre a despesa societária e fiscal de depreciação e amortização.

Em decorrência da assunção da Imunidade Tributária Recíproca, os saldos dos passivos fiscais diferidos de IRPJ foram revertidos contra o resultado do exercício, quando a origem se justifica por diferenças entre a despesa societária e fiscal de depreciação e amortização e contra o patrimônio líquido quando a origem refere-se a impostos diferidos sobre o custo atribuído aos bens imóveis.

TRIBUTOS DIFERIDOS	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
IR Diferido	-	-	1.290.725	1.290.725
CSLL Diferido	473.321	473.321	464.661	464.661
TOTAL	473.321	473.321	1.755.386	1.755.386

13.5 - Mandados e Precatórios: são obrigações decorrentes de sentenças judiciais acrescidas, mensalmente, da atualização monetária. O saldo de 2016 equivale às obrigações vencíveis em 2018:

PRECATÓRIOS/MANDADOS JUDICIAIS	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Precatórios (Não-Circulante)	18.642	18.642	38.163	38.163
TOTAL	18.642	18.642	38.163	38.163

NOTA 14 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1 - Composição Acionária do Capital Social:

CAPITAL SOCIAL	ACIONISTA
	<p>Capital constituído integralmente pela União, na forma do Art. 6º do Decreto-Lei, nº509, de 20 de março de 1969. No exercício de 2010, conforme Relatório 025/2010, o Conselho de Administração aprovou o aumento do Capital Social de R\$ 1.868.964 para R\$ 2.919.060, com incorporação de reservas então existentes no valor de R\$ 1.050.095.</p> <p>O estatuto dos Correios, aprovado pelo Decreto nº 7.483, de 16 de maio de 2011, informava o Capital Social de R\$ 1.868.964.</p> <p>A 1ª Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29/06/2011, deliberou no sentido de retificar a aprovação anterior de aumento de Capital, aprovando apenas a capitalização de R\$ 201.267, fazendo com que o Capital Social integralizado em 31/12/2011 corresponda a R\$ 2.070.231. O valor remanescente da capitalização aprovada anteriormente (R\$ 848.829) foi repassado à União na forma de dividendos complementares, com a atualização monetária mencionada na nota 16.5 de 2011.</p> <p>A 6ª Assembleia Geral Extraordinária aprovou a capitalização de mais R\$ 194.737, oriundos da reversão de investimento realizadas no exercício 2011, fazendo com que o Capital Social atingisse o montante de R\$ 2.264.968.</p> <p>Em 2012 foi proposta a capitalização de mais R\$ 418.561, oriundos das reservas de investimento realizadas no decorrer do decorrer do exercício (R\$ 380.965) e da reserva de capital (R\$ 37.596), majorando o Capital Social para R\$ 2.683.529. Aprovado na 1ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, em 21/03/2013 e ratificado na 2ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração em 19/04/2013. Decisão de adiamento, para ulterior Assembleia, da proposta de aumento do capital social, conforme parecer da STN nos termos da 3ª Assembleia Geral Ordinária.</p> <p>No exercício de 2013 foi publicado novo estatuto, aprovado pelo Decreto nº 8.016, de 17 de maio de 2013, informando o Capital Social dos Correios de R\$ 2.070.231.</p> <p>Em 2013, juntamente com as Demonstrações Financeiras, houve a capitalização de R\$ 495.929, oriundos de reservas de investimento, fazendo com que o Capital Social seja de R\$ 3.179.458.</p> <p>Em 2014, a 4ª Assembleia Geral Ordinária da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, delibera pela aprovação do aumento do capital social, conforme apresentado nas Demonstrações Financeiras de 2013.</p> <p>No exercício de 2016, em função da absorção do prejuízos do exercício, não há proposta de aumento de Capital Social. O valor do Capital está em processo de atualização no estatuto.</p>

14.2 - Ajuste de Avaliação Patrimonial: valores correspondentes à adoção inicial do CPC 27, com a implantação do custo atribuído para os bens imóveis, conforme detalhado a seguir:

AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Custo Atribuído - Imóveis	4.931.965	4.931.965	4.961.407	4.961.407
Tributo Diferido	(443.585)	(443.585)	(1.685.776)	(1.685.776)
TOTAL	4.488.380	4.488.380	3.275.631	3.275.631

14.3 - Outros Resultados Abrangentes: valores correspondentes a ganhos e perdas atuariais, representados por mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido projetada para o futuro, resultantes de ajustes pela experiência e / ou efeitos de novas premissas atuariais, reconhecidos contabilmente nos termos do CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	2016	2015
Passivo Atuarial Líquido – BD	(1.251.016)	(1.121.756)
Tributo Diferido sobre o Passivo Atuarial – BD	112.591	381.397
Passivo Atuarial Líquido – CorreiosSaúde	(2.935.534)	(3.379.472)
Tributo Diferido sobre o Passivo Atuarial – CorreiosSaúde	264.198	1.149.021
Passivo Atuarial Líquido – PostalPrev	(156.218)	(65.977)
TOTAL	(3.965.979)	(3.036.788)

14.4 - Prejuízos Acumulados: o prejuízo do exercício de R\$ 1.489.505 resultando um prejuízo acumulado de R\$ 3.415.777.

NOTA 15 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

15.1 - Receita Líquida de Vendas e Serviços

As receitas operacionais líquidas são decorrentes das atividades postais de franqueamento, mensagem, marketing direto, encomenda, expresso, financeiro, conveniência, correio eletrônico, logística integrada e venda de material de consumo, no âmbito interno. É composta também pelas receitas internacionais, que são as decorrentes de postagens destinadas ao exterior e de serviços prestados mediante acordos com Administrações Postais e empresas.

	2016	2015
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	18.886.460	17.781.647
Receitas Nacionais	18.469.796	17.346.424
Receitas Internacionais	416.664	435.223
(-) DEDUÇÕES	669.559	642.919
Impostos e Abatimentos sobre a Receita Bruta	661.479	626.607
Receitas Canceladas	8.080	16.312
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	18.216.901	17.138.728

Em 2016 a Receita Líquida atingiu o montante de R\$ 18.216.901. Levando-se em consideração as sete maiores destaques nas vendas, que alcançam 85% da receita líquida, o Franqueamento Autorizado de Cartas – FAC e o SEDEX contribuíram com 47% da receita do período.

RECEITAS	2016	(%)	2015	(%)
Franqueamento Autorizado de Cartas - FAC	5.440.878	30	5.148.657	30
Sedex	3.017.398	17	3.037.098	18
Carta	2.698.664	15	2.519.066	15
PAC	1.978.787	11	1.585.916	9
Banco Postal	1.177.102	6	1.164.351	7
Mala Direta Postal	495.008	3	570.188	3
E-Sedex	692.743	4	536.425	3
TOTAL	15.500.580	85	14.561.701	85

15.2 - Custos dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados

Os custos em 2016 atingiram R\$ 15.429.599. Desse total, R\$ 10.116.470 referem-se a custo com pessoal, encargos e serviço saúde, o restante foi distribuído, principalmente, entre custos de prestação de serviços de terceiros, transportes e material de consumo.

	2016	2015
Pessoal	10.116.468	9.632.464
Dispêndios de Pessoal (Salários/ Encargos/ Benefícios)	8.375.959	7.851.407
Serviço Saúde	1.740.509	1.781.057
Material e Produtos	292.410	243.596
Serviços Pessoas Físicas/Jurídicas	1.183.302	1.219.910
Utilidades	351.719	330.866

	2016	2015
Aluguéis	491.503	423.588
Impostos/Taxas/Contribuições	23.612	22.423
Transporte de Malas e Malotes	1.459.437	1.413.090
Depreciação e Amortização	201.593	205.058
Internacionais	56.194	60.229
Remuneração de AGF	1.253.361	1.060.505
TOTAL	15.429.599	14.611.729

15.3 - Despesas com Vendas/Serviços

Representam os gastos de promoção, distribuição dos produtos/serviços, bem como os riscos assumidos pela venda, atingindo o valor de R\$ 875.282.

	2016	2015
Propaganda e Publicidade	56.504	192.099
Patrocínio	112.642	193.800
Descontos	534.853	644.656
Provisão para Perdas	49.990	32.843
Remuneração de Unid. Terceirizadas	106.824	117.025
Outros	14.469	23.870
TOTAL	875.282	1.204.293

15.4 - Despesas Gerais e Administrativas

Representam os gastos, pagos ou incorridos, para direção ou gestão da Empresa e constituem-se de várias atividades gerais, que beneficiam todas as fases do negócio. Atingiu o montante de R\$3.788.380, sendo que a despesa de R\$ 3.782.856 refere-se à Controladora e R\$ 5.524 refere-se à Controlada.

	2016	2015
Serviços Pessoa Físicas/Jurídicas	24.913	22.503
Dispêndios de Pessoal (Salários/ Encargos/ Benefícios)	2.265.632	2.168.440
Impostos/Taxas/Contribuições	1.220	1.744
Precatórios e Provisões	98.372	30.535
Pós-Emprego Previdência	148.824	381.855
Pós-Emprego Saúde	1.059.265	901.873
Outras Despesas	112.247	180.790
Depreciação e Amortização	72.383	65.501
TOTAL	3.782.856	3.753.241

15.5 - Resultado de participação em controlada

Representa valor decorrente do resultado da Correiospar no exercício de 2016.

15.6 - Outras Receitas Operacionais

	2016	2015
Despesas Recuperadas	25.682	58.160
Multas de Fornecedores	93.222	106.426
Atividades não Continuadas	24.384	23.406
Multas de Clientes	37.680	43.269
Anuidade de ACF's	12.730	10.490
Ganhos Contingenciais de IRPJ	558.204	-
Ganhos Contingenciais de COFINS	370.925	-
Ganhos Contingenciais de PIS	72.774	-
Outras	14.123	6.376

	2016	2015
TOTAL	1.209.724	248.127

A assunção da Imunidade Tributária Recíproca decorrente da decisão da alta gestão, pautada na consolidada jurisprudência do STF e nos Pareceres de ilustres juristas do direito tributário, ocasionou o registro no patrimônio de créditos tributários.

Os ganhos contingenciais são resultantes da cobrança indevida em tempos pretéritos do imposto de renda pago e retido indevidamente na fonte, além da parcela paga indevidamente a título de PIS e COFINS por força de enquadramento em regime de apuração não aplicável aos entes imunes a impostos.

O registro dos créditos tributários de IRPJ foi efetuado, concomitantemente ao início do pleito de restituição dos valores na esfera administrativa, enquanto os relativos ao PIS e à COFINS foram registrados e serão compensados no decorrer do exercício seguinte.

15.6.1 - Despesas Recuperadas: referem-se as despesas recuperadas no exercício de 2016.

15.7 - Outras Despesas Operacionais

Representam as transações que não constituem atividades principais da Empresa, conforme detalhado a seguir:

	2016	2015
Impostos Vinculados à Receita	184.645	158.766
Prejuízos na Alienação de Bens	14.056	11.440
TOTAL	198.701	170.206

15.8 - Receitas Financeiras

A redução de R\$ 63.656 no total do grupo deve-se, principalmente, ao decréscimo dos rendimentos das aplicações financeiras e a variação cambial internacional.

	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Rentabilidade de Aplicações Financeiras	183.275	187.540	366.599	368.845
Variação Cambial Internacional	108.884	108.884	393.499	393.499
Juros	429.419	429.419	37.320	37.320
IRPJ Imunidade	291.401	291.401	-	-
PIS/COFINS Imunidade	102.853	102.853	-	-
Outros	35.165	35.165	37.320	37.320
Variação Monetária	30.451	30.463	18.597	18.597
Outras Receitas Financeiras	9.222	9.222	8.256	8.256
Variação Cambial Financiamentos	11	11	647	647
TOTAL	761.262	765.539	824.918	827.164

15.9 - Despesas Financeiras

	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Encargos Financiamento Dívida Interna	256.008	256.008	337.896	337.906
Variação Cambial	245.569	245.569	194.321	194.321
Perdas em Aplicações Financeiras	39.734	39.734	7.397	7.397
Outras	15.739	15.779	14.680	14.680
TOTAL	557.049	557.089	554.294	554.304

NOTA 16 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

16.1 - Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na Demonstração do Resultado,

exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

A Alta Gestão definiu que a partir do exercício seguinte a empresa não efetuará o cálculo do IRPJ, uma vez que é ente imune a impostos conforme o artigo 150, VI, "a" da CF. Os tributos Correntes ainda foram calculados em 2016 contemplando o IRPJ, contudo os créditos diferidos sobre este imposto foram revertidos, uma vez que não existirá base de cálculo, que possibilite a realização dos valores diferidos de IRPJ.

Não houve o reconhecimento na Demonstração do Resultado da despesa com os tributos, IRPJ e CSLL, em virtude da apuração prejuízo fiscal no exercício, conforme demonstrado a seguir:

DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE IR E CSLL	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Resultado antes do JSCP	(657.080)	(658.559)	(2.081.644)	(2.081.401)
(+/-) Ajustes Lei 12.973/14	(125.667)	(125.667)	(116.453)	(116.453)
Resultado antes do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social (CSLL)	(787.747)	(784.226)	(2.198.097)	(2.197.854)
IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(266.158)	(266.661)	(747.353)	(747.286)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes	(180.543)	(180.523)	7.985	8.116
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-
Efeito do IRPJ e CSLL sobre as diferenças temporárias	326.601	326.555	611.887	611.933
Adições	516.639	516.703	2.963.021	2.963.067
Exclusões	(190.038)	(190.148)	(2.351.134)	(2.351.134)
Prejuízo Fiscal/Base Negativa de CSLL	(120.100)	(120.629)	(127.480)	(127.237)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	-	-	-	243
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(11.310)	(11.310)	39.594	39.594
Baixa de Imposto de Renda não recuperável	(821.115)	(821.115)	-	-

16.2 - Imposto de Renda e Contribuição Social no Diferido

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos são provenientes de diferenças temporárias, de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa de CSLL, conforme demonstrado a seguir:

Tributos Diferidos	31/12/15	Constituição	Reversão	31/12/16
Ativos de Impostos Diferidos				
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas	210.024	-	176.156	33.868
Contingências Trabalhistas	66.893	-	49.185	17.708
Contingências Cíveis	18.973	-	13.951	5.022
Fornecedores Provisão	135.248	-	99.244	36.004
Reservas a Amortizar Déficit BD - Postalis	38.791	-	28.523	10.268
Reservas a Amortizar Déficit Saúde	556.299	-	409.044	147.255
Outras Contingências	112.737	-	83.099	29.638
Ajustes Lei 12.973/2014				
Perda por Valor Recuperável Terrenos - Impairment	167	-	123	44
Perda por Valor Recuperável Prédio - Impairment	17.159	-	12.617	4.542
Depreciação de Bens Operacionais Importados - Custo Atribuído	485	-	356	129
Total de Ativos de Impostos Diferidos	1.156.776		872.298	284.478
Passivos de Impostos Diferidos			-	
Ajustes Lei 12.973/2014			-	
Diferenças Temporárias - Depreciação de Bens Operacionais	69.610	11.310	51.184	29.736
Total de Passivos de Impostos Diferidos	69.610	11.310	51.184	29.736

Na prática, as inclusões ao lucro contábil de despesas, ou as exclusões das receitas, ambas temporariamente não tributáveis, geram o registro de créditos ou débitos tributários diferidos.

Em decorrência da decisão da alta gestão por assumir os efeitos da imunidade tributária atribuída aos Correios pelo Pleno do STF, em matéria de repercussão geral, foram revertidos todos os créditos diferidos de IRPJ, frente ao entendimento de que a empresa não se sujeita ao pagamento deste imposto. Os reflexos da decisão serão aplicados a partir dos exercícios seguintes, assim a existência de precedentes constitucionais que afastam a incidência do IRPJ do lucro fiscal apurado pelos Correios, ocasiona a reversão do saldo diferido sobre este imposto pela falta de perspectiva de realização futura.

Os valores que constam diferidos sobre movimentações temporárias e bases negativas referem-se aos créditos de CSLL, os quais espera-se realizar por meio de lucros tributáveis futuros.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

A Administração, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, trazidos a valor presente, estima que os créditos tributários registrados sobre a base negativa da CSLL e as diferenças temporárias serão realizados nos próximos exercícios, conforme demonstrado a seguir:

Ano	Valores
2017	1.080
2018	53.000
2019	64.080
2020	56.000
2021	63.900
2022	68.000
2023	69.840
2024	72.000
2025	73.080
2026	74.000
Total do Diferido	594.980

As estimativas de lucro tributável são baseadas nos orçamentos anuais e no plano estratégico, ambos revisados periodicamente e aprovado pela Alta Gestão.

16.3 - Contribuição Social Diferida Reconhecida sobre Outros Resultados Abrangentes e Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido:

Os tributos ativos diferidos sobre outros resultados abrangentes, assim como os tributos passivos diferidos sobre o Patrimônio Líquido originaram-se dos efeitos da adoção dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Em decorrência da decisão da alta gestão por assumir os efeitos da imunidade tributária atribuída aos Correios pelo Pleno do STF, em matéria de repercussão geral, foram revertidos todos os créditos e obrigações diferidas de IRPJ, frente ao entendimento de que a empresa não se sujeita ao pagamento deste imposto.

Os reflexos dessa decisão serão aplicados a partir dos exercícios seguintes, assim a existência de precedentes constitucionais que afastam a incidência do IRPJ do lucro fiscal apurado pelos Correios, ocasiona a reversão do saldo de direitos e obrigações tributárias diferidas sobre este imposto, pela falta de perspectiva de realização/liquidação futura.

O quadro a seguir demonstra o saldo dos ativos e passivos fiscais diferidos de CSLL em 31/12/2016 após a reversão dos saldos diferidos de IRPJ:

Tributos Diferidos Sobre o ORA e PL (AAP)	31/12/15	Constituição	Reversão	31/12/16
Ativo de Impostos Diferidos Decorrentes de Despesas Reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes:				
Benefício Pós-Emprego Plano de Saúde	1.149.021	-	884.822	264.199

Tributos Diferidos Sobre o ORA e PL (AAP)	31/12/15	Constituição	Reversão	31/12/16
Benefício Pós-Emprego BD	381.397	11.633	280.439	112.591
Total de Ativos de Impostos Diferidos	1.530.418	11.633	1.165.261	376.790
Passivos de Impostos Diferidos Decorrentes de Receitas Reconhecidas Diretamente no Patrimônio Líquido:				
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Custo Atribuído	1.685.776	-	1.242.191	443.585
Total de Passivos de Impostos Diferidos	1.685.776	-	1.242.191	443.585

O ativo fiscal diferido de CSLL sobre os Outros Resultados Abrangentes manteve-se registrado sob a expectativa de realização de lucros tributáveis futuros decorrentes da alienação dos bens imóveis, que foram submetidos ao custo atribuído.

A realização desses direitos, cuja origem vincula-se a eventos futuros, ocorrerá mediante a garantia de que o aumento do patrimônio em decorrência do novo custo atribuído aos bens poderá ocasionar a qualquer tempo resultado tributável em decorrência da alienação destes. Somado a este entendimento, existe a expectativa de realização de outros lucros previstos nas premissas estratégicas.

O saldo destes ativos é revisado a cada ano e pode ser alterado a qualquer tempo.

NOTA 17 - SEGURO DOS BENS

Os Correios não mantém política de contratar seguros para os seus bens móveis e estoques mantidos nos Centros de Distribuição, tendo em vista a expectativa do custo não cobrir o benefício que se possa a ter com a adoção desse instrumento, exceto imóveis (prédios) discriminados a seguir, que são cobertos por seguros contra incêndio, raio, explosão, alagamento e danos elétricos.

IMÓVEL	SEGURADORA	VALOR SEGURADO
Edifício Sede/BSB	Tokio Marine Seguradora S/A	335.903
Edifício Taurisano	Tokio Marine Seguradora S/A	14.373
Edifício Pasteur	Tokio Marine Seguradora S/A	6.889
Universidade Correios	Tokio Marine Seguradora S/A	23.719
Edifício Sede e anexos/BA	Mapfre Vera Cruz Seguradora	75.655
TOTAL SEGURADO		456.539

Com relação aos veículos, existe apólice específica com a empresa AIG Seguros Brasil S.A. relativa à responsabilidade civil por danos materiais e corporais, referente às operações aeronáuticas dos Correios, incluindo a responsabilidade civil de veículos e equipamentos de propriedade da Empresa e do serviço por ela prestado quando em circulação e/ou operação na área interna dos aeroportos administrados pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO, cujo limite máximo de indenização (LMI) é de R\$ 2.500.

NOTA 18 - PARTES RELACIONADAS

18.1 - Entidade Controladora

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT é uma organização constituída sob a forma de empresa pública, nos termos do Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969, e está vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC, sua controladora, com capital social exclusivamente integralizado pela União.

18.2 - Partes Relacionadas

Considerando a existência de transações com partes relacionadas no período coberto pelas Demonstrações Financeiras de 2016, apresenta-se no quadro a seguir as sociedades enquadradas como partes relacionadas dos Correios, bem como seus respectivos relacionamentos:

Entidade	Relacionamento
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC	Controladora
Correiospar - Correios Participações S/A	Controlada
Postal Saúde - Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios	Patrocinadora Mantenedora

Entidade	Relacionamento
Postalís - Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos	Patrocinadora

18.3 - Transações com Partes Relacionadas

As transações destacadas nos desdobramentos seguintes, com partes relacionadas dos Correios, foram realizadas no curso das atividades cobertas pelas Demonstrações Financeiras em questão.

18.3.1 - Transações com a Correiospar

A Correios Participações S/A – CORREIOSPAR, sociedade por ações, trata-se de subsidiária integral da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, constituída em 2014, com objetivo de constituir subsidiárias, adquirir controles ou participações acionárias em sociedades empresárias, bem como proceder às alienações correspondentes, com vistas ao cumprimento de atividades dispostas no objeto social dos Correios e gerir as relações de governança com as empresas subsidiárias criadas e com aquelas em que adquirir controles e participações societárias.

Os Correios e a Correiospar celebraram, em 03 de junho de 2015, Convênio de Execução de Atividades Operacionais Comuns e Complementares e de Compartilhamento de Estruturas e Recursos (“convênio”), que se desenvolverá por meio de Planos de Trabalho, envolvendo diversas áreas da ECT, e devidamente ressarcidos em relação às atividades prestadas de acordo com o valor apurado de custo administrativo de cada partícipe.

No ano de 2015, os Correios reconheceram o importe de R\$ 134, de acordo com o valor apurado de custos administrativos, tendo como base os parâmetros e procedimentos de cálculo sob a gestão do Departamento de Custos, contabilizado na rubrica Ressarcimentos da Correiospar.

18.3.2 - Transações com a Caixa de Assistência Postal Saúde

A Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios, associação civil, sem fins lucrativos, fundada em abril de 2013, tem por objetivo atuar como operadora de saúde dos Correios, na modalidade de autogestão, nos termos da Resolução Normativa da ANS nº 137/2006.

Os Correios, à luz do Convênio de Adesão celebrado com a Postal Saúde, assinado em 05 de dezembro de 2013, mensalmente, provisionam integralmente os valores a serem pagos a título de despesas de serviços médicos e demais despesas do plano de saúde, em estrita observância as boas práticas contábeis.

O custeio da despesa com a manutenção do plano de saúde dos empregados dos Correios, com aportes mensais pela sua mantenedora e patrocinadora – Correios, tem como base o Relatório de Informações Financeiras apresentado pela Caixa de Assistência Postal Saúde.

18.3.3 - Transações com o Instituto de Previdência Complementar dos Correios - Postalís

Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira. Criado em 1981 com o objetivo de garantir aos empregados dos Correios benefícios previdenciários complementares aos da Previdência Oficial.

Os recursos do Postalís são provenientes das contribuições dos participantes e de sua patrocinadora. Em 2016, os Correios, na qualidade de patrocinador da referida entidade de previdência complementar, contribuiu, em paridade de contribuição normal com o participante, o montante de R\$ 428.569, contabilizado na rubrica do Benefício Definido - BD R\$ 150.167 e Postalprev R\$ 278.402, destinado ao custeio dos benefícios previstos nos regulamentos dos planos de benefícios do Instituto e das despesas administrativas relativas à operação e funcionamento desses Planos.

18.4 - Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da administração dos Correios e suas partes relacionadas.

	Total de Membros		Correios		Correiospar		Postal Saúde ¹		Postalís	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Benefícios de Curto Prazo							-	-		
Conselho de Administração/Deliberativo ²	24	24	286	352	154	158	-	-	289	293

	Total de Membros		Correios		Correiospar		Postal Saúde ¹		Postalis	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Conselho Fiscal	14	14	141	171	73	95	-	-	187	192
Diretoria Executiva	20	20	3.863	4.246	1.035	657	-	-	1.980	2.147
Participações nos Lucros – PLR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros (Remuneração Variável Anual)	-	-	-	294	-	-	-	-	-	-
TOTAL	58	58	4.290	5.063	1.292	910	-	-	2.456	2.632

(1) Postal saúde não há remuneração considerando que os integrantes do Conselho Deliberativo, Fiscal e a Diretoria são empregados dos Correios.

(2) A estrutura da Postal Saúde e Postalis são definidas por Conselho Deliberativo.

Os Correios não oferecem benefícios pós-emprego ao pessoal chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional dos Correios, participantes do plano de previdência complementar dos Correios (Postalis), bem como do plano de saúde dos Correios (Postal Saúde).

NOTA 19 - OUTRAS INFORMAÇÕES

19.1 - Remuneração de Empregados e Dirigentes

Remuneração mensal paga aos funcionários e à Administração dos Correios (em Reais):

	2016	2015	
Menor Salário	1.520	1.434	
Maior Salário	46.728	46.728	
Salário Médio	3.895	3.555	
Dirigentes		Jan a Nov	Dez/15
Presidente	46.728	46.728	27.841
Vice-Presidentes	40.633	40.633	27.841
Conselheiros		Jan a Nov	Dez/15
Conselho Fiscal	4.475	4.475	3.351
Conselho de Administração	4.475	4.475	3.351

NOTA 20 - EVENTOS SUBSEQUENTES

20.1 - Máquina de Automação da Triagem

A Empresa está adquirindo e modernizando as máquinas de automação da triagem – Mectri e há expectativa de desembolso na ordem de US\$ 98.418 e R\$ 4.081 no exercício de 2017.

20.2 - PDI – Programa de Demissão Incentivada

A Empresa tem adotado um conjunto de ações com o objetivo de promover a readequação da estrutura e ajustes orçamentários necessários para enfrentar os desafios impostos pelo atual cenário econômico. Nessa perspectiva, foi implementado o Plano de Desligamento Incentivado – PDI, visando dar aos empregados que atendam a todos os requisitos constantes no Regulamento a possibilidade de se desligarem dos Correios, mediante incentivo financeiro.

O prazo para adesão inicial ao Plano se encerrou em 17/02/2017, reaberto para novas adesões no período de 17 a 24/05/2017, com desligamentos no período de março a junho/2017, ao todo, a expectativa é que 8.200 empregados deverão aderir ao plano com custo de R\$ 1,01 bilhão ao ano.

O Incentivo Financeiro Diferido (IFD) será feito em parcelas mensais consecutivas, durante oito anos, com atualizações anuais aplicadas, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medido pelo IBGE.

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 21 de junho de 2017.